



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

INSTITUTO DO NOROESTE FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

SAMUEL VIEIRA DA SILVA

**A PARTICIPAÇÃO DA MAÇONARIA BRASILEIRA NA DEFESA DO ENSINO
LAICO E NA CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESCOLAS NO FINAL DO
SÉCULO XIX (1869-1900) NO BRASIL**

**Santo Antônio de Pádua - RJ
2018**

SAMUEL VIEIRA DA SILVA

**A PARTICIPAÇÃO DA MAÇONARIA BRASILEIRA NA DEFESA DO ENSINO
LAICO E NA CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESCOLAS NO FINAL DO
SÉCULO XIX (1869-1900) NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEN) do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior (INFES), da Universidade Federal Fluminense (UFF), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino.

Área de Concentração: Diálogos Interdisciplinares no Ensino.

Orientador:
Prof. Dr. Adílio Jorge Marques

Santo Antônio de Pádua - RJ
2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BNO

S586p Silva, Samuel Vieira da
A PARTICIPAÇÃO DA MAÇONARIA BRASILEIRA NA DEFESA DO ENSINO
LAICO E NA CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESCOLAS NO FINAL DO SÉCULO
XIX (1869-1900) NO BRASIL / Samuel Vieira da Silva; Adílio
Jorge Marques, orientador. Niterói, 2018.
269 f.

Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Niterói, 2018.

1. História da Educação. 2. Maçonaria. 3. Escolas
Maçônicas . 4. Sociedades Secretas. 5. Produção
intelectual. I. Título II. Jorge Marques, Adílio, orientador.
III. Universidade Federal Fluminense. Instituto do Noroeste
Fluminense de Educação Superior.

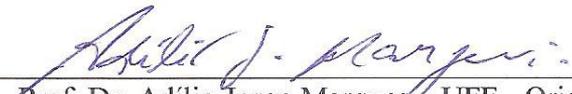
CDD -

SAMUEL VIEIRA DA SILVA

A PARTICIPAÇÃO DA MAÇONARIA BRASILEIRA NA DEFESA DO
ENSINO LAICO E NA CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESCOLAS NO
FINAL DO SÉCULO XIX (1869-1900) NO BRASIL

Aprovada em: 21/03/2018

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Adílio Jorge Marques - UFF - Orientador



Prof. Dr. Jean Carlos Miranda - UFF



Prof. Dr. Anselmo Domingos Biasse - CEDERJ/UAB

Santo Antônio de Pádua - RJ

2018

Dedico este trabalho a Deus e a toda a minha família, base de toda a minha existência. Eu certamente não teria conseguido sem o amor de vocês. **NÓS CONSEGUIMOS**. Chegamos até aqui. E se chegamos até aqui podemos seguir adiante com nossos sonhos.

AGRADECIMENTOS

A Deus que sempre deu força para continuar seguindo adiante nas adversidades e abençoando-me com vitórias. Deus esteve, está e sempre estará comigo em todos os momentos da minha vida, te amo e te adorarei eternamente, obrigado por tudo.

A minha linda e maravilhosa esposa pela paciência, pela compreensão e por acreditar e confiar em mim mesmo quando encontrava-me incrédulo e desacreditado por muitos. Por me acalmar nos momentos de tensão. Se não fosse você eu não teria conseguido. Amo-te demais. Perdoe-me pelas vezes em que não lhe fiz companhia por causa dos estudos.

Aos meus pais que dedicaram suas vidas a este menino que se tornou homem. Oh, como amo vocês! Espero que fiquem orgulhosos do menininho de vocês. Agradeço novamente a Deus por tê-los ainda ao meu lado nesse momento ímpar da minha vida.

Aos meus filhos pelo amor recíproco, pela compreensão nos momentos de ausência por causa das aulas. Espero que essa minha dedicação sirva de estímulo a ambos. Amo muito vocês meus meninos!

Ao Prof. Dr. Adílio Jorge Marques, um amigo, um irmão. Pessoa que aprendi a admirar, “sou teu fã!” Obrigado pela brilhante orientação, compreensão, paciência, e por sempre estar disposto em atender-me, inclusive em suas folgas. Caminhamos juntos e chegamos juntos ao final dessa longa caminhada. Terá eternamente a minha lealdade!

A todos os professores e funcionários do INFES pela competência, carinho, dedicação e paciência comigo. Vocês são demais! Aprendi muito com vocês.

A minha querida turma pelo carinho e amizade!

Eu não poderia esquecer do apoio das Lojas Maçônicas da região noroeste fluminense, bem como de todas as Oficinas espalhadas pelo território brasileiro. Que o GADU os abençoe! Continuarei caminhando do norte ao sul, do leste ao oeste, do ocidente ao oriente, sempre em busca da Luz!

Finalmente agradeço sinceramente a todos aqueles que, direta ou indiretamente tornaram possível a realização de parte dessa etapa em minha vida.

“Se o homem nasceu livre, deve governar-se; se ele tem tiranos, deve destroná-los.” (Voltaire)

“Tenho a impressão de ter sido uma criança brincando à beira-mar, divertindo-me em descobrir uma pedrinha mais lisa ou uma concha mais bonita que as outras, enquanto o imenso oceano da verdade continua misterioso diante de meus olhos”. (Isaac Newton)

RESUMO

A pesquisa escrita a partir do campo da História da Educação busca apresentar à comunidade acadêmica a contribuição da Maçonaria a educação brasileira no final do século XIX. A Maçonaria é sempre citada nos livros de História do Brasil principalmente por conta da sua atuação política no século XIX, no entanto, a participação da ordem noutros acontecimentos históricos nacionais carecem de maiores investigações. A pesquisa adota a metodologia bibliográfica e documental visando investigar a criação e manutenção de escolas pela Maçonaria brasileira no período compreendido entre 1869 e 1900, analisando o seu papel tanto na defesa do ensino laico quanto na participação efetiva na educação nacional. Foram analisados os boletins oficiais da Maçonaria brasileira sob a guarda da seção de Periódicos da Fundação Biblioteca Nacional, instituição localizada na cidade do Rio de Janeiro. Tomamos a participação da Maçonaria na criação e manutenção de escolas assim como a defesa do ensino laico tanto como fonte quanto objeto de pesquisa. O texto destaca a luta da Maçonaria na defesa do ensino laico, público e gratuito; a fundação e manutenção de escolas pela Maçonaria; e, a influência da Maçonaria na ilustração brasileira no final do século XIX. No final do século XIX a instituição maçônica ligada ao campo liberal lutou pelo estabelecimento de uma sociedade secular. Os posicionamentos maçônicos eram contrários à visão de mundo defendida pela Igreja Católica. A pesquisa pretende preencher lacunas da história do Brasil que foram omitidas em grande parte dos livros de história ao demonstrar que a instituição Maçonaria apesar de manter um número expressivo de escolas por todo o país no final do século XIX passou despercebida pela historiografia tradicional. Que a Maçonaria dentre outras instituições também deu sua contribuição à história brasileira, sobretudo a História da Educação.

Palavras-chave: Maçonaria. Laicidade. Educação.

ABSTRACT

The research written from the field of the History of Education seeks to present to the academic community the contribution of Freemasonry to Brazilian education in the late nineteenth century. Freemasonry is always cited in the History books of Brazil mainly because of its political activity in the nineteenth century, however, the participation of order in other national historical events need further investigation. The research adopts the bibliographical and documentary methodology to investigate the creation and maintenance of schools by Brazilian Freemasonry in the period between 1869 and 1900, analyzing their role both in the defense of lay teaching and the effective participation in national education. The official bulletins of the Brazilian Freemasonry were analyzed, under the custody of the Periodical section of the National Library Foundation, an institution located in the city of Rio de Janeiro. We take Freemasonry's participation in the creation and maintenance of schools as well as the defense of secular teaching both as a source and as a research object. The text highlights the struggle of Freemasonry in the defense of secular, public and free education; the foundation and maintenance of schools by Freemasonry; and the influence of Freemasonry on Brazilian illustration in the late nineteenth century. At the end of the nineteenth century the Masonic institution linked to the liberal camp fought for the establishment of a secular society. The Masonic positions were contrary to the worldview advocated by the Catholic Church. The research intends to fill gaps in the history of Brazil that have been omitted in most of the history books by demonstrating that the Freemasonry institution despite maintaining an expressive number of schools throughout the country in the late nineteenth century went unnoticed by traditional historiography. That Freemasonry among other institutions also contributed to Brazilian history, especially the History of Education.

Keywords: Freemasonry. Secularism. Education.

LISTA DE ABREVIATURAS

AN:	Arquivo Nacional
Aug.::	Augusta
Ausp.::	Auspícios
Cl.::	Coluna
Cons.::	Conselho
Const.::	Constituição
E.: V.::	Era Vulgar
GOB:	Grande Oriente do Brasil
GOBend.:	Grande Oriente dos Beneditinos
GOL:	Grande Oriente do Lavradio
GOP:	Grande Oriente do Passeio
GOU:	Grande Oriente Unido
Gr.::	Grande
Gr.: M.::	Grão-Mestre
Gr.: Or.::	Grande Oriente
Gr.: Tes.::	Grande Tesoureiro
IHGB:	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Ir.::	Irmão
Irr.::	Irmãos
Kad.::	Kadosch
L.::	Luz
LL.::	Luzes
Loj.::	Loja
M.::	Mestre
Maç.::	Maçonaria
MM.::	Mestre Maçom
MMaç.::	Maçons
OOff.::	Oficinas
Or.::	Oriente (lugar)
Ord.::	Ordem
Pod.: Cent.::	Poder Central
PPot.::	Potências
PPran.::	Pranchas
Sap.::	Sapientíssimo
Sob.::	Soberano
Subl.::	Sublime
Sup.: Cons.::	Supremo Conselho
1 ° Vig.::	Primeiro Vigilante
2 ° Vig.::	Segundo Vigilante
Val.::	Vale
V.: L.::	Verdadeira Luz

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	MAÇONARIA: DAS SUAS ORIGENS A CHEGADA AO BRASIL	19
2.1	AS ORIGENS DA MAÇONARIA	19
2.2	A MAÇONARIA NO BRASIL	24
2.3	AS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS ENTRE A IGREJA CATÓLICA E A MAÇONARIA NO FINAL DO SÉCULO XIX – “A QUESTÃO RELIGIOSA”	32
2.4	OS MAÇONS E O SURGIMENTO DE ALGUMAS SOCIEDADES SECRETAS DO SÉCULO XIX NO BRASIL	40
3	A ATUAÇÃO DA MAÇONARIA NA EDUCAÇÃO NO FINAL DO SÉCULO XIX NO BRASIL	65
3.1	A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO FINAL DO SÉCULO XIX	65
3.2	A PARTICIPAÇÃO DA MAÇONARIA BRASILEIRA NA DEFESA DO ENSINO LAICO	76
3.3	A CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESCOLAS PELA MAÇONARIA NO FINAL DO SÉCULO XIX NO BRASIL	84
3.3.1	Aulas noturnas e escolas criadas pela Maçonaria no período Imperial (1869-1889)	88
3.3.2	Aulas noturnas e escolas criadas pela Maçonaria no período Republicano (1889-1900)	179
4	A INFLUÊNCIA DA MAÇONARIA NAS GRANDES MUDANÇAS DO FINAL DO SÉCULO XIX NO BRASIL	210
4.1	A INFLUÊNCIA MAÇÔNICA NA ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA NO FINAL DO SÉCULO XIX	210
4.2	A MAÇONARIA E A CAMPANHA ABOLICIONISTA	223
4.3	A MAÇONARIA E O MOVIMENTO REPUBLICANO	240
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	256
	REFERÊNCIAS	260

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho escrito a partir do campo da história da educação tem como objetivo apresentar à comunidade acadêmica a contribuição e a atuação da *Maçonaria*¹ na educação brasileira no final do século XIX. Compreender como se deu essa participação, os principais atores, e, entender os motivos que levaram a Maçonaria a criar e manter instituições de ensino no período e como funcionavam essas instituições. Há poucas pesquisas entrelaçando os temas *Maçonaria e Educação* no meio acadêmico. A principal dificuldade numa pesquisa envolvendo a Maçonaria reside no acesso a documentos devido a sua estrutura fechada que, via de regra são reservados apenas aos pertencentes a *Ordem*². A Maçonaria é sempre citada nos livros de História do Brasil, principalmente quanto a sua atuação política no século XIX, entretanto, a participação da instituição noutros acontecimentos históricos nacionais carecem de maiores investigações.

Do ponto de vista metodológico a pesquisa provém de uma abordagem documental e bibliográfica que, embora não inéditas, são pouco exploradas por serem usualmente utilizadas no meio maçônico, como por exemplo: livros, jornais, revistas, atas e boletins, onde o público alvo são os pertencentes a Maçonaria. O recorte temporal da pesquisa foi estabelecido com base na crise envolvendo a Maçonaria, o Estado e a Igreja Católica, também conhecido como *A Questão Religiosa*, assim como os movimentos abolicionistas e republicanos, onde houve intensa participação de maçons. Ainda nesse contexto temporal, compreender como era a educação nacional no final do século XIX; a defesa do ensino laico defendido pela Maçonaria; e, destacar a fundação e manutenção de escolas pela instituição. Ao final do trabalho evidenciar a atuação da Maçonaria nas grandes mudanças do final do século XIX, através de seu engajamento na campanha abolicionista e no movimento republicano, influenciada pelo movimento denominado *ilustração brasileira*.

¹ Sociedade discreta que tem como finalidade a prática da fraternidade e da filantropia entre seus membros. Associação de seres humanos, devidamente organizada, visando a realidade da Vida, na Terra e no Universo, em direção ao mundo espiritual, denominado Universo de dentro (CAMINO, 2004, p. 260).

² O termo ordem ligado a Maçonaria tem o sentido de ordenamento hierárquico, Sistema organizado simbolicamente por degraus. Os degraus dispostos no interior do templo maçônico possuem significação simbólica e são disciplinados hierarquicamente no sentido do desenvolvimento da liderança maçônica (CAMINO, 2004, p. 291).

Apesar da diminuição, ainda há certa relutância de historiadores quanto a remexer a história nacional, e parece que nesse contexto a Maçonaria brasileira foi abandonada. No entanto, no final do século XX, pesquisas envolvendo a participação da Maçonaria em acontecimentos históricos têm aumentado exponencialmente em países Europeus. Esse movimento chegou ao Brasil onde pesquisas envolvendo o tema encontraram um terreno fértil no cenário acadêmico e, ano após ano têm aumentado, mesmo ainda existindo certa oposição por ser uma instituição envolta a mistérios e teorias conspiratórias.

A historiografia vem realizando estudos acompanhando novas abordagens sobre métodos da história, acrescentando reflexões teóricas de outras ciências a fim de se obter novas alternativas para se pesquisar a história. Essa forma de olhar a história questiona fontes e problematiza os processos de reconstrução do passado, abandonando assim afirmações tidas como resolutas. O aumento de fontes e objetos historiográficos proporcionados por essa visão recente da historiografia vem permitindo um novo olhar aos métodos de pesquisa histórica. Assim, esse movimento de descobrir, ou melhor, redescobrir o passado, sobretudo o passado da nossa educação através da instituição Maçonaria ficará expresso aqui através do uso de novas fontes, novas abordagens e novos métodos que embora desconhecidos por talvez não possuírem notoriedade, tiveram importância em seu tempo e contribuíram para a construção da nossa história. Portanto, pretende-se enxergar a história ainda que por uma pequena, mas importante fresta, constituída de personagens e vidas tidas como invisíveis, mas de extrema relevância para nossa história.

A ideia de elaborar essa pesquisa surgiu das leituras de artigos e livros de Eliane Lucia Colussi, Doutora e Professora titular na área de História Medieval da Universidade de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. A autora, em seu artigo *A Maçonaria brasileira e a defesa do ensino laico (século XIX)*, publicado na revista *História & Ensino da Universidade Estadual de Londrina*, no ano de 2000, afirma que, a temática é pouco abordada pela historiografia brasileira, além de ser um assunto polêmico. A autora, em seu livro *A Maçonaria Brasileira no Século XIX*, mostra de forma sucinta, em um texto de 46 páginas recheadas de ilustrações, a Maçonaria e suas origens; uma breve história da Maçonaria brasileira; e, encerra falando da influência da Maçonaria na política e na cultura brasileira. No livro *A Maçonaria gaúcha do século*

XIX³, do ano 2000, fruto da Tese de Doutorado em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Eliane Lucia Colussi fala sobre a Maçonaria brasileira no século XIX, dando maior enfoque a participação da Ordem no Estado do Rio Grande do Sul. Nessa obra regionalizada, a autora também procura entender como os historiadores escreveram a história da Maçonaria no país.

A Maçonaria sempre foi alvo de ataques preconceituosos o que acarretou inicialmente um entrave a pesquisas universitárias envolvendo seu nome no país. Eliane Lucia Colussi é uma das pioneiras no Brasil a falar sobre a participação da Maçonaria nos acontecimentos históricos nacionais. Seu nome figura entre outros autores que aproximaram a Maçonaria do meio acadêmico, como por exemplo: Alexandre Mansur Barata, Alex Moreira Andrade, Célia M. M. de Azevedo, Fernando da Silva Magalhães, Françoise Jean de Oliveira e Souza, Frederico Guilherme Costa, Marco Morel, Milena Aparecida Almeida Candiá, Philipe Henrique Teixeira do Egito, Ivanilson Bezerra da Silva e Vanderlei da Silva. Como enunciado anteriormente, na Europa há uma gama de trabalhos envolvendo a temática e isso tem influenciado pesquisas envolvendo a *Franco-Maçonaria*⁴ no meio acadêmico no Brasil. Embora ainda incipiente, acredita-se que em breve haverá inúmeros trabalhos ligando a Maçonaria a diversos campos de pesquisas.

Partindo dessas leituras a presente pesquisa busca trazer à luz da história nacional a participação da Maçonaria na educação do país no final do século XIX, período em que levou a instituição a fundar e manter aulas noturnas e escolas maçônicas para promover uma educação pública e laica aos trabalhadores, aos jovens, aos escravos e aos ex-escravos.

Colussi (2000a) assevera que, a realidade educacional brasileira no final do século XIX era gravíssima, principalmente durante o período imperial, que deixou o ensino primário, secundário e profissional num abandono quase completo. A Maçonaria defendia firmemente a obrigatoriedade do ensino aos jovens. Com isso, a partir de 1870, surgiram as primeiras propostas de iniciação de professores nas lojas maçônicas como meio de influenciar na formação laica dos setores populares.

³ COLUSSI, Eliane Lucia. Plantando Ramas de Acácia: a Maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX. 1998. 489 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

⁴ Origina-se do francês: *franc-maçom*, que significa “maçom-livre”. Franco-Maçonaria é a tradução correspondente ao nosso idioma, porém de pouco uso no Brasil. O Franco-Maçom teve o nome simplificado para “maçom” (CAMINO, 2004, p. 177).

Colussi (2000a) demonstra que, além da defesa do ensino obrigatório, outra estratégia maçônica importante apareceu no decênio de 1870 com a criação de escolas maçônicas, cuja finalidade era difundir, nas classes populares, uma linha de ensino laica e cientificista, pois o ensino público era ineficiente e a Igreja Católica exercia forte influência no ensino privado. Foram nas décadas de 1870, 1880 e 1890 que surgiram as bases do atual ensino brasileiro, ainda que nas ideias, principalmente no seio da Maçonaria.

A dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro, em virtude de controvérsias envolvendo a temática, apresentaremos em linhas gerais a Maçonaria ao meio acadêmico através de seus principais aspectos, suas origens, sua história no mundo e no Brasil. Essa apresentação se dará através de um resumo do seu processo histórico relativo aos principais fatos de sua institucionalização. Além desse histórico, apresentaremos, ainda, as relações institucionais envolvendo a Igreja Católica e a Maçonaria no final do século XIX, também conhecida como *A Questão Religiosa*. Na última seção desse capítulo procuramos apresentar as influências maçônicas em algumas sociedades secretas existentes no Brasil no século XIX.

Além de conhecer as origens da Maçonaria e sua história é preciso compreender sua inserção social. A atuação da Maçonaria na sociedade da época, suas relações interpessoais num determinado espaço geográfico, suas relações associativas, entre outros aspectos, constituem o que o autor Morel (2001) conceitua como *sociabilidade* por causa do estudo das especificidades de uma associação de pessoas.

Marco Morel em seu artigo intitulado *Sociabilidades entre luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das Maçonarias da primeira metade do século XIX*⁵, publicado na revista Estudos Históricos no ano de 2001, ao falar do conceito de sociabilidade, revela que este era visto como tema menor, marginal e folclorizado, e que o papel dessas associações no contexto social só passou a ser valorizado após a revolução francesa.

Morel (2001) refuta a ideia de estudar determinados grupamentos humanos apenas usando informações quantitativas e comparativas. Esses grupamentos devem ser estudados conjuntamente com outras associações através de dimensões econômicas, políticas, culturais e etc. (MOREL, 2001, p. 5). “Essa multiplicidade de

⁵ MOREL, Marco. Sociabilidades entre Luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das Maçonarias da primeira metade do século XIX. Revista Estudos Históricos, v. 2, n. 28, p. 3-22, 2001.

funções permeava as associações existentes na cidade imperial brasileira no período estudado, entre as quais destacavam-se as Maçonarias (...)” (MOREL, 2001, p. 6). Os maçons também frequentavam outros tipos de associações, tais como: clubes literários, sociedades beneficentes, ligas operárias e desportivas; e, tais pertencimentos marcavam reciprocamente as instituições (MOREL, 2001, p. 6).

O mundo acadêmico internacional, e, posteriormente, o brasileiro adotou o conceito de sociabilidade para estudar a Maçonaria. Dopke (2011) diz que, esse conceito foi trazido pelo francês *Maurice Agulhon*⁶ que definiu a sociabilidade como a maneira como os homens vivem suas relações interpessoais e se inserem nos seus diversos entornos, não caracterizando somente psicologias individuais (AGULHON apud DOPKE, 2011, p. 17). A Maçonaria então, como grupo social dentre outros, deve ser entendida como fato social em constante mudança de acordo com o tempo e lugar, no entanto, mantém aparências permanentes.

Essa sociabilidade Maçônica deu ao preceito da fraternidade um aspecto abrangente. Morel e Souza (2008) explicam que, a Ordem Maçônica adotou das corporações de ofício da idade média o socorro mútuo, uma espécie de ajuda aos irmãos mais necessitados. Esse modelo de auxílio promoveu historicamente uma coesão entre os associados, facilitando assim a cooptação de novos membros. Essa espécie de socorro ou auxílio mútuo também é conhecido pelo termo *mutualismo*⁷. Desta forma, apoiados no ideário de fraternidade e mutualismo entre seus membros, foi possível à Maçonaria brasileira delinear projetos institucionais em diversos campos de atuação, dentre eles o da educação, ocupando assim o espaço deixado pelo Estado e pela Igreja, principalmente quando o assunto era levar o ensino às classes populares. Apoiado nessa compreensão, Morel e Souza (2008) elencaram a filantropia como

⁶ Maurice Agulhon (1926-2014) historiador francês, professor do Collège de France de 1986 a 1997. Especialista em França dos séculos XIX e XX, seus primeiros trabalhos tratavam da Provença e da Revolução francesa de 1848. Posteriormente, realizou estudos sobre a República Francesa e sobre a simbologia do poder republicano.

⁷O termo, oriundo do campo da Biologia, sinônimo de simbiose, define a relação onde se estabelece a interdependência entre dois ou mais organismos vivos. No campo da história e da sociologia define as relações sociais onde pessoas e instituições se associam buscando benefícios mútuos. O mutualismo compreende uma doutrina humanista, econômica e social que defende que as necessidades individuais de saúde e proteção social encontram resposta na ação integrada, solidária e cooperativa no conjunto de indivíduos. O conceito nos mostra a abrangência das redes de sociabilidade maçônica, que se ampliam para além da mera frequência aos templos e lojas maçônicas, estabelecendo relações, por exemplo, na participação em montepios (MAGALHÃES, 2013, p. 129).

sendo um dos principais fatores associativos promotores da difusão da instrução popular, através de escolas maçônicas gratuitas e laicas.

Além do estudo da Maçonaria através do prisma da sociabilidade, a instituição também precisa ser vista sob a ótica das lendas, mitos, rituais, símbolos e alegorias que permeiam sua identidade criando uma atmosfera no imaginário popular que induzem uma origem histórica que remonta a antiguidade. Essa atmosfera mítica é abordada por *Mircea Eliade*⁸ em sua obra do ano de 1992, intitulada *O Sagrado e o Profano. A essência das religiões*, onde o autor revela as manifestações e expressões do sagrado em aspectos socioculturais e históricos. Eliade (1992) ensina que, diferente da lenda, o mito é atemporal, conta uma história sagrada, um acontecimento ocorrido. Os personagens mitológicos são sempre entes sobrenaturais que possuem a função de revelarem atividades humanas expressivas e modelares.

Encerrada no primeiro capítulo a apresentação da Maçonaria, o segundo capítulo trará inicialmente um esboço da educação no país no final do século XIX, para então adentrar ao mote da pesquisa que é a participação da Maçonaria brasileira na defesa do ensino laico e na criação e manutenção de escolas no final do século XIX no Brasil. No entanto, essa abordagem se dará em dois momentos: no primeiro abordará a defesa do ensino laico, público e obrigatório pela ordem, e no segundo a criação e manutenção de escolas pela Maçonaria no período compreendido entre 1869 e 1900. Nessa seção serão apresentados o maior número possível de informações encontradas sobre escolas ou aulas noturnas, bem como das Lojas fundadoras. Portanto, nesse segundo capítulo, apresentamos as iniciativas maçônicas no campo educacional, procurando compreender a motivação que envolveram muitos maçons a buscar nesse caminho os fins pretendidos com a ampliação da educação popular no Brasil. Além disso, destacamos também nesse contexto a visão Maçônica de progresso através da educação e de formação de um novo ideal de cidadão e de sociedade.

Encerrando a pesquisa o terceiro capítulo esboçará a corrente de pensamento de um grupo social que, por um bom tempo passou despercebido pela ótica da tradicional história nacional. A atuação dos maçons nos eventos históricos brasileiros no fim do regime imperial, ocasião em que a Maçonaria enquanto *lócus*⁹ de sociabilidade

⁸ Mircea Eliade (1907 – 1986) foi professor, cientista das religiões, mitólogo, filósofo e romancista romeno.

⁹ Palavra do latim, que significa literalmente lugar, posição ou local.

transmitiu seu ideário no espaço social, especialmente no campo da educacional, influenciando a sociedade da época no período conhecido por *ilustração brasileira*¹⁰ no final do século XIX não só no envolvimento nos movimentos abolicionistas e republicanos, mas também na construção de uma identidade nacional.

A pesquisa, portanto, justifica-se no sentido de se fazer uma releitura historiográfica das relações que permearam a educação no final do século XIX, tendo como prisma a Maçonaria. Com isso identificar, se possível, o legado maçônico deixado pela Ordem na educação nacional, principalmente após a intervenção desse grupo de indivíduos no campo da História da Educação no Brasil.

Contudo, vale lembrar que, relacionar Maçonaria e Educação é verdadeiramente um enorme desafio, especialmente quando há por detrás do discurso de maçons do passado um conjunto ideológico contido num modelo pedagógico direcionado para a formação do cidadão e da democracia, isto é, romper com a ideia de atraso atrelado ao antigo regime ainda vigente no país, e a partir da Educação popular criar uma nova identidade nacional.

Assim, esse estudo se desenvolve tendo como ponto de partida o rompimento com os antigos ideais absolutistas a partir do ideário iluminista e liberal, mais próximos de uma sociedade republicana, baseada nas ideias francesas de Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Portanto, entendemos que a Maçonaria institucionalmente organizou-se no intuito de estimular a criação de escolas e aulas noturnas laicas, mistas, gratuitas e voltadas a formação para o trabalho; tendo por trás desse movimento um discurso ideológico antimonárquico e anticlerical.

Finalmente, nas considerações finais, esboçar um entendimento acerca das ideias maçônicas contidas nesse projeto pedagógico desenvolvido pelas escolas e aulas noturnas espalhadas pelo país a partir dos subsídios apresentados no texto, visando assim, elucidar a atuação dos pedreiros livres no campo educacional brasileiro no período proposto.

No entanto, não há pretensões de se esgotar o tema proposto, assim, nas considerações finais deste trabalho, elegemos assinalar determinadas possibilidades de se repensar meios de reescrever a historiografia da Educação no Brasil, principalmente

¹⁰ Crença absoluta no poder das ideias, na confiança total na ciência e na certeza de que a educação intelectual era o único caminho legítimo para melhorar os homens, para transformar a nação, para ilustrar o país (BARROS, 1986, p. 09).

a do final do século XIX. Assim, a proposta do trabalho foi de compreensão do pensamento maçônico a partir de em um contexto onde a ampliação da educação e instrução popular era vista como único caminho capaz de promover o progresso econômico e social do país. E, com isso, deixar a estrada pavimentada para novas pesquisas envolvendo o tema ou de outra especificidade de determinada escola maçônica através de um contexto local.

2. MAÇONARIA: DAS SUAS ORIGENS A CHEGADA AO BRASIL

2.1 AS ORIGENS DA MAÇONARIA

A origem da Maçonaria é um dos mistérios que nem mesmo os maçons conseguem dar conta. Um tema cercado de lendas e teorias das mais diversas. Autores dos mais diversos divergem quanto à origem da ordem, apenas afirmando que possui origens remotas que se perderam na antiguidade. As origens mais citadas na maioria das obras remontam ao Egito e aos Judeus. Segundo Knight e Lomas (2002) os textos bíblicos citam Moisés como o libertador dos hebreus do cativo egípcio e mencionam também seu conhecimento dos mistérios egípcios por ter sido membro da família real. “Qualquer que fosse o caminho tomado, a história bíblica do Êxodo demonstra claramente que o grupo liderado por Moisés era altamente egípcianizado, e que a devoção às deidades egípcias era prática normal” (KNIGHT; LOMAS, 2002, pág. 93).

Knight e Lomas (2002) estabelecem uma linha histórica de acontecimentos baseados em textos bíblicos de Abraão, passando por Isaac, Jacó e José, até chegar a Moisés. Costa (1991) ao falar da gênese Maçônica diz que essa deve ser buscada no templo de Salomão, nos Templários, nos Antigos Mistérios Egípcios, na seita dos Essênios, nos Rosa-cruzes, etc. (COSTA, 1991, pág. 29). Esses autores ligam a simbologia Maçônica, seus rituais e lendas aos egípcios e judeus.

A própria literatura Maçônica remete a origem da Maçonaria a “épocas imemoriais” por causa de todo o simbolismo maçônico e ritos de povos e tradições antigas. O conjunto de signos e símbolos contribui para reforçar essa posição. Essa afirmação de ser uma instituição que remonta a antiguidade deu a ordem um aspecto nobre e um ar mítico conforme dito por Marco Morel e Françoise Jean de Oliveira Souza:

Mais do que desacreditar as lendas, vale assinalar o chão de onde se sonha. A ponte imaginária que uma narrativa lendária constrói entre o passado e o presente pode servir como “sal” da vida, uma vez que ajuda a dar sentido maior para um cotidiano muitas vezes sem graça. (MOREL; SOUZA, 2008, p. 15).

Não se trata de criticar ou até mesmo refutar mitos e lendas, pois certamente podem de fato estar ligados às tradições históricas concretas. Rizado da Camino é, sem dúvida, um dos autores mais renomados e respeitados no meio maçônico. A maioria de suas obras, embora de livre comércio, é voltada para o público interno da

ordem. Com ele, uma vastidão de outros autores atribui a origem da Maçonaria à lenda de Hiram Abiff.

A lenda é assim repetida diversas vezes no interior das Lojas maçônicas ao redor do mundo: Reza a Lenda que Hiram Abiff, Mestre Hiram para os Maçons, foi um arquiteto fenício de um lugar conhecido por “Tiro” e que por ocasião da construção do templo de Jerusalém pelo rei Salomão, foi por ele contratado para ser o mestre de obras e liderar os demais artífices. Segundo a lenda, Hiram era hábil escultor e conhecedor de arquitetura, geometria e matemática. A lenda traz ainda a informação que Mestre Hiram conhecia a geometria divina, a mítica medida sagrada, e que esse conhecimento era fruto de apenas uma palavra secreta, o nome inefável de Deus”. Hiram chefiou uma enorme quantidade de obreiros divididos em três categorias de acordo com o grau de conhecimento e aptidão: Aprendizes, Companheiros e Mestres. Cada um desses graus hierárquicos possuía conhecimentos específicos e tinham símbolos e códigos de reconhecimento próprios de cada grau. Cada um possuía uma determinada remuneração de acordo com o Grau e estágio de conhecimento e recebiam seus salários em locais diferentes no templo. Segundo a lenda três perversos “Companheiros” cercaram Mestre Hiram; um em cada entrada do templo; e exigiram dele a palavra secreta objetivando atingir o grau de “Mestre”. Abiff disse aos ambiciosos que só revelaria a palavra secreta ao final da empreitada. Inconformados com a relutante recusa do Mestre, o assassinaram. Temerosos pelo acontecido enterraram o corpo de Hiram e fugiram. O rei Salomão após o sumiço do Mestre ordenou que o procurassem por todo o reino. O corpo do Mestre Hiram foi encontrado por um grupo de guerreiros do rei enterrado embaixo de uma acácia. De acordo com a lenda os malfeitores foram localizados e condenados à morte, e, o Mestre Hiram teria sido ressuscitado (CAMINO, 2005, p. 202).

Camino (2005) destaca que a lenda é repetida diversas vezes no interior das lojas maçônicas no mundo inteiro, e, portanto, assegura a existência de Hiram Abiff por citações nas histórias Hebraicas e na Bíblia nos capítulos iniciais do livro de Reis. A lenda também é abordada sucintamente por Morel (2008) que também faz comentários remetendo os ensinamentos maçônicos ao Egito Antigo (MOREL; SOUZA, 2008, p. 23-24). Mesmo não existindo de fato uma comprovação de sua existência a lenda Maçônica da morte e ressurreição de Hiram Abiff traz ensinamentos filosóficos. Ressalta a luta diária do maçom contra a tirania, a ignorância e o fanatismo, fazendo referência aos três maus discípulos. Ilustra também os sentimentos de coragem e fidelidade apregoados nos ritos de passagem conforme ensinamentos de Morel e Souza (2008):

Sabemos que os rituais de passagem se baseiam em um esquema que comporta o sofrimento, a morte e a ressurreição. Em geral, morre -se para a vida profana, sendo a morte a suprema iniciação, o começo de uma nova existência espiritual (...). A ressurreição é representada pelo desvendamento dos olhos, quando o neófito recebe a luz, ou seja, renasce como Hiram,

transformado e experimentando uma nova existência de sabedoria. A partir desse momento, o novo membro torna-se apto a iniciar uma longa jornada rumo ao conhecimento, até que a “verdade absoluta” lhe seja revelada. (MOREL; SOUZA, 2008, p. 25)

A memória Maçônica é exaustivamente exercitada seja do ponto de vista lendário ou histórico. Embora existam inúmeras controvérsias sobre a origem da franco-Maçonaria há um consenso entre os historiadores ao ligarem sua origem às corporações de ofício da Idade Média, quando pedreiros engenhosamente erguiam monumentos e catedrais por todo o continente europeu. Esses pedreiros tinham permissão dos reis da Europa para circularem livremente por todo o velho continente, sendo denominados “*pedreiros livres*” do inglês “*free mason*”. Suas técnicas e meios de reconhecimento serviram de terreno para o surgimento de um moderno grupo secreto, a Franco-Maçonaria. Esses homens reunidos em lojas debatiam ideias, elegiam seus próprios líderes, escolhiam democraticamente novos associados e valorizavam o aprendizado, portanto, uma associação moderna e inovadora, que logo influenciaria a cultura política da época (BENIMELI, 2007, p. 32).

Havia à época diversas associações, dentre elas se destacava a dos construtores de catedrais pelo uso de simbolismos esotéricos, matemática, geometria e técnicas secretas de construção que eram transmitidas somente aos membros associados. Benimeli (2007, p. 32) indicou que “o esquadro, o nível e o compasso converteram-se em seus atributos e símbolos característicos”. Esse momento foi chamado pelo meio maçônico de Maçonaria operativa. Esses trabalhadores de pedra além do uso de seus utensílios de trabalho como símbolos, também adotaram formas de reconhecimento ainda usados atualmente, conforme Benimeli indica:

Decididos a formar um corpo independente da massa de obreiros, imaginaram senhas entre si e toques para se reconhecer. Chamavam isso de instrução verbal, saudação e senha manual. Os Aprendizes, os Companheiros e os Mestres eram recebidos com cerimônias particulares e secretas. O Aprendiz elevado ao grau de Companheiro jurava jamais divulgar, em palavras ou por escrito, os dizeres secretos de saudação. Era proibido aos Mestres, e também aos Companheiros, ensinar aos estranhos os estatutos constitutivos da Maçonaria. (BENIMELI, 2007, p. 32)

A maioria desses pedreiros era constituída de pessoas sem nenhum tipo de instrução formal o que causava estranheza aos intelectuais da época o uso dessa simbologia. A simbologia possibilitava o aprendizado das técnicas e promovia com isso uma hierarquia de sinais e signos. O sigilo das instruções de cada um desses graus

hierárquicos era de extremo valor para seus membros. Daí a afirmação de Colussi (2012, p. 5) que o tal “segredo maçônico” reside nas tradições das corporações de ofício da Idade Média onde “(...) estava relacionado a um juramento que implicava a não revelação do conjunto dos conhecimentos técnicos (especialmente matemáticos) da arte da construção (...).”

Esse juramento característico do período medieval tinha como punição em caso de violação o corte da garganta e a retirada da língua do traidor, portanto, punia-se com a morte. Atualmente, segundo Benimeli (2007), essa ameaça é meramente uma alegoria, uma encenação teatral a fim de esculpir uma lembrança inabalável que evite seu descumprimento.

O autor salienta que há diferentes versões sobre a origem do termo *franco-maçom* (BENIMELI, 2007, p. 53). A interpretação de maior aceitação faz menção aos privilégios próprios dos construtores de catedrais, pois gozavam da proteção da Igreja Católica, e eram isentos de cumprir os estatutos locais. Os também chamados *pedreiros livres* possuíam uma espécie de “salvo-conduto¹¹”, que lhes proporcionavam entrar e sair livremente dos países em toda a Europa (BENIMELI, 2007, p. 36).

Com o advento do renascimento, humanismo e revolução científica, o universo medieval se desestruturou juntamente com as corporações de ofício (COLUSSI, 2012, p. 5). As construções de catedrais haviam chegado ao seu final e os pedreiros livres passaram a se ocupar da construção de edifícios. Esses homens a despeito de não possuírem conhecimento formal eram profundos conhecedores das técnicas de construção e por conta disso gozavam de certo prestígio social (COLUSSI, 1998, p. 27).

Intelectuais, pensadores, filósofos e alquimistas medievais influenciados pelo movimento emergente do iluminismo eram frequentemente perseguidos pela Igreja Católica por causa de suas ideias consideradas atentatórias a ordem vigente. Esses homens encontrariam refúgio nas corporações de ofício dos pedreiros livres possuidores de privilégios. Da união dos intelectuais do iluminismo em busca de proteção e dos pedreiros em busca de status social seria formada a chamada *Maçonaria especulativa*¹². Os novos integrantes da corporação de ofício, chamados *maçons-*

¹¹ Salvaguarda através de documento que autoriza alguém a viajar e transitar livremente.

¹² O termo especulativo foi conferido por causa do espaço de especulação advindas das discussões e debates sobre ciência e política.

aceitos, como passaram a ser conhecidos, embora não compartilhassem da profissão de construtores acrescentariam seus ensinamentos místicos e filosóficos aos construtores. Com o passar do tempo, o elemento especulativo passou a predominar ao elemento operativo (STEVENSON, 2009, p. 23).

Os detalhes dessa transformação de uma organização medieval de hábeis construtores em uma espécie de sociedade filosófica são obscuros, assim como suas origens perdidas num passado cheio de lendas e mitos. Há, entretanto, um consenso entre historiados ao relacioná-la ao movimento iluminista que rompeu com o sistema feudal através da ideia da valorização do homem e de seus feitos; do progresso e ideais de liberdade, igualdade e fraternidade (AZEVEDO, 1997, p. 180).

As *Old Charges*¹³ são consideradas os documentos mais antigos que fazem referência a Maçonaria. São manuscritos que descrevem os deveres, os segredos e os usos da fraternidade (STEVENSON, 2009, p. 22). Segundo Palou (2012) a palavra “*Franco-Maçom*” aparece no *Texto Régius*, o mais antigo e conhecido, datado de 1388-1445 e atualmente sob a guarda do Museu Britânico de Londres (PALOU, 2012, p. 33).

Estevenson (2009) indica que há evidências do surgimento da Maçonaria especulativa na Escócia no final do século XVII. No entanto, foi na Inglaterra, no início do século XVIII, que o movimento se consolidou. A Maçonaria em seu início, se colocava acima das religiões. Suas reuniões secretas e sua ritualística atraíam membros da aristocracia e da nobreza. A cidade de Londres gozava de certa liberdade política por causa do Parlamento e de uma imprensa influente (ESTEVENSON, 2009, p. 20).

Segundo Castellani (1995), as reuniões eram realizadas em tabernas¹⁴ e cervejarias que serviam como local de concentração desses obreiros. Da união das tabernas *The Goose and Gridiron* (O Ganso e a Grelha) e *The Crown* (A Coroa), como também as tabernas *The Apple Tree* (A Macieira) e *The Rummer and Grapes* (O Copázio e Uvas) surgiu a Grande Loja de Londres em 1717, órgão central da Maçonaria no mundo (CASTELLANI, 1995, p.47).

Em 1723, o Livro das Constituições de Anderson como ficou conhecido, por ter sido elaborado pelo pastor protestante James Anderson, tornou-se a Carta Magna

¹³ Antigos deveres.

¹⁴ Estabelecimento onde se vendem bebidas alcoólicas. Restaurante ordinário; tasca, bodega, botequim, boteco, biroasca.

da Maçonaria especulativa. A Constituição de Anderson difundia ideais humanitários, deístas e de tolerância religiosa. Benimeli (2007), ao falar sobre a tolerância religiosa e da diversidade do cristianismo na Europa realçou o descontentamento do papado com a Maçonaria, que certamente tomaria maiores proporções no futuro:

Quanto à essa religião a respeito da qual todos os homens estão de acordo, não nos enganemos, a mesma não pode ser outro senão a religião cristã. Nenhuma outra tem relevância na Inglaterra, nem mesmo na Europa. Mas essa religião cristã, em sua diversidade, é aquilo que Roma não podia admitir, e por essa razão o papado vai combater a Maçonaria. (BENIMELI, 2007, p. 49)

A origem da Maçonaria ligada as corporações de ofício dos pedreiros da idade média explica os motivos da simbologia Maçônica voltar-se para o tema da construção, todavia, não mais de catedrais ou edifícios e sim de construção da humanidade. Símbolos de instrumentos de pedreiro como: esquadro, nível, prumo, malhete, régua e compasso são usados nos rituais maçônicos na construção do templo da virtude e da verdade, isto é, a construção do homem e de sua personalidade (EGITO, 2011, p. 15).

Era inevitável a propagação da Maçonaria mundialmente ainda que em alguns casos de maneira irregular sem o reconhecimento da Grande Loja de Londres. Em países onde havia maior tolerância religiosa o crescimento foi mais rápido do que nos países onde havia forte influência da Igreja Católica, como Espanha e Portugal e, conseqüentemente, em suas colônias. Por isso o processo de formação da Maçonaria no Brasil sofreu prejuízos em seu início (GONÇALVES, 2012, p. 38).

A Maçonaria nos séculos XVIII e XIX, por conta dos ideais iluministas, esteve sempre ligada ao campo da educação (EGITO, 2011, p. 13). No século XIX a Maçonaria engendrou esforços por todo o mundo, a fim de proporcionar aos povos uma educação laica e racionalista. Esse movimento aportou em território brasileiro na segunda metade do século XIX (EGITO, 2011, p. 14).

2.2 A MAÇONARIA NO BRASIL

Não muito diferente de suas origens, a Maçonaria no Brasil também possui suas obscuridades e relatos fantasiosos. Os ecos do movimento iluminista e das ideias de emancipação ecoaram em nosso território no final do século XVIII após a Revolução Francesa.

Inicialmente, apontou-se que a Maçonaria brasileira teve como marco inicial o *Areópago de Itambé*¹⁵ fundado em 1796 em Pernambuco conforme informa Castellani (2009). No entanto, essa tese não mais encontra adeptos após a descoberta de que as pessoas que faziam parte dessa instituição não eram em sua totalidade maçons. O Areópago era um local de reuniões de pessoas de diversos segmentos sociais que contribuíram com a eclosão do movimento revolucionário de 1817 em Pernambuco (COSTA, 1993, p. 25).

Outro marco envolto em polêmicas refere-se à Loja intitulada “Cavaleiros da Luz” tida como a primeira instituição Maçônica do Brasil, na Bahia, em 1797. Costa (1993) comprovou que o funcionamento dessa Loja maçônica não era regular segundo as leis e tradições maçônicas, pois seu funcionamento era no interior da Fragata “La Preneuse” ancorada na localidade da Barra em Salvador/BA. Segundo Costa (1993), os documentos comprobatórios encontram-se no artigo intitulado “Primórdios das Sociedades Secretas na Bahia” publicado no volume XV dos Anais do Arquivo Público da Bahia. Nesse documento consta o caráter emergencial de seu funcionamento abordo da embarcação (COSTA, 1993, p. 24).

O historiador Barata (1999, p. 59) afirma que “até o final do século XVIII, não existia no Brasil a Maçonaria, entendendo-se como uma organização institucionalizada e com funcionamento regular nos mesmos moldes das outras organizações maçônicas internacionais”. Oficialmente, a cronologia Maçônica brasileira remete ao manifesto de José Bonifácio (COLUSSI, 2000b, p. 110). No manifesto, José Bonifácio menciona as primeiras lojas maçônicas no país fundadas em 1801 e 1802 no Rio de Janeiro e Bahia, respectivamente, ambas filiadas à Grande Loja da França (COSTA, 1993, p. 31-38).

Castellani (2009) infere que a primeira Loja maçônica funcionando regularmente no Brasil data de 1800. Trata-se da Loja *União*, fundada em Niterói e filiada ao Grande Oriente da Ilha da França. Segundo o autor, a Loja União, tendo crescido ligeiramente, transformou-se na Loja *Reunião*, em 1801, continuando sua filiação ao Grande Oriente da França (CASTELLANI, 2009, p. 27). No entanto, essa afirmação de Castellani (2009) diverge de autores como Costa (1993) e Morel e Souza (2008) que afirmam que a primeira Loja Maçônica regular no Brasil é a *Reunião*

¹⁵ Um Areópago é uma típica sociedade secreta com fins políticos e revolucionários. Totalmente irregular dentro dos tradicionais princípios maçônicos, instalada em 1796 na raia das províncias de Pernambuco e Paraíba (COSTA, 1993, p. 26).

fundada em Niterói na província do Rio de Janeiro em 1801 (COSTA, 1993, p. 32; MOREL; SOUZA, 2008, p. 68).

Colussi (2000b, 2012) se posiciona no mesmo sentido de Castellani (2009) quando mostra numa ilustração que no ano de 1800 foi instalada em Niterói a Loja União; no ano de 1801 no Rio de Janeiro a Loja Reunião; em 1802 instalou-se em Salvador na Bahia a Loja Maçônica “Virtude e Razão”. Em 1804, o Grande Oriente Lusitano funda na cidade do Rio de Janeiro duas lojas maçônicas: “Constância” e “Filantropia”, que em 1806 foram fechadas por ordem do Conde dos Arcos, vice-rei do Brasil. Havia também no Rio de Janeiro as Lojas Maçônicas “Beneficência” e “São João de Bragança”, ambas fechadas por D. João VI (COLUSSI, 2012, p. 18).

Costa (1993), Castellani (2009) e Colussi (2012) ratificam que em 1815, na cidade do Rio de Janeiro sobreveio a fundação da Loja Maçônica “Comércio e Artes” filiada ao Grande Oriente Lusitano. Nessa época, além da proibição de partidos políticos e sociedades secretas, havia, como frisado anteriormente, intensa repressão a movimentos liberais na colônia. Essa postura vigilante tornou-se impiedosa ao punir diversos maçons com a morte (MOREL; SOUZA, 2008, p. 75).

A Revolução Pernambucana, em 1817, foi drasticamente reprimida a ponto de ser expedido, em 1818, um Alvará por D. João VI proibindo o funcionamento de sociedades secretas na colônia (MOREL; SOUZA, 2008, p. 72). A violação a essa ordem seria considerada crime e os integrantes que participassem seriam punidos com a pena de morte. Obviamente que esse decreto visava diretamente a Maçonaria. No entanto, os maçons da época, mesmo correndo risco de morte continuaram se reunindo noutros locais, disfarçados de clubes recreativos. Os maçons brasileiros dessa época eram considerados subversivos, criminosos, que deveriam ser perseguidos e mortos por atentarem contra a Coroa (COLUSSI, 2012, p. 18).

A Loja Maçônica Comércio e Artes foi reaberta ainda em 24 de junho de 1821, tendo por obediência o Grande Oriente de Portugal (COSTA, 1996, p. 76). No início do ano de 1822 a Loja Maçônica Comércio e Artes tinha números suficientes para desdobramento em mais duas outras Lojas e assim formar uma obediência Maçônica brasileira. Os frutos da Loja Comércio e Artes foram as Lojas: “União e Tranquilidade” e “Esperança”, de Niterói. Então, surgiria em 17 de junho de 1822 o *Grande Oriente do Brasil* sob a direção de José Bonifácio de Andrada e Silva, eleito

*Grão-Mestre*¹⁶ do Grande Oriente do Brasil. Uma vez fundado o Grande Oriente do Brasil, nosso país então estava preparado para dar o passo seguinte, à independência de Portugal, conforme planejado pelos maçons brasileiros (COLUSSI, 2012, p. 21).

O quadro a seguir (quadro 1), elaborado com base nas obras literárias de José Castellani *A História do Grande Oriente do Brasil* e Eliane Lucia Colussi *A Maçonaria brasileira no século XIX*, traz um resumo da cronologia dos principais fatos relacionados a Maçonaria brasileira desde suas origens até a fundação do Grande Oriente do Brasil. Colussi (2012) traz uma ilustração das principais lojas maçônicas oficialmente instaladas no Brasil, desde a loja União em 1800 a instalação das lojas Restauração, Patriotismo e Guatimosim em Pernambuco no ano de 1816 (COLUSSI, 2012, p. 18).

Quadro 1: cronologia maçônica brasileira (1796-1822)

RESUMO DA CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS FATOS RELACIONADOS A MAÇONARIA BRASILEIRA	
DATA	FATO
1796	Fundação em Pernambuco do “Areópago de Itambé”
1797	Instalação da <i>loja</i> “Cavaleiros da Luz” na Bahia
1800	Criação, em Niterói, da <i>loja</i> “União”
1801	Inauguração da <i>loja</i> “Reunião”, sucessora direta da “União”
1802	Estabelecimento da <i>loja</i> “Virtude e Razão” na Bahia
1804	Fundação das <i>lojas</i> “Constância” e “Filantropia”, Rio de Janeiro
1806	<i>Lojas “Constância e “Filantropia” fechadas por ordem do Conde de Arcos</i>
1807	Instalação da <i>loja</i> “Virtude e Razão Restaurada”, sucessora da “Virtude e Razão”
1809	Criação, em Pernambuco, da <i>loja</i> “Regeneração”
1812	Inauguração da <i>loja</i> “Distintiva”, em São Gonçalo da Praia Grande (Niterói)
1813	Estabelecimento, na Bahia, da <i>loja</i> “União”
1814	Loja Patriotismo em Recife
1815	Fundação, no Rio de Janeiro, da <i>loja</i> “Comércio e Artes”
1816	Loja São João de Bragança no Rio de Janeiro
1816	Loja: Pernambuco do Oriente, Restauração e Guatimosim, todas em Recife.
1818	Expedição de Alvará proibindo o funcionamento das sociedades secretas.
1821	Reinstalação da <i>loja</i> “Comércio e Artes”
1822	17 de junho: fundação do <i>Grande Oriente do Brasil</i>

¹⁶ Grão-Mestre é o cargo mais alto da Maçonaria (CAMINO, 2004, p. 186).

Fontes: CASTELLANI, José. Os primórdios da Maçonaria no Brasil. In: _____; CARVALHO, William Almeida de. **História do Grande Oriente do Brasil: a Maçonaria na história do Brasil.** São Paulo: Madras, 2009, cap. 2, p. 31. COLUSSI, Eliane Lucia. **A Maçonaria Brasileira no Século XIX.** São Paulo: Saraiva, 2012, p. 18.

Com o retorno de D. João VI a Portugal, houve enorme pressão dos portugueses para o restabelecimento das relações coloniais já que o Brasil havia deixado de ser a sede do reino. Colussi (2012) afirma que D. Pedro, ao aproximar-se dos defensores dos interesses brasileiros, muitos deles maçons, deixou de cumprir os decretos portugueses que exigiam sua saída da colônia e a extinção dos tribunais superiores no Rio de Janeiro.

A reação brasileira às medidas recolonizadoras desembocou no dia do famoso Fico, em 09 de janeiro de 1822. Nesse momento, ficava também evidenciada a existência de duas facções entre os brasileiros: uma liderada por José Bonifácio, que defendia a independência conseguida sem grandes traumas; a segunda liderada por Gonçalves Ledo (representante das ideias maçônicas), defendia a independência conquistada por meio de mudança sociais mais radicais (Colussi, 2012, p. 21).

José Bonifácio foi eleito Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil intencionalmente por conta de suas ligações com o príncipe regente. O curioso é que ele sequer esteve presente na reunião em que foi eleito para exercer o cargo. “(...) A instituição alcançou o seu objetivo, pois, pelas mãos de José Bonifácio, também D. Pedro foi iniciado na Maçonaria, em 2 de agosto de 1822(…)” (COLUSSI, 2012, p. 22).

O príncipe regente, na sessão seguinte, três dias depois de sua iniciação, dia 05 de agosto, passou para o grau de mestre, e na sessão do dia 04 de outubro do mesmo ano foi aclamado Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil (MOREL; SOUZA, 2008, p. 101). Assustado com os rumos das discussões entre os maçons, D. Pedro, determinou o encerramento das atividades maçônicas no dia 25 de outubro de 1822, alguns dias após assumir o ofício de Grão-Mestre, assinando ao final da ordem *Pedro Guatimosim*¹⁷, pseudônimo herdado na Maçonaria. (GOMES, 1975, p. 91; COLUSSI, 2012, p. 22). O imperador chegou a tentar sem êxito transferir a sede do Grande Oriente do Brasil para palácio da Quinta da Boa Vista. No entanto, as principais lideranças maçônicas estavam presas ou exiladas. Curiosamente, em 15 de julho de

¹⁷ Apelido maçônico do monarca em homenagem ao último chefe indígena Asteca.

1824, D. Pedro escreve uma carta para seu pai, D. João VI, informando seu ingresso na Maçonaria (MOREL; SOUZA, 2008, p. 102).

Morel e Souza (2008) falam da importância desse espaço de debate e união política em prol da independência. A Maçonaria brasileira inegavelmente teve papel decisivo no “Movimento de 1822”. Existindo divergências ou não entre os maçons, a independência, enfim, aconteceu. Morel e Souza (2008) trazem a luz esse marco histórico:

(...) A proclamação da Independência não ocorreu no dia 7 de setembro de 1822 nas margens do então riacho Ipiranga, em São Paulo trata-se de uma memória histórica produzida posteriormente e, de tanto repetida, tornou-se “verdadeira” na consciência da maioria dos brasileiros. Mas é interessante verificar que não há, na época, nenhum registro sobre a proclamação da Independência na referida data: jornais, documentos oficiais, leis e correspondência privada não falam disso. A proclamação oficial da Independência ocorreu no dia 12 de outubro de 1822 no Rio de Janeiro, quando da aclamação do príncipe português Pedro de Alcântara como d. Pedro I, defensor perpétuo e imperador do Brasil. A partir daí é que se começou a contar oficialmente a autonomia nacional, que se difundiu e propagou por outras províncias, com aclamações semelhantes em cada localidade (MOREL; SOUZA, 2008, p. 98).

De fato, como se vê, o dia 7 de setembro como data da independência é um marco meramente simbólico. A independência só se deu de fato no fim de 1824 com o encerramento dos conflitos entre portugueses e brasileiros em território nacional. Segundo Morel e Souza (2008) o Sete de setembro começou a ser comemorado discretamente em 1825 e passou a ganhar destaque com o tempo como se tivesse ocorrido através de um ato voluntarioso de apenas um personagem (MOREL; SOUZA, 2008, p. 99).

Colussi (2000b, 2012) revela algo sabido e comentado no seio da Maçonaria ao falar da independência do Brasil, corrigindo assim uma injustiça centenária. É muito comum encontrar nos livros de história do Brasil o título de patriarca da independência atribuído a José Bonifácio, no entanto, o verdadeiro mentor, Gonçalves Ledo, caiu no esquecimento (COLUSSI, 2000b, p. 106-108). Os maçons consideram José Bonifácio traidor da causa emancipacionista, e Gonçalves Ledo o mentor dos acontecimentos, a figura maiúscula do movimento. Morel e Souza (2008) relatam que Bonifácio quando atuava como Ministro do Império perseguiu os maçons próximos a Gonçalves Ledo acusando-os de subversivos e de complô contra a ordem pública. No entanto, há autores como Fausto (1995) e Costa (2010, 2015) que explicam as origens das

imagens positivas e negativas atribuídas a José Bonifácio que, ora é retratado como conservador e absolutista, ora como liberal conservador. Emília Viotti da Costa autora das obras: *Da Monarquia a República: momentos decisivos*¹⁸ e *Brasil: história, textos e contextos*¹⁹ dedica, em ambas, capítulos inteiros a José Bonifácio enaltecendo sua participação na independência do Brasil chamando-o de mito.

A autora revela que as desinteligências entre Gonçalves Ledo e José Bonifácio contribuíram para questionamentos a respeito da figura de Bonifácio na participação dos acontecimentos ligados a independência do Brasil. Boris Fausto (1995) em seu livro *História do Brasil*²⁰ fala da dificuldade de rotular o pensamento de José Bonifácio que defendia ideias progressistas no campo social, como a extinção do tráfico de escravos e a escravidão, a reforma agrária e a liberdade de imigração. Segundo o autor Bonifácio chamava os adversários de esfarrapadas bandeiras sujas e caótica democracia, pois considerava adequada para o Brasil da época uma monarquia constitucional. Os conservadores defendiam, em princípio, a maior autonomia do Brasil com relação a Portugal, só em segundo momento a ideia de independência. Desejavam uma monarquia constitucional com representação limitada, com garantia de ordem e estabilidade social. A corrente radical dos extremados que buscavam a independência através da república, do voto popular (FAUSTO, 1995, p. 133). Infere-se, portanto, que desse contexto tenha surgido a imagem negativa de José Bonifácio.

Durante o primeiro reinado, a Maçonaria nacional se viu na clandestinidade. Além da ordem, do agora imperador do Brasil, proibindo as atividades maçônicas, outro episódio enfraqueceu o Grande Oriente do Brasil: as disputas e divergências políticas entre José Bonifácio e Gonçalves Ledo (MOREL; SOUZA, 2008, p. 126).

A clandestinidade durou de 1822 a 1831. Com o fim do primeiro reinado após a abdicação de Dom Pedro I, em 7 de abril de 1831, os maçons começaram a se reagrupar para o retorno das atividades (COLUSSI, 2000b, p.110). Conforme destacado por Morel e Souza (2008) entre os anos de 1830 e 1860 assistiu-se no Brasil a uma proliferação da Maçonaria. No entanto, essa dinâmica expansionista seguia acompanhada de divisões e conflitos. Outro dado marcante é que nessa época surgiram

¹⁸ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Unesp, 2010.

¹⁹ COSTA, Emília Viotti da. *Brasil: história, textos e contextos*. São Paulo: Unesp, 2015.

²⁰ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995.

os primeiros textos impressos provenientes de autoridades maçônicas fazendo com que a atuação da Maçonaria se tornasse pública e atuante socialmente.

Colussi (2000b) aborda esse momento histórico ao citar que em 23 de novembro de 1831 os remanescentes do primeiro e reconhecido Grande Oriente Brasileiro, de 1822, tendo à frente José Bonifácio, constituíram o Grande Oriente do Brasil, em 23 de novembro de 1831 (COLUSSI, 2000b, p. 113). Em 1831, José Bonifácio redigiu o célebre manifesto dirigido a todos os brasileiros e as Maçonarias no exterior dando conta da retomada das atividades com toda força e vigor, além de trazer um relato histórico da Maçonaria brasileira até aquela data. Ocorre que, pouco antes da reinstalação do Grande Oriente do Brasil outro havia surgido chamado Grande Oriente Nacional Brasileiro ou popularmente conhecido por Grande Oriente do Passeio, em referência à rua onde funcionava, este sob a liderança de Gonçalves Ledo, que, segundo Colussi (2000b), já vinha se organizando desde 1829. Segundo Castellani (2009) consta no manifesto de 1831 de José Bonifácio, o convite ao Grande Oriente do Passeio para ambos se unirem numa só organização, o que não foi aceito.

Colussi (2000b) afirma que para maioria dos historiadores maçônicos o objetivo de José Bonifácio em reerguer o Grande Oriente do Brasil era pessoal, pois Bonifácio tinha pretensões políticas almejando o retorno de D. Pedro I ao trono (COLUSSI, 2000b, p. 115). O Grande Oriente do Passeio não durou muito tempo. Enfraquecido acabou desaparecendo em meados de 1840. Segundo Colussi (2000b) o poder maçônico da Rua do Passeio se uniu em 1842 ao Supremo Conselho do Conde de Lajes, passando a denominar-se Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito do Império do Brasil. Daí em diante se enfraqueceu ressurgindo pouco tempo depois com o mesmo nome sob o *malhete*²¹ do senador Alves Branco (COLUSSI, 2000b, p. 117).

A partir de meados da década de 1840, o Grande Oriente do Brasil atuou soberanamente como única e exclusiva força Maçônica no país até o ano de 1863 onde houve nova cisão (COLUSSI, 2000b, p. 117). Castellani (2009) explanou sobre a divisão do Grande Oriente do Brasil em duas potências: o Grande Oriente do Lavradio, que permaneceu sendo reconhecido e visto como legítimo e regular; e o Grande

²¹ Diminutivo de malho; (...) é o símbolo da autoridade (CAMINO, 2004, p. 163).

Oriente dos *Benedictinos*²² constituído de membros dissidentes do primeiro (COLUSSI, 2000b, p. 125). Essa divisão durou de 25 de novembro de 1863 a 18 de dezembro de 1882. Segundo a literatura Maçônica as razões dessa cisão estão relacionadas a disputas políticas internas e disputas de caráter pessoal entre os principais líderes (COLUSSI, 2000b, p. 125).

A literatura Maçônica costuma dar pouca importância a essa cisão. Na verdade, essa divisão e as demais posteriores como as ocorridas no século XX estão sempre envolvidas a disputas políticas internas pelo poder e em alguns casos até mesmo disputas pessoais. A Maçonaria brasileira, entre disputas internas e rupturas, se consolidou após 1870. Conforme nos mostra Barata (1999), a disputa entre a Igreja Católica e a Maçonaria por influências na política e na educação do país, “*A Questão Religiosa*”, acabou unindo os maçons Brasil afora. A Maçonaria brasileira, entre as décadas de 1870-1910, se transformou numa das mais influentes organizações não governamentais do país, atuando em várias áreas e atividades, dentre elas, a educação (BARATA, 1999, p. 68).

2.3 AS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS ENTRE A IGREJA CATÓLICA E A MAÇONARIA NO FINAL DO SÉCULO XIX – “A QUESTÃO RELIGIOSA”

Historicamente a Maçonaria sempre esteve por trás de movimentos libertários, como por exemplo, a Revolução Francesa. A Maçonaria imbuída dos ideais iluministas, somados ao seu caráter secreto sempre foi vista como ameaça a segurança dos governos, principalmente aos do antigo regime. Sua atuação questionadora da visão de mundo propagada pela Igreja Católica, seu liberalismo e a valorização do homem, fomentou diversos tipos de censura as suas atividades.

Segundo Colussi (2012, p. 13), “(...) os poderes civis e religiosos condenaram a Maçonaria desde os primeiros tempos da fase especulativa”. Colussi (2012) ainda traz a informação de que foram as condenações da Igreja Católica contra a Maçonaria que fomentaram o clima de confronto entre as duas instituições. A Igreja Católica condenava a Maçonaria por tudo aquilo que nela era desconhecido e obscuro. A

²² Nome dado por causa do Mosteiro de São Bento localizado no Morro de São Bento, no Centro da cidade do Rio de Janeiro.

atuação da Maçonaria sob influência das ideias iluministas desde a Revolução Francesa abalou as bases do catolicismo. Na opinião de Eliane Lucia Colussi:

A Igreja Católica estava muito enfraquecida, especialmente desde o início da Reforma. O surgimento de novas religiões cristãs lhe fazia frente. A sua fragilização política crescia com a vitória do liberalismo em diversos países. Enfim, os Estados secularizavam-se, ou seja, a Igreja era afastada da influência política (COLUSSI, 2012, p. 13).

O liberalismo defendido pela Maçonaria tinha como base a liberdade completa do indivíduo sobre suas crenças e a não influência da Igreja nos assuntos de Estado. A Igreja Católica se valia do ar obscuro e desconhecido da Maçonaria para combatê-la. A Maçonaria por sua vez ao defender a liberdade religiosa trazia temor a Igreja. A Maçonaria exigia apenas de seus futuros membros que acreditassem na existência de um ser criador, isto é, em Deus, sem que fosse preciso professar qualquer religião (COLUSSI, 2012, p. 13).

É importante ressaltar que, conforme nos diz Salomão (1998), não foram os Papas os primeiros a condenar a Maçonaria. Medidas contra sociedades secretas vinham sendo tomadas por governantes em várias partes do mundo. No entanto, o marco inicial oficial das condenações da Igreja Católica a Maçonaria surgiu no ano de 1738 conforme descrito por Colussi (2012) “(...) O primeiro documento católico de condenação data de 28 de abril de 1738; trata-se da bula do Papa Clemente XII, In *Eminentissimi Apostolatus Specula*²³ (...)” (COLUSSI, 2012, p. 13).

A bula papal continha em seu texto motivos, sendo as principais: político, religioso e secreto. Conforme explicado por Salomão (1998), a motivação política refere-se a segurança dos reinos afirmando que essas sociedades resultam em grandes males para sua tranquilidade e não estão em harmonia com as leis civis. O religioso está calcado na união de homens de diversas religiões que podem resultar em prejuízos a saúde das almas. Por fim, o caráter secreto, ligado aos segredos que envolve a instituição e suas reuniões a portas fechadas (SALOMÃO, 1998, p. 79-81).

A partir de 1738, mas principalmente no século XIX, as perseguições e condenações à Maçonaria cresceram. Inúmeros documentos papais contrários a Maçonaria foram editados. O período de maior perseguição da Igreja Católica a Maçonaria foi nos pontificados dos Papas Pio IX e Leão XII. Colussi (2012) destaca a

²³ É uma encíclica antimaçônica, em forma de decreto, escrito pelo Papa Clemente XII em 28 de abril de 1738.

edição de 201 documentos condenando as práticas Maçônicas. Esses pontificados estão ligados ao movimento denominado *ultramontano*²⁴, objetivando a reafirmação dos valores do catolicismo contra o protestantismo e o liberalismo (COLUSSI, 2012).

A partir de 1860, esse movimento liderado pelo papa Pio IX envolveu todo o clero contra o movimento liberal. De um lado o espírito clerical conservador, do outro os liberais, em sua maioria maçons. Os ultramontanistas recorriam preeminência do poder espiritual acima de qualquer outro, portanto, a supremacia do papa nas questões éticas, morais e de fé. Defendiam também precedência do ensino religioso católico, administração de cemitérios e o impedimento de exposição pública de outras religiões. A Maçonaria propagando ideias liberais e, portanto, um ponto de encontro de revolucionários, se tornaria um empecilho ao conservadorismo daqueles ligados à Igreja e aos regimes absolutistas.

Salomão (1998), em seu livro, fez diversos comentários sobre a primeira bula papal condenando a Maçonaria. O quadro a seguir (quadro 2) foi extraído do livro *Igreja Católica e Maçonaria: as causas do conflito*, contendo os principais editos papais de 1738 a 1906 (SALOMÃO, 1998, p. 100).

Quadro 2: condenações pontíficas (1738-1906)

As condenações pontíficas contra a Maçonaria		
Papa	Data	Documento
Clemente XII	28/04/1738	Const. Apostólica “In Eminentí”
Bento XIV	18/05/1751	Const. Apostólica “Providas”
Pio VII	13/09/1821	Const. “Ecclesiam a Jesu Christo”
Leão XII	13/03/1825	Const. Apostólica “Quo Graviora”
Pio IX	09/11/1846	Encíclica “Qui Pluribus”
Pio IX	20/04/1849	Aloc. “Quibus Quantistique”
Pio IX	08/12/1849	Const. “Nostris et Nobiscum”
Pio IX	08/12/1864	Enc. “Quanta Cura”
Pio IX	25/09/1865	Aloc. “Múltiplices Inter”
Pio IX	12/10/1869	Const. “Apostolicae Sedis”
Pio IX	29/05/1873	Carta “Quamquam”
Pio IX	29/04/1876	Carta “Exortae”
Leão XIII	20/04/1884	Enc. “Humanum Genus”
Pio X	11/02/1906	Enc. “Vehementer Nos”

²⁴ Do latim *ultramontanus* que significa “além das montanhas”, especificamente, para além dos Alpes, de quem está na França ou Alemanha. Também se refere à doutrina política católica que busca em Roma a sua principal referência. Movimento que reforça e defende o poder e as prerrogativas do papa em matéria de disciplina e fé.

Fonte: SALOMÃO, Lutffala. **Igreja Católica e Maçonaria: As causas do conflito**. Londrina: Editora maçônica A Trolha, 1998, p. 100.

A Igreja Católica responsabilizava a Maçonaria pelas suas perdas territoriais e de seus bens, gerando assim aproximadamente 600 condenações, aplicadas com tanta intensidade a ponto de durarem até hoje. Assim foi o século XVIII, marcado por duelos entre liberais e conservadores, entre Igreja e Maçonaria. O século XIX não trouxe mudanças a esse cenário que agora se espalhava mundialmente, e assim a Igreja continuaria propagando o movimento ultramontano através dos padres Jesuítas e da Companhia de Jesus contrários movimentos liberais que ousavam questionar sua influência no meio político. No entanto, isso gerou insatisfação social, despertando assim, um sentimento anticlerical. O clero tentava a todo custo manter seus privilégios entre reinos e governos e via nas sociedades secretas seu principal opositor; reduto de liberais e revolucionários.

Esses editos condenatórios não só condenavam práticas Maçônicas, mas também traziam em seu bojo verdadeiros ataques ao protestantismo, ao racionalismo e ao liberalismo; e, a todo e qualquer movimento inovador que tentasse promover a modernização social. Esses textos ainda sobrevivem no imaginário popular, principalmente aos mais devotos religiosos, contribuindo assim para a construção de uma visão negativa acerca da Maçonaria.

Em termos históricos, divulgou-se uma imagem negativa e obscura da Maçonaria, que não estava relacionada aos verdadeiros objetivos dos maçons (...). A imagem negativa que ganhou mais força foi a que vinculou Maçonaria e satanismo (...). Quem construiu e difundiu essa falsa imagem? A origem da imagem negativa da Maçonaria deve-se principalmente a duas razões: primeira, o caráter discreto e fechado da instituição e o juramento de seus membros de jamais revelarem um segredo; segunda, os conflitos entre a Maçonaria e a Igreja Católica nos séculos XVIII e XIX, os quais reforçaram a ideia de que ser maçom e católico era contraditório (COLUSSI, 2012, p. 5).

Apesar das perseguições da Igreja Católica nos séculos XVIII e XIX, era comum a presença de padres maçons no meio maçônico, tanto na Europa quanto na América do Sul. Benimeli (2007), ao falar da participação Maçônica na sociedade, apontou diferenças entre os séculos XVIII e XIX. Segundo o autor, o século XVIII teve como características a solidariedade, a liberdade de pensamento e a tolerância

religiosa, de outra sorte, no século XIX assuntos religiosos e crenças deram lugar a temas políticos e educacionais.

A Maçonaria brasileira teve suas atividades interrompidas no primeiro reinado. Seus membros sofreram perseguições, mantendo-se na clandestinidade até a retomada de suas atividades em 1831. Mesmo em meio a cisões por disputas internas de poder, a ordem, após 1870, deparou-se com novos desafios, desta vez o embate seria com a Igreja Católica e seu posicionamento contrário ao liberalismo. Esse contexto internacional conflitante entre a Igreja e a Maçonaria chegou ao Brasil no final do século XIX, período conhecido por *Questão Religiosa*²⁵ de 1872 a 1875.

Antes, porém, é necessário compreender o relacionamento entre Igreja e Estado no período imperial brasileiro. A Constituição de 1824 trazia os institutos do *padroado*²⁶, *regalismo*²⁷ e *beneplácito*²⁸ conforme enunciado por Colussi (2012). Portanto, por meio desses princípios a Igreja Católica era uma espécie de órgão do poder público. No Brasil, os editos papais condenando a Maçonaria manifestaram-se por meio dos Bispos de Olinda, D. Vidal e do Pará, D. Antônio de Macedo Costa, ambos inimigos da Maçonaria e do liberalismo (SALOMÃO, 1998, p. 87).

Salomão (1998) menciona uma proibição de D. Vidal a celebração de uma missa comemorativa, organizada pela Loja Maçônica do Recife, o que gerou um grande desconforto, pois a Loja possuía em seus quadros sacerdotes da Igreja. D. Vidal ao tomar conhecimento da lista de membros exigiu a *abjuração*²⁹ da Maçonaria local e o afastamento desses sacerdotes, suscitando o termo “Questão Religiosa”. A Loja do Recife apelou ao governo para que intervisse nessa celeuma. A resposta do governo veio através de Visconde do Rio Branco, chefe de Gabinete, que também era maçom, determinando ao bispo a suspensão do interdito com base na “Liberdade de Culto” (SALOMÃO, 1998, p. 87).

²⁵ Conflito ocorrido no Brasil na década de 1870 que, tendo iniciado como um enfrentamento entre a Igreja católica e a Maçonaria, acabou se tornando uma grave questão de Estado.

²⁶ Delegação de poderes concedida pelos papas - através de bulas - aos reis de Portugal, através da qual o rei passa a ser o patrono e protetor da Igreja, dispondo de obrigações e direitos, tais como: a) zelar e sustentar a Igreja em terras de domínio lusitano; b) enviar missionários para as terras descobertas; c) arrecadar dízimos; d) apresentar candidatos aos cargos eclesiásticos, especialmente os bispos, exercendo, assim, poder político sobre os mesmos.

²⁷ Poder que concedia aos reis o direito de interferência em questões religiosas.

²⁸ Representava o direito que o imperador possuía de examinar os atos do Vaticano, que só entrariam em vigor no país após o consentimento imperial.

²⁹ Renunciar solenemente a religião, crença.

Historiadores como Costa (1993, p. 113) e Colussi (2012, p. 32) apontam que o marco inicial do conflito chamado “Epíscopo-Maçônico”, ou “Questão Religiosa”, se deu por causa de uma festa Maçônica, em 02 de março de 1872, em comemoração à aprovação da *Lei Visconde do Rio Branco*³⁰ de autoria do Grão-Mestre da Maçonaria, Visconde do Rio Branco. Até aí tudo normal aos olhos, entretanto, o orador escolhido para o sermão na ocasião foi o também maçom, padre Almeida Martins de Carvalho (COSTA, 1993, p.113). Em seu discurso o padre Almeida Martins, Grande Orador Interino do Grande Oriente do Brasil, homenageou a pessoa do Grão-Mestre da Maçonaria proferindo elogios públicos.

A resposta da Igreja foi imediata, como nos mostra Colussi (2012):

A suspensão do padre Almeida Martins pelo bispo do Rio de Janeiro foi a primeira medida repressiva adotada pela Igreja. A seguir, vieram outras em todo o Brasil: a proibição de maçons participarem da irmandade, a expulsão dos padres maçons que não abjurassem a Maçonaria, a excomunhão de católicos que se soubesse ser maçons, a negação de sepultura Católica aos maçons que não tivessem abjurado à Maçonaria antes da morte, a negação de realização de casamento religioso a filhos de maçons, etc. (COLUSSI, 2012, p. 32).

A ofensa aos pedreiros livres não ficaria sem resposta. Apesar das recentes divergências internas os maçons se uniram em todo território nacional numa só bandeira, o combate ao clero. Assistiu-se a um momento histórico de fortalecimento da Maçonaria brasileira que tinha a seu favor a simpatia da elite brasileira. As provocações através da imprensa da época foram intensas, muitas vezes violenta e intolerante. As ideias liberais circulando intensamente ganhariam adeptos até mesmo na Igreja Católica. Frente a essa situação o movimento ultramontano atuou no sentido de manter sua hegemonia a ponto de criticarem a prerrogativa imperial do “beneplácito”, acirrando ainda mais os ânimos, aproximando governo e Maçonaria (COLUSSI, 2012, p. 33).

O bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa, por meio da “Instrução Pastoral de 25 de março de 1873”, em apoio ao bispo de Olinda se engajou na luta contra a Maçonaria e ao liberalismo, criticando doutrinariamente do ponto de vista moral,

³⁰ A Lei do Ventre Livre, também conhecida como “Lei Visconde do Rio Branco” foi uma lei abolicionista, promulgada em 28 de setembro de 1871 (assinada pela Princesa Isabel). Esta lei considerava livre todos os filhos de mulher escravas nascidos a partir da data da lei.

social e religioso. E ao proibir a participação de maçons nas atividades religiosas o problema, então, se tornou governamental (SALOMÃO, 1998, p. 89).

Esse clima turbulento levou o governo imperial a intervir. O poder imperial fez valer seu controle sobre a Igreja advindos da Constituição e utilizando-se do regalismo determinou a prisão dos bispos ultramontanos, o que de certa forma favoreceu os maçons e liberais. A condenação dos bispos se deu pelo crime de desobediência às leis de submissão da Igreja ao Estado. A condenação dos bispos ultramontanos não pôs um fim na “Questão Religiosa”, no entanto, serviu de aviso àqueles membros do clero que ousassem se sobrepor ao poder imperial. O clima entre a Igreja e o Estado só se amenizou após uma espécie de arranjo político com a nomeação de Duque de Caxias para substituir Visconde do Rio Branco. A troca desse gabinete serviu de alento à Igreja, principalmente após Duque de Caxias discursar na Câmara dos deputados em clima de conciliação. Seis meses após sua posse foi concedida anistia aos bispos e outros membros do clero envolvidos na contenda.

A Maçonaria brasileira objetivando minar a influência da Igreja Católica sobre a população brasileira, adotou outros mecanismos de combate ao *clericalismo*.³¹ De acordo com Colussi (2000), a Maçonaria brasileira incentivou a imigração de pastores protestantes e imigrantes que professassem a fé cristã em outras religiões. Mesmo a Igreja Católica adotando uma postura de intolerância contra essas imigrações, a elite política brasileira aliada aos ideais liberais apoiou o projeto imigracionista.

A Maçonaria, além do incentivo a imigração de protestantes, deu início a práticas filantrópicas e intensificou o movimento abolicionista e republicano. Colussi (2000) afirma que de todas as medidas anticlericais, a mais significativa foi o incentivo ao ensino laico através da criação de escolas maçônicas e iniciação de professores na Maçonaria (COLUSSI, 2000, p. 51).

Costa (1993, p. 120) afirma que a “Questão Religiosa” foi mais uma questão de direito do que religiosa: “para D. Pedro II, a Maçonaria no Brasil nem era política nem antirreligiosa. O Imperador se manteve firme pelo direito do *placet*³² que lhe fora concedido pela Constituição”. De fato, sob esse prisma o embate foi mais político que religioso, entre Estado e Igreja onde a Maçonaria foi mero objeto, o elemento

³¹ Poder ou influência temporal do clero, da Igreja. Conjunto das atitudes, opiniões ou ações daqueles que apoiam incondicionalmente o clero.

³² Expressão de autorização ou consentimento (ex.: *placet pontificio*, *beneplácito*).

inocente. Quem infringiu a lei foram os bispos (Igreja) e quem condenou foi o poder público Estatal. “D, Vital e o seu colega do Pará, D. Antônio de Machado, exorbitaram e insubordinaram-se contra as leis brasileiras, não cabendo ao Conselho de Estado outra atitude senão a de condenar os infratores” (COSTA, 1993, p. 121).

Colussi (2012) fala da posição do governo imperial em relação ao Vaticano:

Apesar das pressões sofridas por parte do Vaticano, o governo imperial manteve-se ao lado da elite política nacional, mais simpática à causa maçônica e liberal. Contudo, os bispos acabaram por ser anistiados pelo imperador em 17 de setembro de 1875, por meio de acordos com o Vaticano. Certamente, não interessava ao governo brasileiro se contrapor indefinidamente a uma instituição tão poderosa e influente como o era a Igreja Católica (COLUSSI, 2012, p. 33).

A nominada *Questão Religiosa* só teria de fato um fim com a separação entre Igreja e Estado através do advento da República. A Maçonaria com seu posicionamento anticlerical engendrava mecanismos de combate dos mais diversos, desde imigração de protestantes a iniciação de professores na ordem. O processo de *laicização*³³ parecia inevitável, e a Maçonaria imbuída dos ideais iluministas viu na fragilidade do sistema educacional brasileiro um meio de influenciar a população no combate ao clericalismo. Usando a chamada filantropia Maçônica e adotando o lema “educar para libertar” a Maçonaria brasileira criou escolas próprias Brasil afora para atender as camadas mais pobres (COLUSSI, 2012, p. 39).

Barata (1999) destaca que a criação e manutenção de uma rede de escolas primárias e bibliotecas pela Maçonaria foi, dentre outras iniciativas, a que apresentou resultados impactantes (BARATA, 1999, p. 138). Essas escolas funcionavam com aulas noturnas e diurnas, atendiam filhos de maçons, trabalhadores, homens, mulheres e pessoas das classes populares. Através dessas escolas, a Maçonaria pretendia difundir ideais de liberdade de consciência, princípios democráticos e a universalização do ensino laico (BARATA, 1999, p. 138).

Essa foi a bandeira de luta da Maçonaria brasileira para promover o progresso do país contra os conservadores. O autor nomina sua obra com o título *Luzes e sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870-1910)*, do ano de 1999, para enfatizar a luta entre as *luzes* da ciência contra as *trevas* da ignorância, a ponto de a Maçonaria ter que atuar discretamente nas sombras (BARATA, 1999, p. 139). Segundo Barata

³³ Tornar laico, subtrair à influência religiosa, não confessional.

(2009), no ano de 1922, a Maçonaria brasileira contabilizou um total de 132 escolas distribuídas em 16 Estados, com um total de aproximadamente 7.030 alunos matriculados. Só no Estado de São Paulo havia 59 escolas com 4.626 alunos. Para o autor a Maçonaria foi de extrema relevância social pois incentivou o acesso dos operários a educação (BARATA, 1999, p. 143).

2.4 OS MAÇONS E O SURGIMENTO DE ALGUMAS SOCIEDADES SECRETAS DO SÉCULO XIX NO BRASIL

Sociedades secretas nasceram praticamente juntas com a civilização. Há relatos históricos de sua existência no antigo Egito, na Pérsia, Síria e Babilônia, constituídas para os mais diversos fins. Por sempre estarem envoltas em mistérios e secretismo foram alvos de teorias conspiratórias. Como delineado anteriormente, a Maçonaria não é uma sociedade secreta e sim discreta, mas no Brasil do século XIX havia alguma sociedade secreta? A resposta é sim. No Brasil do século XIX existia algumas sociedades secretas, umas conhecidas, outras não. *Benjamin Disraeli (1804-1881)*³⁴ sabia da existência de sociedades secretas quando proferiu a frase “o mundo é governado por personagens muito diferentes dos que imaginam os indivíduos cujo olhar não penetra os bastidores”.

Apesar da desconfiança popular nem todas as sociedades secretas possuem desígnios maléficos. A maioria delas nasceram com propósitos bem definidos, como por exemplo, a sociedade secreta chamada *Clube da Resistência* criada pelo maçom José Joaquim da Rocha no final da década de 1820. O clube era composto basicamente de maçons e militares cujo objetivo era convencer o príncipe regente, D. Pedro I, a ficar no país, descumprindo assim as ordens da corte portuguesa. A sede do clube era na própria residência de seu fundador na Rua da Ajuda nº 64 no Rio de Janeiro. O Texto do *Manifesto do Povo do Rio de Janeiro sobre a Residência de Sua Alteza Real no Brasil* foi redigido pelo maçom Frei Francisco Sampaio no Convento de Santo Antônio, em 29 de dezembro de 1821. O Clube da Resistência concretizou seus objetivos em 09 de janeiro de 1822, episódio conhecido como *Dia do Fico* (BARATA, 2002, p. 252-253).

³⁴ Benjamin Disraeli - Nasceu em Londres, em 21 de dezembro de 1804; morreu na mesma cidade em 19 de abril de 1881. Foi Primeiro ministro britânico, em 1868 e de 1874 a 1880, foi o principal responsável pela política de defesa das classes trabalhadoras realizada pelo Partido Conservador britânico e pelo desenvolvimento da democracia na Grã-Bretanha.

Na mesma época, na cidade do Rio de Janeiro, foi criada a sociedade secreta denominada *Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz*, também conhecida como *Apostolado*. Essa sociedade, segundo Morel e Souza (2008), foi fundada por José Bonifácio de Andrada e Silva, em 1822, com intuito de defender a integridade do Brasil e lutar por sua independência. O Apostolado, embora secreto, funcionava na sede do Comando de Armas no Rio de Janeiro. Inspirada na sociedade secreta *Os Carbonários* da Itália, teria como primeiro Grão-Mestre Antônio Carlos de Andrada e Silva. Consta ainda, a participação de Gonçalves Ledo, sem cargo, e do próprio D. Pedro I que recebeu o título de *Arconte Rei* (MOREL; SOUZA, 2008, p. 117-118).

A Carbonária italiana já era conhecida dos brasileiros, principalmente daqueles que haviam passado pela Universidade de Coimbra. Marques (2010) fala da influência do naturalista italiano, Domingos Vandelli, na vida de José Bonifácio.

Domingos era iniciado na Carbonária italiana e na Maçonaria, e alunos como José Bonifácio de Andrada e Silva, José Álvares Maciel, o Visconde de Barbacena, Alexandre Rodrigues Ferreira, Vicente Coelho de Seabra Silva e Teles, João da Silva Feijó, entre outros, receberam em maior ou menor grau influências do funcionamento dessas Fraternidades. No total cerca de 430 brasileiros se formaram em Ciências em Coimbra desde as reformas de 1772 apenas até o final do século XVIII, fato este que fornece a dimensão da influência que Domingos Vandelli pode ter tido na expansão das ideias revolucionárias (MARQUES, 2012).

José Bonifácio, primeiro Grão-Mestre da Maçonaria brasileira e criador do Apostolado foi, de acordo com Marques (2010), influenciado por várias leituras filosóficas, tais como: Leibnitz, Newton, Descartes, Rousseau, Voltaire, Montesquieu, Locke, Camões.

A fundação do Apostolado teria ocorrido após o Grande Oriente do Brasil numa manobra audaz de Gonçalves Ledo, na ausência do então Grão-Mestre José Bonifácio, conferir a D. Pedro I o título de Grão-Mestre da Maçonaria brasileira. Foi então que, segundo Costa (2015), José Bonifácio, entendendo a afronta como um golpe, resolveu fundar a *Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz* (Apostolado), composta de altos funcionários e fazendeiros.

Destacam-se entre eles o conde da Palma, o visconde do Rio Seco, os futuros barões de São Gonçalo, Rio Bonito, o visconde de Cabo frio, o futuro marquês da Praia Grande, Carneiro de Campos, Estevão de Rezende, Clemente Ferreira França, José Egídio de Almeida, Nogueira da Gama, Silveira de Mendonça, mais tarde agraciados com títulos de nobreza, respectivamente marquês de Caravelas, Queluz, Valença, Nazaré, Santo

Amaro, Sabará, e ainda o desembargador Veloso de Oliveira e o presidente do Banco do Brasil João Antônio Lisboa (COSTA, 2015, p. 52).

Rizzini (1946) traz algumas curiosidades em relação ao Apostolado, tais como: D. Pedro I possuía a alcunha de *Rômulo*, José Bonifácio era o *Tibiriçá*, o intendente de polícia José Inácio da Cunha o *Nicêo*, o desembargador Francisco da França Miranda o *Catão*. Embora diferente da Maçonaria, essa sociedade secreta copiou da Ordem dos pedreiros livres a liturgia, os juramentos, as frases, os graus, os toques e os sinais, e seus membros usavam por distintivo um laço amarelo. Arconte-Rei era o equivalente ao Grão-Mestre, cargo assumido por D. Pedro I; Consul igual a Vigilante, ocupado por José Bonifácio (RIZZINI, 1946, p. 40). Os membros do Apostolado seguiam os ditames de José Bonifácio. O grupo além do desejo de realizar a independência, almejava frear os liberais e os excessos do povo. O caminho político capaz de manter a ordem, no entendimento do Apostolado, era o Império Constitucional (COSTA, 2015, p.52). Sob o ponto de vista organizacional, o Apostolado era dirigido por doze integrantes e divididos em palestras (BARATA, 2002, p. 277).

O recrutamento de novos membros dava-se a partir da proposição e aprovação do “paisano”, expressão utilizada para se referir aos não iniciados, pelos membros da respectiva palestra, sendo que, posteriormente, o nome desse “paisano” era enviado ao Apostolado para aprovação final. Após a aprovação, o “paisano” era iniciado no grau de “recruta” (...) Os membros da Ordem eram divididos em três graus: recruta, escudeiro, cavaleiro (...) (BARATA, 2002, p. 278).

Pode-se dizer que, o Apostolado era praticamente outra obediência Maçônica concorrente ao Grande Oriente do Brasil, “que apesar de ter José Bonifácio como Grão-Mestre, na prática era dirigido por Joaquim Gonçalves Ledo” (BARATA, 2002, p. 278). Em 16 de junho de 1823 as atividades da *Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz* foram encerradas por ordem do imperador e em 17 de julho de 1823 José Bonifácio foi demitido do Ministério (BARATA, 2002, p. 287). Tanto a Maçonaria como o Apostolado foram fechados por ordem de D. Pedro I, no entanto, não se pode negar a influência das duas sociedades secretas no processo político da Independência.

Em 1840, Antônio Carlos de Andrada e Silva resolve criar o chamado *Clube da Maioridade*. O objetivo do grupo era antecipar a maioridade de D. Pedro II. Apoiados pela imprensa local o movimento tornou-se popular, ganhando as ruas da cidade do

Rio de Janeiro. Era veiculada na imprensa a imagem de um Imperador jovem e instruído capaz de colocar em ordem os rumos políticos no país (SOUSA, 2017).

Não houve naquele momento oposição ao movimento defendido pelo clube. Em 23 de julho de 1840, com expressa concordância da Câmara a medida foi aprovada. “Naquele momento, o Segundo Reinado inaugurou uma das mais extensas fases de nossa história política” (SOUSA, 2017). Concomitante a atuação do *Clube da Maioridade* surgiu a *Liga Progressista*. Dela saíria o germe do *Centro Liberal* fundado em 1869 (ROAHNY, 2013, p. 21-22).

Das associações até aqui mencionadas, destaca-se a importância da sociedade secreta *Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz* no episódio da independência do Brasil. No entanto, uma das mais intrigantes e conhecidas é a sociedade secreta denominada *Burschenschaft*, também conhecida por *A Bucha*. Almeida Filho (2005) traz a informação de que, a Bucha servia de captação para a Maçonaria. As origens da Bucha assim como sua atual existência são, segundo Almeida Filho (2005), um enorme mistério. Sabe-se apenas que, Júlio Frank, fundador da Bucha, teria chegado ao Brasil em 1831, pouco tempo depois da criação dos cursos jurídicos no país (ALMEIDA FILHO, 2005, p. 47-48).

A Bucha teria sido idealizada nos moldes das sociedades secretas europeias com o objetivo de aprimoramento moral de seus membros. Seus integrantes eram, em regra, liberais, abolicionistas e republicanos (ALMEIDA FILHO, 2005, p. 49). Nomes influentes da época como Rui Barbosa, Barão do Rio Branco, Benjamim Constant, Afonso Pena, Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, Wenceslau Brás, Bernardino de Campos, Américo Braziliense, Washington Luiz, Arthur Bernardes, Castro Alves, e etc., pertenceram a essa sociedade (ALMEIDA FILHO, 2005, p. 51-57).

Além desses nomes, Almeida Filho (2005), apresentou uma tabela contendo nomes de membros conhecidos e suas ligações entre a Bucha e a Maçonaria, além da informação dos cargos ocupados por cada um. Ao final, faz uma síntese do quadro apresentado.

O quadro em questão apresenta uma predominância de detentores de altos cargos públicos. Nomes de grande importância no cenário político-jurídico dos Sécs. XIX e XX são apontados no presente quadro e a pesquisa os identifica como Maçons e/ou *bucheiros*. A fim de justificar a hipótese apresentada, dos nomes em questão, em um total de 113 (cento e treze),

pelos menos 50 (cinquenta) estudaram e se formaram na Faculdade de Direito de São Paulo, estando os demais divididos entre formados pela Faculdade de Direito de Coimbra, de Recife e militares das Escolas Politécnicas e de Engenharia (ALMEIDA FILHO, 2005, p. 57).

Portanto, a Faculdade de São Paulo era um local adequado para a participação de Maçons e Bucheiros. Almeida Filho (2005) afirma que, a participação mais efetiva da Bucha teria ocorrido no implemento da República no país em 1889.

Maçonaria, Política, Ensino Jurídico e, posteriormente, a inserção do positivismo filosófico de Comte, que também era Maçom, influenciaram toda uma estrutura em nosso país, culminando com a Proclamação da República e, assim, novas influências na política brasileira (ALMEIDA FILHO, 2005, p. 66).

Até 1889 só havia no Brasil duas faculdades de Direito, e com o mesmo quantitativo de alunos desde 1827. A Bucha então passou a funcionar como partido político, lutando pela República e pelo Abolicionismo. O envolvimento da Bucha no cenário político nacional propiciou uma longevidade que sobreviveu ao seu fundador. “Entre as suas principais atividades, estavam as ações nos bastidores políticos, onde, secretamente, infiltravam seus representantes, geralmente pessoas de relevo” (ALMEIDA FILHO, 2005, p. 74).

A Bucha e outras organizações para-maçônicas inspiradas nos ideais Iluministas foram de grande importância no país em termos de construção política, jurídica e estudantil. A Bucha após sua criação teve forte inserção na política nacional através da Faculdade de Direito de São Paulo. Dentre diversos participantes da Convenção de Itu, que fundou o *Club Republicano* em 18 de abril de 1873, destacavam-se Maçons e Bucheiros. A Bucha e a Maçonaria eram focos de positivistas. “Entre bucheiros e positivistas, por exemplo, não é possível estabelecer divergências básicas, como ocorrem em outros posicionamentos ideológicos, assumidos por um ou outros grupos” (ALMEIDA FILHO, 2005, p. 74-76).

Nos primeiros anos da chamada República Velha era possível notar que, ministros, juízes e até candidatos à presidência do país só seriam indicados ou tomariam posse com aval dos principais líderes da Bucha. A tal filantropia defendida em sua fundação acabou virando troca de favores entre seus integrantes, principalmente para obtenção de cargos públicos (REZZUTTI, 2014).

Rezzutti (2014) lembra que, nos governos militares de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, diversos bacharéis formados na Faculdade de Direito de São Paulo e Recife, e pertencentes a Bucha, tornaram-se ministros ou presidentes do Brasil.

(...) dos quatorze presidentes da República Velha, oito eram membros da Bucha: Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, Afonso Pena, Venceslau Brás, Artur Bernardes, Washington Luís e Júlio Prestes, que não chegou a ser empossado por conta da Revolução de 1930 (REZZUTTI, 2014).

Após a revolução de 1930, e conseqüentemente com a queda da República Velha, a Bucha entrou em declínio. Rezzutti (2014) traz uma informação curiosa sobre uma investigação feita em São Paulo no início da Era Vargas.

Adhemar de Barros, então interventor do Estado de São Paulo, teria conseguido colocar as mãos em uma lista parcial de membros da Bucha no final da década de 1930 e se apressou a apresentá-la a Getúlio. Segundo o jornalista e político Carlos Lacerda, o presidente leu atentamente a lista e a devolveu para Ademar dizendo: “Não se pode governar o Brasil sem essa gente, o senhor que entre para a Burscheschaft” (REZZUTTI, 2014).

Uma pergunta deve ser feita. A Bucha ainda existe? Rezzutti (2014) tenta responder essa pergunta trazendo a informação de que, Jânio Quadros, teria feito menção a Bucha ao justificar sua renúncia dizendo que, forças ocultas o levaram a tomar tal decisão. De certa forma, segundo o autor, essa pergunta dificilmente será respondida, pois há aqueles que afirmam que ainda existe em nossos dias e outros que discordam. Rezzutti (2014) encerra seu artigo dizendo que: “Anos mais tarde, na década de 80, Bandecchi, numa conversa comigo e com o historiador Leonardo Arroyo, afirmou categoricamente que a Bucha ainda existia” (REZZUTTI, 2014).

Se há dúvida em relação a existência ou não da Bucha em nossos dias, ao menos a sociedade secreta chamada de *Caifazes* não existe mais, isso porque, segundo Costa (2001), essa sociedade seria um tipo de movimento abolicionista revolucionário da Irmandade Negra de Nossa Senhora dos Remédios, conhecida por Ordem dos *Caifazes*, atuante na cidade de São Paulo a partir de 1882. O líder desse movimento revolucionário era Antônio Bento de Souza e Castro, de família rica, advogado, promotor e juiz de direito. “Figura carismática, consta que andava sempre com um chapéu de grandes abas e uma capa preta” (COSTA, 2001, p. 123).

Costa (2001) fala que Antônio Bento era um maçom regular, entretanto, se opunha aos pressupostos emancipacionistas adotados pela Ordem. Como cristão fanático, defendia o fim da escravidão para que houvesse uma espécie de redenção da Pátria. Sua obstinação revolucionária era capaz de fatos inusitados para época.

Consta que de certa feita conduziu um negro torturado a uma procissão, “expondo teatralmente os mais implacáveis aspectos da escravidão e identificando, ao mesmo tempo, o destino do homem torturado e os escravos da nação com o martírio de Cristo” (COSTA, 2001, p. 124).

Os *Caifazes* lutavam contra a campanha emancipacionista dos centros libertadores. Antônio Bento no interior das Lojas Maçônicas combatia a postura da maioria dos maçons do país que adotavam uma emancipação gradual e dentro da lei. Costa (2001) entende que a geração Maçônica contemporânea de Antônio Bento ficou marcada pelo humanismo ao lado do humanitarismo. Essa geração era fruto do movimento denominado *Ilustração*, “movimento de ideias que criticou a submissão do homem à autoridade, à tradição, à superstição, incentivando o livre pensamento na direção dos direitos naturais e da felicidade” (COSTA, 2001, p. 125).

Portanto, Costa (2001) afirma que, Ilustração e Maçonaria contribuíram no combate a escravidão.

(...) um crescente número de Maçons percebeu que a escravidão negra simbolizava todas as forças que ameaçavam o verdadeiro destino do homem (...). (...) para expressar um sentimento de compaixão para com o homem, não importando a sua condição social e até mesmo os eventuais desvios morais, dentro de um entendimento universal, independente de credos religiosos e ideologias, utilizamos o termo humanitarismo (COSTA, 2001, p. 125).

A Maçonaria da época adotava uma postura legalista, ao passo que Antônio Bento era tido como extremista, sendo assim, embora pertencente a Ordem, não estava em sintonia com os princípios institucionais apregoados pelos pedreiros livres no país. No entanto, Antônio Bento e os *Caifazes* devem ser reconhecidos pelo espírito humanitário e afeto para com o próximo (COSTA, 2001, p. 125).

Sociedades secretas ou não, o Club da Resistência, o Club da Maioridade, o Apostolado, a Liga Progressista, a Bucha e os Caifazes, até aqui mencionadas, são citadas em livros de história e, portanto, conhecidas no país, todavia houve no Brasil,

duas sociedades secretas praticamente desconhecidas, *A Sociedade dos Patriarcas Invisíveis* e a *Sociedade Cruzada da Liberdade*.

No entanto, para compreender a inspiração ou surgimento dessas duas sociedades secretas no Brasil é necessário voltar ao início do capítulo a fim de explicar resumidamente a influência dos primeiros cientistas da ciência moderna no surgimento da Maçonaria especulativa. Como vimos, a franco-maçonaria teve sua origem ligada as corporações de ofício dos construtores de catedrais, e que a transição da chamada fase operativa para a especulativa, isto é, a Maçonaria como conhecemos atualmente, sofreu influência de alquimistas, filósofos, intelectuais e pensadores medievais que, perseguidos pela Igreja Católica, encontraram refúgio entre os *pedreiros livres* (STEVENSON, 2009, p. 23). Esses pensadores medievais estudavam as ciências proibidas da época: alquimia, cabala, numerologia, astronomia e astrologia. Praticavam ensinamentos esotéricos baseados nos antigos conhecimentos egípcios, gregos e babilônicos, portanto, deram suas contribuições para o surgimento da ciência moderna.

Além da participação no surgimento da Maçonaria especulativa (filosófica), esses primeiros cientistas faziam parte de uma instituição conhecida como *Colégio Invisível*.

A história da Real Sociedade está intimamente entrelaçada com a história da ciência na Inglaterra e Escócia desde o ano de 1660. E pelo mesmo caminho com a história da maçonaria no reinado do século XVII em seu interesse de apoiar as ciências experimentais. Suas origens parecem estar em uma instituição conhecida como Colégio Invisível integrada por filósofos maçons que começaram a se reunir por volta dos anos 1640 para discutir as ideias de Francis Bacon (CARDOSO, 2013).

*Robert Boyle (1627-1691)*³⁵ se associou a outros intelectuais britânicos, fundando a sociedade secreta chamada *Colégio Invisível* destinada ao avanço da nova ciência experimental. Entretanto, em 1663, após apoio do rei Carlos II, também iniciado na Maçonaria, essa sociedade passou a se chamar Royal Society (Sociedade Real de Ciências da Inglaterra), até hoje uma das mais prestigiadas associações científicas do mundo (FOGAÇA, 2017).

Dentre os fundadores, a maioria composta por maçons, destacam-se: Robert Boyle, Christopher Wren, Juan Wilkins, Sir Robert Moray, e William, Visconde de

³⁵ Robert Boyle (Lismore, 25 de janeiro de 1627 — Londres, 31 de dezembro de 1691) foi um filósofo natural, químico e físico irlandês que se destacou pelos seus trabalhos no âmbito da física e da química. (FOGAÇA, 2017).

Brouncker. “De forma idêntica à da Maçonaria, desde o início, os membros da Sociedade escolhem por cooptação seus novos companheiros, porém, no começo, esta escolha não estava muito bem definida e a maioria deles eram cientistas profissionais” (CARDOSO, 2013). Posteriormente nomes como os de: James Anderson (redator da Constituição dos Franco-Maçons, em 1723), Theofilo Desaguliers (filho de James Anderson) e Juan, Duque de Montagú, passariam a exercer forte influência tanto na Maçonaria quanto na Real Sociedade (CARSOSO, 2013).

O espírito do Colégio Invisível, notadamente implícito no termo “invisível”, traz consigo muitos significados subentendidos. Por detrás do véu da ciência haviam personagens ligados ao chamado ocultismo da época, tais como: a Alquimia, o Hermetismo, a Maçonaria, a Rosa Cruz e as Sociedades Secretas. Essas associações passariam a ser conhecidas mundialmente, servindo de inspiração ao surgimento de diversas outras no mundo e no Brasil, como por exemplo, a sociedade secreta dos *Patriarcas Invisíveis*.

A sociedade dos Patriarcas Invisíveis foi mencionada algumas vezes por *Gustavo Barroso*³⁶ no período de sua produção literária entre 1922 e 1959. Todavia, segundo Costa (2009), Gustavo Barroso por ter uma postura antissemita e antimaçônica em seus textos colocava em dúvida suas afirmações, principalmente aquelas relacionadas ao secretismo de instituições e acontecimentos históricos por ele narrados (COSTA, 2009, p. 94-97).

Costa (2009) fala da associação da obra de Gustavo Barroso intitulada *História Secreta do Brasil* (livro contendo 4 volumes publicados entre 1936 a 1938), com o best-seller antissemita: *Os protocolos dos Sábios de Sião*. Os argumentos retirados dos Protocolos serviram de inspiração a Gustavo Barroso para atrair os leitores e a juventude militante integralista (COSTA, 2009, p. 17; 119)

Barroso (1937), tenta chamar atenção para a história omitida aos leitores, que somente é descoberta após muito esforço:

³⁶ Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso nasceu em Fortaleza no dia 29 de dezembro de 1888, e faleceu no Rio de Janeiro 3 de dezembro de 1959. Foi advogado, professor, museólogo, político, contista, folclorista, cronista, ensaísta e romancista brasileiro. Foi um dos líderes nacionais da Ação Integralista Brasileira e um dos seus mais destacados ideólogos. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 8 de março de 1923 para a cadeira 19, na sucessão de Dom Silvério Gomes Pimenta, e recebido em 7 de maio de 1923 pelo acadêmico Alberto Faria. Foi diretor-fundador do Museu Histórico Nacional de 1922 a 1958 (COSTA, 2009, p. 57-79).

Até hoje se têm escrito histórias políticas do Brasil. Empreendo, neste ensaio, a história da ação deletéria e dissolvente dessas forças ocultas. Até hoje se escreveu a história do que se via a olho nu, sem esforço. Esta será a história daquilo que somente se descobre com certos instrumentos de ótica e não pequeno esforço. É a primeira tentativa no gênero e, oxalá possa servir de ensinamento à gente moça, a quem pertence o futuro (BARROSO, 1937, p. 15).

Gustavo Barroso ao descrever fatos ocorridos na história do Brasil desde 1500 buscava ligar os acontecimentos a influências de fatores externos a política, muitos envoltos a sociedades secretas. A sociedade secreta *Patriarcas Invisíveis* aparece pela primeira vez no texto *O iluminismo Bávaro no Brasil* de Gustavo Barroso (1948) quando disse, que os Invisíveis eram na verdade a própria Bucha; que a Bucha havia atuado na Cabanagem no Pará e na Revolução Liberal de 1841-1842 em São Paulo e Minas Gerais com o rótulo de Patriarcas Invisíveis (BARROSO, 1948, p. 6).

A imagem a seguir (figura 1) contida na coluna, *Segredos e Revelações da História do Brasil*, da revista *O Cruzeiro*³⁷ de 02 de outubro de 1954, Gustavo Barroso, através do título *A Batalha de Santa Luzia*, falou da ação dos Patriarcas Invisíveis na Revolução Liberal de 1841-1842, que teve seu fim na derradeira batalha no Arraial de Santa Luzia do Rio das Velhas no dia 20 de agosto de 1842. O então, Barão de Caxias, pôs a termo a revolução, dando aos liberais o apelido de *luzias*. Abaixo o recorte do cabeçalho do texto sobre A Batalha de Santa Luzia, retirada da revista *O Cruzeiro*.

³⁷ A revista *O Cruzeiro* de 7 de agosto de 1948 anunciou uma novidade aos seus leitores. Uma nova seção passaria a integrar duas páginas a partir do número seguinte. Dedicada a reportagens sobre o passado, traria o título “Segredos e revelações da História do Brasil” e seria assinada por Gustavo Barroso, membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) e diretor do Museu Histórico Nacional (MHN). A seção “Segredos e revelações da História do Brasil” foi escrita por Gustavo Barroso entre 14 de agosto de 1948 e 23 de março de 1960 (mesmo após sua morte, em 3 de dezembro de 1959, os artigos que havia deixado prontos continuaram a ser publicados). Esse período coincide com a época áurea da revista. Semanário de circulação nacional – que integrava a rede Diários Associados, de Assis Chateaubriand, o Chatô. MAGALHÃES, Aline Montenegro; BOJUNGA, Claudia Barroso Roquette-Pinto. Segredos da história do Brasil revelados por Gustavo Barroso na revista “O Cruzeiro” (1948-1960). *Estudos Históricos*, v. 27, n. 54, p. 345-345, 2014.

Figura 1 – A batalha de Santa Luzia



BARROSO, Gustavo. A Batalha de Santa Luzia. In: Segredos e Revelações da História do Brasil. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, s/d.

No início do texto de Gustavo Barroso sobre o desfecho da Revolução Liberal em Santa Luzia (imagem acima), o autor fala sobre a existência de sociedades secretas com fins políticos. Gustavo Barroso diz trazer em seu favor os testemunhos do historiador Xavier da Veiga e do Dr. J. Dias da Rocha Filho que afirmavam que, no início dos primeiros meses do ano de 1841, na capital do Império, existia uma sociedade secreta denominada *Club dos Patriarcas Invisíveis*. Sua composição era em formato de juntas compostas por cinco membros, e que cada um desses deveria criar outra seção com igual número de associados, e assim sucessivamente. O formato de aparente autonomia tinha como objetivo esconder uma seção (junta) da outra. Os membros de cada junta só conheciam os chefes parciais das respectivas seções. Essa cautela tinha por fim não comprometer todos os membros em caso de traição. Os depoimentos, segundo Gustavo Barroso, eram contundentes, descreviam até suas ramificações nas províncias de São Paulo e Minas Gerais.

A revista *O Cruzeiro* trouxe posteriormente o texto de Gustavo Barroso (1948) com o título *O Patriarca Invisível de Maranguape*. Barroso nas primeiras linhas fala da experiência republicana do período regencial e da antecipação da maioria de D. Pedro II que era vedada pela constituição do Império. Restabelecido o trono, o imperador organizou seu ministério totalmente composto de políticos conservadores, levando os liberais a luta, até mesmo recorrendo as armas. Barroso conta que, Euzébio de Queiroz, Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, respondeu através de ofício ao Juiz Municipal da Segunda Vara, relatando a existência de conspirações atribuídas aos tais Patriarcas Invisíveis. No ofício constava nomes de alguns supostos líderes

conspiradores, tais como: Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar com o apelido de Rei e do Dr. Gabriel Rodrigues dos Santos apelidado de Vice-Rei, ambos à frente da revolta liberal em Sorocaba. Barroso também disse ter tirado tais informações de um raro e precioso livro publicado em Campinas em 1899, a autobiografia de Francisco de Assis de Vieira Bueno, que afirmou ter feito parte da sociedade secreta chamada Patriarcas Invisíveis na cidade do Rio de Janeiro. Barroso também cita como fonte de afirmação da existência dessa sociedade o livro *Movimento Político da Província de S. Paulo em 1842*, publicado em 1879 pelo autor Pinto Júnior. Essa sociedade secreta era responsável por deflagrar o movimento revolucionário em São Paulo, que só teve fim pela espada do Barão de Caxias.

O título, *O Patriarca Invisível de Maranguape*, usado por Barroso (1948), conforme imagem abaixo (figura 2), é para fazer referência ao Coronel Sombra, morador da cidade e pertencente a sociedade dos Patriarcas Invisíveis. Consta no texto que, o Coronel Joaquim José de Souza Sombra, mandachuva da cidade de Maranguape, ex-militar, havia se hospedado na casa do senador José Martiniano de Alencar, na capital Rio de Janeiro, onde passou a assistir as reuniões dessa sociedade secreta. Ao término da revolução liberal chegou a ser processado por fazer parte dos Patriarcas Invisíveis e do movimento revolucionário, todavia, escapou milagrosamente da justiça. O Coronel Sombra após ser anistiado voltou para o Ceará. Barroso (1948) enfatiza no texto que, a teia da sociedade secreta dos Patriarcas Invisíveis em pouco tempo se estendeu ao país inteiro, chegando até a remota e pouco conhecida cidade de Maranguape, onde havia um deles. Adiante, imagem contento o recorte do título do texto sobre O Patriarca Invisível de Maranguape retirado da revista O Cruzeiro de 1955.

Figura 2 – O Patriarca Invisível de Maranguape

O PATRIARCA INVISÍVEL DE MARANGUAPE

A Revolução Liberal de 1842 e seu reflexo no Nordeste — O Plano Concentrado dos chamados Patriarcas Invisíveis — O Senador Alencar e o Coronel Sombra.

Por GUSTAVO BARROSO
(De Análises Crônicas de Lacer - Diário de Minas Notícias)

BARROSO, Gustavo. O Patriarca Invisível de Maranguape. In. Segredos e Revelações da História do Brasil. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1955.

Barroso (1955) em sua coluna na revista O Cruzeiro, de 31 de dezembro de 1955, traz como título *A Sentinela do Serro* em alusão ao nome do jornal criado por Teófilo Benedito Otoni em 1830 na vila do Príncipe, que depois passou a ser chamada de Serro do Frio. Consta, segundo Barroso (1955), que esse periódico teve curta duração, não ultrapassando 1833. Barroso fala que, aqueles que conhecem a história secreta do Brasil irão compreender que, a palavra *sentinela* faz referência a Maçonaria, instituição que Teófilo Otoni fez parte, assim como da Sociedade dos Invisíveis. A imagem abaixo (figura 3), retirada da Revista O Cruzeiro de 1955, traz a fachada da casa onde funcionou o jornal *A Sentinela do Serro*.

Figura 3 – Casa onde funcionou o jornal *A Sentinela do Serro*



BARROSO, Gustavo. *A Sentinela do Serro*. In. *Segredos e Revelações da História do Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1955.

Barroso (1958) traz em sua coluna, de 28 de junho de 1958, o título *O Clube do Padre Geraldo* (imagem abaixo), fazendo novamente menção a existência da sociedade secreta dos Patriarcas Invisíveis, o qual reputa ser composta da “fina flor da

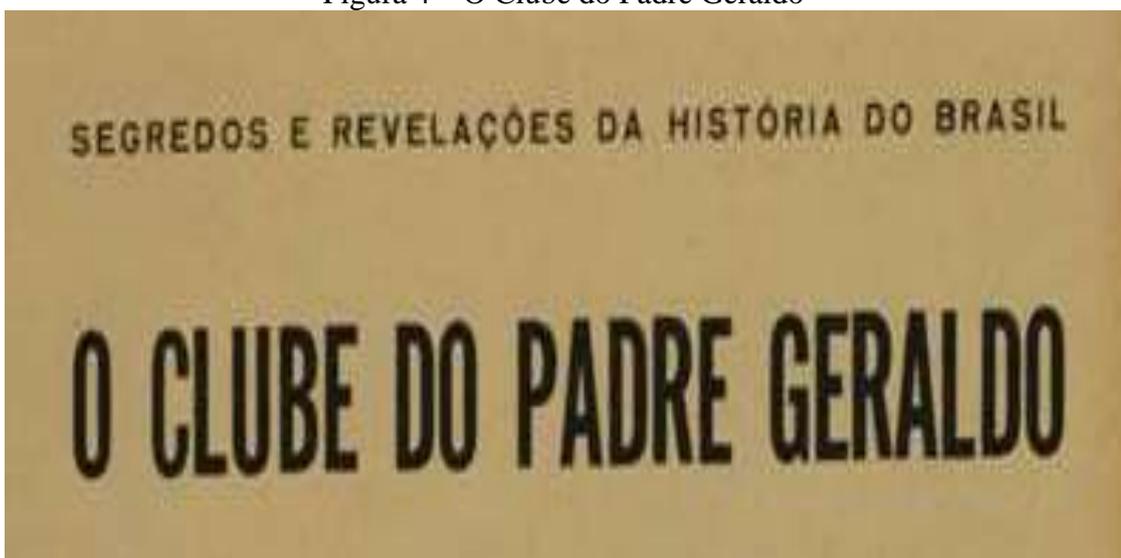
Maçonaria e os iniciados no Iluminismo da Faculdade de Direito de São Paulo”. Essas informações trazidas por Gustavo Barroso eram provenientes de textos de Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara, Chefe de Polícia da Côrte entre 1834 e 1844, onde narra suas lutas contra o Clube dos Invisíveis. Eusébio de Queirós em suas investigações constatou que, essa Sociedade dos Invisíveis possuía ramificações em diversas províncias do reino.

O texto fala da apreensão em São Paulo dos Estatutos dessa organização secreta em posse de Francisco Alves de Castro Roso, emissário dos conspiradores do Rio de Janeiro. O Estatuto dos Patriarcas Invisíveis, segundo o autor, estariam de acordo com os Iluministas paulistas e o Grande Oriente do Brasil, apelidado de Clube do Padre Geraldo. Abaixo vemos a imagem do recorte do título do artigo sobre *O Clube do Padre Geraldo* redigido por Gustavo Barroso na revista *O Cruzeiro* (figura 4).

Barroso (1958) fala da denúncia de Eusébio de Queirós da fundação dessa sociedade secreta em dezembro de 1841 no Ceará, afirmando serem antimonárquicos disfarçados, liberais inspirados em Jacobinos e Girondinos. No final do texto Barroso (1958) faz um alerta aos historiadores tradicionais dizendo.

Diante desse documento, dá vontade de rir dos historiadores que descrevem os movimentos liberais de Minas e São Paulo, e outros tantos no Brasil, como brotados de reivindicações ou tendências naturais do povo, esquecendo seus mentores ocultos (BARROSO, 1958).

Figura 4 – O Clube do Padre Geraldo



BARROSO, Gustavo. O Clube do Padre Geraldo. In. Segredos e Revelações da História do Brasil. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

Na coluna de 04 de outubro de 1958, conforme imagem a seguir, Barroso (1958) traz a lume a história da *Sociedade Carmelitana de Baependi*. Segundo o autor, Baependi era um povoado agrícola que cresceu com a corrida do ouro em Minas Gerais, recebendo o nome de Vila de Santa Maria de Baependi em 1814. Nessa vila quem mandava era uma sociedade secreta fundada na freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo, comarca de Rio Verde, chamada de Sociedade Carmelitana Defensora da Monarquia Constitucional e Filantrópica. Segundo Barroso (1958), o filantropismo servia de escudo para atividades maçônicas, dentre elas os movimentos de 1830 e 1848.

Barroso (1958) traz no texto a informação de que, o juiz municipal Aleixo Ferreira Tavares de Carvalho havia apreendido documentos dessa sociedade e os enviados para Eusébio de Queirós. Essa sociedade de aparência singela possuía outra invisível em seu interior, chamada de *A Dieta*, composta de um seletto e reduzido grupo de membros. A maioria dos membros, incluindo menores de idade serviam, segundo Barroso (1958), como inocentes úteis. Consta ter tido como um dos líderes o senador José Bento Leite Ferreira de Melo, signatário do projeto da maioria de D. Pedro II, e também pertencente aos Patriarcas Invisíveis. Apesar da Sociedade Carmelitana ter uma aparente diretoria, com seus nomes conhecidos, a parte oculta *A Dieta*, que na verdade a dirigia, era tão invisível que os nomes dos integrantes eram completamente desconhecidos.

No final do texto, Barroso (1958) reitera um aviso dado a historiadores convencionais em relação a atuação de sociedades secretas nos bastidores da história do Brasil. O autor parafraseia Landrieux, chefe da espionagem de Napoleão Bonaparte na Itália, quando diz que “revoluções só se fazem com tropas ou atuações das sociedades secretas. Sem esse fermento os povos não se levantam”. O autor fala que, nem sempre vemos a atuação dessas sociedades secretas, e quando a vemos mal percebemos sua atuação pela forma com que se disfarça. Portanto, segundo Gustavo Barroso, muita gente se recusa em acreditar, principalmente historiadores que, “põe de lado essas parcelas nos seus cálculos e os apresentam mascarados de verdadeiros, embora errados” (BARROSO, 1958). A seguir a imagem do autor Gustavo Barroso ao lado do título do artigo sobre *A Sociedade Carmelitana de Baependi* da revista *O Cruzeiro* do ano de 1958 (figura 5).

Figura 5 – A Sociedade Carmelitana de Baependi



BARROSO, Gustavo. Sociedade Carmelitana de Baependi. In. Segredos e Revelações da História do Brasil. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

A sociedade secreta dos Patriarcas Invisíveis, segundo Bueno (2013), teria surgido após abdicação de D. Pedro I, num período marcado por revoltas, revoluções e motins. José Martiniano de Alencar foi apontado como criador dos Invisíveis na cidade do Rio de Janeiro no início de 1840. O objetivo dessa sociedade era sustentar e defender a independência do Brasil e a Constituição (BUENO, 2013).

Bandecchi (1982) ao falar sobre a revolução liberal de 1842 também menciona a existência dos Patriarcas Invisíveis. O texto ressalta que, o período regencial, conhecido por experiência republicana, foi marcado pelo aparecimento de sociedades secretas. Segundo o autor, os liberais dominavam a Câmara dos Deputados, todavia, após a maioridade de D. Pedro II em 1840, os conservadores foram prestigiados pelo Imperador e deram início a anulação de conquistas criadas pelos liberais no período regencial. Esse movimento chamado de Regresso, fez com que os liberais, vencidos no Parlamento, tentassem através de movimentos revoltosos combater os conservadores (BANDECCHI, 1982, p. 386).

Bandecchi (1982), traz a informação de que o escritor e biógrafo do Padre Feijó, Otávio Tarquínio de Sousa, não tinha conhecimento da sociedade secreta dos Patriarcas Invisíveis ou se tinha, não possuía elementos sobre ela, afirmando apenas a participação de Feijó e Teófilo Otoni num clube criado na Corte que atuou agitando a opinião pública e intimidando o governo através de ameaças violentas. O autor traz a seguinte pergunta: “Que clube seria esse que o consagrado historiador nomeia tão vagamente e lhe empresta atividade tão grande?” (BANDECCHI, 1982, p. 386).

Bandecchi (1982) usa informações de Afonso de Taunay e Aluísio de Almeida para falar da Sociedade dos Patriarcas Invisíveis, cuja finalidade era “defender a

Independência do Brasil, a Constituição e opor-se às arbitrariedades do governo”. O autor ainda traz nomes de membros dos Invisíveis.

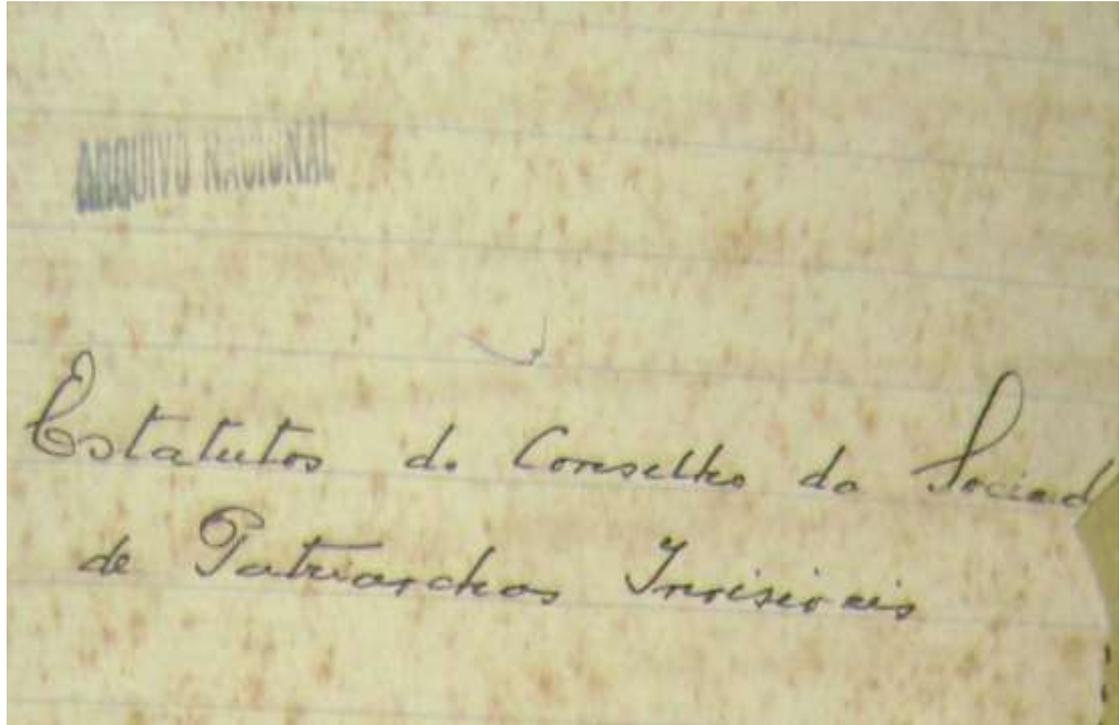
Sociedade dos Patriarcas Invisíveis, da qual faziam parte Rafael Tobias de Aguiar, Álvares Machado, Hercules Florence, João Floriano de Toledo, Amaral Gurgel, Padre Valério de Alvarenga, Major Francisco de Castro Canto e Melo (irmão da Marquesa de Santos), Gabriel Rodrigues dos Santos, Feijó, Padre Manuel José França e outros, e a Província de São Paulo se ergueram no famoso movimento de 1842, juntamente com Minas Gerais, está sob o comando de Teófilo Otoni (BANDECCHI, 1982, p. 387).

Bandecchi (1982) encerra o tema falando da vocação constitucionalista de São Paulo durante o período monárquico. “Os três primeiros presidentes civis da República eram paulistas e convictamente democratas”. E como base de ideias políticas a Faculdade de Direito, que foi, segundo Bandecchi (1982), a defensora da abolição e da república. “A Faculdade de Direito de São Paulo, disse alguém com muito realismo, deu alguns presidentes da República e nenhum ditador” (BANDECCHI, 1982, p. 387).

Não cabe a pesquisa atacar ou defender Gustavo Barroso e demais historiadores que, aceitam ou não a existência de sociedades secretas por detrás de diversos movimentos e/ou revoluções no Brasil e no mundo; assim como não cabe também esgotar o tema sobre a existência ou não no passado dessas sociedades, bem como na atualidade. No entanto, ao buscar no Arquivo Nacional documentos relativos a Maçonaria e as Escolas Maçônicas, foi possível encontrar em meio a documentos, esquecidos ou até mesmo desconhecidos, o Estatuto da sociedade Secreta *Conselho da Sociedade de Patriarcas Invisíveis*.³⁸ Abaixo temos imagens do Estatuto dessa sociedade (figuras 6, 7, 8 e 9). Na primeira imagem vemos um recorte da primeira página do Estatuto. As demais imagens trazem as duas primeiras páginas desse valioso documento.

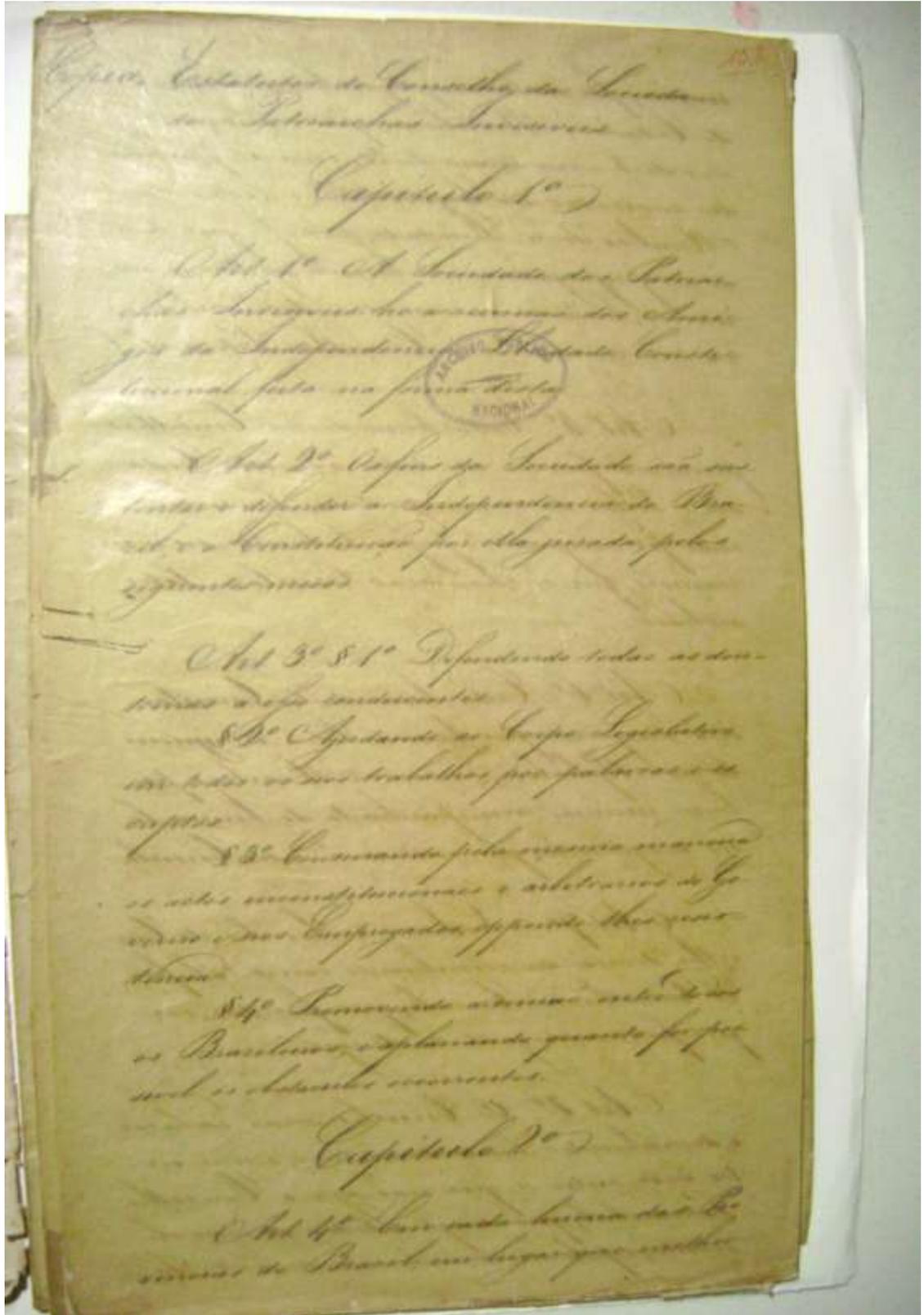
³⁸ ARQUIVO NACIONAL. Estatuto do Conselho de Patriarcas Invisíveis - Diversos Códices SDH, NP, Codes, cód. 807 - Vol. 2.

Figura 6 – capa do Estatuto do Conselho da Sociedade de Patriarcas Invisíveis



ARQUIVO NACIONAL. Estatuto do Conselho da Sociedade de Patriarcas Invisíveis, Capa - Diversos Códices SDH, NP, Codes, cód. 807 - Vol. 2.

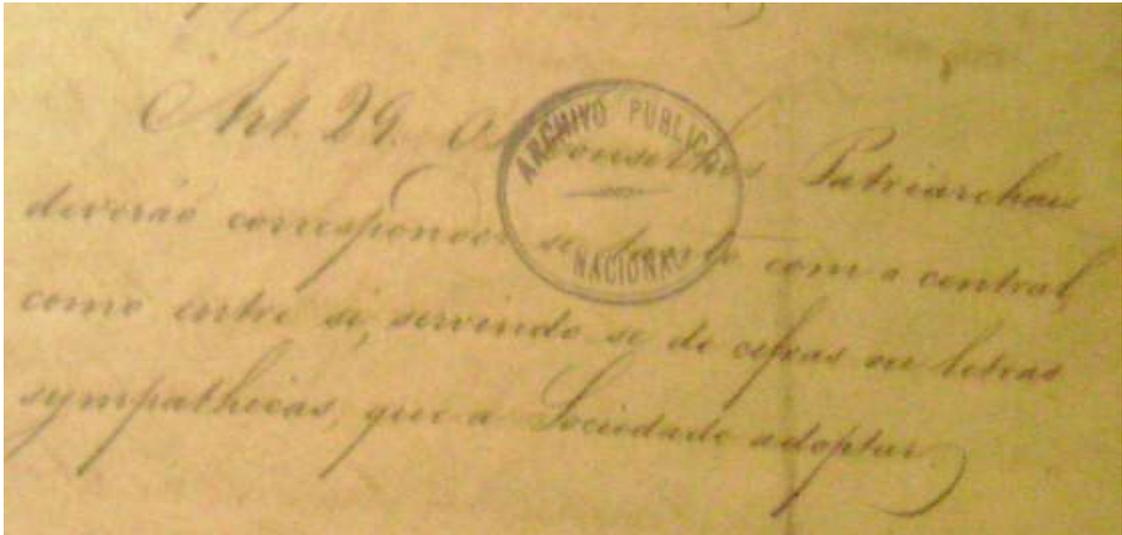
Figura 7 – página 1 do Estatuto do Conselho da Sociedade de Patriarcas Invisíveis



ARQUIVO NACIONAL. Estatuto do Conselho da Sociedade de Patriarcas Invisíveis, p. 01 - Diversos Códices SDH, NP, Codes, cód. 807 - Vol. 2.

O Estatuto manuscrito, mas em bom estado de conservação, contém 29 Artigos e 10 páginas, arquivado no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, na Coleção: diversos códices SDH; seção de guarda: Codes; código de fundo: NP, código 807; Volume 2º. A imagem a seguir é da última página do documento onde consta o Artigo 29 do Estatuto da Sociedade dos Invisíveis.

Figura 9 – página 10 do Estatuto do Conselho da Sociedade de Patriarcas Invisíveis



ARQUIVO NACIONAL. Estatuto do Conselho da Sociedade de Patriarcas Invisíveis, p. 10 - Diversos Códices SDH, NP, Codes, cód. 807 - Vol. 2.

O Artigo 11 do Estatuto dos Patriarcas Invisíveis previa a proteção aos associados, principalmente relacionadas as demandas políticas. O Artigo 12 obrigava os associados a “guardar escrupulosamente sua promessa, velando atentamente na conduta do governo e de seus empregados, avisar de tudo a seu Conselho ou Círculo, prestar à Sociedade auxílio ou serviço que ela exigir e que estiver ao seu alcance, cumprir sem hesitar o que por ela lhe for ordenado, finalmente conservar na maior guarda o segredo”.

O juramento dos novos integrantes constava do texto:

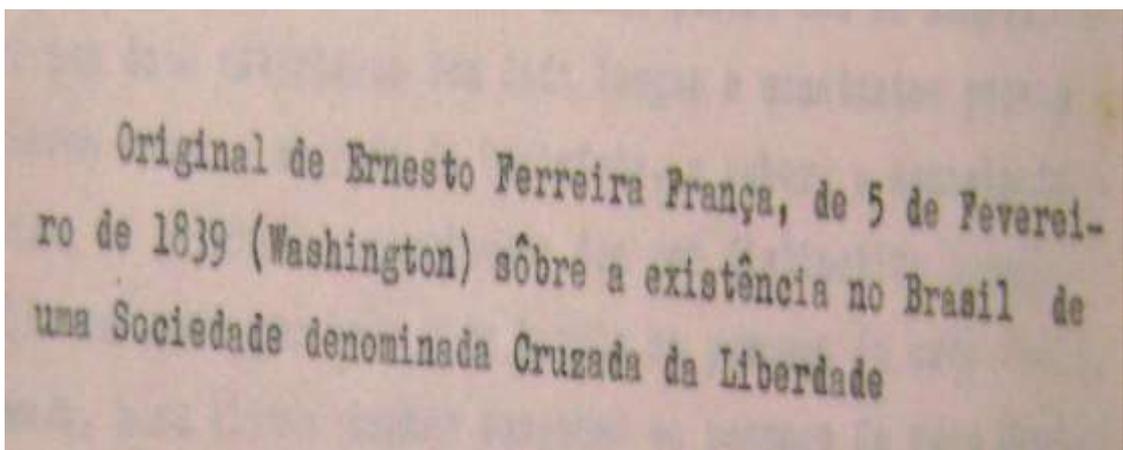
Juro e prometo, perante Deus e todos os Patriarcas Invisíveis, sustentar e defender debaixo deste novo laço social a Independência do Brasil e a Constituição que tens jurado e quer (ele), cumprindo as obrigações que para esse fim me são impostas e que desde já livremente aceito. E outrossim, prometo guardar da mesma sorte, como inviolável segredo, tanto a existência desta sociedade como quanto por parte dela me for comunicado: assim Deus me ajude (BARROSO, Gustavo. O Clube do Padre Geraldo. In. Segredos e Revelações da História do Brasil. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958).

Ao que parece, a primeira parte do juramento referindo-se à independência e a constituição servia apenas de capa e disfarce para o restante, que implicava em grave segredo da verdadeira organização e seus fins associativos.

O Artigo 29, conforme imagem anterior, declarava: “Os Conselhos Patriarcais deverão compreender-se tanto com o central como entre si, servindo-se de cifras ou letras simpáticas que a Sociedade adotar”. Diante desse documento raro e praticamente desconhecido é possível inferir que, em relação aos movimentos revolucionários, como por exemplo, a revolução Liberal em São Paulo e Minas Gerais na década de 1840, foi fomentado por essa sociedade secreta, ainda que parcela razoável de historiadores acredita ter ocorrida por mero descontentamento popular, não levando em consideração a *atuação oculta de mentores*³⁹.

Percebe-se que, o período regencial e os primeiros anos do segundo reinado no país foram marcados por revoltas e fundações de clubes e sociedades secretas. A existência desses clubes e sociedades secretas aguça a curiosidade do pesquisador a ponto de propiciar o encontro de outra, denominada Sociedade *Cruzada da Liberdade*. O Arquivo Nacional possui uma carta manuscrita, redigida por Ernesto Ferreira França em Washington nos EUA, datada do dia 05 de fevereiro de 1839, e endereçada ao governo imperial, relatando a existência no Brasil de uma sociedade secreta chamada Cruzada da Liberdade. A imagem a seguir (figura 10) traz um recorte do texto decifrado e datilografado pelo Arquivo Nacional sobre essa Sociedade.

Figura 10 – capa do documento que contém a carta de Ernesto Ferreira França



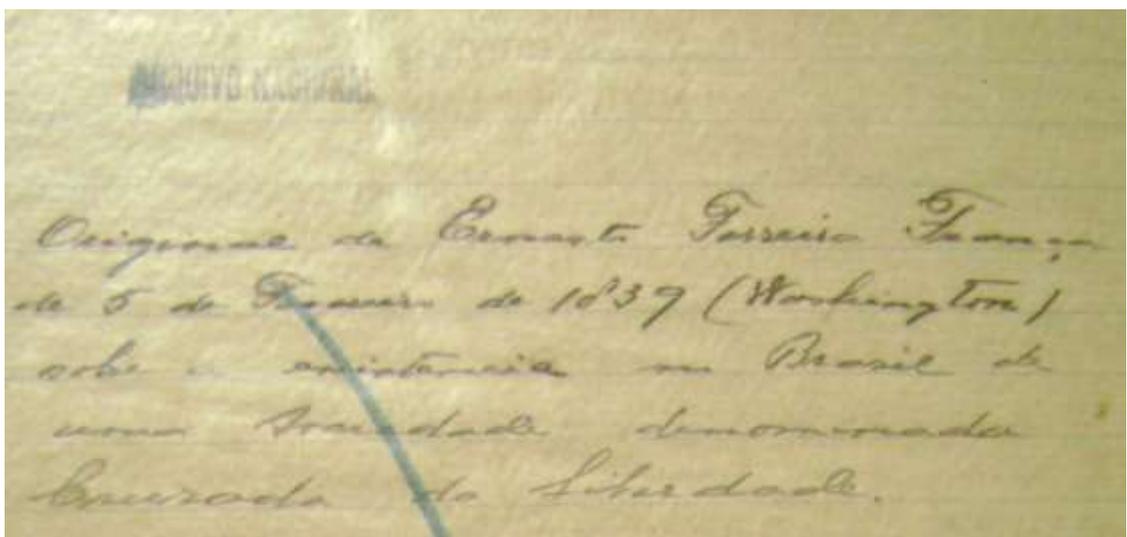
ARQUIVO NACIONAL. Sociedade Cruzada da Liberdade - Diversos Códices SDH, NP, Codes, cód. 807 - Vol. 2, livro 2, p. 146 a 150.

³⁹ BARROSO, Gustavo. O Clube do Padre Geraldo. In. *Segredos e Revelações da História do Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

No texto do documento (conforme imagem anterior) consta a informação de que essa sociedade teria a proteção da Maçonaria, agindo sob seus princípios e normas. Logo nas primeiras linhas da carta encontramos a afirmativa: “Ela tem por fim o estabelecimento da democracia universal e a destruição de todas as famílias reinantes, e seus diversos ramos, tanto no Brasil, como nos outros países”.

Ernesto Ferreira França descreve na carta a estruturação da sociedade. Segundo o denunciante é composta de três classes: a primeira dos Candidatos da Liberdade, a segunda dos Soldados da Esperança Popular e a terceira dos Cavaleiros do Punhal do Brato. Nessa última só são admitidos aqueles que deram mostras de longas e constantes provas nas classes anteriores, de manter segredo da sociedade e dos assassinatos de Reis. No texto também é descrita as insígnias e distintivos de cada uma das classes. Consta ainda na carta frases de reconhecimento. Na primeira classe o reconhecimento se daria pela pergunta e resposta: “Que vos traz aqui? O desejo de ser livre”. Para a segunda classe era: “Qual é o vosso desejo? Realizar as esperanças do povo”. E para a terceira classe: “Por onde vos daes a conhecer? Pelo sangue de Cesar”. A denúncia traz também os nomes das três pessoas mais influentes, local de fundação e ramificações: Feijó (Grão-Mestre da Ordem), Manuel de Carvalho e Holanda Cavalcante; fundada no Rio de Janeiro e com filiações em São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco. A imagem abaixo, conforme figura 11, traz um recorte do cabeçalho do original da carta manuscrita por Ernesto Ferreira França.

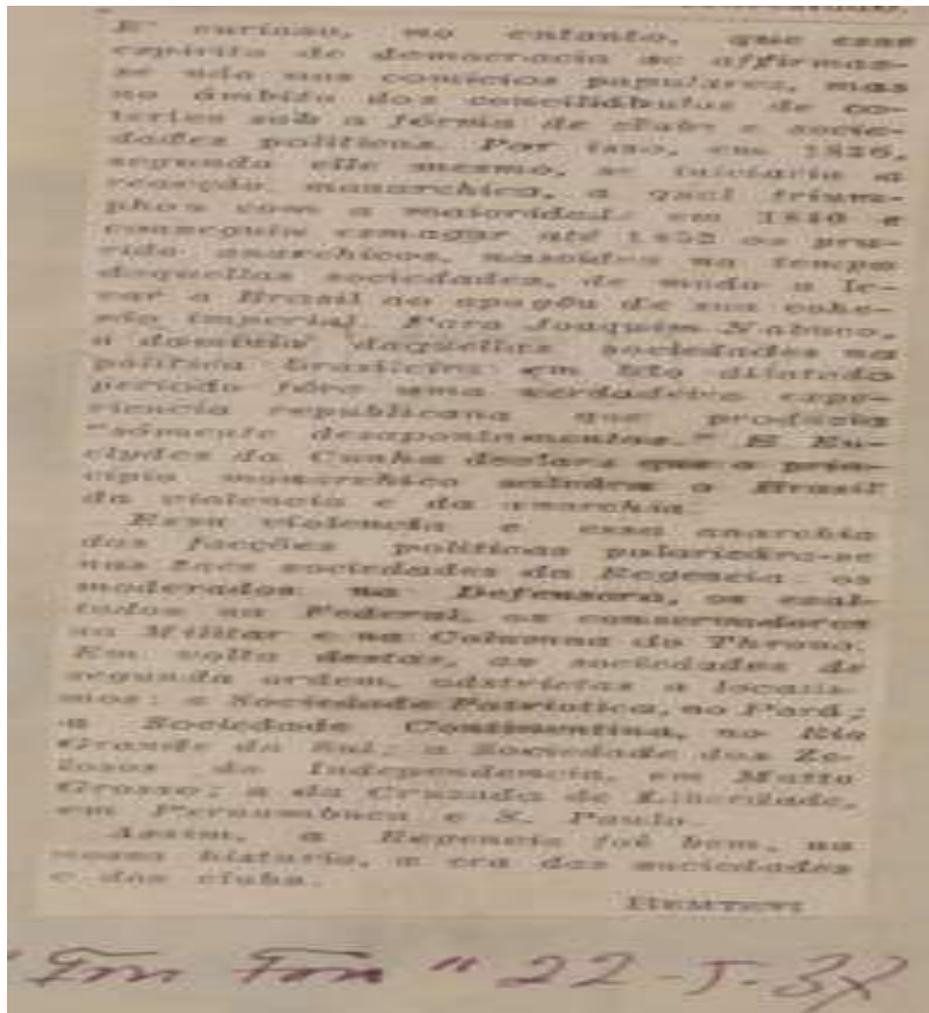
Figura 11 – recorte do texto original da carta de Ernesto Ferreira França



ARQUIVO NACIONAL. Sociedade Cruzada da Liberdade - Diversos Códices SDH, NP, Codes, cód. 807 - Vol. 2, livro 2, p. 146 a 150.

Essa sociedade existente na França e na Europa, segundo Ernesto Ferreira França, só poderia entrar em funcionamento após ter ramificações (estar estabelecida) em todo o território brasileiro. No texto da carta há também informações sobre punições previstas. Em caso de traição a punição é a morte do traidor. Ernesto França, ao final da carta denúncia ao Império Brasileiro afirma ter redigido o documento em três vias. Uma delas é essa (recortes acima) em posse do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. Ainda foi possível encontrar nos arquivos da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional uma vaga menção a sociedade secreta *Cruzada da Liberdade*, constante num pequeno texto (figura 12), encontrado na Hemeroteca Gustavo Barroso, datado de 1937, onde o autor assina ao final com a alcunha de *Bemtevi*.

Figura 12 – texto sobre sociedades secretas no período regencial



Hemeroteca Gustavo Barroso-25 - 1937 1º Semestre a 1939 1º Semestre.⁴⁰

⁴⁰ Biblioteca Virtual do MHN (Museu Histórico Nacional), Hemeroteca Gustavo Barroso/25 – 1937, 1º Semestre a 1939, Cód. TRB02514.0105, Rótulo: BibVirtMHN, Biblioteca Virtual do MHN, Disponível

O texto da imagem anterior revela que, curiosamente no período regencial, o espírito da democracia não surgia espontaneamente através das manifestações populares, e sim nos Clubes e Sociedades Secretas. O autor citando Joaquim Nabuco fala também sobre os desapontamentos do que chamaram de experiência republicana durante a Regência, o que certamente contribuiu para reerguer a Monarquia através do implemento da maioria de D. Pedro II; e citando Euclides da Cunha, fala que o princípio monárquico salvara o país da anarquia e da violência.

No final do pequeno texto há a informação da existência de algumas sociedades secretas existentes no período regencial, tais como: *Sociedade Patriótica no Pará*, *Sociedade Continentina* no Rio Grande do Sul, *Sociedade Dos Zelosos da Independência* no Mato Grosso e da *Cruzada da Liberdade* em Pernambuco e São Paulo. Essas sociedades são citadas como sendo de segunda ordem. De certa forma, é possível inferir num primeiro momento que, a sociedade Cruzada da Liberdade assim como as demais mencionadas, realmente teriam sido consideradas de segunda ordem por não terem a expressão histórica que teve A Bucha e os Patriarcas Invisíveis.

Sociedades secretas, existentes ou não, no Brasil ou no mundo, despertam o fascínio de leitores. Portanto, cabe aos pesquisadores acadêmicos vasculharem arquivos e bibliotecas atrás de documentos capazes de trazer a luz a existência e a atuação dessas sociedades secretas, e assim, reescrever a história.

3. A ATUAÇÃO DA MAÇONARIA NA EDUCAÇÃO NO FINAL DO SÉCULO XIX NO BRASIL

3.1 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO FINAL DO SÉCULO XIX

No capítulo anterior conhecemos um pouco da Maçonaria através de breve relato das suas origens até sua chegada ao Brasil. Vimos também o embate social e político envolvendo a Maçonaria e a Igreja Católica que culminou com o conflito Epíscopo-Maçônico ou Questão-Religiosa e o envolvimento de maçons em algumas sociedades secretas. Esse contexto histórico servirá para contextualizar a educação brasileira no final do século XIX e compreender a luta da Maçonaria por uma educação laica, pública, gratuita e obrigatória aos jovens.

O Brasil do século XIX era uma sociedade constituída basicamente de latifundiários e escravos. Um país onde suas atividades principais eram a pecuária e a agricultura, inicialmente da cana de açúcar e depois do café. Esse modelo beneficiava uma pequena parcela da população, pois a grande maioria era desprovida de terras ou possuía uma quantidade inexpressiva. No século XIX a instrução pública no país era limitada apenas ao ensino das primeiras letras, e, mesmo assim, o acesso era restrito, pois escravos e ex-escravos eram excluídos. A educação possuía um viés religioso (jesuítico e escolástico). Oferecia uma pequena iniciação às primeiras letras aos filhos dos colonos brancos (somente aos filhos homens), com a finalidade de garantir sua evangelização. O acesso ao ensino superior era destinado à elite política e econômica do país, portanto, a educação no século XIX, por ser inacessível a grande parte da população, era praticamente inexistente (EGITO, 2011, p. 36-37).

A educação nacional no século XIX tinha como marca a descentralização. Esse implemento teve início com Ato Adicional de 1834 que dava às províncias o direito de regulamentar e promover a educação. Surgia então os chamados *liceus*⁴¹, sem muita organização e recursos financeiros. O resultado foi que a iniciativa privada teve enorme influência nessa modalidade, deixando o ensino primário abandonado. Esse acontecimento exacerbou ainda mais o caráter classista.

⁴¹ Liceu é o tipo de estabelecimento de ensino onde são ministrados os três últimos anos do ensino secundário, aos adolescentes com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos (Estabelecimento de ensino de segundo grau).

O ensino público no Brasil era fomentado no sentido de manter o equilíbrio entre as contradições sociais, políticas e educacionais do Império. Havia a necessidade de adaptar o ensino público, de matriz liberal, à educação aristocrática, como distintivo de classe. Esse amoldamento é característico do conservadorismo que predominava no Império e não no liberalismo. A elite do país, composta por poucas famílias, unidas por interesses de classe e por laços sanguíneos, buscava alinhar o liberalismo ao patrimonialismo (MARRACH, 2009, p. 79).

Segundo Romanelli (1991), a educação era acessível a somente 1,8% da população. A quantidade de analfabetos chegava a 85%, sendo que, dos 15% de alfabetizados, se forem relacionados somente os que eram letrados, a porcentagem é inexpressiva. O governo imperial abandonou a educação do povo, forçado principalmente pela Inglaterra (ROMANELLI, 1991, p. 35-40).

Em 1870, o Ministro do Império, Sr. Paulino de Sousa, enviou um relatório à Assembleia Geral Legislativa deixando a entender que o poder público havia abandonado a educação no país. Nesse relatório o ministro exaltava a necessidade de o poder público atuar com maior empenho na educação nacional para promover o progresso da nação. Em 16 de maio de 1870, por meio de uma resolução provincial, foi aprovada a reforma da instrução pública no país criando os conselhos municipais de instrução (ZICHIA, 2008, p. 58).

Em 1873, a Maçonaria brasileira já defendia o ensino obrigatório. Em publicação no *Boletim do Grande Oriente do Brasil*⁴² encontraremos o discurso do maçom e senador do Império, Manoel Francisco Correa, numa conferência literária, na escola popular da Freguesia da Glória no Rio de Janeiro, onde defendeu sua tese de ensino obrigatório afirmando ser o único ensino possível. Entre 1873 e 1888, realizou-se na capital do país, Rio de Janeiro, diversas conferências (BITTENCOURT, 1953, p. 50).

O estado deve ensinar, assim como o cidadão deve saber. Se, pois, o estado tem essa obrigação por que não deve o cidadão ter essa obrigação? O mais nobre de todos os impostos é sem dúvida o ensino obrigatório; porque por meio dele aprende o cidadão a conhecer seus direitos assim como se inicia em todos os santos deveres a cumprir em sociedade e na família. Não basta esperar que o homem do trabalho

⁴² Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 12, 2º ano, dezembro de 1873, pág. 892.

mande seu filho para a escola, que é a universidade do ensino primário; convém impor-lhe essa obrigação, e aliás com aquele lógico rigor de que se serve a lei (“Noticiário”. In: Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 12, 2º ano, dezembro de 1873, pp. 892-894).

Em 1874, surge na Maçonaria recomendações do estabelecimento de *conferências públicas*⁴³ para tratar da instrução do povo.

Lembremo-nos que a instrução ampla e gratuita, por qualquer forma dada ao povo, será a base sólida da Maçonaria. Os que se instruem raro se esquecem da gratidão que devem a quem os instruiu. Lembremo-nos ainda que a Maçonaria é uma vasta escolha da mais pura philosophia. A instrução é seu principal desideratum. Nos templos abramos o livro da verdade, pois importa muito que sejamos instruídos. No mundo profano abramos escolhas, instituamos conferencias francas para o povo; dahi virá o grandioso futuro compensar as fadigas do presente (“Noticiário”. In: Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 4 a 7, 3º ano, abril a julho de 1874, pp. 515-516).

Surge também, no ano de 1874, a ideia de escolas noturnas conforme informação trazida por Oliveira (2003). “Um é fundar, o Estado, as escolas noturnas que forem necessárias para quem não puder ir às diurnas” (OLIVEIRA, 2003, pág. 75). No ano de 1876, a Maçonaria brasileira, por intermédio de seu boletim, edita um texto intitulado *Os fins da Maçonaria* onde afirma a necessidade de instruir o povo. *A instrução é uma obrigação maçônica*⁴⁴.

Em 1879, a reforma de propositura de Leôncio de Carvalho, ministro do Império que substituiu Paulino de Souza, tinha orientações positivistas, previa normas para o ensino primário, secundário e superior. Essa reforma era revolucionária para a época, pois defendia a liberdade do ensino, liberdade religiosa e abertura de escolas normais. Também instituiu a mais ampla liberdade para abrir escolas e cursos de todos os tipos e níveis. Outra inovação trazida por essa reforma era a extinção da proibição da matrícula de escravos, bem como estimulava os colégios a buscarem novas propostas pedagógicas. Apesar de inovadora, infelizmente nem todas as propostas foram colocadas em prática (ZICHIA, 2008, p. 63-64).

⁴³ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 4 a 7, 3º ano, abril a julho de 1874, p. 515-516.

⁴⁴ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 12, 4º ano, dezembro de 1875, p. 798.

Romanelli (1991) fala da dualidade trazida pela Constituição da República de 1891, que trouxe a descentralização do ensino, delegando aos Estados o poder para prover e legislar sobre a educação primária e ensino profissional. Surgindo, portanto, escolas secundárias e superiores para a classe dominante e escolas primárias e profissionais para a educação do povo, acarretando assim, uma dualidade própria da organização social brasileira (ROMANELLI, 1991, p. 42).

No Brasil monárquico havia um distanciamento entre o discurso parlamentar e a prática. Falava-se em educação para a cidadania, porém o descaso com educação básica era absoluto, e isso retratava o interesse da classe dominante. Marrach (2009), fala da submissão da maior parte da população brasileira a lógica da dominação paternalista.

A ausência de educação básica durante o século XIX deve-se ao fato de que a maior parte da população estava submetida a controles externos, à ameaça de violência física direta – e não nos referimos somente aos escravos, mas também ao contingente de homens livres e pobres, chamados “mestiços”, “pardos”, “cabras” e “crioulos”, que apenas teoricamente eram livres, pois na verdade estavam presos a lógica da dominação paternalista (MARRACH, 2009, pág. 80).

A escola de primeiras letras abrigava tanto os filhos da elite política quanto os filhos de uma espécie de classe intermediária, pequenos e médios funcionários, de professores primários, de militares e caixeiros. Já o nível médio era mais seletivo, frequentado por uma pequena parcela privilegiada de jovens para o ingresso no curso superior. O ensino era para os meninos. As perspectivas de educação para as meninas eram poucas (MARRACH, 2009, pág. 81).

O governo imperial tentou algumas medidas populares voltadas a educação, entre elas, tornar acessível a educação a todos de acordo com o discurso liberal que circulava na Europa, o qual defendia a igualdade. O Imperador ansiava pelo progresso e compreendia que através da educação seria possível alcançá-lo.

O iluminismo colocou a escola pública na pauta da discussão em prol do esclarecimento. No entanto, o pensamento libertário tinha outro viés, reduzir o iluminismo a uma forma de controle e domesticação capaz de controlar a imaginação criativa dos estudantes. O conceito Iluminismo foi então substituído pelo de educação das massas e erradicação do analfabetismo. Portanto, a escola pública como a religiosa era vista como via de controle, de repressão, doutrinação

ideológica e intervenção na cultura popular (MARRACH, 2009, pág. 139).

Os dados concernentes às matrículas de alunos em idade escolar no Império brasileiro refletem o descaso do Estado com a educação.

No último ano da Monarquia, quando a população orçava por mais de 14 milhões de habitantes a matrícula nas escolas primárias não passava de 250.000 alunos, ou seja, de menos da oitava parte da população em idade escolar. Em 1889 inaugurava-se o Colégio Militar, a última criação escolar da Monarquia. Na fala do trono do mesmo ano, o canto do cisne da Coroa, o Imperador sugeria que fossem criados o Ministério da Instrução, escolas técnicas, Universidades, Faculdades de Ciências e Letras. A República daria tudo isso, mas com largo atraso. Seria preciso esperar 30 anos para surgir a primeira Universidade e quase meio século para que se estruturassem as Faculdades de Filosofia (BITTENCOURT, 1953, p. 53).

Em nosso território, a influência do Iluminismo fortaleceu a tendência liberal e laica de buscar novos caminhos para a educação. “O Iluminismo valorizava o conhecimento como instrumento de libertação e progresso da humanidade, levando o homem à sua autonomia e a sociedade à democracia, ou seja, ao fim da opressão” (MARCONDES, 2007, p. 210).

A revolução industrial acarretou transformações sociais que fomentou a luta de classes entre burguesia e proletariado. Essa situação fez com que a educação servisse como ferramenta de controle social e político (CAMBI, 1999, p. 407). Portanto, o ato de educar à época já era visto como mecanismo de controle (para a burguesia) e de emancipação social (para o povo).

O Brasil do final do século XIX tinha como marcas o atraso industrial e grandes latifúndios. A educação era privilégio da elite que procurava manter seu domínio acumulando riquezas a partir do trabalho escravo (ROMANELLI, 1991, p. 37). Oliveira (2003) acreditava que, esse atraso em relação aos países industrializados somente seria minimizado através da educação. Para isso o Estado deveria ofertar instrução pública às camadas populares. Defendia também a ampliação de escolas privadas, cursos profissionalizantes e investimento no ensino superior, objetivando o desenvolvimento da ciência e conseqüentemente do país. O autor também enfatiza a defesa da educação feminina como meio de combate ao analfabetismo (OLIVEIRA, 2003, p. 111).

Oliveira (2003), também criticava a descontextualização do ensino dos colégios jesuítas.

Em vez de aprenderem a ter medo de almas do outro mundo, de sortilégios, de demônio e mistérios, os meninos seriam iniciados nos princípios da verdadeira religião, que consiste simplesmente em amar a Deus e aos homens. Em vez de se entreterem com façanhas belicosas e práticas metafísicas, teológicas ou idólatras, seriam educados segundo as vistas da civilização moderna, ou afeitos desde a escola a pensar nas instituições e os costumes de que mais precisa o seu país (OLIVEIRA, 2003, p. 50).

Uma das maneiras de modificar esse panorama seria tornar obrigatório o ensino no país, atribuindo responsabilidades aos pais e ao Estado, retirando assim a influência da Igreja Católica na educação brasileira. Oliveira (2003) defendia também a criação de escolas noturnas para atender aos trabalhadores (OLIVEIRA, 2003, p. 167). A separação entre Igreja e Estado defendida por Oliveira (2003) fazia parte de um dos princípios da civilização moderna, baseada em modelos liberais e positivistas, de sociedade e de educação.

A religião que pode auxiliar o governo é a religião da moralidade, da justiça e do dever. Mas nessa religião cada um é o seu próprio sacerdote, por que cada um traz consigo o seu culto e o seu altar no majestoso tribunal que se chama consciência. (...) é ele principalmente que se opõe a que para nós se encaminhem as correntes de emigração que vão ter a outros países, onde ninguém contribui para a religião que não é a sua, onde a liberdade de consciência e de culto não é só ilusória como aqui (OLIVEIRA, 2003, p. 98).

No final do século XIX, principalmente após 1870, destaca-se o empenho da Maçonaria brasileira na melhoria da instrução pública no Brasil. O ideário maçônico estava implícito nos discursos de maçons ligados à política da época. Foi então que, nesse cenário político, além de Benjamin Constant e Manoel Bomfim, surgiu, Rui Barbosa (1849-1923) que, sem dúvida foi o político que marcou seu nome da história da educação do país no século XIX (EGITO, 2011, p. 34).

Rui Barbosa ingressou na Maçonaria através da Loja Maçônica América, na cidade de São Paulo, em 1º de julho de 1869, após ter sido convidado por Antônio Carlos de Ribeiro Andrada, professor na faculdade de Direito e sobrinho de José Bonifácio de Andrada e Silva. Nessa mesma Loja Maçônica foram iniciados Joaquim Nabuco, Luís Gama, Américo Brasiliense e Pedro Toledo. No seio da Maçonaria, Rui Barbosa debateu questões ligadas a abolição da escravatura e educação (EGITO, 2011, p. 35).

Rui Barbosa também combateu o ultramontanismo durante a *Questão*

Religiosa sendo enfático quanto a separação entre Igreja e Estado, utilizando em seus discursos a expressão *Igreja livre no Estado livre* (MAGALHÃES, 2013, p. 95). Rui Barbosa ao debater educação deixava transparecer em seus discursos princípios maçônicos, como por exemplo, o combate a ignorância, sendo também chamado de advogado da educação. Com base em princípios maçônicos, Rui Barbosa elaborou um projeto de lei indicando sua preocupação com a escravidão, seja ela física ou intelectual. A Maçonaria, então influenciada por Rui Barbosa e outros membros da ordem, acabou adotando estratégias de lutas em prol da educação (EGITO, 2011, 36). Rui Barbosa, quando deputado pela província da Bahia foi relator da Comissão de Instrução Pública na Câmara dos Deputados durante a reforma do ensino primário, secundário e superior, defendendo a liberdade de ensino, a alfabetização das massas e o ensino nas universidades (MAGALHÃES, 2013, p. 96).

Rui Barbosa se destacou na política nacional antes e depois da instauração da República conforme nos mostra Magalhães (2013).

Com a instauração da República, a partir de 1889, convidado a colaborar na redação da Constituição republicana, redige dentre outras sugestões, o decreto 119- A, que estabeleceu a separação entre a Igreja e o Estado e consagrou a liberdade de cultos. É a vitória derradeira dos maçons sobre a Igreja Católica após os eventos da “questão religiosa”, ao final do império (...). A Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891, é redigida sob a presidência de Saldanha Marinho e de vários outros maçons, com os quais Ruy Barbosa, aos 42 anos, perfeitamente se identificava e alinhava: Américo Brasiliense, Francisco Rangel Pestana, Antônio Luís dos Santos Werneck e José Antônio de Magalhães de Castro. Essa comissão de juristas apresentou o projeto resultante dos trabalhos, que foi submetido ao Governo Provisório. Assim reunidos, os ministros reviram o projeto, cuja forma definitiva foi dada por Ruy, perfeitamente integrado e alinhado à rede de sociabilidade maçônica (MAGALHÃES, 2013, p. 97).

Rui Barbosa, como jurista, representou o país na Conferência de Paz de Haia, na Holanda, em 1906, em substituição a Joaquim Nabuco, então embaixador do Brasil nos EUA. Rui Barbosa, liberal e emancipacionista, demonstrou seu vasto repertório de conhecimentos jurídicos em seu discurso em Haia, passando a ser conhecido internacionalmente, sendo chamado no Brasil de Águia de Haia (EGITO, 2011, 36).

Rui Barbosa atuando no campo político empreendeu esforços na melhoria da educação através da elaboração de pareceres relativos a reforma do ensino (EGITO,

2011, p. 36). Suas propostas para a educação começavam pela divisão do ensino em: jardins de infância, escolas primárias, cursos profissionais, escolas normais, liceus e ensino superior. Rui Barbosa, então deputado pela província da Bahia, defendeu em plenário suas ideias para a educação no país tendo como base o modelo *Froebel*⁴⁵ (EGITO, 2011, p. 38).

Rui Barbosa defendeu a criação do chamado *Curso Normal*⁴⁶ que visava a preparação de professores para trabalhar nos jardins de infância e na alfabetização. Rui Barbosa entendia que, o Brasil deveria adotar para a sua educação os modelos com experiências positivas de países desenvolvidos. Na época as legislações a respeito da educação eram escassas, praticamente inexistentes, o que dificultava o implemento de projetos educacionais. Conforme destaca Egito (2011), Rui Barbosa se debruçou nos estudos metodológicos de *Bacon*⁴⁷, *Pestalozzi*⁴⁸, *Froebel*, *Rabelais*⁴⁹ e *Fenelon*⁵⁰ para encontrar um modelo educacional de acordo com a realidade brasileira da época.

Rui Barbosa inspirado no modelo americano *high school*⁵¹ implementou no Brasil o padrão curricular conhecido como 2º Grau; uma inovação para a época. Dentre as ideias de Rui Barbosa destacam-se: a escola primária, atualmente conhecida como Ensino Fundamental. O 2º Grau, hoje conhecido por Ensino Médio, onde o aluno faria cursos profissionalizantes visando preparação para o trabalho, sem intenção de ingressar no ensino superior. E os extintos Liceus que serviam como preparação para o ingresso na universidade (EGITO, 2011, p. 40).

Rui Barbosa, ao criar o curso normal, preocupava-se com a formação profissional de professores de acordo com as metodologias de ensino, pois nessa época o ofício de professor era visto como dom. Havia poucas unidades de escolas com cursos normais pelo país o que fez com que Rui Barbosa usasse de sua influência no meio político para aumentar o número de vagas nas escolas existentes, e, por

⁴⁵ Friedrich Froebel (1782-1852) pedagogo alemão criador do modelo de jardim de infância adotado mundialmente.

⁴⁶ O curso normal, também conhecido como magistério de 1º grau ou magistério pedagógico, é um tipo de habilitação para o magistério nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

⁴⁷ Francis Bacon (1561-1626) foi político, filósofo e ensaísta inglês, considerado como o fundador da ciência moderna.

⁴⁸ Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827) foi um pedagogo suíço e educador pioneiro da reforma educacional.

⁴⁹ François Rabelais (1494 - 1553) foi um escritor, padre e médico francês do Renascimento, que usou, também, o pseudônimo *Alcofribas Nasier*, um anagrama de seu verdadeiro nome.

⁵⁰ François Fénelon (1651-1715), foi um teólogo católico, poeta e escritor francês. Suas ideias liberais sobre educação e política eram contrárias ao conservadorismo da Igreja e do Estado.

⁵¹ High school é o Colegial nos EUA (Ensino Médio).

consequente, o aumento de cursos normais em todo o território nacional. Rui Barbosa alinhado aos ideais da Maçonaria, lutou pela melhoria da educação no país, pois também entendia que o Brasil só se tornaria um país desenvolvido e próspero se investisse na educação da população (EGITO, 2011, p. 41).

Os Pareceres elaborados por Rui Barbosa visavam substituir a reforma instituída por Leôncio de Carvalho em 1879. Esses Pareceres podem ser considerados um projeto de reforma global da educação no país, um verdadeiro tratado, abrangendo quase por completo todos os aspectos da educação: filosofia, política, administração, didática, psicologia, educação comparada (SOUZA, 2000, p. 10).

A influência das ideias correntes no século XIX foram de fundamental importância à educação, Rui Barbosa preconizou a melhoria social pela reforma da educação, pois acreditava no poder da educação como meio capaz de promover o progresso do homem e do país. Como acontecia em alguns países europeus e nos Estados Unidos, também no Brasil, no final do século XIX, a escola popular, compreendida como ferramenta de modernização por excelência, foi elevada à categoria de redentora da nação (SOUZA, 2000, p. 11).

Rui Barbosa era a favor de um ensino primário obrigatório, dos sete aos catorze anos, gratuito e laico. Também defendia a substituição da inócua escola de primeiras letras, voltada para o passado, pela escola primária moderna, com um ensino renovado e um programa enciclopédico, voltada para o progresso da nação. A reforma do ensino primário deveria fundar, assim, uma nova realidade educacional (SOUZA, 2000, p. 12). A escola primária teria oito anos de duração; ficaria dividida em três graus: o elementar e o médio, cada um com dois anos, e o superior com quatro. O dia letivo escolar teria duração de aproximadamente seis horas, das quais eram destinadas cerca de quatro horas e trinta minutos para atividades de classe e o restante para a prática de exercícios ginásticos.

De acordo com as ideias dominantes na época, a ampliação do programa escolar teria como princípio a educação integral: educação física, intelectual e moral. Indissociáveis corpo e espírito, a educação integral deveria seguir as leis da natureza e a ciência seria o melhor meio para a disciplina intelectual e moral (SOUZA, 2000, p. 13). Essa concepção de educação integral, defendida por Rui Barbosa, tornou-se a referência pedagógica norteadora da seleção dos conteúdos para a escola primária.

Fundamentada em justificativas filosóficas e pedagógicas, a educação integral, acenava com uma nova cultura escolar para o povo, e ampararia um projeto de fundo político e social (SOUZA, 2000, p. 14). Na organização do ensino primário brasileiro, em vários Estados, se verificaria a influência de Rui Barbosa ainda depois de 1910.

Se Rui Barbosa foi importante como jurista e político brasileiro, outro nome merece destaque no cenário nacional no final do século XIX, o militar, engenheiro, professor e estadista, Benjamin Constant de Botelho Magalhães (1836-1891). Benjamin lecionava na Escola Militar onde transmitia aos jovens cadetes o ideário positivista e republicano (MAGALHÃES, 2013, p. 79).

Magalhães (2013) afirma que, Benjamin Constant se recusou a ser o primeiro presidente da república.

As disposições transitórias da Constituição de 1891 consagraram-no como fundador da república brasileira, por sua atuação firme ao lado de conhecidos maçons durante os eventos geradores da república. Só não foi o primeiro presidente por que recusou o cargo, que então, foi passado a Deodoro da Fonseca. (...) Adepto do positivismo, em suas vertentes filosófica e religiosa, cujas ideias difundiu entre a jovem oficialidade do Exército brasileiro, foi um dos principais articuladores do levante republicano de 1889, aliado aos maçons da época (MAGALHÃES, 2013, p. 80).

Nos primeiros dias após a instauração da república Benjamin Constant assumiu o cargo de Ministro da Guerra e posteriormente o cargo de primeiro Ministro da Instrução Pública (MAGALHÃES, 2013, p. 81-83). A frente da instrução pública no país deu ênfase ao desenvolvimento das ciências na busca de melhorias tecnológicas capazes de contribuir para a modernização da sociedade brasileira. Assim como Rui Barbosa, Benjamin Constant se manteve alinhado ao ideário maçônico que preconizava o ensino das ciências consideradas fundamentais, como a Física, Matemática, Geometria, Astronomia, Sociologia, Química e Biologia; tudo isso acrescido de atividades físicas (MAGALHÃES, 2013, p. 81).

Benjamin Constant mesmo sendo militar de carreira, era pacifista. Inspirado nas ideias de Augusto Conte, célebre positivista, defendia em seus discursos o fim das forças armadas, afirmando que cabia ao Estado prover através das armas da força policial apenas a manutenção da ordem pública. Benjamin Constant também deixou sua marca ao criar a doutrina do *soldado-cidadão*, pois

segundo ele, antes de serem soldados, os integrantes das Forças Armadas eram cidadãos, e como tal deveriam se comportar, principalmente num regime republicano (MAGALHÃES, 2013, p. 82). Benjamin Constant, mesmo sendo militar e político, considerava-se um professor, função que exercia com orgulho. Foi por muitos anos diretor do antigo Instituto dos Meninos Cegos, criado em 1854 por D. Pedro II. Após seu falecimento, esse instituto recebeu o nome de *Instituto Benjamin Constant*, que permanece em atividade até os dias atuais (MAGALHÃES, 2013, p. 83).

A Maçonaria brasileira influenciada pelos ideais iluministas e, vendo o descaso do Império com a educação do povo, iniciou na década 1870 campanhas no sentido de promover melhorias no ensino adotando diversas estratégias, dentre elas, a criação de escolas e aulas noturnas (EGITO, 2011, p. 24).

Em face da falta de investimento na educação por parte do Império, a Maçonaria adotou uma postura legalista editando, em março de 1876, uma *proposta de constituição Maçônica*⁵² (a figura 13 contém o recorte do Art. 9º do documento), com destaque para fundação de escolas pela Ordem para promover a instrução do povo (EGITO, 2001, p. 24).

Figura 13 – Art. 9º da proposta de Constituição Maçônica

Art. 9.º — O Gr.: Or.: do Brazil garante aos seus associa-
 em particular e em geral á humanidade :
 § 1.º Protecção e auxilio.
 § 2.º Soccorro e protecção aos filhos, viuvras e pais dos MMAç.:
 ando em necessidade ;
 § 3.º Instrucção do povo ;
 § 4.º Fundaçãõ de escolas para a illustraçãõ da mocidade.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 03, 5º ano, março de 1876, pág. 81.

O discurso, baseado em ideias progressistas, iniciado pela Maçonaria brasileira no início da década de 1870, de promover o chamado *alimento espiritual*⁵³ manteve-se até meados do século XX. A Maçonaria, ao defender

⁵² Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 03, 5º ano, março de 1876, pág. 81.

⁵³ Forma com que os maçons se referem à educação.

firmemente o ensino laico, obrigatório e gratuito, através da criação de escolas ou aulas noturnas para os trabalhadores, escravos, ex-escravos e pobres, num período de extrema fragilidade na educação no país, deixou suas marcas por meio de sua contribuição social (EGITO, 2011, p. 26).

3.2 A PARTICIPAÇÃO DA MAÇONARIA BRASILEIRA NA DEFESA DO ENSINO LAICO

No final do século XIX a Maçonaria se lançou à frente dos segmentos sociais com seu posicionamento anticlerical, principalmente no combate a influência da Igreja Católica na Educação. Nesse período “os maçons utilizaram-se da imprensa escrita, da política parlamentar, das associações e clubes literários ou filantrópicos, sob sua influência para combater os privilégios do catolicismo no País” (COLUSSI, 2000a, p. 47). Além da atuação no meio político-social a Maçonaria atuou fortemente no campo educacional. No interior das Lojas maçônicas, além da discussão de ideias republicanas e o fim de escravidão, os maçons defendiam a separação entre Igreja e Estado, e que essa separação deveria se iniciar no ensino laico.

Durante a segunda metade do século XIX, a questão da educação foi muito discutida pelos maçons brasileiros. Ciente dos problemas relativos à fragilidade do sistema educacional e do fato de que pequena parcela da sociedade tinha acesso a esse sistema, a Maçonaria procurou soluções práticas para a questão, buscando modificar essa realidade. (COLUSSI, 2012, p. 39).

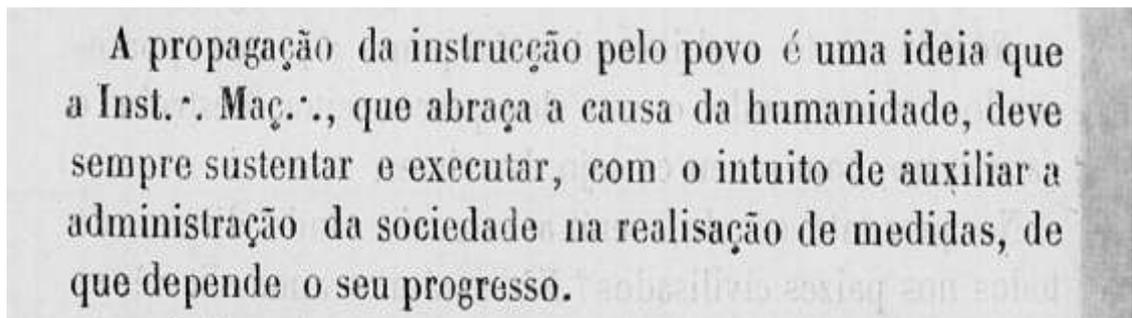
Conforme expõe Colussi (2000a), a educação nessa época era vista pela Maçonaria como instrumento de difusão das ideias liberais e racionalistas. Todavia, a realidade educacional brasileira era caótica, um completo abandono. Nesse período o ensino primário além de precário possuía um corpo docente leigo. O ensino secundário era privilégio da elite brasileira, bem como o ensino superior ainda mais fragilizado (COLUSSI, 2000a, p. 49).

Na visão Maçônica, a Igreja Católica pretendia se assenhorear do ensino público e, por conseguinte, dominar o povo. Os maçons repreendiam a doutrinação existente nos colégios jesuítas, bem como a ausência das chamadas à época, doutrinas do espírito moderno. A maioria dos maçons lutaram pelo fim do obscurantismo e das

superstições atreladas ao catolicismo, que era a religião oficial do Estado brasileiro (COLUSSI, 2000a, p. 50).

Em dezembro de 1871, a Maçonaria publicou, na *primeira edição do Boletim do Grande Oriente do Brasil*⁵⁴, jornal oficial da Maçonaria brasileira, logo na introdução (figura 14), um chamamento para que a instituição Maçônica propagasse instrução ao povo.

Figura 14 – propaganda maçônica em prol da instrução



Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 1º ano, dezembro de 1871, pág. 08.

A Maçonaria, portanto, no ano de 1871, escolheu como campo de atuação a Educação. Buscava expandir o ensino público, laico, gratuito e obrigatório. A ação Maçônica na educação marcaria as décadas finais do século XIX.

A Loja Maçônica Dezoito de Julho, no Rio de Janeiro, organizou a partir de 1873 as *Conferências Populares da Glória*⁵⁵, assim conhecida por realizar-se nas dependências do salão de escola pública na freguesia da Glória (a imagem a seguir, figura 15, traz um recorte do Boletim do Grande Oriente do Brasil de dezembro de 1873 sobre a conferência). Os temas eram de relevância cultural, científica e artística e apresentados a quaisquer interessados (CANDIÁ, 2010, p. 08). De 1873 até 1880 foram realizadas 354 conferências, proferidas principalmente por médicos e bacharéis em Direito, e pessoas do notório saber e reconhecimento da sociedade carioca. (CARULA, 2007, p. 179).

⁵⁴ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 1º ano, dezembro de 1871, pág. 08.

⁵⁵ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 12, 2º ano, dezembro de 1873, pág. 892.

Figura 15 – Conferências Populares da Glória

CONFERENCIA LITTERARIA, no Edificio novo para Escola Popular da Freguezia da Gloria, pelo Conselheiro Manoel Francisco Corrêa.—No domingo, 23 de Novembro, em um magnifico salão daquelle edificio, repleto de uma sociedade culta e respeitavel, subio á tribuna o nosso Ill. Ir. Conselheiro Manoel Francisco Corrêa, cujo saber erudito é por nós altamente avaliado. Versou a sua these sobre o *Ensino Obrigatorio*; e por tal arte se houve o illustre orador em sua argumentação, que provou a necessidade de assim ser considerado por nós todos o unico ensino possivel.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 12, 2º ano, dezembro de 1873, pág. 892.

Na primeira conferência o conselheiro-senador Manoel Francisco Correia, membro da Loja Maçônica Dezoito de Julho, conforme imagem a seguir (figura 16), defendeu em seus argumentos a necessidade do ensino obrigatório como o único possível. Os temas das conferências versavam sempre sobre ciências e educação o que de certo modo afastava a participação popular ainda que, segundo o conselheiro-senador, isso não era um problema, pois a iniciativa tinha como objetivo difundir o conhecimento a todos que porventura comparecessem (CANDIÁ, 2010, p. 08).

Figura 16 – trecho do discurso do Senador Manoel Francisco Correia

O mais nobre de todos os impostos é sem duvida o *ensino obrigatorio*; porque por meio d'elle aprende o cidadão a conhecer seus direitos assim como se inicia em todos os santos deveres a cumprir em sociedade e na familia.

Não basta esperar que o homem do trabalho mande seu filho para a escola, que é a universidade do ensino primario; convem impôr-lhe essa obrigação, e aliás com aquelle logico rigor de que se serve a lei.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal oficial da Maçonaria Brasileira, número 12, 2º ano, dezembro de 1873, pág. 892.

Em 06 de fevereiro de 1874, maçons enviaram um abaixo assinado na forma de petição a Assembleia Geral Legislativa enfatizando o tema *Igrejas Livres no Estado Livre*. Nesse documento⁵⁶ (figura 17), reivindicavam a liberdade de culto, a separação entre Igreja e Estado, o ensino da escola pública separado do religioso, registro civil de nascimentos e óbitos, a secularização dos cemitérios, etc.

Figura 17 – trecho do abaixo assinado redigido por maçons

que os successos contemporaneos estao claramente manifestados.

Neste intuito, appellando para a sabedoria dos legisladores brasileiros, vem os abaixo assignados mui respeitosa e requerer que a assemblea geral decrete:

« A plena liberdade e igualdade de todos os cultos;

« A abolição da igreja official e sua emancipação do Estado, com a suppressão dos privilegios outhorgados aos sectarios dessa igreja.

« O ensino da eschola publica separado do ensino religioso, que aos paes incumbe no seio da familia, e na igreja aos ministros de cada seita particular. »

E, como consequencias desses tutelares principios do direito commum e medidas preliminares urgentemente reclamadas pelas melindrosas circumstancias do paiz:

« A instituição do casamento civil obrigatorio, sem prejuizo das ceremonias religiosas conforme o rito de cada conjuge;

« O registro civil dos nascimentos e obitos;

« A secularisação dos cemiterios e sua administração pela municipalidade. »

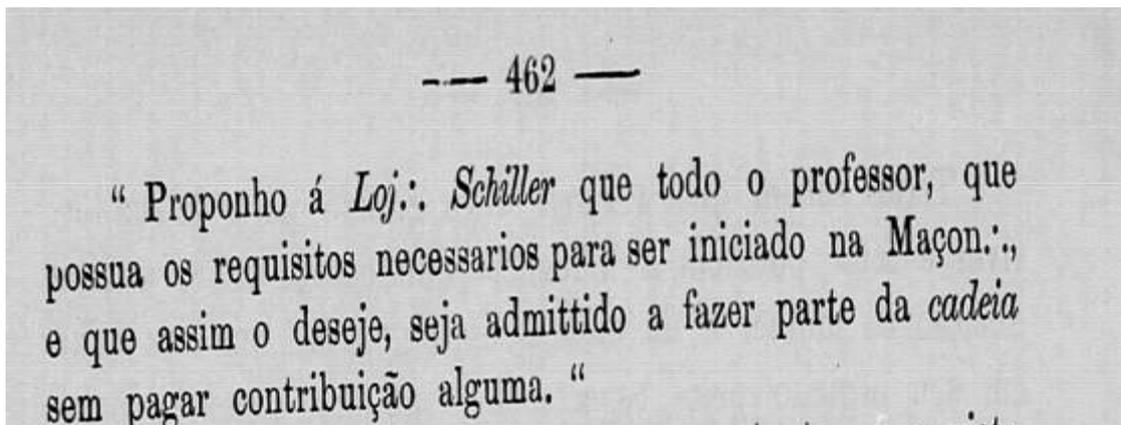
Os abaixo assignados, invocando os sentimentos patrioticos dos augustos e dignissimos senhores representantes da nação, confiam do seu zelo pelo bem publico a victoria desta nobre causa da liberdade religiosa,—base do porvir e da grandeza dos povos.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 04 a 07, 3º ano, abril a junho de 1874, pág. 411

⁵⁶ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 04 a 07, 3º ano, abril a junho de 1874, pág. 411.

Em novembro de 1877, através de publicação em seu boletim⁵⁷, a Maçonaria questionava a influência da Igreja Católica nas escolas. No decorrer dos argumentos contrários a essa influência surge a proposta de promover a iniciação de professores na Ordem. No entanto, havia um pequeno entrave; a maioria desses profissionais não dispunha de recursos financeiros também chamado de *metais*⁵⁸, para custear o ingresso e, conseqüentemente fazer parte da instituição. A solução então, foi a de isentar esses profissionais do pagamento de despesas de ingresso na ordem e mensalidades, principalmente daqueles que atuavam na instrução pública, pois estes certamente iriam influenciar na formação laica dos setores populares e divulgar na sociedade ideias republicanas e abolicionistas (figura 18). Obviamente que a escolha desses profissionais seguiria todas as formalidades para ingresso na instituição, da indicação as qualidades individuais exigidas a qualquer outro profano (COLUSSI, 2000b, p. 441).

Figura 18 – proposta de isenção financeira para ingresso de professores na Maçonaria



Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 11, 6º ano, novembro de 1877, pág. 462

Em 1877, na obra *Pequenos Ensaios Positivistas*⁵⁹, Lemos (1877) argumentava, sob influência de ideias positivistas, a necessidade de separação completa entre Igreja e Estado utilizando a frase “a Deus o que é de Deus, a Cezar o que é de Cezar” (LEMOS, 1877, p. 17). Na página 22 dessa obra, o autor chama atenção para o número alarmante do analfabetismo da população brasileira, aproximadamente 80%. Continuando, o autor fala que 85% dos meninos não frequentam escolas e que a

⁵⁷ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 11, 6º ano, novembro de 1877, pág. 462

⁵⁸ Nome empregado na Maçonaria para o dinheiro (CAMINO, 2004, pág. 271).

⁵⁹ LEMOS, Miguel. *Pequenos Ensaios Positivistas*. Rio de Janeiro: Brown & Evaristo, Editores, 1877.

educação da mulher estava completamente abandonada. Lemos (1877), à época já clamava por uma “lei de instrução obrigatória” (LEMOS, 1877, p. 26).

A Maçonaria brasileira além da expansão de Lojas por todo território nacional organizava-se diante do fraco sistema representativo no Império, assumindo uma função pedagógica e ideológica de seus membros. A organização Maçônica buscava barrar o conservadorismo católico e influir na estrutura da sociedade brasileira (BARATA, 1999, p. 133).

Barata (1999) explica que, a ação organizacional maçônica no sentido de fortalecer-se, expandiu suas atividades através do auxílio mútuo, da beneficência, da imprensa, da construção e financiamento de escolas e da participação no parlamento. No Segundo Reinado, entre 1870 e 1889, dos 85 nomes que figuraram nos gabinetes ministeriais, 13% deles estariam ligados a Maçonaria. No Conselho de Estado o percentual era de 30%. O percentual em relação aos senadores vitalícios das províncias era de 21% (BARATA, 1999, p. 138).

A Maçonaria, enquanto espaço de sociabilidade, conforme explicado por Magalhães (2013), tornava possível a troca de ideias em espaços discretos, livres de qualquer tipo de repressão ou censura por parte do poder absolutista. A laicidade no ensino era uma concepção iluminista.

Para Locke, assim como para os demais pensadores iluministas, e, também para os maçons, a educação não pode ser cerceada pela restrição dos dogmas religiosos. Estes, ao se limitarem aos pressupostos não comprováveis da mera fé dogmática, restringem e delimitam o alcance da razão. Iluministas como Locke, pregavam que os homens se vocacionam ao auto aperfeiçoamento e à busca da felicidade durante sua própria existência material, e não de forma postergada, como pregava até então a religião Católica (MAGALHÃES, 2013, p. 37).

Esse movimento surgido na Europa marcou a transição da produção feudal para uma produção capitalista organizada. As ideias iluministas tinham como objetivo à evolução do homem, retirando-o do arcaico e o impulsionando a modernidade (MARQUES, 2012, p. 32). As ideias iluministas, segundo Barata (1999), foram trazidas para o país por estudantes brasileiros que frequentavam as universidades europeias. Após concluírem seus cursos na Universidade de Coimbra, esses jovens seguiam para Inglaterra e França para completarem seus estudos (BARATA, 1999, p. 59).

Marques (2012) pesquisou a influência de Domingos Agostinho Vandelli (1735-1816) na vida científica de Portugal, enquanto professor da Universidade de Coimbra. Durante a invasão francesa a Portugal, Domingos Vandelli foi acusado de ser simpatizante dos franceses, sendo exilado juntamente com seu filho Alexandre Antônio Vandelli (1784-1862) num território português dos Açores chamado Ilha Terceira. Através da influência de ex-alunos e da Maçonaria europeia, ambos foram posteriormente exilados em Londres (MARQUES, 2012, p. 58).

José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), ex-aluno de Domingos Vandelli tinha em comum o apreço pela ciência e pela Maçonaria europeia. Alexandre Antônio Vandelli estreitou ainda mais os laços ao casar-se com uma das filhas de José Bonifácio, Carlota Emília de Andrade. Alexandre Vandelli, considerado um Andrada, atuou juntamente com seu sogro em diversos acontecimentos políticos no início do século XIX (MARQUES, 2012, p. 93-96).

Esse liame envolvendo esses três personagens da história marcam não só a ciência luso-brasileira, mas também a forte influência do ideário iluminista no cenário português e, conseqüentemente brasileiro, no início do século XIX. A Maçonaria no Brasil, tendo como seu primeiro Grão-Mestre José Bonifácio, foi fortemente influenciada pelas ideias iluministas da revolução francesa trazidas pelos estudantes brasileiros das universidades europeias, dentre elas a Universidade de Coimbra (MARQUES, 2012, p. 94-95).

O iluminismo brasileiro, chamado por Marrach (2009) de “história dos vencidos”, possuía uma característica pedagógica de “dar luzes” aos cidadãos para formar a opinião pública sem que isso afetasse a estrutura vertical da sociedade brasileira.

Nesse contexto, o Iluminismo brasileiro acabou ficando circunscrito a propostas de reformas políticas e pedagógicas fundadas no mito de que a felicidade dos povos se encontra na razão, no saber e no progresso da ciência. É diferente do Iluminismo francês, que foi revolucionário. No Brasil, as ideias iluministas fazem parte da história cultural dos vencidos, da história do pensamento dos vencidos (MARRACH, 2009, p. 59).

Essa influência pedagógica do Iluminismo brasileiro de “dar luzes” ao cidadão no mito de que a felicidade dos povos e, conseqüentemente o progresso, estaria ligado ao saber e ao progresso da ciência deixou suas marcas na Maçonaria que passou a conceber a ideia de que o Brasil só se tornaria um país moderno com uma educação de

qualidade, que somente através da Educação seria alcançado o progresso econômico e social do país. E, para isso, a Educação deveria ser laica, gratuita e obrigatória aos jovens (COLUSSI, 2000a, p. 51). O ensino laico era a marca da geração de 1870, como ficou conhecida. O ensino livre ligado ao ideário científico seria difundido aos setores populares da população através de professores maçons (COLUSSI, 2000b, p. 441).

A Maçonaria brasileira atuando em diversos segmentos sociais também apoiou a imigração protestante para contrabalancear a influência Católica na sociedade brasileira, principalmente na Educação. Os missionários batistas defendiam a ideia de que somente o protestantismo conseguiria promover os ideais de democracia, da igualdade de direitos civis e da liberdade intelectual e religiosa no Brasil. Para eles o catolicismo era oposto ao processo democrático. Esse reflexo antagônico era visto na Educação onde os métodos pedagógicos privavam os jovens da liberdade de pensar e praticar sua fé. Aspectos religiosos e políticos aproximavam os imigrantes protestantes da Maçonaria (CAVALCANTI, 2001, p. 79).

As influências das ideias francesas foram importantes na história da laicidade brasileira. Rui Barbosa foi um dos primeiros a sugerir a liberdade de ensino, a laicidade e a obrigatoriedade da instrução aos jovens, entretanto, somente em 1889 através da primeira grande reforma na Educação promovida por Benjamin Constant, então ministro da Instrução, estes princípios seriam colocados em prática (DOMINGOS, 2009, p. 49).

Os princípios da liberdade, laicidade e gratuidade da escola primária nortearam a reforma de 1889. O princípio da laicidade, enfim chegaria a Educação. A primeira Constituição republicana de 1891 separou definitivamente Igreja e Estado, assim como as liberdades de culto e reconhecimento da diversidade religiosa (DOMINGOS, 2009, p. 50).

A generalização do ensino laico era vista como um dos recursos necessários para promover o progresso nacional. A Maçonaria atuou na construção de uma ampla rede de escolas libertadoras da consciência dos homens através do combate às trevas da ignorância, representadas pelo fanatismo da Igreja Católica (BARATA, 1994, p. 95).

Colussi (2000a) e Barata (1994) demonstram que, o ensino laico era necessário para o progresso do país, fazendo com que a Maçonaria após 1870 erguesse essa bandeira, deixando uma contribuição positiva na história brasileira.

A atuação da Maçonaria, por meio das ações filantrópicas e beneficentes, da preocupação com o acesso ao ensino por parte dos jovens e pobres, deixou uma contribuição positiva na história brasileira. Os maçons foram formadores de uma cultura política de elite, ocupando espaços importantes para o caminho da secularização da sociedade brasileira, confirmada, em parte, pelo advento da República em 1889 (COLUSSI, 2000a, p. 54).

Em termos práticos, além a iniciação de professores na Maçonaria, a ordem resolveu a partir de 1870 criar escolas próprias que primassem pela identificação com o pensamento liberal e cientificista (COLUSSI, 1998, p. 441). “As escolas maçônicas eram criadas principalmente para alfabetizar os adultos pobres, de acordo com a ideia de *educar para libertar*, lema da Maçonaria” (COLUSSI, 2012, p. 39).

Portanto, a secularização era amplamente defendida pela Maçonaria, principalmente por causa da influência da Igreja Católica no ensino (COLUSSI, 2000a, p. 55). “Para os maçons brasileiros, a manutenção de escolas, voltadas sobretudo para a alfabetização das camadas populares, era mais uma tarefa visando elevar o país ao nível do século. Para alcançar a civilização era preciso difundir as luzes” (BARATA, 1994, p. 95).

3.3 A CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESCOLAS PELA MAÇONARIA NO FINAL DO SÉCULO XIX NO BRASIL

A instalação de escolas pela Maçonaria era uma prática comum no velho continente, principalmente na França. No Brasil, Barata (1999), aponta como marco inicial a década de 1870, tendo como apogeu os primeiros anos do século XX, principalmente após o decreto nº 513 de 1915 de Lauro Sodré, então Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, onde houve um aumento significativo no número de escolas mantidas pela Maçonaria. O decreto pretendia preencher o vazio deixado pela ineficácia do Estado em relação a educação desde o Império (BARATA, 1999, p. 139-140).

Como bem desmistificado por Barata (1999), a Maçonaria desde seu início primou pelo combate a tirania, a ignorância e ao fanatismo. Os maçons adotaram no

Brasil a bandeira da universalização do ensino primário laico como o mais importante no combate aos adversários do progresso, os partidários da ignorância. Era difundido através dos boletins maçônicos a necessidade da instrução dos filhos e esposas dos maçons como meio de libertá-los do medo difundidos por doutrinas consideradas insensatas e mentirosas (BARATA, 1999, p. 139-140).

Barata (1999) traz a informação que, o recenseamento de 1920 apresentou números alarmantes de analfabetismo, com uma média de 48% de crianças em idade escolar não frequentando escolas. O autor salienta que, de acordo com a Constituição Federal de 1891, a educação pública não era dever do Estado, mas para o exercício da cidadania era imprescindível saber ler e escrever (BARATA, 1999, p. 140).

Enquanto a Igreja Católica prestava serviços educacionais as elites, a Maçonaria buscava atender as camadas populares. Assim, ambas as instituições “disputavam o mesmo espaço: a formação de mentes” (BARATA, 1999, p. 141). Os poderes públicos Estaduais e Municipais forneciam meios e subsídios às escolas criadas pela Igreja Católica, destinadas majoritariamente as elites. A Maçonaria por sua vez ao ampliar o número de escolas leigas destinadas a classe popular demonstrava implicitamente o interesse em discussões sobre questões sociais (BARATA, 1999, p. 142).

Uma das primeiras escolas fundadas pela Maçonaria brasileira, segundo Barata (1999), foi a escola *Vésper*, fundada na capital federal no Rio de Janeiro em 1872. Emília Viotti da Costa (2015), em seu livro *Brasil: história, textos e contextos*, traz a informação da criação de uma escola noturna pela Maçonaria da cidade de Itu/SP no ano de 1873. Ao pesquisar a Convenção Republicana de Itu a autora achou curioso que a maioria dos membros da convenção se diziam lavradores, todavia, havia inúmeros bacharéis em direito formados na Faculdade de Direito de São Paulo que eram ao mesmo tempo funcionários públicos, ocupando cargos de delegados, juízes de paz e etc. (COSTA, 2015, p. 158-159). A autora ao verificar a atuação Maçônica na educação dos pobres nas cidades de Itu e Campinas logo após a Convenção Republicana questionou os motivos desse súbito interesse. A autora questionou: “Quem seriam eles? Haverá como no movimento da Independência, alguma relação entre a ação republicana e a maçonaria? São questões a serem esclarecidas” (COSTA, 2015, p. 159).

Segundo Magalhães (2013), os maçons viam na educação uma plataforma de rompimento com os ideais absolutistas a partir da difusão de ideias iluministas e liberais num cenário necessariamente republicano.

Ao longo destes estudos observamos que a maçonaria como instituição, encetou, intencionalmente, esforços organizados no intuito de estimular em seus Orientes a criação e o patrocínio de educandários laicos, mistos e voltados para a formação para o trabalho, engajando-se em um movimento antimonárquico e anticlerical durante o século XIX, e que se estendeu pelo século XX, no seu segundo aspecto (MAGALHÃES, 2013, p. 114).

A partir desse olhar torna-se necessário verificar qual o modelo de escola a Maçonaria pretendia adotar no Brasil e a possível difusão de uma ideologia capaz de influenciar nos acontecimentos históricos do final do século XIX, tais como abolição da escravidão e República (MAGALHÃES, 2013, p. 114). Após a década de 1870 desencadeou-se uma série de debates em torno das questões educacionais, especialmente a profissionalizante por causa da necessidade de industrializar o país. Além da necessidade do caráter laico desta educação era preciso inserir o elemento feminino neste esforço de modernização (MAGALHÃES, 2013, p. 130).

A educação profissionalizante adotada pela Maçonaria constituía-se basicamente de escolas noturnas atendendo também adultos, “fatia desconsiderada pela educação do Império, administrada de forma praticamente absoluta pela Igreja, interessada fundamentalmente na conformação das mentes das elites” (MAGALHÃES, 2013, p. 131-132).

Magalhães (2013) explica que, grande parte das escolas e aulas noturnas tinham duração das dezoito as vinte horas. O ensino era totalmente gratuito e os alunos recebiam todos os materiais necessários. Havia escolas destinadas a alunos menores do sexo masculino e escolas femininas. Eram ensinadas as matérias de leitura, escrita, linguagem, desenho, higiene, aritmética e lições gerais de geometria, educação moral e cívica e aplicações das principais ciências físico-naturais (MAGALHÃES, 2013, p. 131-132).

Consta em *Boletim Maçônico*⁶⁰ que, em 23 de abril de 1896, ao tomar posse no cargo de Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, Antônio Joaquim de Macedo Soares, então Ministro do Supremo Tribunal Federal, discursou sobre a necessidade de

⁶⁰ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 2 e 3. 21º ano, abril e maio, 1896, p. 177.

abrir escolas profissionalizantes em todo o país. A figura a seguir (figura 19) traz um recorte de um chamamento maçônico publicado reiteradamente em boletins maçônicos conclamando às Lojas a abrirem escolas.

Figura 19 – chamamento maçônico conclamando às Lojas a abrirem escolas

Abri escolas, meos Iir.:. ! Abri escolas, VVen.:. das LLoj.:. !
 Ensinae, mandae ensinar aos meninos, às crianças, de ambos
 os sexos ! Dae-lhes o ensino profiscional ; fazei-os artezão,
 quando não poderem ser artistas, professores, medicos, enge-
 nheiros, advogados, magistrados, commerciantes, industriaes,
 lavradores, homens uteis a si, à suas familias, á sociedade, á
 nossa Ord.:., á humanidade enfim ! Já n'essa via se enveredou
 a « Grangenelli dô Rio ». Acompanhail-a vós todas, LLoj.:. da
 jurisdicção do Pod.:. Centr.:. ! ; e algum dia havemos de ser
 dignos das bençãos dos que se hão de honrar de descenderem
 de MMAç.:.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 2 e 3. 21º ano, abril e maio, 1896, p. 177.

As escolas maçônicas possuíam viés popular e assistencial com ênfase no civismo e no culto à pátria. “Ressaltavam o uso dos símbolos pátrios, bandeiras, canto do hino nacional e maçônico; aparato este, utilizado na busca do melhoramento material e moral da humanidade” (MAGALHÃES, 2013, p. 149). As escolas maçônicas, conforme mostrado por Magalhães (2013) em sua pesquisa, foram estrategicamente usadas para a implantação e desenvolvimento do espírito republicano. Assim, a Maçonaria brasileira, seguindo o exemplo da internacional, buscou a partir de 1869 atuar onde o Estado se omitia; fundando e mantendo uma rede de escolas espalhadas por todo o país, levando educação as classes menos abastadas (MAGALHÃES, 2013, p. 143).

As informações adiante foram extraídas dos seguintes documentos e locais: boletins do Grande Oriente do Brasil e do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil (cisão existente entre 1863 e 1882), do Livro maçônico do Centenário de 1922, de Lojas Maçônicas, do Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional. Embora o volume de periódicos relativos à temática Maçonaria e Educação encontrados na Fundação Biblioteca Nacional fosse expressivo e o tempo curto

destinado a pesquisa, foi possível encontrar provas documentais a respeito de cada uma das escolas maçônicas descritas no texto.

A Maçonaria, especialmente no século XIX, adotava uma postura discreta em relação a divulgação de suas atividades externas, o que dificulta esgotar o quantitativo de escolas maçônicas existentes no período entre 1869 e 1900, todavia, acredita-se ter atingido o objetivo ou ao menos obtido um resultado muito próximo do pretendido, que era o de encontrar todas as escolas e/ou aulas criadas e mantidas pela Maçonaria brasileira no final do século XIX; assim, teremos umas com documentos e informações detalhadas, outras nem tanto. De qualquer forma, será destacado os principais aspectos das leituras realizadas através dos documentos aqui mencionados e exibidos. Com isso, a relação de escolas e/ou aulas noturnas criadas e mantidas pela Maçonaria no período descrito visa cumprir com o desígnio precípua desta pesquisa, que é destacar a contribuição da Maçonaria no campo educacional no final do século XIX.

3.3.1 Aulas noturnas e escolas criadas pela Maçonaria no período Imperial (1869-1889)

Barata (1999), em sua obra literária, apesar de não afirmar, deixa subentendido que a primeira escola maçônica que teve conhecimento teria surgido no ano de 1872 na cidade do Rio de Janeiro com o nome de *Vesper* (BARATA, 1999, p. 166). Contudo, Magalhães (2013), foi resoluto ao afirmar em sua pesquisa que a primeira escola maçônica entrou em funcionamento em 1874: “E, por fim, as Escolas Noturnas da Maçonaria, sendo a primeira a entrar em funcionamento a da Loja União e Fraternidade, de Mogi-Mirim, em 1874” (MAGALHÃES, 2013, p. 131). No entanto, a presente pesquisa verificou que a primeira escola maçônica a entrar em funcionamento foi a Escola Noturna da Loja Maçônica Perseverança III da cidade de Sorocaba/SP, no ano de 1869. Esse fato foi de encontro ao que acertadamente foi trazido por Vanderlei da Silva (2013).

1) 1869 - Escola Noturna - Loja Maçônica Perseverança III - Sorocaba-SP

A primeira Loja Maçônica fundada na cidade de Sorocaba/SP, de acordo com Silva (2013), foi a Loja Constância no ano de 1857. Constituída sobre o lema

libertação e educação a Loja Maçônica Perseverança III foi fundada em 31 de julho de 1869 por dissidentes da Loja Constância.

O *boletim maçônico*⁶¹ de 1896, considera como data oficial de fundação da Loja Perseverança III, o dia 18 de abril de 1870. Esse mesmo *boletim*⁶² também informa a data de fundação da Loja Constância em Sorocaba em 1º de setembro de 1875 (figuras 20 e 21). Todavia, pesquisas demonstram que, essa Loja já existia desde a década de 1850.

Figura 20 – fundação da Loja Constância

336. «Constancia (9)», rit. . . esc. . .—Sorocaba, (S. Paulo)
—1 de Setembro de 1875.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 365.

Figura 21 – fundação da Loja Perseverança 3ª

de ABRIL de 1870.
U 201. * «Perseverança 3ª», rit. . . esc. . .—Sorocaba, (S. Paulo)
—18 de Abril de 1870.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 357.

Pouco tempo após entrar em funcionamento a Loja Perseverança III inaugurou sua primeira escola noturna. As propostas dessas Lojas eram especificamente libertar escravos e implantar escolas noturnas para os trabalhadores (SILVA, 2013, p. 47-49). A escola iniciou com três salas e com 117 alunos matriculados, caindo para 52 após boatos espalhados na cidade de que a escola tinha como objetivo espalhar o protestantismo. A Loja Perseverança III fornecia aos alunos materiais como: livros, penas, lápis, papel e etc. Foram nomeados os maçons: Antônio Joaquim Lisboa e Perciliano Marçal de Souza para cuidarem da organização da escola. “Foram contratados dois professores Leonel Jandovy de Abreu Sandoval e João Lycio. Leonel Jandovy foi professor até 27 de novembro do mesmo ano” (SILVA, 2007, p. 105-108).

A primeira escola noturna da Loja Perseverança III teve curta duração. Por conta de perseguições religiosas a escola fechou as portas em 1870, reabrindo somente

⁶¹ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 357.

⁶² Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 365.

em 1896 (SILVA, 2013, p. 83). A Loja Constância no ano de 1876, assim como o senhor Manoel José da Fonseca (empresário) em 1882, também aderiram ao movimento de criação de escolas noturnas.

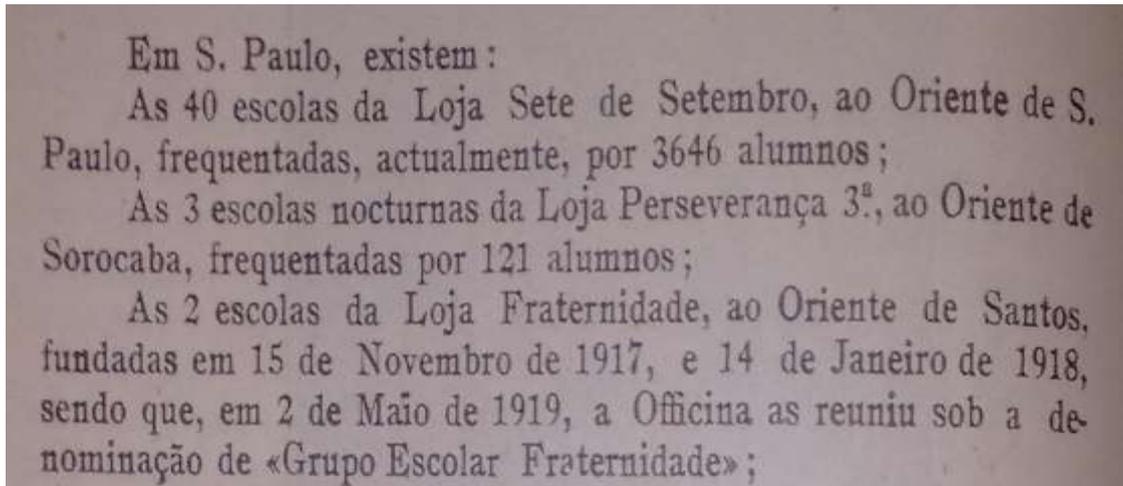
Em 1876, a Loja Constância também criou uma escola noturna, localizada na própria sede da Loja, na Rua Boa Vista. A ideia da criação da escola foi do professor e maçom Carlos Alberto Ferreira Araújo em sessão regular da loja, no dia 25 de setembro de 1876 (2º LIVRO DE ATA DA LOJA MAÇÔNICA CONSTÂNCIA, p. 155). Em 1882 Manoel José da Fonseca, membro da Loja Maçônica Perseverança III, criou uma escola noturna para os seus operários e escravos, entregando-a aos cuidados do professor Horácio Ovídio de Oliveira. Manoel Fonseca era o proprietário da fábrica Nossa Senhora da Ponte, inaugurada em 02/09/1882. Vários membros desta Loja estiveram ligados ao movimento que instaura a industrialização na cidade de Sorocaba (SILVA, 2013, p. 71).

Essas escolas noturnas sorocabanas tiveram curta duração. Havia demanda de alunos, entretanto, as perseguições religiosas fizeram com que essa iniciativa educacional só fosse retomada no ano de 1896 onde permaneceu ininterruptamente até o ano de 1950 (SILVA, 2013, p. 83-90; 115).

Em 1922 foi lançado pelo Grande Oriente do Brasil um livro em comemoração ao *centenário da Maçonaria brasileira*⁶³ escrito por Octaviano Bastos, Optafo Carajurú e Everardo Dias. Atualmente nem mesmo o museu do Grande Oriente do Brasil em Brasília dispõe de exemplares. Há somente um exemplar do livro na Fundação Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro disponível no acervo de obras raras. O livro faz um balanço contendo preciosas informações das atividades maçônicas até o ano de 1922. A página 246 do livro (recorte abaixo - figura 22) fala das escolas noturnas e a página 405 (figura 23) traz a foto do prédio da Loja Maçônica Perseverança III na cidade de Sorocaba em 1920 onde situavam-se as escolas noturnas.

⁶³ BASTOS, Octaviano; CARAJURÚ, Optafo; DIAS, Everardo. *Livro Maç. do Centenário*. Rio de Janeiro: s/d, 1922.

Figura 22 – recorte da página 246 do Livro Maçônico do Centenário



(BASTOS; CARAJURÚ; DIAS, 1922, p. 246).

Figura 23 – recorte da página 405 do Livro Maçônico do Centenário



(BASTOS; CARAJURÚ; DIAS, 1922, p. 405).

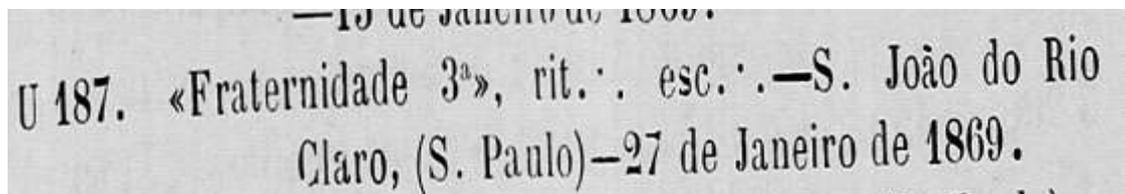
Os autores: Ivanilson Bezerra da Silva, em sua dissertação de mestrado na USP no ano de 2010, com o título *A Cidade, A Igreja e a Escola: relações de poder na cidade de Sorocaba no fim do século XIX* e Vanderlei da Silva, também em pesquisa de mestrado pela Universidade de Sorocaba em 2009, com o título *A Participação da Loja Maçônica Perseverança III na Educação Escolar em Sorocaba: do Final do Segundo*

Reinado ao final da primeira República, transformada em livro no ano de 2013, trazem relevantes e minuciosas informações sobre a atuação Maçônica na cidade de Sorocaba. A Loja Maçônica Perseverança III ainda matem suas atividades atualmente.

2) 1869 - Escola Primária - Loja Maçônica Fraternidade 3ª - Rio Claro - SP

O primeiro núcleo maçônico em Rio Claro foi fundado oficialmente, de acordo com o *boletim maçônico*⁶⁴ de 1896 (figura 24), em 27 de janeiro de 1869, com a instalação na cidade da Loja Fraternidade 3ª.

Figura 24 – fundação oficial da Loja Fraternidade 3ª



Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 357.

Nos boletins maçônicos foi possível verificar que a Loja Fraternidade 3ª foi desativada no ano de 1875 com 50 membros, retomando suas atividades em 1895 já com o nome de Loja Maçônica Estrela do Rio Claro, existente atualmente.

O periódico *A Gazeta de Campinas*⁶⁵ ano de 1870 (figura 25) traz informações sobre o surgimento da escola noturna na então província de Rio Claro.

⁶⁴ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 357.

⁶⁵ *A Gazeta de Campinas*, nº 22, Ano I, 13 de janeiro de 1870, p. 01.

Figura 25 –Recorte do jornal A Gazeta de Campinas

O Rio Claro, este municipio importantissimo pela sua lavoura e pelo seu commercio adoptou o bello exemplo e possui tambem uma aula nocturna estabelecida nas melhores condições de prosperidade.

A sua fundação é devida exclusivamente á Loj. Maç. Fraternidade 3^a, por iniciativa e esforços do dr. Silveira da Motta, digno por certo dos mais sinceros louvores pelo ardor e infatigavel zelo com que se ha dedicado á causa da instrucção.

Logo que foi a aula fundada, o dr. Joaquim de Paula Souza, ardente lidador da democracia, assiduo cooperador dos principios que tendem a elevar o povo á sua maior e mais legitima soberania, pôz á disposição da Loj., além dos seus valiosos serviços, a quantia de 200000 para ser applicada ás despesas da aula noturna.

Informam-me tambem que seguindo este nobre exemplo, um importante e abastado fazendeiro offerecera-se a concorrer com a somma necessaria para que a aula progredisse e marchasse sem tropeços, de modo a poder produzir o mais completo resultado.

Eis o modo nimiamente lisongeiro porque tem sido acolhida a idéa.

Segundo alguns apontamentos que pude obter a aula, que fôra fundada a 24 de Junho de 1869, conta 59 alumnos matriculados, sendo :

Brasileiros	41
Allemaes	14
Portuguezes	2
Italiano	1
Belga	1
	<hr/>
	59
Effectivamente frequentes	18

Suas idades são desde 7 até 39 annos.

A Gazeta de Campinas, nº 22, Ano I, 13 de janeiro de 1870, p. 01.

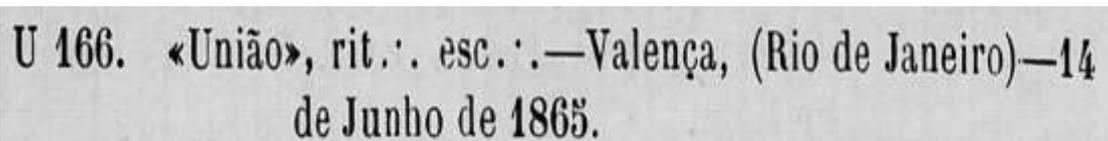
O redator do periódico, o bacharel F. Quirino dos Santos, além de tecer elogios a iniciativa Maçônica na região, faz uma crítica a educação da época dizendo que, a instrução intelectual constitui um privilegio da “partilha exclusiva dos mais abastados”. Adiante em seu texto afirma que, a fundação da escola noturna é devida exclusivamente à Loja Maçônica Fraternidade 3^a por iniciativa do senhor Silveira da Motta e significativa doação do senhor Joaquim de Paula Souza. A escola fundada em 24 de junho de 1869 contava na data do periódico, 13 de janeiro de 1870, com 59 alunos matriculados, com idades variadas entre 7 e 39 anos. Essa escola criada e mantida pela Loja Fraternidade 3^a de Rio Claro durou até o ano do encerramento das atividades da Loja em 1875. A Maçonaria em Rio Claro retomou suas atividades em 7 de dezembro de 1895 com a insígnia de: Loja “Estrela do Rio Claro, Salvadora da

Fraternidade Terceira”. Essas informações contam no *site da Loja Maçônica Estrela do Rio Claro*.⁶⁶

3) 1869 - Escola Noturna de Adultos - Loja Maçônica União - Valença-RJ

A fundação da Loja Maçônica União na cidade de Valença, Estado do Rio de Janeiro, consta como sendo em 14 de junho de 1865, de acordo com *boletim maçônico*⁶⁷ de 1896 (figura 26).

Figura 26 – fundação oficial da Loja União



U 166. «União», rit. . . esc. . .—Valença, (Rio de Janeiro)—14 de Junho de 1865.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 356.

No entanto, no site *Valença de Ontem e de Hoje*⁶⁸, consta que a Loja atualmente chamada de Perfeita União foi fundada em 15 de junho de 1864, sob a denominação de *Loja Capitular União ao Vale de Valença*, tendo como seu primeiro Venerável o senhor José Francisco de Araújo Silva. O site que conta a história do município também informa que, a Loja possuía em seu quadro mais de 100 membros no período de seu funcionamento. As atividades da Loja União foram encerradas em 1879, reabrindo somente em 21 de abril de 1922 com a denominação de *Fraternidade Valenciana*, entretanto, após mudança de sede no dia primeiro de julho do mesmo ano passou a chamar-se *Loja Maçônica Perfeita União*, como é conhecida atualmente, reunindo-se regularmente todas as quartas em sua sede à rua Cel. Benjamin Guimarães, 84, no centro da cidade.

Em relação a escola, o periódico *Correio Nacional*⁶⁹ de novembro de 1869 (figura 27), dirigido por H. Limpo de Abreu e F. Rangel Pestana, trouxe na terceira página a notícia de que, no dia 26 de novembro daquele ano, a Loja Maçônica União da cidade de Valença/RJ, havia inaugurado uma escola noturna destinada à adultos.

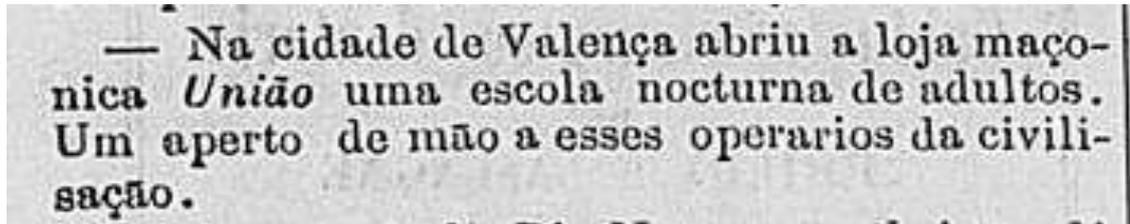
⁶⁶ Loja Maçônica Estrela do Rio Claro. História da Loja – Estrela do Rio Claro. Disponível em <<http://www.estreladorioclaro.com.br/index.php?pagina=historia>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2018.

⁶⁷ Boletim do Grande Oriente do Brasil. Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 356.

⁶⁸ Valença de Ontem e de Hoje, Capítulo 7, Aspectos Sociais, Saúde Pública e Organizações Sociais, parte 1. Disponível em: <http://www.geocities.ws/leoni_iorio_valenca_div3/valenca_livro_aspectos_sociais_parte_1.htm>. Acesso em: 05 de janeiro de 2018.

⁶⁹ Periódico CORREIO NACIONAL-RJ, ano I, edição nº 09 de 30 de novembro de 1869, p. 3.

Figura 27 – recorte do jornal Correio Nacional-RJ



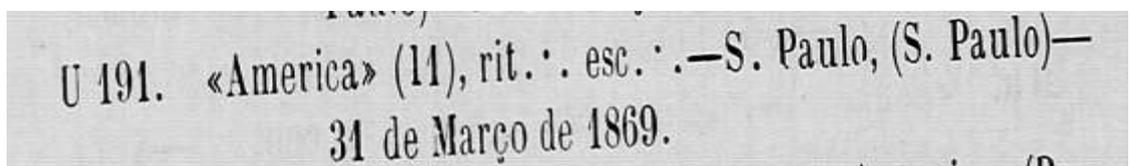
Periódico CORREIO NACIONAL-RJ, ano I, edição nº 09 de 30 de novembro de 1869, p. 3.

Não há informações sobre o número de alunos ou da duração da escola, podendo-se presumir que suas atividades também foram encerradas quando a Loja União fechou suas portas em 1879. No entanto, é perfeitamente válida a informação de que havia na cidade uma escola noturna destinada a adultos mantida pela Maçonaria local.

4) 1869 - Escolas Noturnas - Loja Maçônica América - São Paulo - SP

A Loja América foi uma das pioneiras do país a fundar e manter escolas noturnas e bibliotecas. Segundo *boletim maçônico*⁷⁰ a Loja América foi fundada oficialmente em 31 de março de 1869 (figura 28). No entanto, Ribeiro (2011), em sua pesquisa apurou que, a Loja América foi fundada em 09 de novembro de 1868, sendo regularizada em 17 de julho de 1869, vinculada ao Grande Oriente do Vale dos Beneditinos. “No ano de 1870 juntaram-se a Loja América três figuras importantes para a história da loja nos anos 1870 e 1880: Américo de Campos, Luís Gama e Américo Brasiliense” (RIBEIRO, 2011, p. 33). Também foram membros: Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Ubaldino do Amaral e Bernardino de Campos, entre outros.

Figura 28 – fundação oficial da Loja União



Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 357.

Funcionando inicialmente na Ladeira de São João, na capital paulista, a Loja América foi um centro de debates, tendo como temas principais, a laicização do

⁷⁰ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 357.

Estado, a abolição da escravidão e o movimento republicano. Ribeiro (2011) reforça o entendimento de Barata (1999) em relação as intenções maçônicas para com a educação quando diz que, “analisando os campos de atuação da Maçonaria, percebe-se que a educação era um dos meios da Maçonaria divulgar as suas ideias e influenciar a formação das pessoas” (RIBEIRO, 2011, p. 51).

A escola noturna da Loja América foi fundada no dia 22 de abril de 1869, situada na Rua Municipal, casa nº 53, funcionando das 18 às 20 horas. No dia 15 de junho do mesmo ano a Loja fundou também uma escola diurna, situada na Rua 25 de Março, funcionando das 8 às 12 horas. Conforme trazido pelo periódico *Correio Paulistano*⁷¹ de 1870 (figura 29), a escola noturna contava com 252 alunos matriculados, sendo 217 livres e 35 escravos; as idades dos alunos variavam entre 5 e 70 anos. A escola diurna para ambos os sexos contava com 39 alunos matriculados, sendo 20 do sexo masculino e 19 do sexo feminino. A matrícula dos escravos nessas escolas dependia de autorização por escrito dos proprietários. Dentre os professores mencionados no periódico destaca-se o famoso republicano e abolicionista Luís Gama.

A Loja América influenciou outras Lojas a fundarem escolas e bibliotecas em São Paulo. Em locais onde não havia instituições maçônicas a própria Loja América ou alguns de seus integrantes procuravam atender essa demanda educacional, como por exemplo, em São José dos Campos, quando alguns maçons residentes no local criaram uma escola noturna com o nome América, homenageando a Loja (RIBEIRO, 2011, p. 56-57).

⁷¹ *Correio Paulistano*, ano XVII, edição nº 4127, 03 de abril de 1870, p. 1.

Figura 29 – recorte do jornal Correio Paulistano

Escolas populares—O sr. secretario da loja maçonica AMERICA, estabelecida nesta capital, conti-nou os livros de matriculas das duas aulas—uma noc-turna e outra diurna—creadas e mantidas pela mencio-nada loja, dos quaes extrahimos o seguinte resumo :

ESCOLA NOCTURNA—Matricularam-se 252 alumnos, a saber :

Livres, 217; escravos 35.

São: solteiros 231; viuvos 2; casados 16;

De 5 á 10 annos 36; de 10 á 20, 132; de 20 á 30, 55; de 30 á 40, 16; de 40 á 70, 13.

Brazileiros 222; portuguezes 18; africanos 5; alle-mães 3; suisso 1; hespanhol 1; italiano 1; militares 6; alfaiates 25; sapateiros 10; pedreiros 13; carpinteiros 20; marceneiros 10; charuteiros 3; padeiros 4; confeiteiro 1; commerciantes 4; correiros 5; chapeleiros 4; ourives 1; carroceiros 5; caixeiros 3; marchan-te 1; agentes 2; cocheiros 4; ferreiros 8; barbeiro 1; canteiro 1; cosinheiros 2; oleiros 2; typographo 1; pintores 3; serralleiro 1; lavradores 2; funileiro 1; creados 88; sem officio 21. Os individuos notados sob a designação—*sem officio*—são menores.

ESCOLA DIURNA—Para menores de ambos os sexos. Matricularam-se 30 alumnos, sendo :

Do sexo masculino, 20.

Destes são escravos 2, estrangeiros 2, brazileiros 18.

Do sexo feminino 10, sendo estrangeiras 2, escrava 1, brazileiras 7.

A aula nocturna foi aberta a 22 de Abril do anno pas-sado: funciona á rua municipal, casa n. 53, das 6 ás 8 horas.

Os escravos sómente são admittidos apresentando au-torisação escripta de seus senhores: e os menores com autorisação dos paes, tutores etc.

A aula diurna foi aberta a 15 de Junho do mesmo anno, e funciona das 8 horas ao meio dia.

São professores da primeira—os senhores :

Antonio José Cardoso,
Henrique Antonio Barnabé Vincent,
Vicente Rodrigues da Silva,
Luiz Gonzaga Pinto da Gama,
E' professora da segunda a s.^a d. Guilhermina de Santa Anna Junker.

A escola diurna funciona á rua 25 de Março.

Nestes estabelecimentos, além do ensino gratuito, é fornecido aos alumnos todo o material do ensino.

Correio Paulistano, ano XVII, edição nº 4127, 03 de abril de 1870, p. 1.

Dando continuidade ao projeto educacional a Loja América fundou, em 1º de junho de 1871 uma Biblioteca Popular. Essa informação foi trazida pelo periódico *Correio Paulistano*⁷² de 1871, posteriormente corroborada pelo *Almanak Laemmert*⁷³ de 1874 (figura 30).

⁷² Correio Paulistano, ano XVIII, edição nº 4445, 01 de junho de 1871, p. 1.

⁷³ Almanak Laemmert - Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro-RJ, edição 031, de 1874, p. 63.

Figura 30 – recorte do periódico Almanak Laemmert

S. PAULO. — Dous sómente fôrão os quadros remettidos a esta directoria, que nos prestão dados ácerca de duas bibliothecas que tem sua séde na freguezia da Sé, municipio da capital; a da faculdade de direito, e a popular, fundada pela loja maçonica *America*. A da faculdade de direito, tem 3595 obras em 9685 volumes, sendo 966 obras em 1997 volumes, impressas no Imperio. Não consta a frequencia nem o numero das obras consultadas. A *popular* contém 1313 obras em 2413 volumes, incluindo-se 312 obras e 383 volumes impressos no Imperio. A frequencia foi de 3650 pessoas; não consta quantas as obras consultadas.

Almanak Laemmert - Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro-RJ, edição 031, de 1874, p. 63.

Contudo, fundar e manter escolas não era tão simples assim. Ribeiro (2011) diz que a Loja América foi convidada a fundar uma escola noturna gratuita em Franca, entretanto, apesar do sinal de positivo da Loja, o vigário local (Freguesia de Franca), marcou um terço para o dia da inauguração da escola. Na cerimônia o padre fez efusivo discurso contra a Maçonaria imputando a instituição práticas terríveis (RIBEIRO, 2011, p. 58).

5) 1870 - Aula Primária - Loja Maçônica Fidelidade – Campinas - SP

O *boletim maçônico*⁷⁴ de 1896 (figura 31) traz a informação de que, oficialmente a loja Maçônica Fidelidade da cidade de Campinas/SP foi fundada em 04 de novembro de 1872, entretanto, é certo que suas atividades se iniciaram antes dessa data pelo simples fato da existência de uma aula primária sob os cuidados dessa Loja no ano de 1870.

Figura 31 – fundação oficial da Loja Fidelidade

—4 de Novembro de 1872—
231. «Fidelidade», rit. . . esc. . . —Campinas, (S. Paulo)—
—4 de Novembro de 1872.

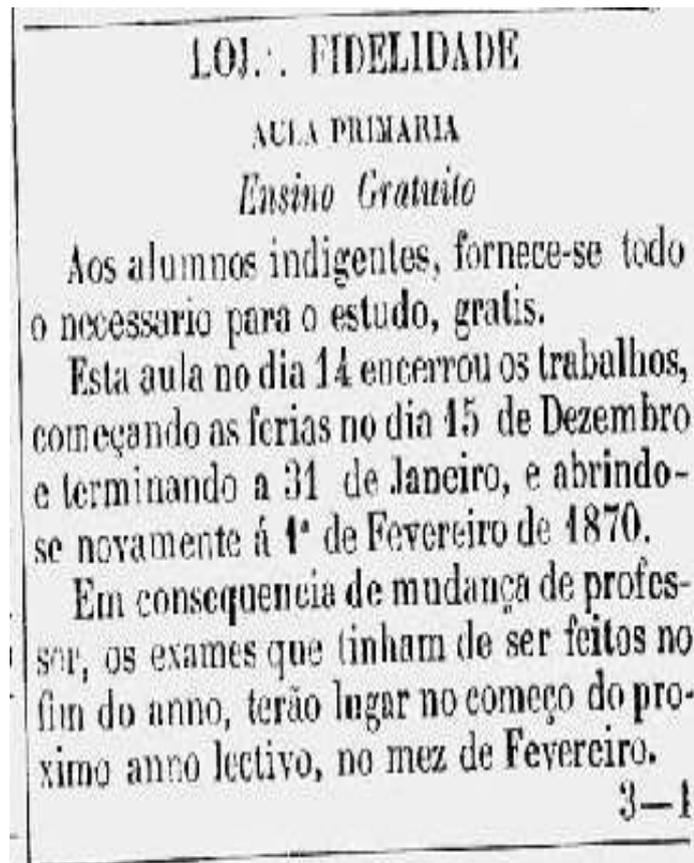
Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 359.

Ribeiro (2011) traz uma tabela contendo todas as Lojas fundadas pela Maçonaria no Estado de São Paulo entre 1863 e 1883. A Loja Fidelidade de Campinas consta como sendo fundada em 1868 (RIBEIRO, 2011, p. 132). A aula primária criada pela Loja teve início em 1869, conforme nota informativa do periódico *A Gazeta de*

⁷⁴ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 359.

*Campinas*⁷⁵ do ano de 1869, entretanto, não foi possível descobrir a data exata da fundação dessa aula primária, sabendo-se, todavia, que era destinada a alunos pobres, sendo fornecido gratuitamente todo o material escolar. O Jornal A Gazeta de Campinas (figura 32) trazia também a informação do encerramento das aulas no ano de 1869, como sendo em 15 de dezembro e o retorno no ano seguinte, em 1870, no dia 1º de fevereiro.

Figura 32 – recorte do jornal A Gazeta de Campinas



Jornal A Gazeta de Campinas, ano 1, edição nº 014, 16 de dezembro de 1869, p. 2.

Também não foi possível descobrir o tempo de duração da aula primária, entretanto, em nota trazida pelo mesmo jornal *A Gazeta de Campinas*⁷⁶ (figura 33), verifica-se a informação de que o retorno das aulas naquele ano seria informado no dia 9 de janeiro de 1873, podendo-se inferir que, sua duração se deu de 1869 a pelo menos 1874.

⁷⁵ Jornal A Gazeta de Campinas, ano 1, edição nº 014, 16 de dezembro de 1869, p. 2.

⁷⁶ Jornal A Gazeta de Campinas, ano IV, edição n. 0319, 29 de dezembro de 1872, p. 03.

Figura 33 – recorte do jornal A Gazeta de Campinas

Loja Maçonica Fidelidade
ENSINO PRIMARIO GRATUITO

A aula de ensino primario gratuito, para os pobres, sob os auspicios da Loja Maçonica Fidelidade, abrir-se-ha, nesta cidade, em lugar que será com antecedencia designado, no dia 9 de Janeiro de 1873.

As pessoas que a quizerem frequentar dirigir-se-hão, para a competente matricula, ao Veneravel da mesma Loja, dr. Balthazar da Silva Carneiro, ou ao thesoureiro João Proost Rodovalho.

Aos discipulos pobres, fornece a mesma Loja, papel, pennas, tinta e compendios gratuitamente.

O secretario adjunto,
1—6 Antonio Rodrigues dos Santos.

LOJ. . FIDELIDADE

A eschola de ensino primario gratuito sob os auspicios da Loj. . Fidelidade, abrir-se-ha á 9 do futuro mez de Janeiro de 1873, nas salas debaixo do sobrado dos srs. Campos, no largo da Matriz Nova.

6—1
O secretario adjunto,
Santos.

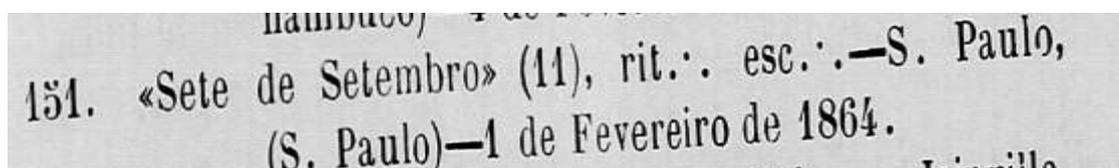
Jornal A Gazeta de Campinas, ano IV, edição n. 0319, 26 de dezembro de 1872, p. 03.

Não se sabe ao certo até quando existiu a Loja Fidelidade de Campinas. As informações dão conta apenas de sua fundação em 1868. Das Lojas fundadas no século XIX em Campinas, segundo Galdino (2006), a única com existência ininterrupta até os dias atuais é a Loja Independência fundada em 7 de julho de 1859 (GALDINO, 2006, p. 158-159). Apesar de elementos imprecisos em relação a essa Loja, é válida a informação da existência dessa aula primária mantida pela Maçonaria em Campinas no final do século. Galdino (2006) em sua Tese fala de uma Campinas republicana no final do século XIX. Ribeiro (2011), em sua Dissertação de Mestrado, destaca a atuação da Maçonaria no Partido Republicano Paulista, principalmente na cidade de Campinas.

- 6) 1870 - Escola Gratuita para Meninas - Loja Maçonica Sete de Setembro
- São Paulo - SP

A Loja Sete de Setembro consta em *boletim maçônico*⁷⁷ como sendo fundada em 1º de fevereiro de 1864 (figura 34), entretanto, Ribeiro (2011) informa que a data de sua fundação é 7 de setembro de 1862 (RIBEIRO, 2011, p. 25-26). Teria surgido por influência da Loja Amizade vinculada inicialmente ao Grande Oriente do Lavradio até 1878 onde filou-se ao Grande Oriente Unido do Vale dos Beneditinos. Essa Loja teve como primeiro Venerável o maçom Vicente Mamede de Freitas, tendo ainda como fundadores: Francisco Rangel Pestana, Manoel Ferraz de Campos Salles e Francisco Quirino dos Santos, entre outros. A maioria dos fundadores, inclusive Prudente José de Moraes Barros eram bacharéis formados na Faculdade de Direito de São Paulo (RIBEIRO, 2011, p. 31-32).

Figura 34 – fundação oficial da Loja Sete de Setembro



Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 355.

A Loja Sete de Setembro, segundo Ribeiro (2011), teria sido a primeira Loja paulista a criar uma associação de senhoras com o objetivo de promover a emancipação de escravos. Essa informação também foi trazida pelo *boletim maçônico*⁷⁸ de 1872 (figura 35). A instituição contava em 1878 com aproximadamente 34 senhoras mães, esposas e filhas de maçons. A Loja defendia maior engajamento feminino em questões sociais (RIBEIRO, 2011, p. 32).

⁷⁷ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 355.

⁷⁸ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 08, 1º ano, julho de 1872, p. 322.

Figura 35 – recorte do Boletim Maçônico de 1872

A MAÇ.°. DAS SENHORAS. — Hoje, mais que nunca, tudo quanto tiver por fim tornar conhecida a Inst.°. Maç.°. e tender a derramar os seus beneficos resultados, é util e proveitoso.

E' por isso que applaudimos com sincero enthusiasmo o acto da regularisação da L.°. de Adopção SETE DE SETEMBRO, ao Or.°. de S. Paulo.

A heroica provincia de S. Paulo, berço da independencia patria, mãe de tantos vultos historicos, tinha direito a ser, como effectivamente foi, a primeira que no Brazil estabelecesse uma L.°. de Senhoras.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 08, 1º ano, julho de 1872, p. 322.

Em 1869, o periódico *Correio Nacional*⁷⁹ (figura 36) exaltava a iniciativa da Maçonaria paulista, em especial da Loja Sete de Setembro, no empenho destinado a promoção da instrução popular. Essa informação também é corroborada pelo periódico *Correio Paulistano*⁸⁰ em setembro de 1870 (figura 37), informando que as aulas da escola gratuita funcionavam na Rua de São Gonçalo, na capital paulista. Ambos os periódicos informam que essa escola é destinada à meninas, contando na época com mais de 30 alunas.

Figura 36 – recorte do jornal Correio Nacional

A Loj.°. maçonica Sete de Setembro de S. Paulo, deu maior desenvolvimento á uma escola gratuita para meninas que funciona na mesma cidade.

A escola é frequentada por mais de 30 meninas.

·Não ha louvores para animar as officinas maçonicas que naquella cidade trabalham com tanto empenho pela instrucção popular.

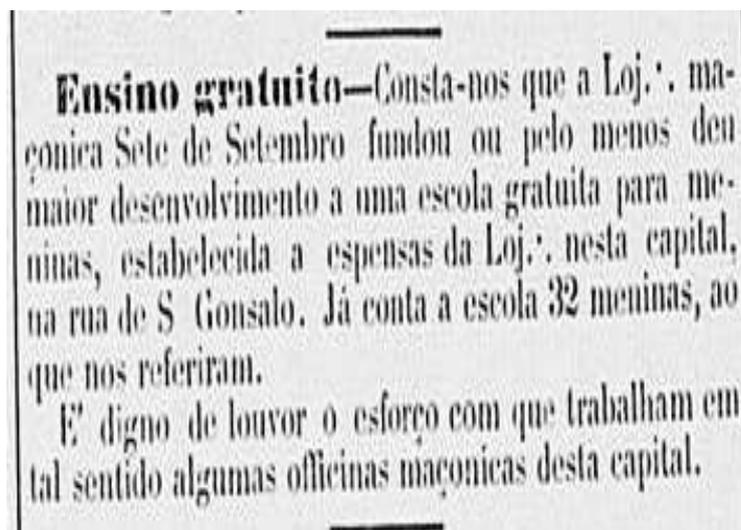
Deus conserve tão uteis obreiros.

Correio Nacional, ano II, edição nº 91, de 18 de setembro de 1870, p. 1.

⁷⁹ Correio Nacional, ano II, edição nº 91, de 18 de setembro de 1870, p. 1.

⁸⁰ Correio Paulistano, Ano XVII, edição nº 4250, 11 de setembro de 1870, p. 1.

Figura 37 – recorte do jornal Correio Paulistano



Correio Paulistano, Ano XVII, edição nº 4250, 11 de setembro de 1870, p. 1.

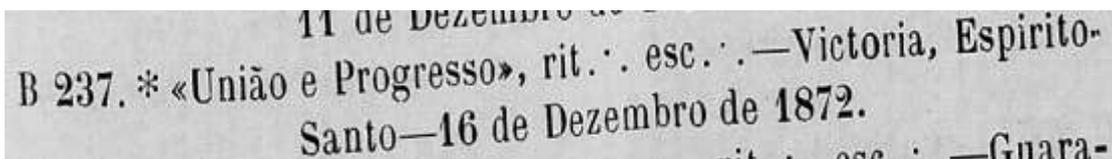
Ribeiro (2011) reafirma essas informações acrescentando que a escola para meninas se desenvolveu rapidamente passando a ter 60 alunas matriculadas com uma frequência de aproximadamente 45 meninas, dentre elas muitas crianças escravas. Após a criação dessa escola gratuita, inspirada noutras escolas fundadas pela Maçonaria paulista, os periódicos locais passaram a criticar o descaso imperial para com a educação, insinuando que o Império pretendia manter na ignorância os rebanhos da Coroa brasileira (RIBEIRO, 2011, p. 56).

7) 1870 - Escola União e Progresso - Loja Maçônica União e Progresso – Vitória - ES

Achiamé (2010) ao falar da presença Maçônica no Espírito Santo menciona a existência da Loja Maçônica Beneficência fundada em 11 de fevereiro de 1832 na cidade de Vitória. Essa Loja encerrou suas atividades em 1847. Em 07 de fevereiro de 1862 ressurgiu uma Loja Maçônica na cidade com a mesma nomenclatura anterior, tendo também duração efêmera, encerrando suas atividades em 1872. Essa Loja foi considerada antecessora da atual Loja Maçônica União e Progresso fundada em 08 de novembro de 1872 na capital do Estado do Espírito Santo (ACHIAMÉ, 2010, p. 27-28). Oficialmente, segundo *boletim maçônico*⁸¹, sua fundação data de 16 de dezembro de 1872 (figura 38).

⁸¹ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 359.

Figura 38 – fundação oficial da Loja União e Progresso



Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 359.

Essa Loja fundou, em 1870, uma escola chamada *União e Progresso* que funcionou inicialmente dentro da própria Loja Maçônica (figura 39). Em 1880 passou a ter sede própria e com aulas noturnas mais definidas (imagem da capa do regulamento abaixo – figura 40), tendo um considerável número de alunos. Em 1947 a escola recebeu o nome de *Amenófis de Assis* (figura 41) localizada no bairro Caratoíra, próximo ao Centro da Capital, mas ainda mantida pela Maçonaria local, pouco tempo depois foi incorporada ao Estado (informações e imagens retiradas de documentos do acervo da Loja Maçônica União e Progresso nº 0236 de Vitória/ES).

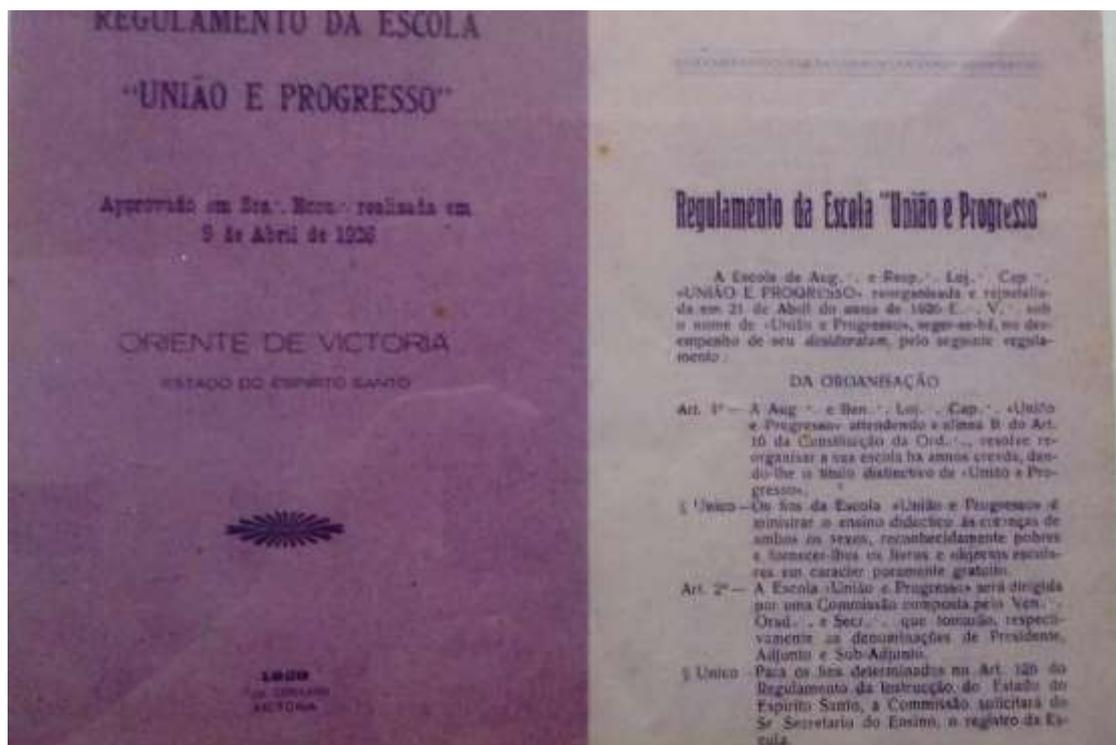
Figura 39 – Escola União e Progresso



Escola “União e Progresso” – Fundada em 1870. Funcionava dentro da própria Loja Maçônica União e Progresso na cidade de Vitória/ES.

Fonte: doação do acervo da Loja Maçônica União e Progresso nº 0236 de Vitória/ES.

Figura 40 – capa do Regulamento da Escola União e Progresso



Cartilha com regulamento da Escola “União e Progresso” aprovada pela Loja Maçônica União e Progresso em 09 de abril de 1926.

Fonte: doação do acervo da Loja Maçônica União e Progresso nº 0236 de Vitória/ES.

Figura 41 – Escola Amenófis de Assis



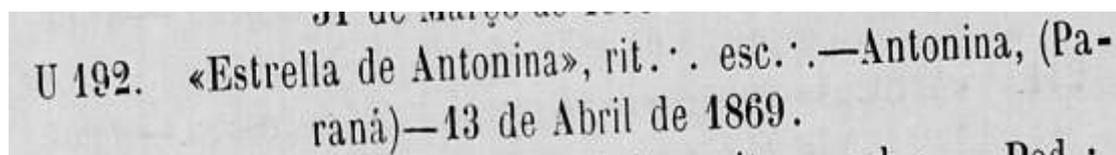
Escola “Amenófis de Assis” – Foto de 1950 na cidade de Vitória/ES.

Fonte: doação do acervo da Loja Maçônica União e Progresso nº 0236 de Vitória/ES.

8) 1870 - Escola Noturna - Loja Maçônica Estrela de Antonina – Paraná - PR

O Site do *Museu Maçônico Paranaense*⁸² traz o resumo histórico da Loja Maçônica Estrela de Antonina nº. 0.190, da cidade de Antonina do Estado do Paraná, onde consta a data de fundação da Loja como sendo no dia 20 de fevereiro de 1869, vinculada inicialmente ao Grande Oriente dos Beneditinos, sendo oficialmente regularizada em 13/04/1869. No *boletim maçônico*⁸³ do Grande Oriente do Brasil de 1896 (figura 42), a Loja consta como sendo oficialmente fundada em 13 de abril de 1869.

Figura 42 – fundação da Loja Estrela de Antonina



Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 357.

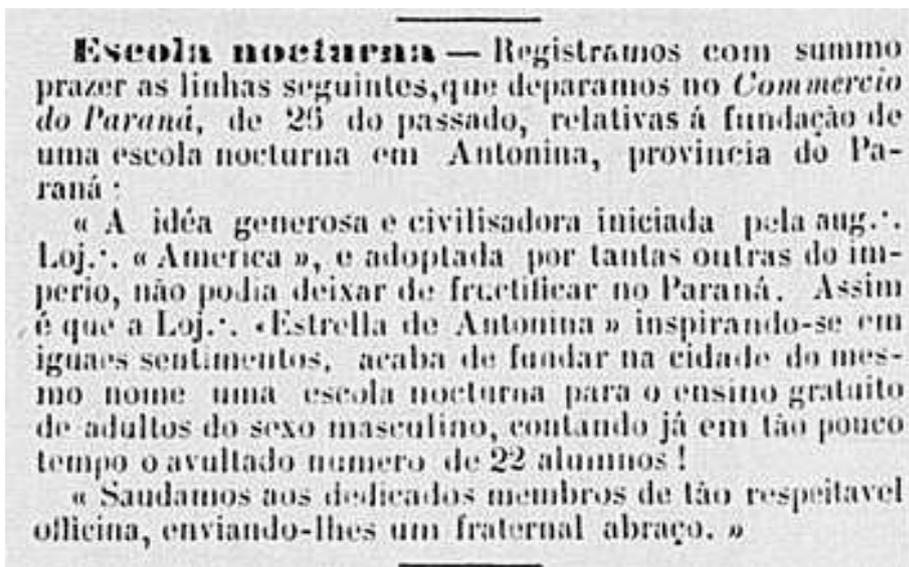
O periódico *Correio Paulistano*⁸⁴ de 1870 (figura 43) traz a notícia de que, a Loja América de São Paulo havia influenciado na criação de uma escola noturna em Antonina na província do Paraná em 25 de fevereiro de 1870. A Loja Estrela de Antonina, existente até nossos dias, fundou e manteve uma *escola noturna para o ensino gratuito de adultos do sexo masculino*. Segundo o periódico, em março do mesmo ano já contava com 22 alunos matriculados.

⁸² Museu Maçônico Paranaense. Relação das Lojas no Paraná. Resumo Histórico da Loja Maçônica Estrela de Antonina nº 0.90. Disponível em: <http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/LojaPRate1973/0190_Hist_Loja.htm>. Acesso em: 06 de janeiro de 2018.

⁸³ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 357.

⁸⁴ Correio Paulistano, Ano XVII, edição nº 4114, 17 de março de 1870, p. 2.

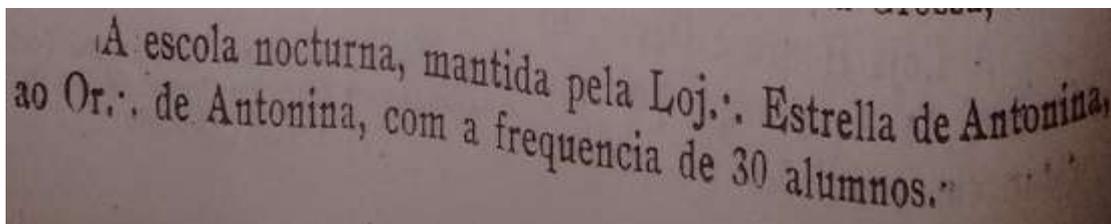
Figura 43 – recorte do jornal Correio Paulistano



Correio Paulistano, Ano XVII, edição nº 4114, 17 de março de 1870, p. 2.

O *Livro Maçônico do Centenário*⁸⁵ traz a informação da existência da escola no ano de 1922 (figura 44), sendo frequentada por 30 alunos.

Figura 44 – recorte da página 242 do Livro Maçônico do Centenário



BASTOS, Octaviano; CARAJURÚ, Optafo; DIAS, Everardo. Livro Maç. do Centenário. Rio de Janeiro: s/d, 1922, p. 242.

9) 1871 - Escola Noturna de Primeiras Letras - Loja Maçônica Fraternidade 2ª – Iguape – SP

Pesquisar o passado não é uma tarefa fácil, principalmente quando se busca documentos e informações no século XIX. Algumas Lojas maçônicas assim como escolas podem ter tido vida efêmera. A Loja Fraternidade 2ª de Iguape é um desses casos. Não foi possível encontrar muitas informações sobre a *Escola Nocturna de Primeiras Letras* fundada pela Loja Fraternidade 2ª da cidade de Iguape/SP.

⁸⁵ BASTOS, Octaviano; CARAJURÚ, Optafo; DIAS, Everardo. *Livro Maç. do Centenário*. Rio de Janeiro: s/d, 1922, p. 242.

Inicialmente, ao pesquisar *boletins maçônicos*⁸⁶ (figura 45) foi possível encontrar a data oficial de fundação da Loja, ocorrida em 11 de julho de 1868.

Figura 45 – fundação da Loja Fraternidade 2ª

U 181. «Fraternidade 2ª», rit. . . esc. . .—Iguape, (S. Paulo)
—11 de Julho de 1868.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 356.

Foi possível também descobrir que em 1º de setembro de 1868 foi fundada outra Loja em Iguape, chamada de *Feliz Lembrança*. Em relação a escola criada pela Loja Fraternidade 2ª o periódico *Correio Paulistano*⁸⁷ (figura 46) publicou uma notícia de que a escola noturna de primeiras letras dirigida pelos membros da Loja não possuía mais o caráter herético e demagógico após aval de funcionamento concedido pelo próprio Imperador em seu passeio.

Figura 46 – recorte do jornal Correio Paulistano

Escola nocturna — De Iguape communicamos em data de 21 do corrente, e nos publicamos com grande satisfação a seguinte noticia, sobre a fundação d'uma escola nocturna; que agora ja não tem o caracter *heretico e demagogico* que lhe attribue o sr. Mendes, visto que o proprio imperador *sanctificou* a idéa na vespera do seu passeio:
« A' 9 do corrente começou a funcionar nesta cidade a escola nocturna de primeiras letras do sexo masculino creada e mantida á expensas da Loj. . M. . Frater. . 2ª. . »

Correio Paulistano, Ano XVIII, edição nº 4442, 28 de maio de 1871, p. 2.

O periódico informou também que na primeira noite de aula matricularam-se 4 alunos e que logo em seguida esse número subiu para 20. O funcionamento da escola era as terças, quintas e sábados das 18 às 20 horas, sendo dirigida por maçons da Loja Fraternidade 2ª.

⁸⁶ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 356.

⁸⁷ Correio Paulistano, Ano XVIII, edição nº 4442, 28 de maio de 1871, p. 2.

10) 1871 - Aula Noturna América - Loja Maçônica América - São José dos Campos - SP

Em São José do Parahyba, posteriormente nominada de São José dos Campos em São Paulo, mesmo não possuindo Loja Maçônica em 1871, teve uma *Escola Nocturna América* fundada e mantida pela Loja América da capital paulista. O noticiário do *Correio Paulistano*⁸⁸ (figura 47) trazia ainda a lista de benfeitores: Sebastião Hummel, Francisco do Anjos Gaya, Francisco Ribeiro de Escobar, João Evangelista do Carmo e Souza e Antônio Avelino. Consta no teor do texto a informação foi decidido a criação na cidade de uma Loja Maçônica sob os auspícios da Loja América. Ao final da notícia vê-se uma pitada preconceituosa quando o texto do periódico diz ser necessário aumentar o contingente policial por causa da presença de conspiradores perigosos, que colocarão em risco as instituições pátrias.

Figura 47 – recorte do jornal Correio Paulistano

Mais escola nocturna—Escrivem-nos de S. José do Parahyba:

« A'manhã, (13 do corrente) abrir-se-ha nesta cidade, uma aula nocturna sob a denominação—*América*, titulo este tomado em commemoração da mui notavel loja maçonica—*América*, dessa capital.

« A escola é gratuita, e sustentada por distinctos democratas desta localidade.

« São seus professores os cidadãos:

Sebastião Hummel,
Francisco dos Anjos Gaya,
Francisco Ribeiro de Escobar,
João Evangelista do Carmo e Souza,
Antonio Avelino.

« Agora, que está aberta a assembléa legislativa, creio que não será desacerto nosso rogar-mos ao sr. dr. João Mendes o obsequio de triplicar os vencimentos do commandante do corpo policial, por mais esta formal ameaça de attentado contra a constituição e contra a ordem publica.

« Devo acrescentar que está aqui tambem resolvida a creação de uma loja maçonica, sob os auspícios da Loja América!

« E' mais um foco de conspiradores perigosos, que porão em risco as instituições patrias, se de prompto não fôr augmentado o corpo policial.»

Correio Paulistano, Ano XVIII, edição nº 4375, 28 de fevereiro de 1871, p. 1.

⁸⁸ Correio Paulistano, Ano XVIII, edição nº 4375, 28 de fevereiro de 1871, p. 1.

11) 1872 - Escola Noturna - Loja Maçônica Estrela do Oriente – Vassouras - RJ

A Loja Maçônica Estrela do Oriente da cidade de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o boletim maçônico de 1896 (figura 48), foi oficialmente fundada em 22 de outubro de 1867, tendo suas atividades encerradas em 1881, ressurgindo na década de 1970 com o nome de Loja Maçônica Nova Estrela do Oriente.

Figura 48 – fundação da Loja Estrela do Oriente

U 177. «Estrella do Oriente», rit. . . esc. . . — Vassouras—Rio de Janeiro—22 de Outubro de 1867.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 356.

A escola noturna da Loja Estrela do Oriente foi inaugurada em 24 de junho de 1872 dirigida pelo professor Justino Xavier de Oliveira Guerra, conforme informações trazidas pelo periódico *Diário de Notícias*⁸⁹ de 19 de junho de 1872 (figura 49). Esse periódico juntamente com o jornal *República* nas edições seguintes teceram inúmeras críticas ao Bispo Lacerda afirmando que, deveria aprender as lições que a Maçonaria proporciona a ele todos os dias.

Figura 49 – recorte do jornal Diário de Notícias

A loja maçônica Estrella do Oriente, em Vassouras, inaugura em seu edificio, no dia 24 do corrente, uma escola nocturna de instrucção primaria, que funcionará sob a direcção do intelligente professor Justino Xavier de Oliveira Guerra.

Diário de Notícias, ano III, edição nº 508, de 19 de junho de 1872, p. 1.

O boletim maçônico⁹⁰ de julho de 1872 (figura 50) falou que a Loja seguiu o exemplo de muitas outras e também fundou sua escola noturna gratuita.

⁸⁹ Diário de Notícias, ano III, edição nº 508, de 19 de junho de 1872, p. 1.

⁹⁰ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 08, 1º ano, julho de 1872, p. 321.

Figura 50 – recorte do Boletim Maçônico de 1872

A MAÇ. . . E AS ESCOLAS. — A L. . . ESTRELLA DO ORIENTE, ao Or. . . de Vassouras, a exemplo de muitas outras, acaba de abrir uma escola nocturna gratuita para o ensino primario. A noticia deste acontecimento alegrou a todos os Maçons, que viram a pouco e pouco, ou antes a muito e muito, progredir e aprofundar raizes na terra a abençoada arvore do seu instituto.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 08, 1º ano, julho de 1872, p. 321.

No decorrer do texto, o boletim faz uma análise dos gastos do Império com a educação em relação ao montante enviado ao Clero. Continuando traz uma fala contundente ao dizer que a legião dos bispos ultramontanos ousadamente afirmam ser a ignorância uma necessidade do Estado. Durante o texto as escolas maçônicas são chamadas de luzes enquanto o clero é apelidado de apagador. O texto encerra falando da luta maçônica contra os apagadores do futuro e da necessidade de preparar uma geração ilustrada para o futuro, salvando a todos da ignorância, principalmente ao libertar as mulheres do confessionário e das congregações jesuíticas.

12) 1872 - Escola Noturna Cotinguiba - Loja Maçônica Cotinguiba – Aracaju - SE

A Loja Maçônica Cotinguiba foi fundada oficialmente em 11 de dezembro de 1872 em Aracajú, Estado de Sergipe. O *boletim maçônico*⁹¹ de 1896 (figura 51) traz a informação da data oficial da sua criação.

Figura 51 – fundação da Loja Cotinguiba

U 236. * «Cotinguiba», rit. . . esc. . . — Aracajú, (Sergipe) —
11 de Dezembro de 1872.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 356.

Nascimento (2010), em sua pesquisa sobre *A contribuição da Maçonaria para a prática educativa em Aracajú (1970-1980)*⁹² informa que, a Loja Cotinguiba iniciou

⁹¹ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 356.

⁹² NASCIMENTO, José Anderson Nascimento. *A contribuição da Maçonaria para a prática educativa em Aracajú (1970-1980)*. 2010. 85 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

seus trabalhos em 10 de novembro de 1872, regularizada em 16 de fevereiro de 1873, vinculada ao Grande Oriente do Brasil ao vale dos Beneditinos (NASCIMENTO, 2010, p. 39).

Fundada no início da Questão Religiosa, passou por muitas dificuldades, encerrando suas atividades em 27 de março de 1885, ressurgindo em 3 de janeiro de 1890. A Loja era considerada o refúgio dos liberais sergipanos. Devido as perseguições religiosas a Loja e seus membros atuavam de forma sigilosa. Nascimento (2010) reitera que, as bases filosóficas da Loja Cotinguiba foram defendidas pelos catedráticos maçons que atuavam no Atheneu Sergipense fundado em 1879 em Aracaju (NASCIMENTO, 2010, p. 42).

A Maçonaria em Aracaju, segundo Egito (2011), sempre esteve associada a educação, seja institucionalmente, seja por seus membros. Consideravam ser uma função de cada indivíduo apoiar a educação quando o poder público se mostrasse impotente ou sem condições de arcar com os custos. Após a fundação da Loja Cotinguiba alguns de seus membros criaram a Associação Propagadora da Instrução, cuja finalidade era instituir aulas noturnas para adultos no então Atheneu Sergipense, construído em 1870 com auxílio financeiro dos principais membros fundadores da Loja Cotinguiba em 1872.

Apesar da intensa participação maçônica na educação em Aracaju, não foi possível encontrar documentos que comprovem que a escola noturna da Loja Cotinguiba surgiu no mesmo ano da fundação da Loja, entretanto, o periódico *A Luz*⁹³ de 1903 (figura 52) trouxe a informação de que essa escola realmente existiu e que realmente se chamava *Escola Nocturna Cotinguiba*. O periódico trouxe ainda a informação de que o diretor da escola era o professor Manoel Dario de Oliveira e que funcionava no interior da Loja Cotinguiba, tendo 90 alunos matriculados, em sua maioria pobres e trabalhadores.

A imagem a seguir contém um recorte do periódico *A Luz* trazendo notícia da escola. Em seguida, a imagem da fachada da Loja Maçônica Cotinguiba do ano de 1931 (figura 53).

⁹³ *A Luz*, ano II, edição 09, Penedo em 22 de janeiro de 1903, p. 4.

Figura 52 – recorte do periódico A Luz de 1903



A Luz, ano II, edição 09, Penedo em 22 de janeiro de 1903, p. 4

Figura 53 – fachada da Loja Maçônica Cotinguiba do ano de 1931

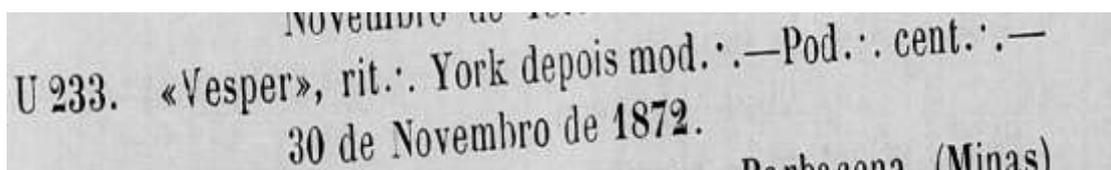


LOJ. Cap. Cotinguiba. Aracaju, SE: Casa Amador, 1931. 1 foto, gelatina, p&b, 23,5 x 17,2 cm. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=40003>. Acesso em: 14 jan. 2018.

13) 1872 - Escola Vésper - Loja Maçônica Vésper - Rio de Janeiro - RJ

A escola Vésper chegou até a pesquisa através de menção feita por Barata (1999), ao falar de sua fundação no ano de 1872 no Rio de Janeiro pela Loja Maçônica Vésper (BARATA, 1999, p. 139). Essa Loja, conforme *boletim maçônico*⁹⁴ (figura 54), realmente existiu, tendo o dia 30 de novembro de 1872 como data oficial de sua fundação.

Figura 54 – fundação da Loja Vésper



Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 359.

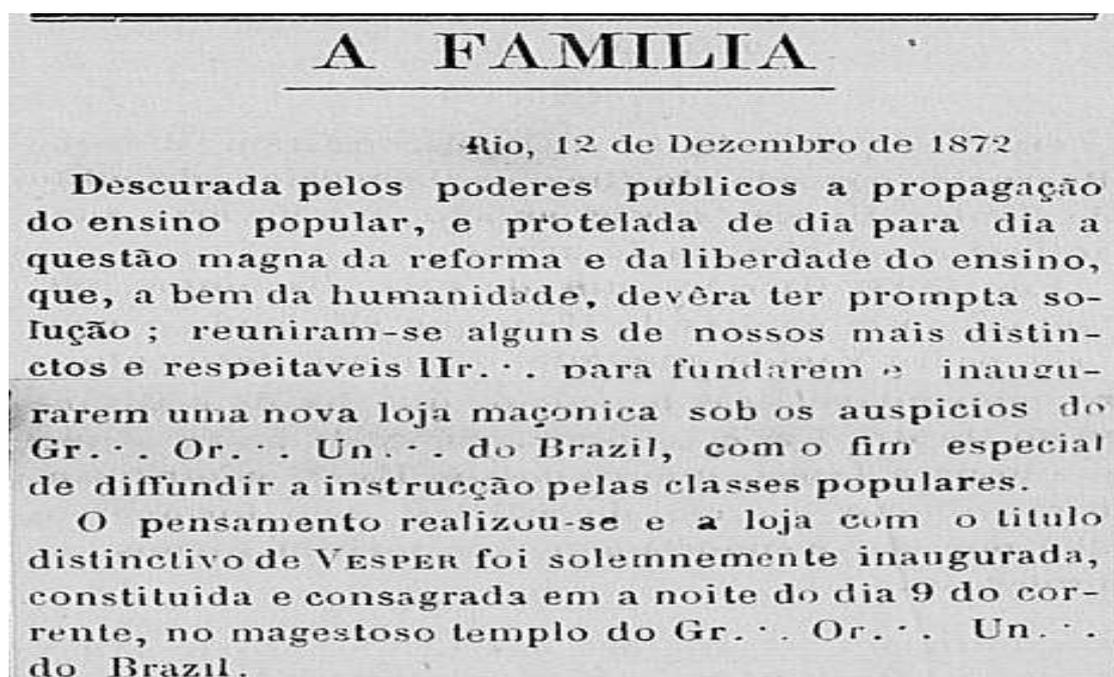
Colussi (2012) também mencionou a existência dessa escola. Esses autores, Colussi (2012) e Barata (1999) concordaram que, essa escola foi criada pela Maçonaria para difundir a instrução nas classes populares (COLUSSI, 2012, p. 39).

Inicialmente parecia quase impossível encontrar algum documento que demonstrasse a existência dessa escola, principalmente em boletins maçônicos. Porém a insistência faz brotar resultados, e assim foi localizado o periódico *A Família*⁹⁵, de 12 de dezembro de 1872 (figura 55).

⁹⁴ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 359.

⁹⁵ Jornal A Família, ano I, n. 15, 12 de dezembro de 1872, p. 1.

Figura 55 – recorte do periódico A Família



Jornal A Família, ano I, n. 15, 12 de dezembro de 1872, p. 1.

O periódico, no decorrer do texto, fala que a solenidade de fundação da escola, no dia 09 de dezembro de 1872, ocorreu no templo do Grande Oriente Unido com as presenças de: Saldanha Marinho, Félix Martins e Duque Estrada. O periódico também trouxe a notícia de que do lado de fora, as portas do templo havia uma escrava que foi posta em liberdade após todos os presentes arrecadarem dinheiro para sua alforria. O jornal encerrou o texto fazendo duras críticas ao governo e ao clero. Chamava o governo de inerte, em relação a instruir o povo e de astuto, o clero, por conservar o povo na ignorância.

14) 1873 - Sociedade Propagadora da Instrução Popular. Liceu de Artes e Oficio - São Paulo - SP

D'Ângelo (2000) faz uma análise da criação do Liceu de Artes e Ofício de São Paulo através da história da economia paulista. Explica que o Liceu surgiu da Sociedade Propagadora da Instrução Popular, criada em 14 de dezembro de 1873, na capital da província. No texto da autora destaca-se que, a criação dessa sociedade foi influenciada pelo conselheiro do governo imperial, Carlos Leôncio da Silva Carvalho, que “representava um grupo de homens de ação” (D'ÂNGELO, 2000, p. 91).

No dia 7 de fevereiro de 1874 as aulas do curso primário foram iniciadas no horário das 18 às 21 horas, sendo ministradas além das primeiras letras, caligrafia, aritmética, gramática portuguesa e sistema numérico. Seus primeiros professores foram: Carlos Augusto Ferreira, Silveira Ferreira e Gabriel Franzem. Nos primeiros dias de aula haviam mais de cem alunos matriculados. O sucesso foi tanto que em 1º de dezembro de 1882, a então escola noturna passou a se chamar Liceu de Artes e Ofícios, com maior estrutura e mais professores, recebendo aproximadamente 622 alunos (D'ÂNGELO, 2000, p. 92).

O que D'Ângelo (2000) quis dizer com a afirmação de que Leôncio de Carvalho representava um grupo de homens de ação? Quem eram esses homens? O que pretendiam? Essa resposta foi trazida por Candiá (2013) em sua pesquisa de doutorado na Universidade Federal Fluminense, intitulada *PROJETOS E REALIZAÇÕES PEDAGÓGICAS MAÇÔNICAS: O ASSOCIATIVISMO COMO TERCEIRA VIA PARA SE (RE)PENSAR A EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL IMPÉRIO (1870-1889)*, que menciona que figuravam entre os fundadores da Sociedade Propagadora da Instrução diversos maçons membros da Loja América (CANDIÁ, 2013, p. 70).

Candiá (2010) no artigo intitulado *MAÇONARIA E EDUCAÇÃO: o debate sobre a instrução popular na Tribuna da Glória - RJ (1873-1880)*, revela a estreita ligação da Maçonaria com a Sociedade Propagadora da Instrução Popular, mais tarde, Liceu de Artes e Ofício de São Paulo:

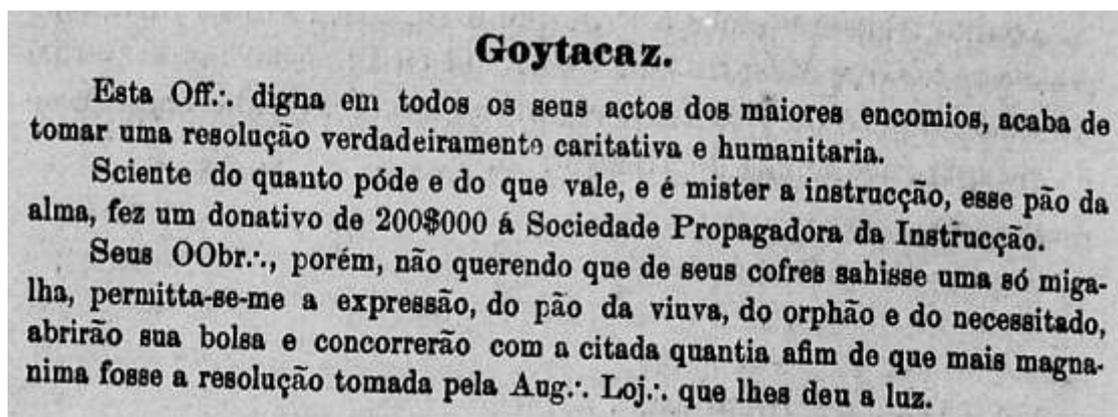
A identificação dos nomes que compuseram a Diretoria desta Associação, no ano de sua fundação, constitui-se em indício relevante para essa pesquisa, uma vez que vários de seus membros eram filiados à Maçonaria ou guardaram uma estreita ligação com ela. Além da já citada filiação do Conselheiro Manoel Francisco Correia, como 2º Vice-Presidente, também eram maçons o Presidente e o 1º Vice-Presidente da Associação, respectivamente Conde d'Eu e o Senador Visconde do Bom Retiro. Sobre o Conselheiro Leôncio de Carvalho, que ocupou nesta Diretoria o cargo de 1º Secretário, há fortes indícios de sua estreita relação com a Maçonaria, tendo fundado, em 1882, em São Paulo, com o apoio da maçonaria paulista, a Sociedade Propagadora da Instrução Popular, mais tarde, Liceu de Artes e Ofício (CANDIÁ, 2010, p. 17).

Candiá (2013) alinha a participação da Maçonaria na Educação, em especial na Sociedade Propagadora da Instrução Popular, ligada ao movimento republicano paulista (CANDIÁ, 2013, p. 114). No texto da Tese, a autora também enfatiza que esse

movimento denominado *Sociedade Propagadora de Instrução Popular* está ligado a outros com o mesmo nome em outros locais do país diretamente ligados a Maçonaria.

Pesquisando os *boletins maçônicos*⁹⁶ foi possível encontrar uma doação de certa quantia em dinheiro da Loja Maçônica Goytacaz destinada a Sociedade Propagadora da Instrução Popular no ano de 1875 (figura 56).

Figura 56 – recorte do Boletim Maçônico de 1875

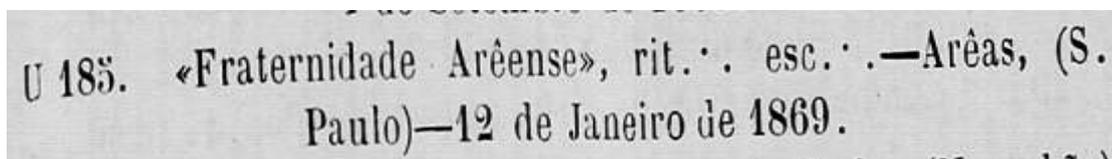


Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 4º ano, junho de 1875, p. 492.

15) 1873 - Aula Noturna - Loja Maçônica Fraternidade Areense – Areias - SP

As Lojas da capital paulista influenciaram outras no território da então província. A Loja Fraternidade Areense da cidade de Areias/SP. Fundada oficialmente em 12 de janeiro de 1869 (figura 57), de acordo com informação publicada em *boletim maçônico*⁹⁷, fundou uma aula noturna em 1873.

Figura 57 – fundação da Loja Fraternidade Areense



Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 357.

Notícia trazida pelo periódico *Correio Paulistano*⁹⁸ (figura 58) informou que a Loja Fraternidade Areense dirigida pelo Tenente Joaquim Mariano da Rosa criou uma

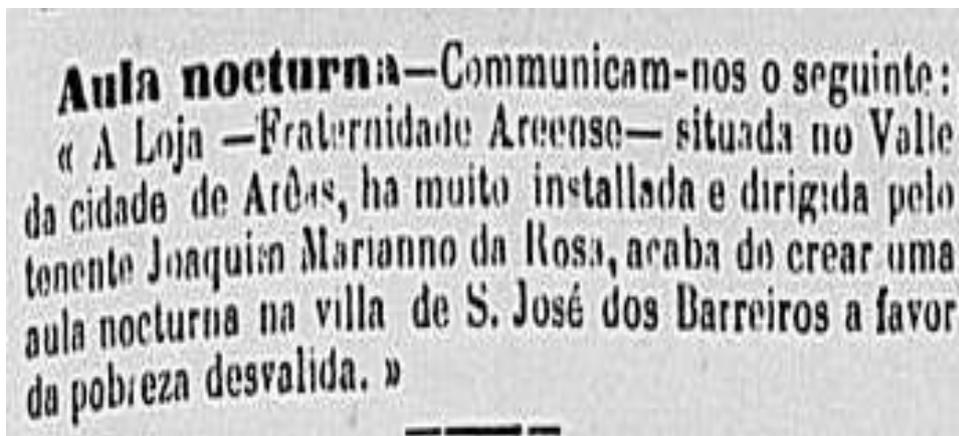
⁹⁶ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 4º ano, junho de 1875, p. 492.

⁹⁷ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 357.

⁹⁸ Correio Paulistano, Ano XX, edição nº 4933, 29 de janeiro de 1873, p. 3.

aula noturna na Vila S. José dos Barreiros para atender aos menos favorecidos, o que chamou de: “a favor da pobreza desvalida”.

Figura 58 – recorte do jornal Correio Paulistano

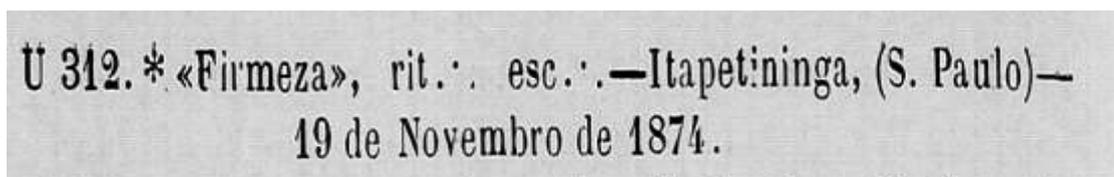


Correio Paulistano, Ano XX, edição nº 4933, 29 de janeiro de 1873, p. 3.

16) 1873 - Sociedade Propagadora da Instrução - Loja Maçônica Firmeza
– Itapetininga - SP

O *boletim maçônico*⁹⁹ do Grande Oriente do Brasil (figura 59) informa que essa Loja foi fundada oficialmente em 19 de novembro de 1874, entretanto, a Loja Firmeza da cidade de Itapetininga/SP, certamente já se encontrava em funcionamento antes dessa data quando abriu uma escola noturna em 1873.

Figura 59 – fundação da Loja Firmeza



Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 364.

Notícia trazida pelo *Correio Paulistano*¹⁰⁰, dirigido por J. R. de Azevedo Marques, em 23 de março de 1873 (figura 60), na seção “particular” informou que havia sido aberta pela Sociedade Propagadora da Instrução uma *eschola nocturna* no dia 18 de março em Itapetininga. Nota-se que essa sociedade, conforme dito anteriormente em relação ao Liceu de Artes e Ofício de São Paulo, atuava em diversos locais da província paulista levando educação as classes populares.

⁹⁹ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 364.

¹⁰⁰ Correio Paulistano, Ano XX, edição nº 4977, 23 de março de 1873, p. 2.

Figura 60 – recorte do jornal Correio Paulistano



Correio Paulistano, Ano XX, edição nº 4977, 23 de março de 1873, p. 2.

O jornal ainda traz a informação de que havia um total de 48 alunos matriculados em março de 1873. As aulas na escola são ministradas gratuitamente pelo professor Pedro de Azevedo Marques e os materiais escolares são doados pela Sociedade Propagadora da Instrução. O texto fala ainda sobre a força do Partido Republicano em relação ao episódio das “garrafadas” ocorrido nos dias 27 e 28 de fevereiro e que isso dava mostras de que a cada do Império estava anunciada.

17) 1873 - Escola Noturna Gratuita - Loja Maçônica Regeneração Catarinense - Florianópolis – SC

A Loja Maçônica Regeneração Catarinense, segundo consta no *site da instituição*¹⁰¹, foi fundada em 24 de junho de 1859, na cidade de Desterro, atual

¹⁰¹ Loja Maçônica Regeneração Catarinense nº 138. Pequena história da Regeneração Catarinense. Disponível em:

Florianópolis. Foi inicialmente camuflada como associação para evitar discriminações por parte do clero local. Sua fundação oficial, segundo *boletim maçônico*¹⁰² de 1896 (figura 61), se deu em 2 de abril de 1860. Ainda em atividade atualmente, é uma das mais antigas de Santa Catarina.

Figura 61 – fundação da Loja Regeneração Catarinense

139. «Regeneração Catharinense», rit.:. esc.:.—Desterro, (Sta. Catharina)—2 de Abril de 1860.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 354.

A escola fundada pela Loja Regeneração Catarinense foi criada em 1873 conforme notícia trazida pelo *boletim maçônico*¹⁰³ do mesmo ano (figura 62).

Figura 62 – recorte do Boletim Maçônico de 1873

Maçonaria Catharinense.— A loja *Regeneração Catharinense*, ao oriente do Desterro, acaba de fundar uma eschola nocturna gratuita para adultos livres e captivos. Applaudindo a realização de tão generosa idéa, eis como a *Regeneração*, jornal daquella capital, se exprime a este respeito :

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 02 e 03, 2º ano, fevereiro e março de 1873, p. 205.

Consta ainda no texto do boletim que a escola noturna destinada a adultos livres e cativos funciona no prédio da própria Loja e que a escola e as aulas são dirigidas pelos maçons da Loja. A Loja também é elogiada pelos atos humanitários de liberdade pela compra de carta de alforria para grande número de escravos.

Contrapondo a essa iniciativa, maçônica o periódico *O Apóstolo: periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade*¹⁰⁴, destinado ao público católico informou a existência de uma escola denominada *Eschola Nocturna Gratuita Sete de Setembro* criada em 7 de setembro de 1874 em resposta a escola criada pela Maçonaria em Santa Catarina (figura 63). O

<http://www.regeneracaocatarinense.com.br/site/index.php?modulo=conteudo&int_seq_secao=17&int_seq_subsecao=7&int_seq_conteudo=7>. Acesso em: 05 de janeiro de 2018.

¹⁰² Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 354.

¹⁰³ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 02 e 03, 2º ano, fevereiro e março de 1873, p. 205.

¹⁰⁴ O Apóstolo, ano IX, edição 108, 1º de outubro de 1874, p. 4.

texto do periódico traz o programa da escola destacando entre diversos professores a aula de Latim ministrada pelo Vigário Antônio Francisco Nobrega. Reitera também que essa escola noturna se distancia das escolas noturna criadas pela Maçonaria que, segundo o periódico, visa formar cidadãos materialistas, inimigos da religião e da pátria, “que serão um dia o flagelo da sociedade brasileira”. Encerrando as críticas esclarece que as escolas maçônicas envenenam lentamente a mocidade, pervertendo-a com o ensino de doutrinas condenadas pela Igreja.

Figura 63 – recorte do periódico O Apóstolo

Eschola nocturna gratuita « Sete de Setembro »—Communição-nos o seguinte :

« No dia 7 de Setembro foi installada solememente, na cidade de S. Francisco do Sul, provincia de Santa Catharina, uma eschola nocturna gratuita, iniciada pelo digno Professor Hermelino Jorge de Linhares, a qual tomou o nome de *Sete de Setembro* por ter sido este o dia da sua installação.

Cumpre que a *Eschola nocturna Sete de Setembro* distancie-se completamente das escolas nocturnas creadas pela maçonaria, com o fim determinado de formar cidadãos materialistas, inimigos da religião e da patria, que serão um dia o flagello da sociedade brasileira.

Queremos a instrucção da mocidade e applaudimos todos os esforços que tendam ao conseguimento deste grande *desideratum*, mas não admittimos que a titulo de instrucção, se envenene lentamente a mocidade, pervertendo-a com o ensino de doutrinas condemnadas pela Igreja e que tão prejudiciaes vão sendo para o Estado.

O Apostolo, ano IX, edição 108, 1º de outubro de 1874, p. 4.

18) 1873 - Escola Noturna - Loja Maçônica Fraternidade de Bagé – Bagé-RS

A Loja Maçônica mais antiga da cidade de Bagé no Rio Grande do Sul é a Loja Estrela do Sul fundada em 1847 (COLUSSI, 1998, p. 193). A Loja Fraternidade de Bagé, conforme descrito em *boletim maçônico*¹⁰⁵, foi fundada de forma oficial em 1º de agosto de 1871 (figura 64).

¹⁰⁵ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 358.

Figura 64 – fundação da loja Fraternidade de Bagé

213. «Fraternidade», rit. . . esc. . .—Bagé, (Rio Grande do Sul)—1 de Agosto de 1871.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 358.

De acordo com *boletim maçônico*¹⁰⁶ de 1873 (figura 65), os maçons da Loja, distribuíram, no dia do padroeiro da cidade, esmolas aos pobres e inauguraram uma *eschola nocturna do systema métrico decimal*. De acordo com Colussi (1998) essa Loja fechou suas portas entre 1882 e 1884 (COLUSSI, 1998, p. 209).

Figura 65 – recorte do Boletim Maçônico de 1873

idade, fazendo essa declaração na carta de instalação.
— A officina *Fraternidade*, de Bagé, distribuiu no dia do padroeiro 300\$000 de esmolas aos pobres da cidade e inaugurou no 1.º de Agosto uma *eschola nocturna do systema metrico decimal*.
Nos dias de 1 e 2 de Agosto, celebrou a loja

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 07 a 09, 2º ano, julho a setembro de 1873, p. 685.

19) 1873 - Escola Noturna e Biblioteca Popular - Loja Maçônica Trabalho - Amparo - SP

A Loja Maçônica Trabalho da cidade de Amparo/SP, inicialmente filiada ao Grande Oriente dos Beneditinos, foi fundada em 31 de janeiro de 1873, conforme informado por *boletim maçônico*¹⁰⁷ de 1896 (figura 66). No entanto, segundo site do Museu Maçônico Paranaense, essa Loja, existente até nossos dias, teria sido fundada em 18 de agosto de 1872.

Um de seus fundadores, Bernardino de Campos, bacharel em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, quando orador da Loja em 10 de julho de 1873, apresentou um projeto sobre a criação de uma escola noturna para o sexo masculino que funcionou durante muitos anos. Ainda segundo *site do Museu Maçônico*

¹⁰⁶ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 07 a 09, 2º ano, julho a setembro de 1873, p. 685.

¹⁰⁷ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 359.

*Paranaense*¹⁰⁸, Bernardino de Campos era membro honorário das Lojas *América* e *Amizade* de São Paulo e da Loja *Independência e Ordem* de Campinas.

Figura 66 – fundação da Loja Trabalho

U 239. * «Trabalho», rit. . . . —Amparo, (S. Paulo)—31 de Janeiro de 1873.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 359.

Bernardino de Campos foi um dos mais perseguidos pelos missionários jesuítas. O vigário da cidade atacava diariamente a Loja Trabalho. Em relação a escola fundada, o *boletim maçônico de 1873*¹⁰⁹ (figura 67) confirma a existência da *eschola nocturna e bibliotheca popular*. Não se sabe ao certo até quando existiu a escola, acredita-se que tenha durado até o final da década de 1880, principalmente após notícia trazida pelo periódico *Aurora Escosseza*¹¹⁰ de 1882 (figura 68) elogiando a atuação da Loja Trabalho em prol da educação na cidade de Amparo. A Loja Trabalho em 18 de janeiro de 1883 com o fim da cisão maçônica filiou-se ao Grande Oriente do Lavradio, atual Grande Oriente do Brasil, de acordo com informações do Museu Maçônico Paranaense.

Figura 67 – recorte do Boletim Maçônico de 1873

— A officina Trabalho, ao oriente do Amparo, acaba de resolver a construcção de um templo, o qual além das accomodações necessarias para os seus trabalhos, terá capacidade necessaria para uma eschola nocturna e bibliotheca popular.
Não ha nem pode haver obra mais meritoria do que esta que noticiamos com a mais intima satisfação.

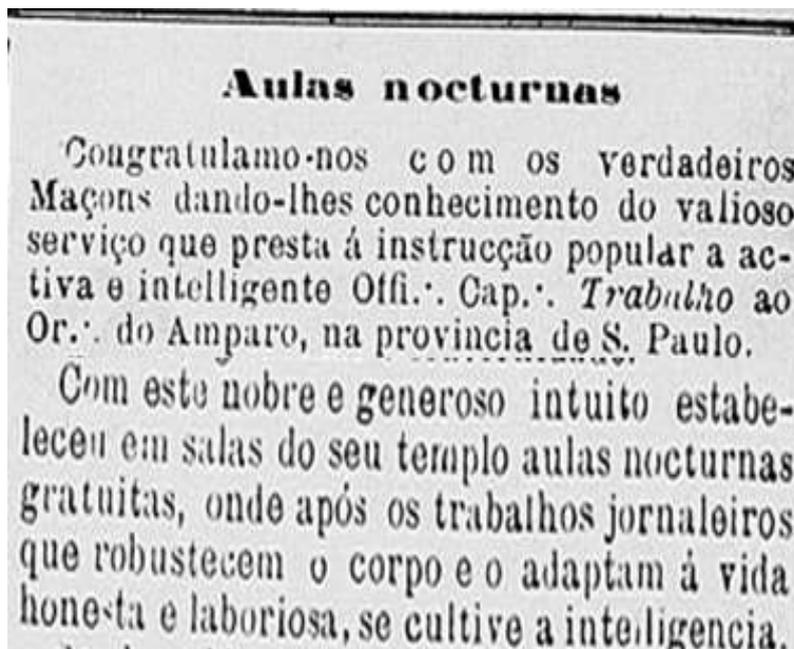
Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 10 a 12, 2º ano, outubro a dezembro de 1873, p. 828.

¹⁰⁸ Museu Maçônico Paranaense. Academia Paranaense de Letras Maçônicas. Resumo Histórico da Cadeira nº 7 – Bernardino José de Campos Júnior. Disponível em: <http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/AcademiaPML/Patro-07.htm>. Acesso em: 06 de janeiro de 2018.

¹⁰⁹ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 10 a 12, 2º ano, outubro a dezembro de 1873, p. 828.

¹¹⁰ *Aurora Escosseza*, ano II, edição nº 10, de 1º de outubro de 1882, p. 2.

Figura 68 – recorte do jornal Aurora Escossez



Aurora Escossez, anno II, edição nº 10, de 1º de outubro de 1882, p. 2.

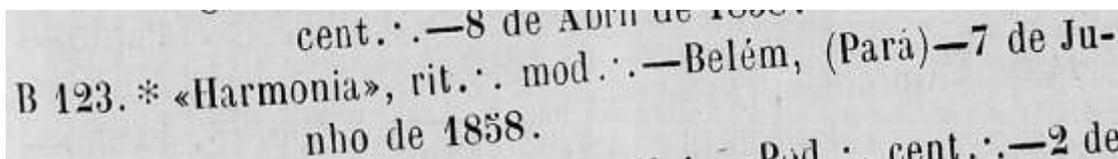
20) 1874 - Escola da Infância Desvalida - Loja Maçônica Harmonia – Belém - PA

A Loja Harmonia de Belém no Estado do Pará foi, segundo *site da própria Loja*¹¹¹, instalada em 08 de março de 1857 e regularizada em 07 de setembro de 1858 junto ao Grande Oriente do Brasil. Foi inicialmente instituída com o título de *Sociedade Protetora da Infância Desvalida e Indulgente*. No dia 23 de junho de 1864 a Loja decidiu aderir a missão de estabelecer escolas para ensino primário de meninos desvalidos e indigentes de ambos os sexos, fornecendo livros, papel, tinta, vestuário, alimentação, tratamento de enfermidades, etc. No mesmo ano de 1864, foi instalada a primeira Escola para o sexo masculino, no mesmo edifício da Loja. Durante sua existência a escola contou com uma média de 50 alunos, mantendo-se em funcionamento durante 22 anos, chegando a ter em seu auge 300 alunos matriculados

¹¹¹ Loja Maçônica Harmonia nº 08. Histórico da Loja Maçônica Harmonia nº 08. Disponível em: <<https://harmonia8.mvu.com.br/site/nossa-loja/KySnrmECIpA-3/atr.aspx>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2018.

As informações anteriores se encontram no site da Loja, inclusive informações de seu estabelecimento em 1857, embora o Grande Oriente do Brasil em *boletim maçônico*¹¹² considerou como sendo fundada em 07 de junho de 1858 (figura 69).

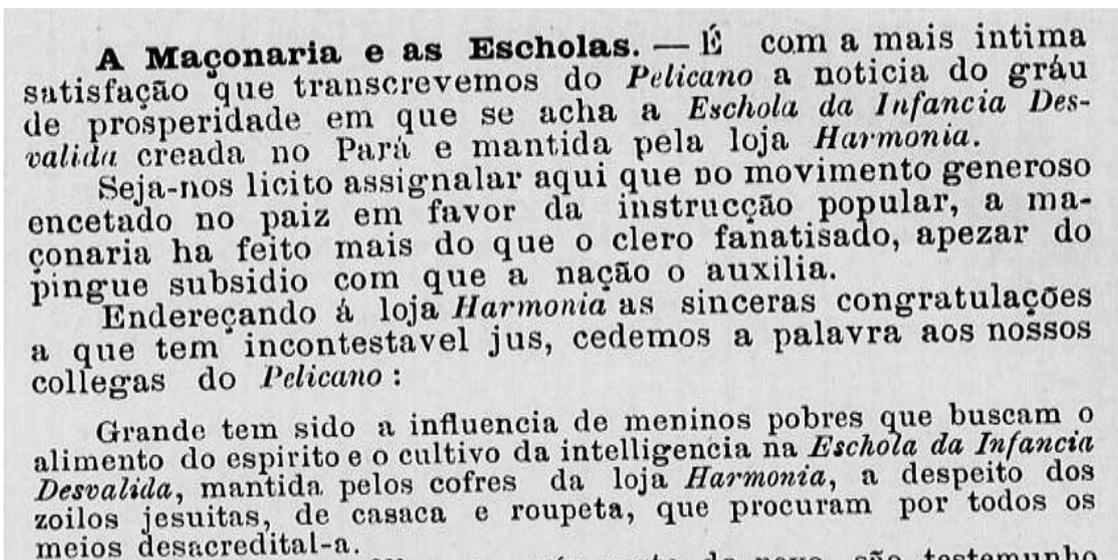
Figura 69 – fundação da Loja Harmonia



Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 353.

Em 1874 a Loja consta como pertencente ao Grande Oriente dos Beneditinos, quando em *boletim maçônico*¹¹³ foi trazida a informação da Luta contra os jesuítas que tentam, segundo o periódico, desacreditar a escola (figura 70). A notícia ainda traz em seu texto a informação de que em dezembro de 1874 a escola contava com 156 alunos matriculados.

Figura 70 – recorte do Boletim Maçônico de 1874



Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 01 a 03, 3º ano, janeiro a março de 1874, p. 133.

Em 1880 o periódico *A Família Maçônica*¹¹⁴ (figura 71) trouxe a notícia do falecimento do Padre Eutychio Pereira da Rocha que, curiosamente pertencia aos quadros da Loja. Além da notícia de que os alunos da Escola da Infância Desvalida,

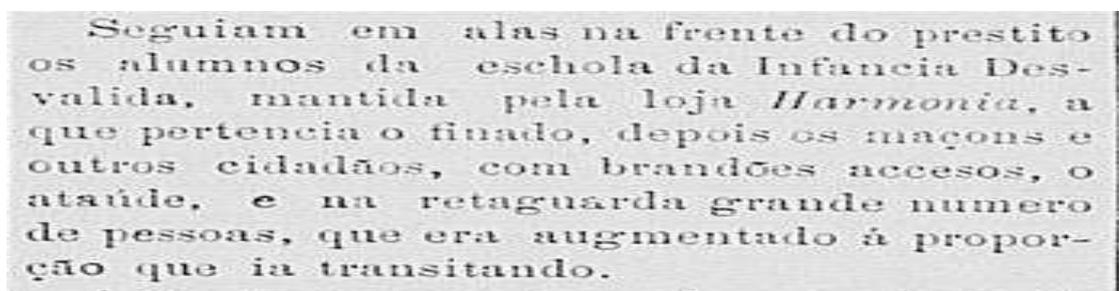
¹¹² Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 353.

¹¹³ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 01 a 03, 3º ano, janeiro a março de 1874, p. 133.

¹¹⁴ *A Família Maçônica*, ano VII, edição n. 0129, 22 de setembro de 1880, p. 03.

mantida pela Loja Harmonia, seguiam a frente do cortejo fúnebre, o periódico descreve o funeral maçônico, onde maçons de diversas Lojas da província do Pará estiveram presentes. O corpo foi velado em parte na paróquia e também no interior da Loja Harmonia na sala das sessões, denominada para o ato fúnebre de *câmara ardente*. “Na cabeceira do ataúde erguia-se três velas de cera amarela, sobre a qual repousava um retábulo em cujo centro via-se uma Rosa-Cruz ricamente bordada”. Ao fim da notícia é descrito que: “Ao ser dado o corpo a sepultura, todos os maçons fizeram sua fraternal despedida, atirando a luva do costume dentro do ataúde” (A Família Maçônica, ano VII, edição n. 0129, 22 de setembro de 1880, p. 03).

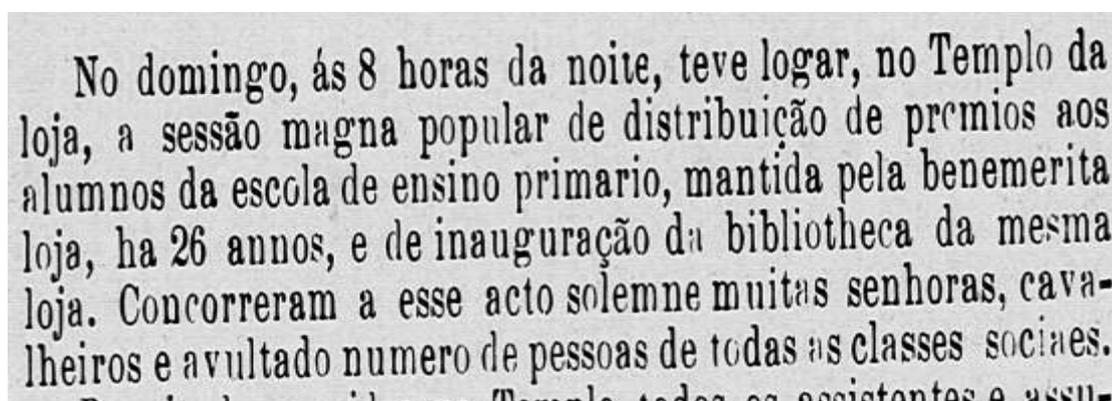
Figura 71 – recorte do periódico A Família Maçônica



A Família Maçônica, ano VII, edição n. 0129, 22 de setembro de 1880, p. 03.

Em 24 de maio de 1890, tempos depois do fim da cisão, a Loja já pertencente novamente ao Grande Oriente do Lavradio, em data comemorativa descrita em *boletim maçônico*¹¹⁵ (figura 72) pela posse da nova administração, relata o sucesso da escola mantida pela Loja Harmonia que conta com 26 anos de fundação, informando na ocasião a inauguração de uma biblioteca também mantida pela Loja.

Figura 72 – recorte do Boletim Maçônico de 1890



Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 04, 15º ano, junho de 1890, p. 111.

¹¹⁵ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 01 a 03, 3º ano, janeiro a março de 1874, p. 133.

21) 1874 - Escola Noturna - Loja Maçônica Regeneradora de Tatuhy - Tatuí-SP

A Loja Regeneração, também conhecida como Regeneradora, fundada oficialmente em 1º de outubro de 1875, conforme *boletim maçônico*¹¹⁶ (figura 73), encerrou suas atividades em 1890. Ribeiro (2011) e Silva (2010) ressaltam que, o nome da Loja era “Regeneradora” embora o Grande Oriente do Brasil a denominasse de “Regeneração”. (RIBEIRO, 2011, p. 60; SILVA, 2010, p. 57).

Figura 73 – fundação da Loja Regeneradora de Tatuí

340. «Regeneração», rit. . . esc. . .—Tatuhy, (S. Paulo)
—1 de Outubro de 1875.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 365.

A Loja Regeneradora de Tatuhy certamente já se encontra em funcionamento antes mesmo de sua data oficial de fundação conforme dito anteriormente. Isso porque o periódico *A Família Maçônica*¹¹⁷ em 1874 (figura 74) trazia a notícia de que a Loja pouco tempo após sua fundação já sustentava uma *eschola nocturna* com 35 alunos matriculados na data da edição do jornal.

Figura 74 – recorte do periódico A Família Maçônica

À 22 do passado foi regularizada a loj. . . Re-
generadora, de Tatuhy, a qual, apesar de ins-
tallada ha pouco tempo, já sustenta uma es-
chola nocturna que conta trinta e cinco
alumnos matriculados: a festa da regularisa-
ção foi feita com toda a decencia e brilhantis-
mo exigidos pelo acto.

A Família Maçônica, ano III, edição n. 09, 16 de setembro de 1874, p. 04.

Ribeiro (2011) traz a informação da existência de outras escolas no Estado de São Paulo a partir de 1874, quando diz que:

(...) foram criadas escolas pela Loja União e Fraternidade, de Mogi-Mirim; no mesmo ano a Loja Independência, de Campinas, criou uma para atender

¹¹⁶ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 365.

¹¹⁷ A Família Maçônica, ano III, edição n. 09, 16 de setembro de 1874, p. 04.

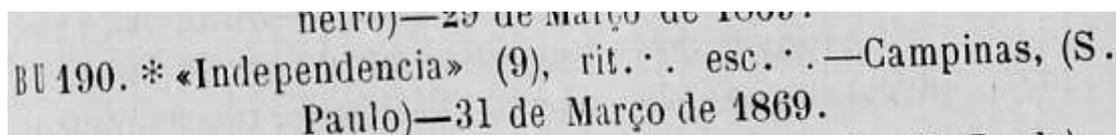
homens livres e escravos, em 1880 a Maçonaria de Campinas abriu mais uma escola; em 1874 a Loja Cruz d'Oeste, de Araraquara, fundou uma para trabalhadores livres e escravos; as Lojas Regeneradora, de Tatuí, e Constância, de Sorocaba, sustentavam aulas noturnas para alfabetização de crianças e adultos; a Loja Fraternidade, de Taubaté, criou uma Biblioteca Pública Popular com 800 obras; o Club Republicano de Itu influenciado pelos maçons daquela localidade manteve uma escola noturna (RIBEIRO, 2011, p. 59-60).

Além da Loja Regeneradora existia também em Tatuí a Loja Caridade III fundada em 1874, todavia, essa não aderiu ao movimento educacional difundido a partir da capital (RIBEIRO, 2011, p. 132). Nota-se, portanto, que a ação maçônica na área educacional tem uma amplitude institucional da Maçonaria brasileira e não apenas um movimento separado e autônomo de cada Loja.

22) 1874 - Colégio Culto a Ciência - Loja Maçônica Independência – Campinas - SP

Loja Independência nº 131 da cidade de Campinas São Paulo de acordo com boletim maçônico foi oficialmente fundada em 31 de março de 1869 (figura 75). No entanto, consta no *site da Loja*¹¹⁸ (ainda em funcionamento), que a fundação foi em 23 de novembro de 1867.

Figura 75 – fundação da Loja Independência



Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 357.

Entre seus principais fundadores destacam-se: Francisco Glicério Cerqueira Leite, Francisco Quirino dos Santos e Manoel Ferraz de Campos Salles. Em 1873, membros da Loja Independência atuaram ativamente na propaganda republicana em Itu/SP (Site da Loja Independência nº 131, 2018). O Colégio “Culto à Ciência” foi idealizado pelo maçom Antônio Pompeu de Camargo em 6 de fevereiro de 1869, após um manifesto assinado pelos também maçons Manoel Ferraz de Campos Salles, Jorge de Miranda, Joaquim Quirino dos Santos e Cândido Álvaro de Sousa Camargo.

¹¹⁸ Loja Maçônica Independência. A Independência na Educação. Disponível em: <http://www.lojaindependencia.org.br/independencia/historia_educacao.php>. Acesso em: 07 de janeiro de 2018.

Posteriormente foi emitido um comunicado a população da cidade sobre a criação da "Sociedade Culto à Ciência". O comunicado deixava claro que o estabelecimento regular de ensino primário e secundário seria neutro em matéria religiosa, propugnando assim pelo ensino Laico, onde prevalecesse a liberdade de pensamento, de culto e de consciência (Site da Loja Independência nº 131, 2018).

As obras foram iniciadas em 1873 e o colégio inaugurado em 12 de janeiro de 1874. O site da Loja destaca que:

O Colégio começou a funcionar regularmente no ano de sua inauguração, ou seja, em 1874. As aulas eram dadas nas salas do primeiro pavimento. No andar superior estavam instalados os dormitórios e a administração. No final do primeiro ano, a escola contava com 60 alunos internos, 10 semi-pensionistas e 14 externos. O estabelecimento era, então, o único no gênero no país, merecendo do Ministro do Império, Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira (também Maçom), uma menção especial pelo importante serviço que estava prestando à instrução pública (ofício de 19 de setembro de 1874). Iguais louvores lhe fez o Presidente da Província, Dr. João Teodoro Xavier (Loja Maçônica Independência, 2018).

O *boletim maçônico*¹¹⁹ de 1876 (figura 76), traz a notícia da inauguração de uma biblioteca pública pela Loja Independência.

Figura 76 – recorte do Boletim Maçônico de 1876

Maçonaria Paulistana. —A loja *Independencia*, ao oriente de Campinas, trata de fundar uma bibliotheca publica no edificio em que celebra as suas sessões.
E' mais um serviço, e dos mais relevantes, que esta loja presta á prospera cidade de Campinas.
Nós a felicitamos.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 09 a 12, 5º ano, setembro a dezembro de 1876, p. 1074.

O Colégio Culto à Ciência foi constituído exclusivamente por maçons, de professores a diretores. A Maçonaria através das escolas difundia ideias positivistas, abolicionistas e republicanas. Os Maçons lutavam por um ensino gratuito, obrigatório e exclusivamente laico. Os maçons foram os precursores das aulas noturnas, destinadas principalmente aos escravos. A Sociedade "Culto à Ciência" administrou o Colégio até 1889, quando a epidemia de febre amarela obrigou o seu fechamento. Foi reaberto em 1891, mas em 24 de dezembro de 1892, a Sociedade "Culto à Ciência" se dissolveu e

¹¹⁹ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 09 a 12, 5º ano, setembro a dezembro de 1876, p. 1074.

todo o patrimônio passou para o município, conforme previa seu estatuto (Loja Maçônica Independência, 2018).

A Loja Independência foi agraciada com o título de benemerita através do decreto nº 118 do Grande Oriente do Brasil publicado no *boletim maçônico*¹²⁰ de nº 01 a 04, março a junho de 1894, p. 16, por sua atuação na difusão da instrução popular. Na solenidade de 20 anos de regularização da Loja, o *boletim maçônico*¹²¹ de 1894 (figura 77), fala da inauguração de uma biblioteca no mesmo prédio onde funciona a escola mantida pela Maçonaria em Campinas.

Figura 77 – recorte do Boletim Maçônico de 1894

Nesse dia, além de commemorar o vintenario de sua Regularisação, aquella Off. . . inaugurou uma bibliotheca, importante melhoramento que vai se alliar á escola nocturna que ha annos mantém em seu edificio. A's oito horas da noite, numero superior a quinhentas pessoas enchia seus vastos salões, um dos quaes é o maior que existe naquella cidade. A ses. . . commemorativa foi presidida pelo Pod. . . Ir. . . Valladares, Gr. . . Secr. . . Ger. . . , achando-se presente avultado numero de Iir. . . do quad. . .

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 08 e 09, 19º ano, outubro e novembro de 1894, p. 200.

O Grão Mestre do Grande Oriente do Brasil nomeou seu secretário para fazer uma excursão pelas Lojas paulistas no ano de 1895. Na visita a Campinas conheceu, conforme descrito em *boletim maçônico*¹²², as instalações da Loja Independência e o local onde havia uma escola gratuita por ela mantida (figura 78).

Figura 78 – recorte do Boletim Maçônico de 1895

Nessa mesma noite visitaram os hospedes o edificio em que funciona aquella Ben. . . Off. . . E' um bello e espaçoso predio de sua propriedade, no qual funcionam a Off. . . , o seu Cap. . . e uma escola gratuita por ella mantida ha mais de vinte annos. Nada mais é preciso dizer para bem avaliar-se do que são capazes os maçons Campineiros. O attestado melhor dos seus serviços é essa escola que com a maior dedicação têm mantido.

O seu zêlo e a sua dedicação tambem são comprovados pela aquisição de plena propriedade do vasto edificio em que funcionam a Loj. . . e a sua escola.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 11 e 12, 20º ano, janeiro e fevereiro de 1895, p. 459.

¹²⁰ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01 e 04, 19º ano, março a junho de 1894, p. 16.

¹²¹ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 08 e 09, 19º ano, outubro e novembro de 1894, p. 200.

¹²² Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 11 e 12, 20º ano, janeiro e fevereiro de 1895, p. 459.

Candiá (2013) traz a informação de que, em Campinas, a Loja Independência, através da Sociedade Propagadora da Instrução, mantinha na década de 1880, além de aulas gratuitas para o povo, uma escola com o nome de *Escola Corrêa de Mello* (CANDIÁ, 2013, p. 139).

Curiosamente nesta década, o número de alunos cai para menos da metade. Acreditamos que esta redução poderia ser atribuída à criação de outras escolas populares neste período, como a escola do povo, citada por Moraes e a escola Correia de Melo, as quais figuraram juntamente com a escola da Loja Independência como instituições duradouras que compuseram o contexto educacional de Campinas até a segunda década do século XX (CANDIÁ, 2013, p. 141).

Esse movimento de expandir a educação popular em São Paulo através de aulas noturnas para adultos, trabalhadores livres e também escravos, iniciado na década de 1870 pela Maçonaria e, em seguida, pelos clubes republicanos, visava não só difundir o ideário positivista, mas também o republicanismo. O Clube Republicano de Itu, por exemplo, “manteve uma escola noturna, onde os alunos em número de 40, aproximadamente, recebiam gratuitamente papel, livros, tinta e penas” (CANDIÁ, 2013, p. 144).

23) 1874 - Escola de Instrução Primária - Loja Maçônica Caridade e Silêncio – Corumbá – MS

A Loja Maçônica Caridade e Silêncio da cidade de Corumbá no Estado de Mato Grosso do Sul, mantém suas atividades até nossos dias. Fundada em 07 de abril de 1874, de acordo com *boletim maçônico*¹²³ (figura 79), inaugurou em 20 de setembro uma *escola de instrução primária*.

Figura 79 – fundação da Loja Caridade e Silêncio

286. «Caridade e Silencio», rit. . . esc. . . , Corumbá, (Mato-Grosso)—7 de Abril de 1874.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 362.

¹²³ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 362.

O *boletim maçônico*¹²⁴ de 1874 (figura 80) informou que a escola foi inaugurada poucos meses depois da fundação da Loja, contando inicialmente com 40 crianças matriculadas. No decorrer do texto é narrado que a escola funciona numa casa devidamente preparada para servir de escola. Não foi possível verificar o tempo de duração da escola em face das dificuldades de tempo e recursos disponíveis para a pesquisa. No entanto, o objetivo de localizar e comprovar através de documento a existência da escola já é de grande valia.

Figura 80 – recorte do Boletim Maçônico de 1874

Resp.: e Sob.: Ir.:
 Cumpre-me scientificar-vos, que a Loj.: Caridade e Silencio, ao Val.: de Corumbá, da qual sou Ven.: Hon.: Perpet.: e seu Presid.: Inst.:, acaba de crear n'esta Villa uma escola de instrucção primaria, que principiou a funcionar no dia 20 de Setembro do corrente anno, a qual já fornece caridosamente o pão do espirito a 40 crianças que tanto necessitavão d'esse socorro Maçon.:

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 12, 3º ano, dezembro de 1874, p. 321.

24) 1874 - Aulas Noturnas e Biblioteca Popular - Loja Maçônica Fraternidade e Progresso – Goiana - PE

A Loja Maçônica Fraternidade e Progresso nº 282, filiada ao Grande Oriente do Brasil e atuante até nossos dias na cidade de Goiana no Estado de Pernambuco foi oficialmente fundada em 27 de fevereiro de 1874, conforme mostra o *boletim maçônico*¹²⁵ de 1896 (figura 81).

Figura 81 – fundação da Loja Fraternidade e Progresso

U 285. * «Fraternidade e Progresso» rit. . . mod. . . depois rit. . .
 esc. . .—Goyana, (Pernambuco)—27 de Fevereiro de 1874.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 362.

¹²⁴ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 12, 3º ano, dezembro de 1874, p. 321.

¹²⁵ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 362.

A Loja Maçônica Fraternidade e Progresso era filiada ao Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil (Grande Oriente dos Beneditinos), quando criou suas aulas gratuitas de latim, francês, geometria, geografia e história, funcionando nas dependências da própria Loja. Além das aulas, o *boletim maçônico*¹²⁶ de 1874 (figura 82), traz a informação da criação de uma biblioteca contendo os principais jornais do país e de aproximadamente 300 a 400 livros a disposição da comunidade local.

Figura 82 – recorte do Boletim Maçônico de 1874

— A loja *Fraternidade e Progresso*, ao oriente de Goyana, creou aulas gratuitas de latim, francez, geometria, geographia e historia, as quaes funcionam nos salões contiguos ao templo.
 A mesma loja deliberou crear uma bibliotheca popular, á qual já haviam sido offertados 300 a 400 volumes e possue os principaes jornaes do paiz.
 É com prazer que registramos estes factos é que os agradecemos em nome do Grande Oriente Unido do Brazil.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 08 a 12, 3º ano, agosto a dezembro de 1874, p. 771.

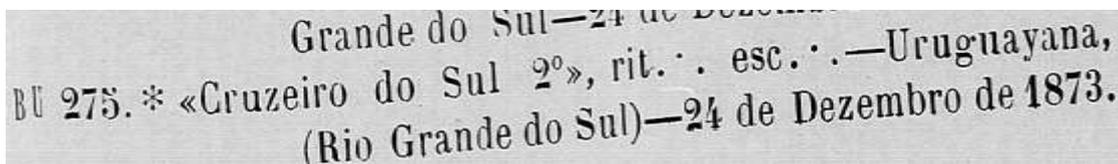
Esse boletim na página 770, com o título *A Maçonaria e a Instrução*, fala sobre a perseguição sofrida pela Maçonaria brasileira e da sua luta contra a intolerância. O texto fala também sobre a importância de levar a instrução ao povo e das bases a serem discutidas nas conferências públicas organizadas pela Loja Maçônica Ganganelli, também de Pernambuco. Curiosamente nesse mesmo boletim, na página 772, é transcrita a carta do Bispo do Pará ao senhor Saraiva, em Londres. Essa carta datada de 8 de julho de 1874, traz o lamento do Bispo do Pará no cárcere após a imposição da pena de 4 anos de trabalhos forçados pelo Supremo Tribunal de Justiça da época, em 1º de julho de 1874.

25) 1874 - Escola Noturna - Loja Maçônica Cruzeiro do Sul II - Uruguaiana-RS

¹²⁶ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 08 a 12, 3º ano, agosto a dezembro de 1874, p. 771.

A Loja Cruzeiro do Sul II, ainda em atividade, foi fundada oficialmente em 24 de dezembro de 1873, no então Vale de Uruguayana, na província do Rio Grande do Sul, conforme descrito em *boletim maçônico*¹²⁷ (figura 83).

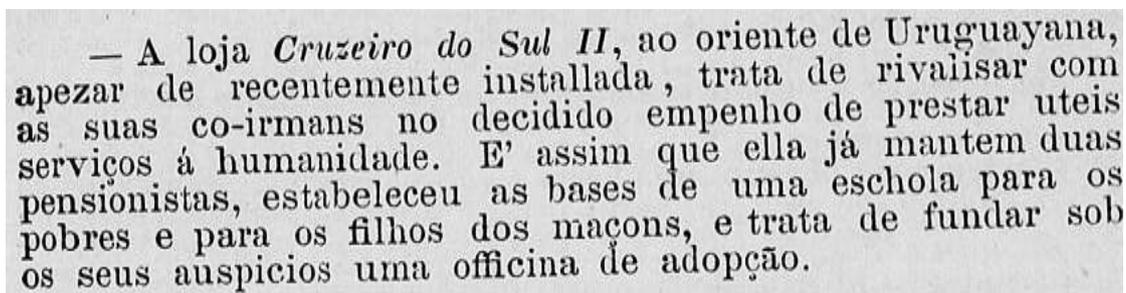
Figura 83 – fundação da Loja Cruzeiro do Sul II



Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 361.

Consta em *boletim maçônico*¹²⁸ de 1874 (figura 84) a informação do estabelecimento das bases de uma *escola para os pobres e para os filhos dos maçons*. Ao final observa-se que o texto traz a seguinte mensagem: *e trata de fundar sob os seus auspícios uma officina de adopção*; essa frase denota a criação de um grupo paramaçônico de esposas e filhas de maçons para libertar escravos, principalmente mulheres e crianças.

Figura 84 – recorte do Boletim Maçônico de 1874



Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 08 a 12, 3º ano, agosto a dezembro de 1874, p. 770.

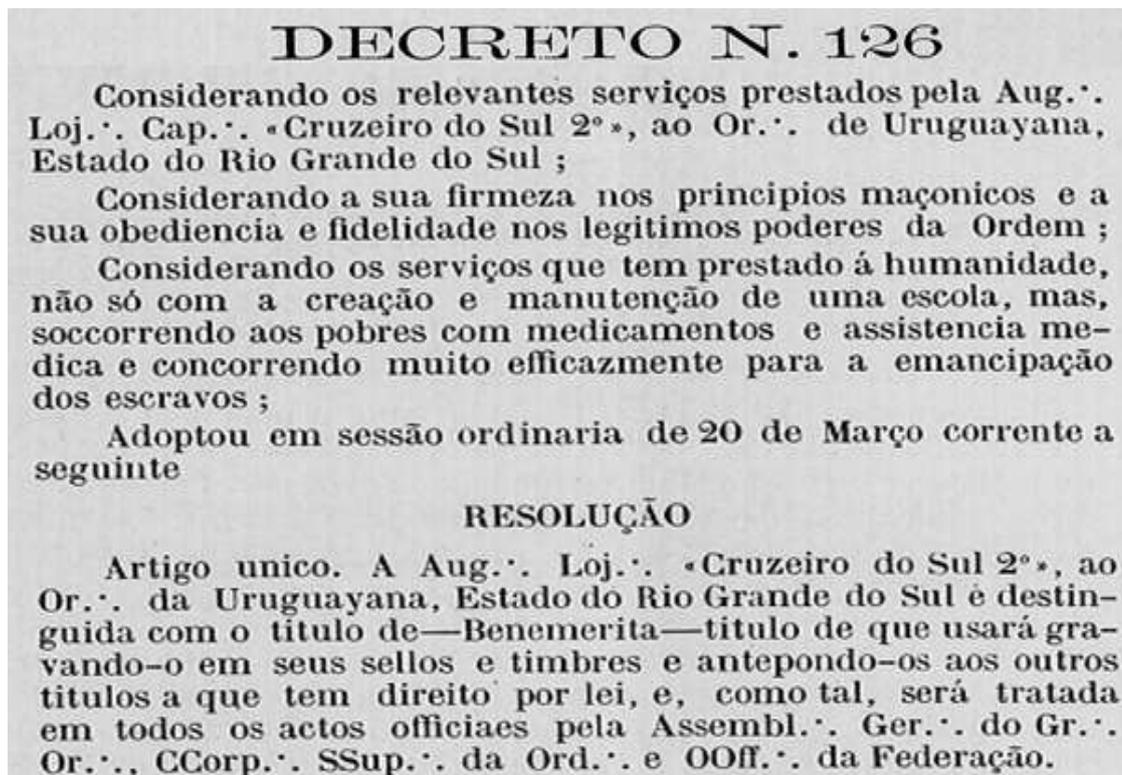
Em 1895, através de decreto nº 126 de 22 de março de 1895 (figura 85), o Grande Oriente do Brasil, concede a Loja Cruzeiro do Sul II, o título de Benemérita. Trata-se de uma honraria destinada as Lojas que mantêm escolas, entre outras atividades de relevância social. Portanto, diante desse documento (*boletim maçônico*¹²⁹), pode-se presumir que a escola fundada em 1874 perdurou ao menos até o ano de 1895.

¹²⁷ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 361.

¹²⁸ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 08 a 12, 3º ano, agosto a dezembro de 1874, p. 770.

¹²⁹ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 20º ano, março de 1895 pág. 8-9.

Figura 85 – recorte do Boletim Maçônico de 1895



Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 20º ano, março de 1895 pág. 8-9.

26) 1874 - Aulas Noturnas - Loja Maçônica Cruz D'Oeste – Araraquara - SP

Assim como noutros casos anteriormente vistos e ainda outros adiante, pouco se sabe sobre a existência da Loja Maçônica Cruz D'Oeste de Araraquara, município paulista. Todavia, foi possível encontrar documentos que comprovem sua existência no final do século XIX, ainda que não haja informações sobre o restante de sua existência.

O *boletim maçônico*¹³⁰ de 1896 traz a informação da data oficial de fundação da Loja (figura 86), entretanto, além da informação a respeito da aula noturna por ela fundada nada mais foi encontrado. Por ter sido fundada em 1875, acredita-se que, a Loja assim como a aula noturna, tenha servido apenas para as finalidades do movimento republicano.

¹³⁰ Boletim do Grande Oriente do Brasil. Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 365.

Figura 86 – fundação da Loja Cruz D'Oeste

341. «Cruz d'Oeste», rit. . . esc. . .—Araraquara, (S. Paulo)—1 de Outubro de 1875.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 365.

O *boletim maçônico*¹³¹ de 1876 traz a informação da aula noturna sustentada pela Loja naquele ano (figura 87). O texto também faz elogios à atuação da Loja no exercício da caridade e na propagação da instrução ao povo.

Figura 87 – recorte do Boletim Maçônico de 1876

S. Paulo. — Um digno Ir.: Membro.: effectivo de uma das LLoj.: do nosso Circ.:, acaba de dar-nos algumas informações a respeito da Loj.: Cruz d'Oeste ao Val.: de Araraquára, uma das mais importantes OOff.: d'aquella provincia; corre-nos, pois, o dever de dizer algumas palavras a esse respeito.

Essa Resp.: Off.: não se limita em exercer a caridade, e em cumprir para com os seus OObr.: esse grande dever, unindo-se ao proximo converte o amor em um grande e sublime affecto, faz mais, propaga a instrucção sustentando nma aula nocturna, que é muito frequentada pelos pobres.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 11, 5º ano, novembro de 1876, p. 454.

27) 1874 - Escola Popular - Loja Maçônica Fraternidade Cearense – Fortaleza - CE

A Loja Maçônica Fraternidade Cearense foi, de acordo com *boletim maçônico*¹³² de 1896 (figura 88), fundada oficialmente em 1º de dezembro de 1859, na cidade de Fortaleza, então província do Ceará.

Figura 88 – fundação da Loja Fraternidade Cearense

137. «Fraternidade Cearense», rit. . . esc. . .—Fortaleza, (Ceará)—1 de Dezembro de 1859.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 354.

¹³¹ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 11, 5º ano, novembro de 1876, p. 454.

¹³² Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 354.

Não foi encontrado nos boletins maçônicos ou noutra fonte primária qualquer menção da existência da *Eschola Popular* fundada pela Loja no ano de 1874. Todavia, foi possível comprovar sua existência por outras fontes. Rios (2013), fala sobre a liderança de João Brígido à frente da Loja Fraternidade Cearense na década de 1870 ao organizar as Conferências da Escola Popular (RIOS, 2013, p. 39).

A escola popular da Loja Fraternidade Cearense durou de 1874 a 1875. A escola foi criada para prover instrução aos trabalhadores e as camadas menos abastadas da cidade de Fortaleza. “Foi um reduto de divulgação de noções científicas e pensamento laico através de aulas de língua nacional, Frances, aritmética, geografia e história” (RIOS, 2008, p. 4-5).

Garcia (2012) fala que a iniciativa da escola popular teve início com a criação da Academia Francesa em 1871, na cidade de Fortaleza, organizada por Rocha Lima. Em 1872, Rocha Lima fundou o centro cultural de Fortaleza para difundir o positivismo. Em 1874, foi criada a Escola Popular para os pobres e operários. O estabelecimento de ensino noturno situava-se na Rua Conde D’Eu nº 98. No ano de 1875, com o agravamento da crise entre a Maçonaria e a Igreja Católica, a Academia Francesa e o jornal Fraternidade foram extintos (GARCIA, 2012).

28) 1874 - Escola Noturna - Loja Maçônica União e Fraternidade Mogymiriana - Mogi Mirim-SP

Pouco se sabe sobre o tempo de existência da Loja Maçônica União e Fraternidade Mogymiriana, fundada em 17 de abril de 1866 (*boletim maçônico*¹³³ de 1896 – figura 89), na cidade de Mogi Mirim no Estado de São Paulo. Essa Loja pertenceu ao extinto Grande Oriente dos Beneditinos. Sabe-se, porém, que em 20 de janeiro de 1874, essa Loja apoiada pela Sociedade Propagadora da Instrução Popular, fundou uma *Escola Nocturna*.

Figura 89 – fundação da Loja União e Fraternidade Mogymiriana

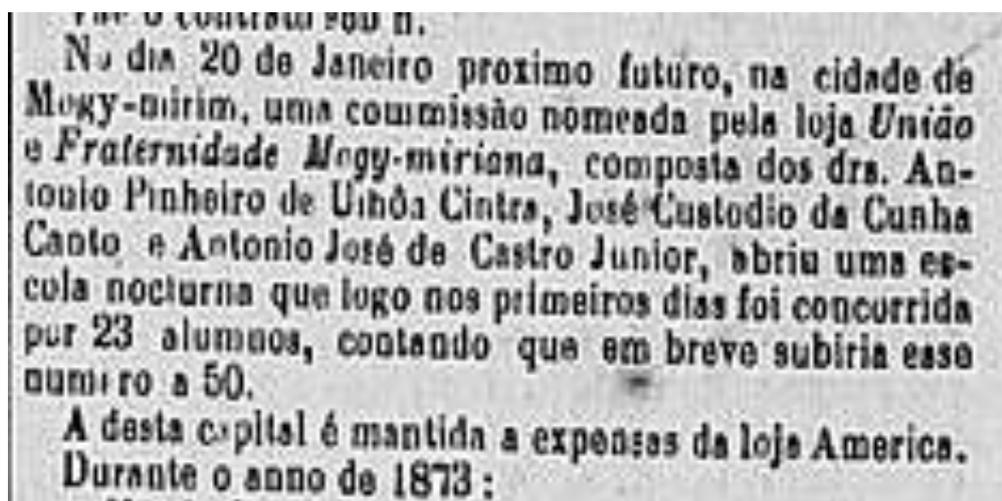
**U 171. «União e Fraternidade Mogymiriana», rit. .°. esc. .°. —
Mogymirim, (S. Paulo)—17 de Abril de 1866.**

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 356.

¹³³ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 356.

O periódico *Correio Paulistano*¹³⁴ (figura 90) confirmou a existência dessa escola criada pela Loja União e Fraternidade Mogymiriana aos cuidados de uma comissão composta pelos maçons: Antônio Pinheiro de Uchôa Cintra, José Custódio da Cunha Canto e Antônio José de Castro Júnior. Em sua abertura no dia 20 de janeiro já contava com 23 alunos matriculados, subindo para 50 dentro de um mês, levando-se em consideração a data da edição do periódico e a data da inauguração da escola.

Figura 90 – recorte do jornal *Correio Paulistano*



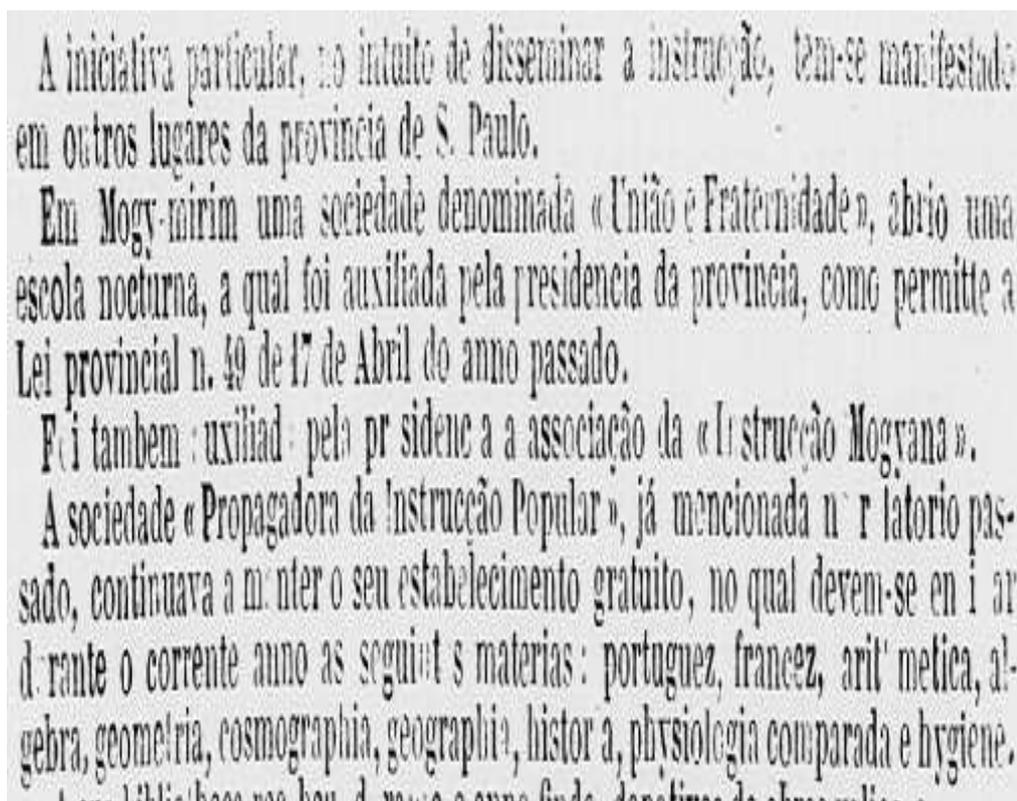
Correio Paulistano, ano XXI, edição nº 5281, 20 de fevereiro de 1874, p. 1.

Em 1876 o *Almanak Laemmert*¹³⁵ (figura 91) também confirma a existência da escola que contava ainda com apoio da presidência da província. O texto informa sobre a iniciativa popular de disseminar a instrução e sobre o apoio conferido pela Sociedade Propagadora da Instrução Popular a associação *Instrução Mogyana*.

¹³⁴ *Correio Paulistano*, ano XXI, edição nº 5281, 20 de fevereiro de 1874, p. 1.

¹³⁵ *Almanak*, Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ) do Império do Brasil para o ano de 1876, 33ª ano, p. 24.

Figura 91 – recorte do periódico Almanak Laemmert



Almanak, Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ) do Império do Brasil para o ano de 1876, 33ª ano, p. 24.

29) 1875 - Gabinete Popular de Leitura - Loja Maçônica Atalaia do Norte
- Diamantina-MG

Ainda em atividade, a Loja Maçônica Atalaia do Norte foi fundada na cidade de Diamantina/MG, em 24 de dezembro de 1873 (*boletim maçônico de 1896*¹³⁶ - figura 92). Não foi possível colher maiores informações a respeito do gabinete popular de leitura fundado pela Loja. As dificuldades de comunicação com a Loja, o curto período de tempo destinado a pesquisa de mestrado e a falta de recursos financeiros universitários contribuíram significativamente para o insucesso na arrecadação de documentos. No entanto, foi possível encontrar a menção da existência do gabinete de leitura, supostamente uma aula noturna disfarçada para evitar perseguições religiosas na época.

¹³⁶ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 362.

Figura 92 – fundação da Loja Atalaia do Norte

U 277. * «Atalaia do Norte», rit. . . esc. . . —Diamantina, (Mi-
nas)—24 de Dezembro de 1873.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano,
agosto de 1896, p. 362.

O mesmo *boletim maçônico*¹³⁷ de 1896 (figura 93) traz na página 361 a existência da Loja Atalaya do Norte fundada em 3 de dezembro de 1873, que passou a se chamar União Diamantinense situada na cidade de Jequitinhonha/MG.

Figura 93 – recorte do Boletim Maçônico de 1896

(Minas)—11 de Novembro
267. «Atalaya do Norte» que passou a «União Diamanti-
nense», rit. . . esc. . . —Jequitinhonha, (Minas)
—3 de Dezembro de 1873.
s. Victoria do Palmar,

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano,
agosto de 1896, p. 361.

O *boletim maçônico*¹³⁸ de 1875 (figura 94) fala da nomeação de uma comissão para agenciar donativos a fim de criar em Diamantina um gabinete popular de leitura. A Loja pertencia, à época, ao Grande Oriente do Vale dos Beneditinos, passando ao término da cisão para o Grande Oriente do Brasil (Lavradio).

Figura 94 – recorte do Boletim Maçônico de 1875

— Segundo notícia o *Monitor do Norte*, a loja *Atalaia do Norte*, ao oriente da Diamantina, tratava de criar um gabinete popular de leitura, tendo já para este efeito nomeado uma comissão, a qual se ocupava em agenciar donativos.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 09 a 12, 4º ano, setembro a dezembro de 1875, p. 1009.

30) 1875 - Aulas Noturnas - Loja Maçônica Progresso da Humanidade -
Porto Alegre – RS

¹³⁷ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 361.

¹³⁸ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 09 a 12, 4º ano, setembro a dezembro de 1875, p. 1009.

A Loja Maçônica Progresso da Humanidade nº 39, há 162 anos em atividade na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, filiada ao Grande Oriente do Brasil desde 27 de maio de 1855 (*boletim maçônico*¹³⁹ de 1896 – figura 95), é uma das fundadoras do *GORGS*¹⁴⁰ em 1893 (COLUSSI, 1998, p. 224-225).

Figura 95 – fundação da Loja Progresso e Humanidade

108. «Progresso da Humanidade», rit. . . esc. . .—Porto-Alegre, (Rio Grande do Sul) 27 de Maio de 1855.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 352.

A Loja em 1875 (figura 96) resolveu aderir ao movimento educacional criando *aulas nocturnas* de caligrafia, leitura, aritmética, gramática, geografia e desenho, para adultos. As aulas, a cargo do professor, senhor Hilário Ribeiro, foram iniciadas com apenas 8 alunos matriculados.

Figura 96 – recorte do Boletim Maçônico de 1875

A loja maçônica *Progresso da Humanidade* vae crear aulas nocturnas para o ensino de calligraphia, leitura, arithmetica, grammatica nacional, geographia e desenho linear, a adultos.

Annuncia hoje, por nossas columnas, achar-se aberta a matricula, e estamos informados de que, apenas inscriptos oito alumnos, serão abertas as aulas.

A cargo dellas está o distincto professor Sr. Hilario Ribeiro, o que é uma garantia para o ensino e para os resultados que deseja a loja colher, facilitando o ensino a moços pobres e áquelles que seus labores diarios não permittam senão estudar á noite.

E' digno de todo o louvor esse passo dado pela loja maçônica *Progresso da Humanidade*, a quem de todo o coração apresentamos as nossas felicitações.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 09 a 12, 4º ano, setembro a dezembro de 1875, p. 1010.

31) 1875 - Aula Noturna - Loja Maçônica Discrção - Rio de Janeiro - RJ

Até essa data, em tese, o Rio de Janeiro possuía em funcionamento apenas três escolas maçônicas. Aderindo ao movimento educacional apregoado pela Ordem, a Loja Discrção, oficialmente fundada em 20 de junho de 1865 (*boletim maçônico*¹⁴¹ de

¹³⁹ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 352.

¹⁴⁰ Grande Oriente do Rio Grande do Sul.

¹⁴¹ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 356.

1896 – figura 97), inicialmente filiada ao Grande Oriente dos Beneditinos, criou uma aula noturna em 1875.

Figura 97 – fundação da Loja Discrição

U 167. «Discrição», Ad.°.—Pod.°. cent.°.—20 de Junho de 1865.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 356.

A aula noturna era dividida em três classes: a 1ª classe era destinada aos filhos dos membros da Loja, a 2ª classe destinada aos órfãos também de membros da Loja e a 3ª classe aos filhos de maçons em geral. Essa última classe, todavia, possuía apenas quatro vagas. O teor do texto do *boletim maçônico*¹⁴² (figura 98) demonstra que essas aulas eram destinadas somente ao sexo masculino. Não foi possível verificar até quando existiu essa Loja, sabendo-se, porém, que atualmente não se encontra em atividade.

Figura 98 – recorte do Boletim Maçônico de 1875

AUG.°. LOJ.°. DISCRIÇÃO.

Tendo esta Aug.°. Off.°. resolvido sustentar um certo numero de meninos, prodigalizando-lhes a necessaria educação; resolveu nessa occasião dividir em tres classes os seus beneficiados sendo a 1.ª destinada aos filhos dos MMembr.°. do seu Quad.°. ; a 2.ª aos filhos orphãos de MMAç.°. e a 3.ª finalmente aos filhos de MMAç.°. em geral. Acontecendo porém que d'esse numero existão para serem preenchidas quatro vagas, o Ill.°. Ir.°. Ven.°. da citada Off.°. oferece esses lugares aos meninos que delles quizerem usufruir, visto como trata-se a par do beneficio prodigalizado, de garantir o seu futuro dando-lhe o maior dos bens, a instrucção.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 09, 4º ano, setembro de 1875, p. 691.

32) 1875 - Escola Noturna Isis - Loja Maçônica Isis - Nova Friburgo – RJ

¹⁴² Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 09, 4º ano, setembro de 1875, p. 691.

A Loja Maçônica Isis, da cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro foi oficialmente fundada em 27 de janeiro de 1875 (*boletim maçônico*¹⁴³ de 1896 – figura 99), inicialmente filiada ao Grande Oriente dos Beneditinos, criou uma *Eschola Nocturna* poucos meses após sua fundação.

Figura 99 – fundação da Loja Isis

BU 321. * «Isis», rit. . . esc. . . —Nova Friburgo, (Rio de Janeiro)
—27 de Janeiro de 1875.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 364.

Apesar de recentemente criada, a Loja Isis fundou no dia 7 de setembro de 1875, a escola noturna para adultos. O *boletim maçônico*¹⁴⁴ de números 9 a 12 (figura 100) nas páginas 986 a 999, relata a festiva solenidade de fundação da escola. Com o título *Progresso da Instrução Popular*, o texto inicia com a afirmativa que, um dos principais deveres da Maçonaria é derramar a instrução pelo povo. A festiva solenidade teve início as 7 horas da noite do dia 7 de setembro com a presença de representantes das Lojas Maçônicas da região serrana do Rio, de autoridades civis e militares do local e membros do Grande Oriente dos Beneditinos.

Figura 100 – recorte do Boletim Maçônico de 1875

camente quem, por qualquer modo, concorre para
Cabe agora essa gloria á mui respeitavel loja Isis, ao oriente de Nova-Friburgo, que fundou uma aula nocturna gratuita para adultos, levantando para esse fim os fundos necessarios por meio de acções entre os seus obreiros, e de beneficios nos theatros, obtendo tambem do governo provincial a concessão de uma casa para ahi estabelecer a *Eschola nocturna Isis*.
No dia 7 de Setembro de 1875, data já memoravel para o Brazil, foi que se inaugurou solememente a eschola, recebendo desde logo 40 alumnos.
Assistiram a essa esplendida festa intellectual a camara, outras autoridades, os irmãos do quadro e muitas senhoras.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 09 a 12, 4º ano, setembro a dezembro de 1875, p. 999.

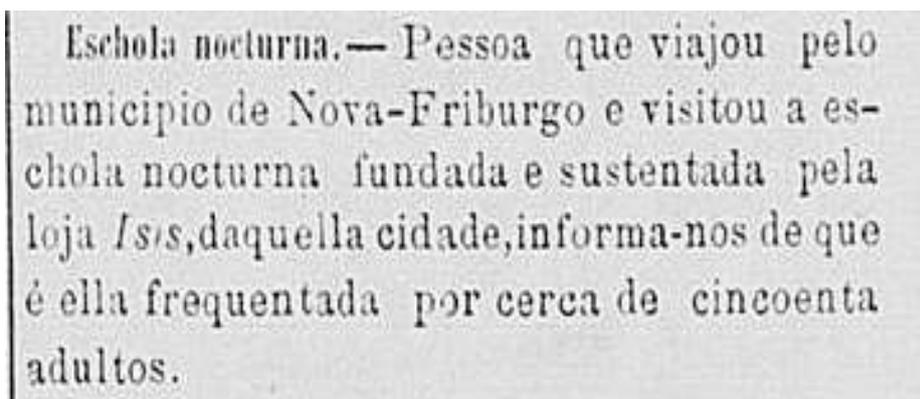
¹⁴³ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 364.

¹⁴⁴ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 09 a 12, 4º ano, setembro a dezembro de 1875, p. 999.

O boletim traz diversos discursos e detalhes da organização do evento, como por exemplo, a participação da banda de música *Campesina*. A página 999 do boletim informa que a escola iniciou suas atividades com 40 alunos matriculados.

O periódico *A Família Maçônica*¹⁴⁵ (figura 101), trouxe a notícia da existência da escola e do número aproximado de alunos em outubro do ano de 1875.

Figura 101 – recorte do periódico A Família Maçônica

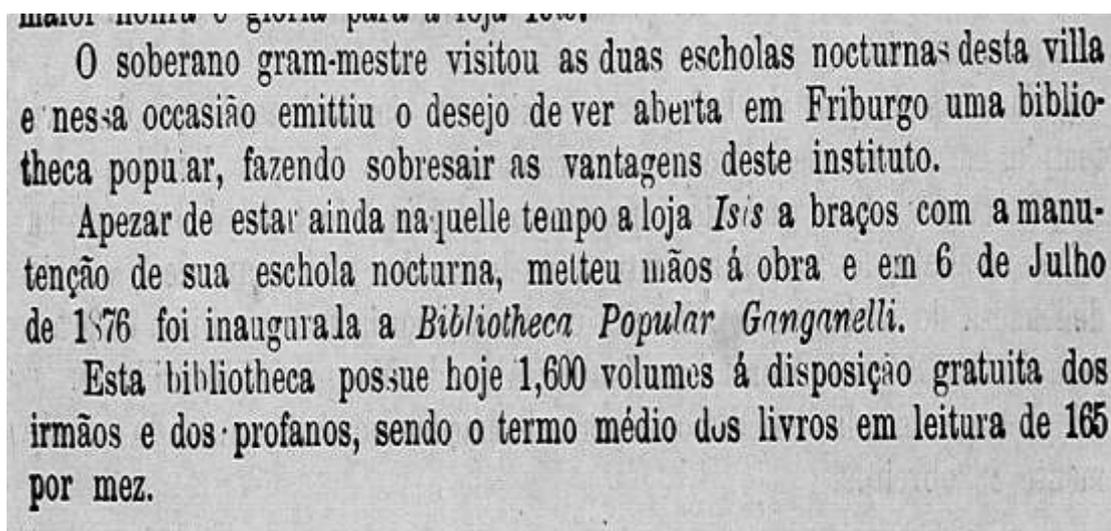


Eschola nocturna.— Pessoa que viajou pelo municipio de Nova-Friburgo e visitou a eschola nocturna fundada e sustentada pela loja Isis, daquella cidade, informa-nos de que é ella frequentada por cerca de cincoenta adultos.

A Família Maçônica, ano IV, edição nº 47, de 03 de outubro de 1875, p. 1.

A Loja Isis atendendo ao desejo de Saldanha Marinho, inaugurou uma biblioteca popular denominada *Bibliotheca Popular Ganganelli*, em 06 de julho de 1876. Foram encontrados relatos que comprovem a existência dessa biblioteca no *boletim maçônico*¹⁴⁶ do Grande Oriente dos Beneditinos de 1877 (figura 102).

Figura 102 – recorte do Boletim Maçônico de 1877



O soberano gram-mestre visitou as duas escholas nocturnas desta villa e nessa occasião emittiu o desejo de ver aberta em Friburgo uma bibliotheca popular, fazendo sobresair as vantagens deste instituto.

Apezar de estar ainda naquelle tempo a loja Isis a braços com a manutenção de sua eschola nocturna, metteu mãos á obra e em 6 de Julho de 1876 foi inaugurada a *Bibliotheca Popular Ganganelli*.

Esta bibliotheca possui hoje 1,600 volumes á disposição gratuita dos irmãos e dos profanos, sendo o termo médio dos livros em leitura de 165 por mez.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 6º ano, janeiro a dezembro de 1877, p. 473.

¹⁴⁵ A Família Maçônica, ano IV, edição nº 47, de 03 de outubro de 1875, p. 1.

¹⁴⁶ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 6º ano, janeiro a dezembro de 1877, p. 473.

O Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ), também conhecido por *Almanak Laemmert*¹⁴⁷ (figura 103), por ter sido fundado por Eduardo Von Laemmert, trouxe também na página 1012 da edição de nº 42 para o ano de 1885, a comprovação da existência da biblioteca fundada pela Loja Isis em 1876.

Figura 103 – recorte do periódico Almanak Laemmert

Bibliotheca Popular Ganganelli
Fundada em 6 de Julho de 1876, é mantida pela loja maçônica « Isis ». Do seu catalogo consta a existencia de mais de 2,000 volumes de obras diversas.

Almanak, Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ) do Império do Brasil para o ano de 1885, 42ª ano, p. 1012.

A escola da Loja Isis não durou muito tempo. O *boletim maçônico*¹⁴⁸ de 1877 relata que, uma forte seca havia atingido aquela região, ocasionando dificuldades financeiras a população local e conseqüentemente aos membros da Loja. Diante dessas circunstâncias os membros da Loja acharam por bem encerrar as atividades da escola. Além da seca, outro motivo havia surgido, a Loja Maçônica Indústria e Caridade, a mais antiga do lugar, instalada desde 1840, filiada ao Grande Oriente do Lavradio, havia inaugurado uma escola na localidade em 1876, o que de certa forma contribuiu para o fechamento da escola da Loja Isis (figura 104).

¹⁴⁷ Almanak, Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ) do Império do Brasil para o ano de 1885, 42ª ano, p. 1012.

¹⁴⁸ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 6º ano, janeiro a dezembro de 1877, p. 474.

Figura 104 – recorte do Boletim Maçônico de 1877

naes.
 Fechamos as aulas da *Eschola Nocturna Isis*, inaugurada em 7 de Setembro de 1875, porque a augusta loja *Industria e Caridade*, deste oriente, abriu tambem a sua casa ao povo para ali buscar a instrucção primaria. Calculando a frequencia das nossas aulas e o numero limitado dos alumnos existentes nesta villa, julgámos que era sufficiente uma só eschola nocturna para a povoação de Nova Friburgo e que por conseguinte o nosso fim de benefical-a, relativamente á instrucção, foi plenamente alcançado.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 6º ano, janeiro a dezembro de 1877, p. 474.

Em 1926, as Lojas Isis e Indústria e Caridade uniram-se mantendo-se o nome da mais antiga. Atualmente a Loja Indústria e Caridade filiada ao Grande Oriente do Brasil se encontra em plena atividade na cidade de Nova Friburgo (BOTELHO, 2015).

33) 1876 - Sociedade Propagadora da Educação Popular - Loja Maçônica Estrela do Oriente III - São Leopoldo - RS

O *boletim maçônico*¹⁴⁹ de 1896 traz a data de fundação da Loja Maçônica Estrela do Oriente III da cidade de São Leopoldo no Rio Grande do Sul, como sendo em 12 de junho de 1876 (figura 105), filiada ao Grande Oriente do Lavradio.

Figura 105 – fundação da Loja Estrela do Oriente III

355. «Estrella do Oriente 3ª», rit. . . esc. . . — S. Leopoldo, (Rio Grande do Sul) reg. — 12 de Junho de 1876.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 366.

Embora fundada oficialmente em 1876, Colussi (1998) traz uma planilha contendo o ano de fundação das Lojas no Rio Grande do Sul e sua quantidade de

¹⁴⁹ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 366.

membros. Consta que, em 1873 a Loja Estrela do Oriente III, possuía em seus quadros 50 membros (COLUSSI, 1998, p. 489).

A informação da escola criada pela Loja também é trazida por Colussi (1998). “Entre as primeiras iniciativas maçônicas na criação de escolas, está a que se efetivou na cidade de São Leopoldo, e não por acaso exatamente na cidade considerada o centro pioneiro na atuação dos padres da Companhia de Jesus” (COLUSSI, 1998, p. 416). Em 13 de dezembro de 1876 a Loja Estrela do Oriente III, apresentou uma proposta para a fundação de uma instituição de ensino destinada manter cursos primários e secundários a ambos os sexos em São Leopoldo.

Foi uma articulação maçônica para se opor as escolas jesuíticas na região, oferecendo, especialmente aos filhos de maçons, uma alternativa educacional e também estendendo aos setores populares da cidade. Surgia então, a “Sociedade Propagadora da Educação Popular”, mantida pela Loja Estrela do Oriente III, cuja clientela preferencial eram os pobres a quem, de acordo com as normas estatutárias da instituição de ensino, forneciam gratuitamente livros e demais materiais escolares (COLUSSI, 1998, p. 416).

A escola fechou suas portas no momento em que, segundo Colussi (1998), “as iniciativas maçônicas de criação de escolas próprias obtiveram seus melhores resultados”. Os principais motivos do fechamento da escola foram: O término da construção da estrada de ferro Porto Alegre - São Leopoldo, culminando com a transferências de seus engenheiros para outras cidades (a maioria deles eram maçons e professores da escola); a mudança de residência de alguns professores e o falecimento de outros; por fim, a dificuldade em se conseguir novos professores para a escola (COLUSSI, 1998, p. 416).

A Loja, conforme afirma Colussi (1998), teve grande importância na ajuda aos desabrigados da enchente de 1878.

Da mesma forma, em São Leopoldo, outro fenômeno natural mobilizou a maçonaria local: a grande enchente de maio de 1878. Nessa ocasião, os maçons da loja Estrela do Oriente III foram responsáveis pelo socorro prestado para um grande número de flagelados por meio de doações de roupas, alimentos e dinheiro (COLUSSI, 1998, p. 397).

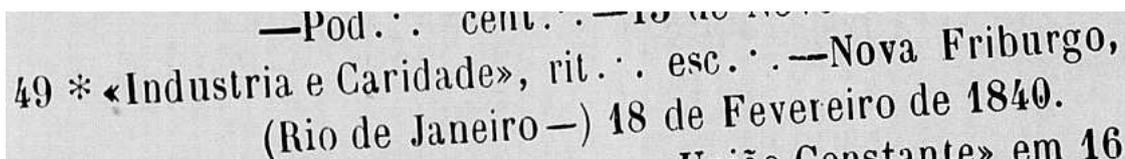
A escola, de acordo com Colussi (1998), com apenas quatro professores, ainda existia em 1883, com aproximadamente 18 alunos internos e 95 externos. Acredita-se,

portanto, que tenha em cerrado duas atividades pouco tempo depois dessa data, entretanto, não há informações sobre a data exata do fechamento da escola (COLUSSI, 1998, p. 416). Já a Loja Maçônica Estrela do Oriente III, de São Leopoldo, deixou de existir em dezembro de 1890 (COLUSSI, 1998, p. 231).

34) 1876 - Curso Noturno - Loja Maçônica Indústria e Caridade - Nova Friburgo - RJ

A Loja Indústria e Caridade de Nova Friburgo, então província do Rio de Janeiro, foi, segundo *site da instituição*¹⁵⁰, fundada em 02 de janeiro de 1839. Todavia, consta em *boletim maçônico*¹⁵¹ como data oficial de fundação o dia 18 de fevereiro de 1840 (figura 106). A Loja é uma das 15 mais antigas no país dentre as que permanecem em atividade.

Figura 106 – fundação da Loja Indústria e Caridade



Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 349.

Como assinalado por Botelho (2015) ao falar da escola da Loja Isis, a cidade de Nova Friburgo teve duas Lojas maçônicas: Loja Maçônica Indústria e Caridade, fundada em 1839 e a Loja Maçônica Isis, fundada em 1876. Essas duas Lojas se unificaram em 1926 (BOTELHO, 2015).

O *boletim maçônico*¹⁵² de abril de 1876 traz a notícia de que, no dia 08 do corrente mês e ano, a Loja Indústria e Caridade havia criado uma aula noturna de desenho com 26 alunos já matriculados (figura 107).

¹⁵⁰ AUG. RESPEITÁVEL LOJA MAÇÔNICA INDÚSTRIA E CARIDADE Nº 49. Disponível em: <<http://www.industriaecaridade49.com.br/index.php/historia>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2018.

¹⁵¹ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 349.

¹⁵² Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 04, 5º ano, abril de 1876, p. 143.

Figura 107 – recorte do Boletim Maçônico de 1876

CURSO NOCTURNO. — A Loj.: Cap.: Industria e Caridade.
 ao Val.: de Nova Friburgo, instituiu, no dia 8 do corrente,
 uma aula nocturna de desenho, n'aquella mesma localidade.
 Achavão-se presentes os vereadores da Camara Municipal,
 os professores publicos da cidade, o Director do Lycêu Conde
 d'Eu, o Dr. Promotor Publico da Comarca, o Subdelegado do
 Districto e 26 alumnos já matriculados no mencionado curso.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 04, 5º ano, abril de 1876, p. 143.

O *Almanak Laemmert*¹⁵³ em 1879 (figura 108) ratificou a existência da escola noturna da Loja Indústria e Caridade.

Figura 108 – recorte do periódico Almanak Laemmert

*Escola Nocturna da Sociedade Maçônica
 Industria e Caridade (ao Lavradio). — Sob
 a direcção de uma commissão de socios.*

Almanak, Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ) do Império do Brasil para o ano de 1879, 36ª ano, p. 220.

Com o título “Em prol da educação – a primeira escola”, o *site da Loja Indústria e Caridade*¹⁵⁴ informa que, durante muitos anos manteve alunos carentes no Liceu Conde D’Eu, instituição de ensino privado em Nova Friburgo. Todavia, no dia 3 de fevereiro de 1876 foi aprovada a proposta do maçom João José Zamith de criar uma escola noturna profissionalizante (escola de belas artes). Com o título *Em prol da educação – o sucesso da escola na Indústria e Caridade*, o site da Loja fala de uma notícia veiculada no *Jornal O Templo*, edição de nº 07, de 26 de março de 1934, onde dizia que a escola da Loja Indústria e Caridade ainda funciona em um dos salões do prédio da Rua Sete de Setembro. Que as aulas são dirigidas pelo secretário da Loja, o

¹⁵³ Almanak, Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ) do Império do Brasil para o ano de 1879, 36ª ano, p. 220.

¹⁵⁴ AUG. RESPEITÁVEL LOJA MAÇÔNICA INDÚSTRIA E CARIDADE Nº 49. Em prol da educação – a primeira escola. Disponível em: <<http://www.industriaecaridade49.com.br/index.php/historia>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2018.

¹⁵⁴ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 349.

maçom Júlio Martins Coelho, com o total de 23 alunos matriculados de ambos os sexos. O site da instituição não traz a informação do fim da existência da escola, contudo, o fato de ter sido criada em 1876 e perdurar até a primeira metade do século XX é extremamente significativo.

35) 1876 - Escola do Povo - Loja Maçônica Cosmopolita II – Itapetininga - SP

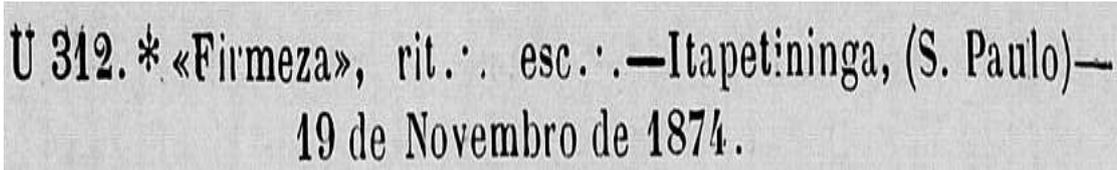
A Loja Maçônica Cosmopolita II da cidade de Itapetininga foi fundada em 19 de dezembro de 1852 com o nome de Firmeza. Filiada em seu início ao Grande Oriente do Lavradio acabou migrando para o Grande Oriente da Rua do Passeio em fevereiro de 1859 (cisão maçônica da época). Em 1860 chegou a ter em seus quadros 131 maçons, contudo, por problemas decorrentes dessa cisão maçônica passou por um período fechada, retomando suas atividades em 28 de janeiro de 1872. A Loja Firmeza após dois anos de retorno resolveu filiar-se em 10 de junho de 1874 ao Grande Oriente dos Beneditinos (cisão maçônica organizada por Saldanha Marinho). Em junho de 1876, após divergências internas a Loja passou a chamar-se Cosmopolita II. Poucos dias depois, a Loja novamente fechou as portas, retomando suas atividades em 18 de agosto de 1894, com o nome inicial de sua fundação em 1852. Essas informações constam no boletim filatélico do *Clube Filatélico Brusquense*¹⁵⁵ e também na Dissertação de Mestrado de Luaê Carregari Carneiro Ribeiro (2011) da Universidade de São Paulo.

Nove maçons paulistas receberam autorização para instalarem uma Loja, em Itapetininga. Ribeiro (2011), também reitera que, a Loja Firmeza foi fundada em 19 de dezembro de 1852. Entretanto, segundo Ribeiro (2011), a mudança do nome da Loja para Cosmopolita II ocorreu em 10 de setembro de 1876 assim que os membros da Loja se filiaram ao Grande Oriente dos Beneditinos. A data da segunda paralização dos trabalhos da Loja, conforme dito por Ribeiro (2011), foi em 17 de maio de 1877. A Loja, porém, continua em atividade ininterrupta até a atualidade, desde 18 de agosto de 1894 (RIBEIRO, 2011, p. 131).

¹⁵⁵ Boletim Filatélico. Publicação do Clube Filatélico Brusquense. Ano 2, nº 10, janeiro-fevereiro de 2017. Disponível em: http://www.mscnewyork.net/uploads/9/4/5/1/945132/10_-_edi%C3%87%C3%83o_jan_-_fev_2017.pdf. Acesso em: 15 de janeiro de 2018.

O *boletim maçônico*¹⁵⁶ de 1896 (figura 109) não menciona a existência da Loja Cosmopolita II, contudo, traz a informação de que, a Loja Firmeza da cidade de Itapetininga foi oficialmente fundada em 19 de novembro de 1874. Infere-se que essa data foi assim considerada ao fim da cisão entre os Orientes dos Beneditinos e do Lavradio quando da unificação de ambos.

Figura 109 – fundação da Loja Firmeza

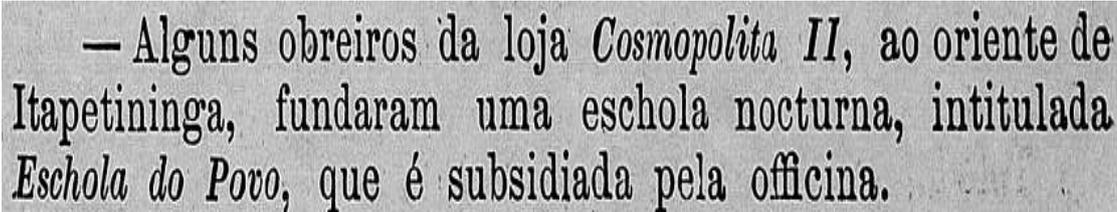


U 312. * «Firmeza», rit. . . esc. . . —Itapetininga, (S. Paulo)—
19 de Novembro de 1874.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 364.

Ribeiro (2001) destaca que, em Itapetininga a Loja Firmeza criou uma sociedade com o nome de Sociedade Propagadora da Instrução. Essa sociedade tinha por objetivo criar escolas primárias e secundárias, assim como adquirir livros para a biblioteca que já possuía. A escola noturna aberta pela Loja contava já nos primeiros meses com 48 alunos (RIBEIRO, 2011, p. 57). O *boletim maçônico*¹⁵⁷ do Grande Oriente dos Beneditinos (figura 110), quando a Loja era denominada Cosmopolita II, traz a informação da fundação da *Eschola do Povo* pela Loja.

Figura 110 – recorte do Boletim Maçônico de 1877



— Alguns obreiros da loja *Cosmopolita II*, ao oriente de Itapetininga, fundaram uma eschola nocturna, intitulada *Eschola do Povo*, que é subsidiada pela officina.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 6º ano, janeiro a dezembro de 1877, p. 485-486.

A escola fundada em 15 de março de 1876, além de contar com os recursos da Loja Cosmopolita II, recebia também donativos dos moradores da cidade (figura 111).

¹⁵⁶ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 364.

¹⁵⁷ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 6º ano, janeiro a dezembro de 1877, p. 485-486.

Figura 111 – recorte do Boletim Maçônico de 1877

Fundada em 15 de Março de 1876, concorreu o povo com donativos para a realização desse melhoramento na localidade, e mais tarde a loja *Cosmopolita II* consignou uma quantia mensal para a manutenção da dita escola.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 6º ano, janeiro a dezembro de 1877, p. 485-486.

36) 1876 - Escola Noturna - Loja Maçônica Ganganelli II – Brotas - SP

A Loja Maçônica Ganganelli II da cidade de Brotas em São Paulo foi oficialmente fundada em 12 de outubro de 1874 (figura 112), conforme informações trazidas por Ribeiro (2011) e contidas também em *boletim maçônico*¹⁵⁸ (RIBEIRO, 2011, p. 133).

Figura 112 – fundação da Loja Ganganelli II

U 304. * «Ganganelli 2ª», rit. . . esc. . . —Brotas, (S. Paulo)—12 de Outubro de 1874.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 363.

Em 27 de janeiro de 1876, de acordo com *boletim maçônico*¹⁵⁹, foi apresentada em sessão na Loja Ganganelli II uma proposta de criação de uma escola noturna na cidade, todavia, os membros presentes entenderam que deveriam adiar essa iniciativa (figura 113). Em 18 de fevereiro do mesmo ano, os maçons Inocêncio Pinheiro de Oliveira Vasconcelos, José da Costa Florim, Antônio Marques Costa e o Dr. Carlos Walder, aceitam custear o funcionamento da escola por um ano, o que foi aceito pela Loja.

¹⁵⁸ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 363.

¹⁵⁹ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 6º ano, janeiro a dezembro de 1877, p. 475-476.

Figura 113 – recorte do Boletim Maçônico de 1877

— Em sessão de 27 de Janeiro de 1876, foi apresentada na loja *Ganganelli II* uma proposta para a criação de uma escola nocturna, deliberando então a officina adiar a realisação desse melhoramento para epocha mais prospera.

Pouco depois, em sessão de 18 de Fevereiro do mesmo anno, os irmãos Innocencio Pinheiro de Oliveira Vasconcellos, José da Costa Florim, Antonio Marques Costa e Dr. Carlos Waller, offereceram-se para sustentar por um anno a escola nocturna. Aceita a oferta, foi nomeada uma comissão para formular o regulamento da referida escola.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 6º ano, janeiro a dezembro de 1877, p. 475-476.

Consta ainda no decorrer do boletim que, em 3 de março de 1876, criada uma comissão presidida por Inocêncio Pinheiro de Oliveira Vasconcelos para mobiliar a escola e prepara-la para inauguração. Na mesma sessão foi aprovado o regulamento da escola. A *Eschola Nocturna* da Loja Ganganelli II foi inaugurada na data de 15 de maio de 1876, tendo como primeiro professor o maçom Inocêncio de Vasconcelos (figura 114). No final do texto o boletim traz a informação que havia em dezembro de 1876 um total de 54 alunos matriculados.

Figura 114 – recorte do Boletim Maçônico de 1877

Achando se tudo prompto, resolveu a officina que fosse inaugurada a escola em 15 de Maio, nomeando para esse effeito uma comissão.

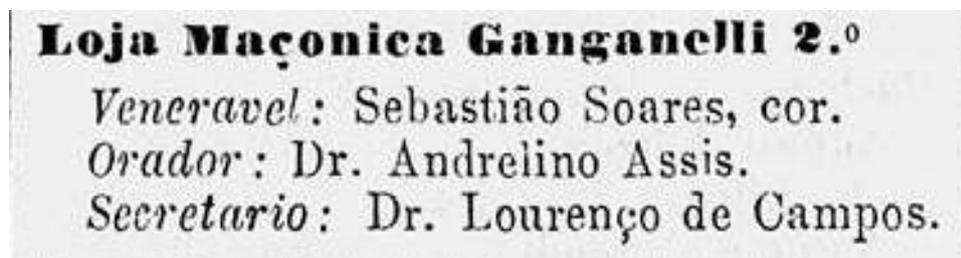
— A loja *Ganganelli II* conferiu, em sessão de 3 de Agosto, o titulo de benemerito ao seu veneravel Innocencio de Vasconcellos, em testemunho de gratidão pelos revelantissimos serviços prestados á escola nocturna na qualidade de professor gratuito, alem de concorrer para as despesas da mesma escola.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 6º ano, janeiro a dezembro de 1877, p. 475-476.

Atualmente a Loja Maçônica Ganganelli II não mais existe. Também não foi possível obter informações da duração da escola. Apesar dos poucos documentos e

informações, foi possível encontrar notícia da existência da Loja no ano de 1910 no *Almanak Laemmert*¹⁶⁰ de 1910 (figura 115).

Figura 115 – recorte do periódico Almanak Laemmert



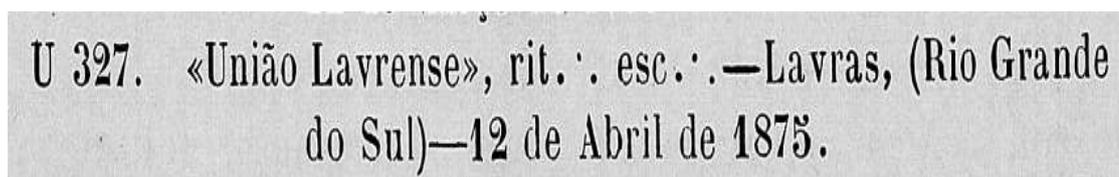
Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891-1940, edição para o ano de 1910, 67ª ano, p. 82.

37) 1876 – Aula de Primeiras Letras - Loja Maçônica União Lavrense - Lavras do Sul - RS

Lavras do Sul, no Rio Grande do Sul, teve sua primeira Loja Maçônica por volta de 1856 chamada Loja São João das Lavras (COLUSSI, 1998, p. 193). Após o fracasso dessa primeira iniciativa maçônica, foi criada em 1875 a Loja União Lavrense filiada ao Grande Oriente dos Beneditinos, todavia, essa Loja encerrou suas atividades entre 1882 e 1884 (COLUSSI, 1998, p. 206-209).

O *boletim maçônico*¹⁶¹ de 1896 (figura 116) informa a data oficial de fundação da extinta Loja União Lavrense como sendo em 12 de abril de 1875.

Figura 116 – fundação da Loja União Lavrense



Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 363.

A Loja União Lavrense fundou em 1876 uma aula de primeiras letras para crianças de ambos os sexos. O *boletim maçônico*¹⁶² do Grande Oriente dos Beneditinos traz também a informação que essa aula era destinada as crianças de famílias pobres, e

¹⁶⁰ Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891-1940, edição para o ano de 1910, 67ª ano, p. 82.

¹⁶¹ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 363.

¹⁶² Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 01 a 4, 5º ano, janeiro a abril de 1876, p. 376.

que a Loja fornecia a elas vestuários e materiais escolares (figura 117). Apesar de pouca informação sobre a Loja e a escola é crível afirmar que ambas tenham encerrado suas atividades entre 1882 e 1884 (COLUSSI, 1998, p. 209).

Figura 117 – recorte do Boletim Maçônico de 1876

— Por ocasião de ser regularizada a nova loja *União Lavrense*, o respectivo veneravel concedeu liberdade a um escravo de 12 annos, obrigando-se a educal-o.

Esta loja já creou uma aula de primeiras letras para creanças de um e outro sexo, pertencentes a familias pobres, fornecendo-lhes tambem vestuario, calçado e os objectos necessarios para o ensino.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 01 a 4, 5º ano, janeiro a abril de 1876, p. 376.

38) 1876 - Aula Noturna - Loja Maçônica Amor ao Trabalho – Andradas - MG

Antes de falar da aula noturna e da Loja Amor ao Trabalho é preciso esclarecer algumas questões envolvendo a cidade de Andradas/MG. A atual cidade de Andradas surgiu no início do século XIX, com o nome de *Freguesia de São Sebastião do Jaguary*, distrito da Vila de Caldas/MG. No ano de 1874 seus moradores organizaram um Abaixo Assinado endereçado a Câmara de Mogi Mirim/SP, pedindo para fazerem parte da província de São Paulo (ROVARON, 2009, p. 51).

Os moradores não obtiveram sucesso nessa empreitada, porém, o governo imperial elevou a Freguesia à condição de Vila em 1º de setembro de 1888, passando a ter o nome de Vila de Caracol, emancipando-se, portanto, da Vila de Caldas (ROVARON, 2009, p. 149). Posteriormente a Vila Caracol foi elevada à condição de cidade, passando a se chamar de Andradas (ROVARON, 2009, p. 86). Contudo, a divisão definitiva da região de Poços de Caldas/MG, com a nomenclatura atual das cidades ocorreu somente após o advento do Estado Novo, em 1937 (ROVARON, 2009, p. 155).

Em relação a Maçonaria local, o maçom Frederico Armando Teixeira Braga (2015), da cidade de Andradas/MG, em seu livro intitulado *Uma Estrela de Amor, União e Caridade. A História da Maçonaria em Andradas (1874-2014)*, disse que a primeira Loja da cidade de Andradas se chamava *Amor ao Trabalho*, fundada em

1874. Segundo Braga (2015), a Loja Amor ao Trabalho foi fundada na cidade do Rio de Janeiro, em 17 de junho de 1870. Braga (2015) revela que os maçons Antônio de Magalhães de Menezes e Manoel Antônio Teixeira da Nobrega, ambos pertencentes a Loja Amor ao Trabalho do Rio de Janeiro, ajudaram a fundar em São Sebastião do Jaguary (Andradas) a Loja Maçônica Amor ao Trabalho em 16 de maio de 1874. Uma espécie de homenagem à Loja da capital. Enquanto a Loja carioca mantém suas atividades até os dias atuais, a Loja de São Sebastião do Jaguary (Andradas) fechou suas portas entre 1884 e 1885. Portanto, no período entre 1874 a 1884/1885, havia duas Lojas com o título distintivo de Amor ao Trabalho; uma no Rio de Janeiro e outra em São Andradas/MG (BRAGA, 2015, p. 33). Atualmente há em Andradas/MG a Loja Estrela da Caridade II, que se intitula herdeira da Loja Amor ao Trabalho fundada no final do século XIX.

Em relação a aula noturna, a pesquisadora Candiá (2013) informa que, na cidade de Jaguary/MG, foi criada pela Loja Amor ao Trabalho, uma aula noturna para adultos e meninos, apontando como documento o *boletim maçônico*¹⁶³ do Grande Oriente do Lavradio número 6 de 1876, página 234 (figura 118); ocorre que, esse documento traz a informação da aula noturna no Vale de São Sebastião do Jaguary na Província do Rio de Janeiro e não em Minas Gerais (CANDIÁ, 2013, p. 158). Um pequeno equívoco da época ao confeccionar o documento devido a existência dessas duas Lojas com o mesmo título distintivo.

Figura 118 – recorte do Boletim Maçônico de 1876

Província do Rio de Janeiro. — A Aug.º. Loj.º. Amor ao Trabalho, ao Val.º. de S. Sebastião do Jaguary, por ocasião de dar posse á sua nova administração, para o anno de 1876, installou uma aula nocturna para os pobres, sendo matriculados na inauguração 10 meninos e 4 homens.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 5º ano, junho de 1876, p. 234.

O *boletim maçônico*¹⁶⁴ de 1896 (figura 119), traz a notícia da fundação da Loja Amor ao Trabalho em 1º de setembro de 1870 no Rio de Janeiro (poder central). Dessa

¹⁶³ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 5º ano, junho de 1876, p. 234.

¹⁶⁴ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 358.

Loja, segundo Braga (2015), teriam saído os dois maçons fundadores da Loja de mesmo nome na Vila de São Sebastião do Jaguaru em Minas Gerais em 1874.

Figura 119 – fundação da Loja Amor ao Trabalho

204. * «Amor ao Trabalho», rit. . . esc. . . —Pod. . . cent. . .
—1 de Setembro de 1870.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 358.

39) 1876 - Aula Noturna - Loja Maçônica Guilherme Dias - Santo Antônio do Machado - MG

A Loja Guilherme Dias da cidade de Machado/MG é uma das Lojas centenárias atuante ininterruptamente desde sua fundação. Não há no site da Loja informações sobre sua data de fundação assim como sua história. O *boletim maçônico*¹⁶⁵ de 1896 data em 15 de junho de 1875 a fundação da Loja Guilherme Dias filiada ao Grande Oriente dos Beneditinos (figura 120).

Figura 120 – fundação da Loja Guilherme Dias

U 331. * «Guilherme Dias», rit. . . esc. . . —S. Antonio do Ma-
chado, (Minas)—15 de Junho de 1875.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 365.

Em relação a aula noturna o *boletim maçônico*¹⁶⁶ do Grande Oriente Unido (Grande Oriente dos Beneditinos), traz a notícia do funcionamento, no ano 1876, de uma aula noturna criada pelo maçom Severo Augusto Pereira, membro da Loja Guilherme Dias (figura 121). É informado no noticiário que a aula é gratuita, destinada a todos os que se matricularem, sem distinções de classes.

¹⁶⁵ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 365.

¹⁶⁶ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 05 a 08, 5º ano, maio a agosto de 1876, p. 778.

Figura 121 – recorte do Boletim Maçônico de 1876

— O irmão Severo Augusto Pereira, membro da loja *Guilherme Dias*, ao oriente de Santo Antonio do Machado, inaugurou uma aula nocturna gratuita para ensinar a ler a todos os que se matricularem, sem distincção de classe. Damos ao nosso irmão os emboras que merece o seu generoso acto.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 05 a 08, 5º ano, maio a agosto de 1876, p. 778.

O periódico *A Família Maçônica*¹⁶⁷ traz a notícia da conclusão do novo templo (prédio da Loja), em 1880, pelos maçons da Loja Guilherme Dias em Santo Antônio do Machado, atual cidade de Machado/MG (figura 122). O periódico, em poucas linhas, também fala que, além das salas disponíveis para os trabalhos maçônicos há mais duas salas: uma destinada a uma biblioteca e outra à escola noturna gratuita.

Figura 122 – recorte do jornal A Família Maçônica

Novo templo maçônico. — Em Santo Antonio do Machado (Minas-Geraes), concluiu-se o templo mandado fazer pelos irmãos da augusta e respeitavel loja capitular Guilherme Dias, ao Oriente Unido do Brazil.

O templo, além das precisas salas para os trabalhos, tem mais duas : uma para bibliotheca e outra para escola nocturna, gratuita.

Mais tarde daremos uma descripção minuciosa desso magestoso edificio.

Jornal A Família Maçônica, ano VII, edição nº. 132, 31 de dezembro de 1880, p. 02.

40) 1876 – Escola Noturna – Loja Maçônica Constância – Sorocaba – SP

A Loja Constância de Sorocaba foi fundada em 1857. No ano de 1877 essa Loja possuía em seus quadros um total de 278 membros (SILVA, 2009, p. 32). A Loja Constância ainda exerce suas atividades em nossos dias, todavia, não há informações precisas sobre sua data exata de fundação. O autor Vanderlei da Silva (2009; 2013), também não conseguiu apurar a data exata de fundação da instituição. Oficialmente, de

¹⁶⁷ Jornal a Família Maçônica, ano VII, edição nº. 132, 31 de dezembro de 1880, p. 02.

acordo com o *boletim maçônico*¹⁶⁸ de 1896 (figura 123), a data de fundação dessa Loja se deu em 1º de setembro de 1875.

Figura 123 – fundação da Loja Constância

336. «Constancia (9)», rit.:. esc.:.—Sorocaba, (S. Paulo)
—1 de Setembro de 1875.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 365.

No campo educacional a Loja Constância abriu uma aula noturna para atender os alunos da escola da Loja Perseverança III que havia fechado suas portas.

Em 27 de novembro de 1876 a Loja Maçônica Constância abriu uma classe de aula noturna, com o objetivo de oferecer o ensino gratuito aos que ficaram sem instrução com o fechamento da escola da Perseverança III. Para criar a classe noturna, a Loja Constância utilizou o espaço físico da sua sede, à Rua Boa Vista, e o professor contratado para ministrar as aulas foi Carlos Alberto Ferreira de Araújo, nela se matricularam-se 7 alunos (SILVA, 2013, p. 83).

A informação dessa aula noturna é trazida pelo *boletim maçônico*¹⁶⁹ de 1877 (figuras 124 e 125), quando informa a inauguração do estabelecimento de ensino em 27 de novembro de 1876.

Figura 124 – recorte do Boletim Maçônico de 1877

9.ª Da comunicação dirigida pela Aug.:. Loj.:. Constancia ao Or.:. de Sorocaba (S. Paulo) de ter inaugurado em 27 de Novembro do anno findo a sua aula nocturna e accusando o recebimento dos DDec.:. ns. 40 e 41 de 13 e 14 de Novembro de 1876 E.:. V.:.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 6º ano, junho de 1877, p. 247.

Na página 260 desse mesmo documento há a informação da fundação da escola noturna onde são ministradas aulas de: leitura, caligrafia, aritmética, história do Brasil, gramática portuguesa, francês e geografia. Na inauguração foram inscritos somente 7

¹⁶⁸ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 365.

¹⁶⁹ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 6º ano, junho de 1877, p. 247; 260.

alunos, contudo rapidamente o número de matriculados chegou a 42 alunos, com uma frequência de 36.

Figura 125 – recorte do Boletim Maçônico de 1877

S. Paulo. (Sorocaba).— Em 27 de Novembro do anno findo inaugurou a Aug.:. Loj.:. Constancia ao Or.:. de Sorocaba a sua aula nocturna a qual regularmente tem funcionado ensinando-se nella, leitura, calligraphia, arithmetica pelo systema decimal, historia patria, grammatica portugueza e franceza e geographia descriptiva.

A inauguração da aula foi um acto bastante saliente e muito concorrido. Estiverão presentes varias familias, tocando durante a cerimonia a banda de musica da Sociedade Euterpe Artistica.

Inscreverão-se logo 7 alumnos e actualmente frequentão-a 36, achando-se matriculados 42.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 6º ano, junho de 1877, p. 260.

O boletim seguinte¹⁷⁰ (figura 126), corrobora as informações contidas no boletim anterior e ainda acrescenta a informação de que as aulas são ministradas gratuitamente pelo maçom Alberto C. Ferreira de Araújo.

Figura 126 – recorte do Boletim Maçônico de 1877

Na sessão de 25 de Setembro de 1876, foi aceita com entusiasmo e approvada a proposta para a criação de uma „aula nocturna“ de ensino primario para os adultos desfavorecidos da fortuna, fornecendo-se-lhes todo o preciso, e franqueada a sala dos passos perdidos para esse mister; offerecendo-se o proponente Ir.:. Alberto C. Ferreira de Araujo para gratuitamente exercer o magisterio. Em 29 de Novembro foi ella installada e inaugurada com 7 alumnos que nessa occasião se matricularão.

Tal é o methodo de ensino, taes são as maneiras que ornão o tão prestimoso e desinteressado Ir.:. Araujo, tal é a robusta intelligencia e modos attractivos, que o numero dos discipulos já matriculados attinge a 43, desenvolvendo-se nelles um grande adiantamento. “

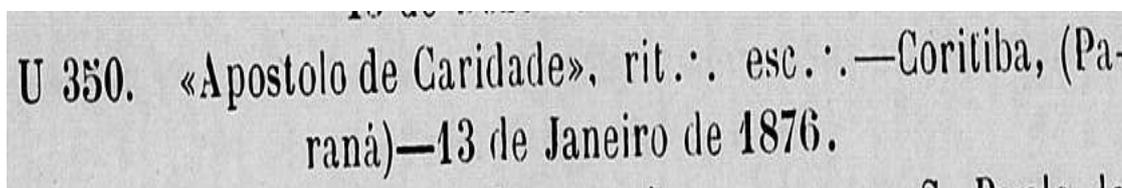
Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 07, 6º ano, julho de 1877, p. 304.

¹⁷⁰ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 07, 6º ano, julho de 1877, p. 304.

41) 1877 - Escola Apóstolo da Caridade - Loja Maçônica Apóstolo da Caridade – Curitiba - PR

A Loja Maçônica Apóstolo da Caridade nº 344, ainda atuante na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, foi fundada no dia 05 de novembro de 1875 (informações do *site da própria Loja*¹⁷¹). Já o *boletim maçônico*¹⁷² de 1896 traz como data oficial de fundação o dia 13 de janeiro de 1876 (figura 127), filiada ao Grande Oriente dos Beneditinos.

Figura 127 – fundação da Loja Apóstolo da Caridade



Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 366.

Consta no site da Loja Apóstolo da Caridade a trajetória de Lutas da instituição contra a escravidão. Contam que, para evitar perseguições do Império, usavam nomes fictícios para comprarem cartas de alforria para libertar escravos. O site da Loja ao contar a história da instituição menciona uma vasta atuação filantrópica, todavia, não menciona a existência de uma escola gratuita em 1877.

O *boletim maçônico*¹⁷³ de 1877 (figura 128) fala da criação de uma *Eschola Gratuita Apóstolo da Caridade* instalada no dia 3 de maio de 1877, nas dependências da Loja. Não foi possível encontrar mais informações sobre a escola, tempo de duração, número de alunos e etc.

¹⁷¹ Loja Maçônica Apóstolo da Caridade nº 344. Nossa História. Disponível em: <<http://www.apostolodacaridade.com.br/10-geral/16-nossa-historia.html>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2018.

¹⁷² Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 366.

¹⁷³ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 01 a 12, 6º ano, janeiro a dezembro de 1877, p. 488.

Figura 128 – recorte do Boletim Maçônico de 1877

—A loja *Apostolo da Caridade*, ao oriente de Curytiba, agenciou em beneficio das victimas da secca a quantia de 1:060\$000, inclusive 30\$000 do tronco de beneficencia da loja *Concordia IV*. Desta quantia, foram enviados directamente pela officina 260\$000 ás victimas da secca na provincia da Parahyba, e o resto, 800\$000, ao Ceará.

—Installou-se no dia 3 de Maio, em uma das salas do templo desta officina a escola gratuita *Apostolo da Caridade*.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 01 a 12, 6º ano, janeiro a dezembro de 1877, p. 488.

42) 1877 - Escola Noturna - Loja Maçônica Atalaia do Sul - Três Pontas-MG

Como já frisado no início do subtítulo, algumas escolas e Lojas desapareceram com o tempo, a ponto de inexistir documentos acerca dessas instituições. Em ambos os casos, há somente a menção da existência da Loja e da escola por meio de notícia trazida por boletim maçônico da época, o então jornal oficial da Maçonaria brasileira.

Consta no *boletim maçônico*¹⁷⁴ de 1896 (figura 129), a fundação da Loja Atalaia do Sul em Três Pontas/MG, como sendo no dia 14 de dezembro de 1876.

Figura 129 – fundação da Loja Atalaia do Sul

U 367. «Atalaia do Sul», rit. esc. — Tres Pontas, (Minas)
—14 de Dezembro de 1876.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 367.

A Loja não existe atualmente. Em relação a instituição de ensino criada, há apenas uma pequena nota de notícia trazida por *boletim maçônico*¹⁷⁵ sobre a existência da *Eschola Nocturna para Adultos* em maio do ano de 1877 (figura 130). Candiá

¹⁷⁴ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 367.

¹⁷⁵ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 01 a 12, 6º ano, janeiro a dezembro de 1877, p. 503.

(2013) referencia essa informação (CANDIÁ, 2013, p. 158). A notícia fala também do crescimento do número de alunos e que são ensinados: geometria, geografia e as primeiras letras.

Figura 130 – recorte do Boletim Maçônico de 1877

— A loja *Atalaia do Sul*, ao oriente das Tres Pontas, fundou em Maio uma eschola nocturna para adultos, que conta já crescido numero de alumnos. Ensina as primeiras letras, geographia e geometria.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 01 a 12, 6º ano, janeiro a dezembro de 1877, p. 503.

43) 1877 - Escola Noturna - Loja Maçônica Deus e Humanidade – Itajubá - MG

A Loja Maçônica Deus e Humanidade nº 61 foi fundada em 04 de outubro de 1874, em Itajubá/MG, com ideais de implantação do regime republicano. Essas informações estão expostas no *site da instituição*¹⁷⁶. O site também traz uma informação curiosa. Dentre seus fundadores, destacavam-se o filho e o neto do Padre Lourenço da Costa, fundador da cidade. A instituição iniciada em 1874 fechou suas portas em 1883, mas retomou suas atividades em 1899. Essa instabilidade aconteceu em alguns momentos no século XX, contudo, a instituição, ainda mantém atualmente suas atividades ininterruptamente desde 1961. O *boletim maçônico*¹⁷⁷ de 1896 aponta como data oficial de fundação o dia 12 de dezembro de 1874 (figura 131), ligada inicialmente ao Grande Oriente dos Beneditinos, o que corrobora a tendência republicana de seus fundadores.

Figura 131 – fundação da Loja Deus e Humanidade

U 316. «Deus e Humanidade», rit.: esc.: —Itajubá, (Minas)
12 de Dezembro de 1874.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 364.

¹⁷⁶ Loja Maçônica Deus e Humanidade nº 312. História da Loja. Disponível em: <http://deusehumanidade.org.br/site/historia-da-loja/mcEDxLGADfK-3/atr.aspx>. Acesso em: 18 de janeiro de 2018.

¹⁷⁷ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 364.

Assim como ocorrido na Loja anteriormente citada, o site da Loja Deus e Humanidade não traz informações a respeito de suas atividades no século XIX, principalmente da existência da escola por ela criada. O *boletim maçônico de 1877*¹⁷⁸ (figura 132) relata a existência de uma escola noturna mantida pela Loja. Candiá (2013) assegura a existência da escola apoiada em cruzamento de dados de fontes primárias pesquisadas e produções historiográficas (CANDIÁ, 2013, p. 154; 158).

Figura 132 – recorte do Boletim Maçônico de 1877

— A loja *Deus e Humanidade* abriu no dia 1 de Março uma escola nocturna, regida pelo professor Antonio José Leite, ensinando a grammatica portugueza, inglez, francez, historia, geographia, arithmetica e geometria. As aulas funcionam tres vezes por semana, das 7 ás 10 da noite.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 01 a 12, 6º ano, janeiro a dezembro de 1877, p. 503.

44) 1877 - Cursos Noturnos - Loja Maçônica Artistas – Pelotas - RS

A Maçonaria em Pelotas, no Rio Grande do Sul, teve início em 1841 com a criação da *Loja Harmonia Rio-Grandense*. Em 1843 apareceu a *Loja Protetora da Orfandade*, e em seguida, o surgimento da *Loja Comércio e Indústria* em 1848. No ano de 1853 a *Loja União e Concórdia* também foi constituída na cidade, por fim, a Loja Honra e Humanidade em 1855 (COLUSSI, 1998, p. 186; 193).

Colussi (1998) destaca que, Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande foram as cidades que, na maior parte século XIX e início do século XX, mantiveram mais de uma Loja em funcionamento. A Loja Artistas foi fundada na cidade de Pelotas em 1871, exclusivamente por artesãos e trabalhadores das artes e ofícios. Todavia, em 1882 passou a chamar-se Loja Rio Branco. As Lojas Comércio e Indústria e Fraternidade e Honra tiveram durações inexpressivas (COLUSSI, 1998, p. 198-200; 210; 261). A Loja Rio Branco em 1896 criou um curso noturno gratuito. Essa iniciativa teria fomentado a criação do Ginásio Pelotense em 1902 (COLUSSI, 1998, p. 419-421).

¹⁷⁸ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 01 a 12, 6º ano, janeiro a dezembro de 1877, p. 503.

Candiá (2013) acrescenta que, em 1875 foi fundada em Pelotas a Biblioteca Pública Pelotense pela Loja Artistas, e que nesse local havia cursos noturnos. Colussi (1998) e posteriormente Candiá (2013), destacam a criação do Ginásio Pelotense em 1902 pelas Lojas Maçônicas existentes na cidade. O Ginásio era uma alternativa de ensino laico para se contrapor ao Ginásio Gonzaga, que era um colégio religioso de ensino secundário criado em 1894 pelos jesuítas (CANDIÁ, 2013, p.158).

Os cursos noturnos oferecidos pela Biblioteca de Pelotas criado em 1875, mantiveram-se até meados da década de 1850. A Biblioteca ainda se encontra ativa atualmente, com seu prédio fazendo parte do patrimônio arquitetônico e cultural da cidade (CANDIÁ, 2013, p. 183).

O *site da Loja Fraternidade*¹⁷⁹, atuante na cidade em nossos dias, traz a história da Maçonaria na cidade de Pelotas. Ao final do texto faz um rápido resumo para explicar as origens da Loja Fraternidade.

Esta é a descrição histórica da Loja mais antiga do município de Pelotas, sucessora histórica da primeira Loja Maçônica constituída, a "Protetora da Orphandade" de 1842. Em 3 de fevereiro de 1853 foi criada a Loja "União e Concórdia" e seus membros passaram a constituir a Loja "Honra e Humanidade" em 25 de agosto de 1855. Com a união das Lojas "Rio Branco" e "Lealdade" formam a Lojas "Unidas" que mais tarde recebe o nome de Fraternidade (site da Loja Maçônica Fraternidade nº 3).

Na página inicial do site da instituição está estampado a data: 25/08/1855 a 25/08/2017 – 162 anos de Fraternidade, filiada à Grande Loja Maçônica do estado do Rio Grande do Sul.

Ao pesquisar os *boletins maçônicos*¹⁸⁰ do século XIX, foi possível encontrar menção da existência da Loja Artistas em Pelotas/RS, com data oficial de fundação em 1º de maio de 1871 (figura 133).

Figura 133 – fundação da Loja Artistas

211. «Artistas» depois «Rio Branco», rit. . . esc. . .—Pelotas, (Rio Grande do Sul)—1 de Maio de 1871.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 358.

¹⁷⁹ Loja Maçônica Fraternidade nº 3. A Maçonaria em Pelotas. Disponível em: <<http://www.fraternidade.org.br/macom2.htm>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2018.

¹⁸⁰ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 358.

Em relação aos cursos noturnos nada foi encontrado em boletim maçônico, salvo uma pequena notícia da inauguração da Biblioteca pela Loja Artistas de Pelotas/RS. Diante disso, somando as informações contidas nas fontes bibliográficas pesquisadas com essa pequena nota documental contida em *boletim maçônico*¹⁸¹ (figura 134), pode-se afirmar que, os cursos noturnos patrocinados pela Loja Artistas existiram no interior da Biblioteca Pública Pelotense.

Figura 134 – recorte do Boletim Maçônico de 1877

A Aug.: e Resp.: Loj.: Artista ao Val.: de Pelotas no dia 1º de Janeiro celebrou uma sessão magna, na qual solemnisou a criação de um monte pio, em virtude do qual todo Obr.: apenas enfermo tem direito, á uma pensão, medico, botica, e a quantia de cem mil réis, quando falleça; ainda fez mais, inaugurou uma bibliotheca, apresentando já 500 volumes.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 1, 6º ano, janeiro de 1877, p. 37.

45) 1877 - Escola Noturna - Loja Maçônica Saldanha Marinho - Lençóis Paulista – SP

Ribeiro (2011) ao mencionar sobre a fundação da Loja Saldanha Marinho em Lençóis Paulista informa que, a instituição foi fundada em 1876 (RIBEIRO, 2011, p. 133). Oficialmente, segundo *boletim maçônico*¹⁸² (figura 135), foi fundada em 12 de junho de 1876, filiada ao Grande Oriente dos Beneditinos.

Figura 135 – fundação da Loja Saldanha Marinho

U 356. * «Saldanha Marinho», rit.:. esc.:.—Lençoes, (S. Paulo)—12 de Junho de 1876.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 366.

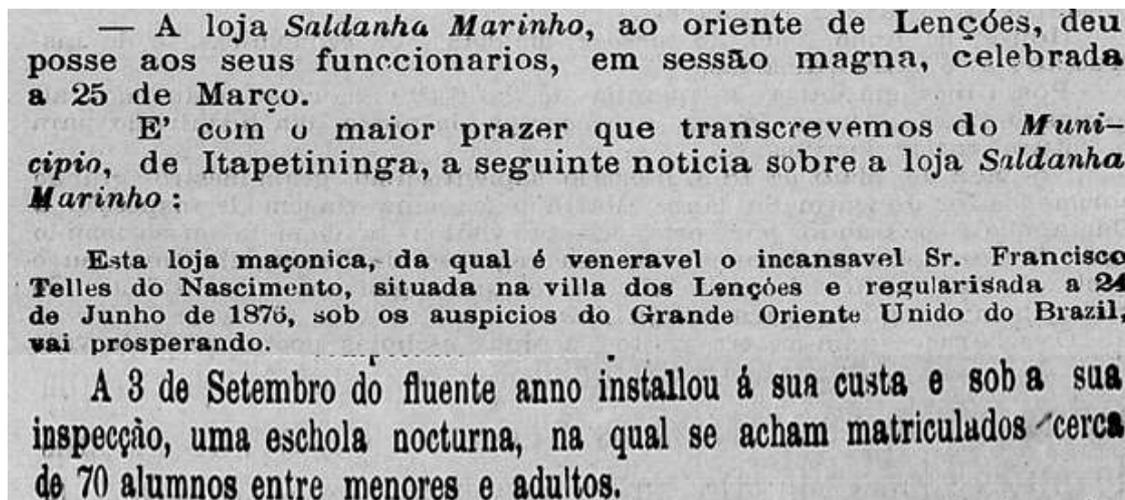
Não foi possível encontrar muitos documentos que tragam notícias sobre o tempo de existência da Loja e da escola por ela fundada. Candiá (2013), aponta a

¹⁸¹ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 1, 6º ano, janeiro de 1877, p. 37.

¹⁸² Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 366.

existência da Loja e da escola por ela fundada como sendo na cidade de Itapetininga (CANDIÁ, 2013, p. 156). No entanto, a Loja e a “Escola Noturna” pertenceram a cidade de Lençóis Paulista conforme descreve o *boletim maçônico*¹⁸³ de 1877 (figura 136).

Figura 136 – recorte do Boletim Maçônico de 1877



Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 1, 6º ano, janeiro de 1877, p. 474-475.

O boletim maçônico traz ainda o nome do primeiro Venerável da Loja, o maçom Francisco Telles do Nascimento. Informa também que a Loja é situada na Vila dos Lençóis, sendo regularizada em 24 de junho de 1876. Em relação a escola, o boletim relata que, em 3 de setembro do fluente ano, a Loja Saldanha Marinho fundou sob suas custas uma *Eschola Nocturna*, possuindo no início 70 alunos matriculados (adultos e menores).

46) 1878 - Aula Noturna - Loja Maçônica Deus, Pátria e Liberdade - São João da Boa Vista - SP

A atual Loja Maçônica Templários da Justiça considerada por seus membros a herdeira da Loja Deus, Pátria e Liberdade de São João da Boa Vista/SP traz em seu site uma linha do tempo de 1876 até nossos dias. Consta no *site da Loja Templários da Justiça*¹⁸⁴ que a Loja Deus, Pátria e Justiça foi fundada em 12 de dezembro de 1876. O

¹⁸³ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 1, 6º ano, janeiro de 1877, p. 474-475.

¹⁸⁴ Loja Maçônica Templários da Justiça. Templários da Justiça: Deus, Pátria e Liberdade – Histórico. Disponível em: <<http://tdj.com.br/paginas.php?pag=historico>>. Acesso em 19 de janeiro de 2018.

*boletim maçônico*¹⁸⁵ do Grande Oriente do Brasil data sua fundação em 22 de dezembro de 1876 (figura 137).

Figura 137 – fundação da Loja Deus, Pátria e Liberdade

369. «Deus Patria e Liberdade», rit. . . esc. . . —S. João da Boa Vista, (S. Paulo)—22 de Dezembro de 1876.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 367.

Dezoito anos após sua fundação, a primeira Loja de São João da Boa Vista recebeu, em 6 de julho de 1895, o nome de Loja *Capitular Deus e União*. No ano seguinte foi fundada uma outra Loja chamada de *São Paulo*. Em 1896 após longas negociações as Lojas Deus, Pátria e Liberdade e São Paulo se juntam criando um novo título distintivo com a denominação de *Águia Negra*.

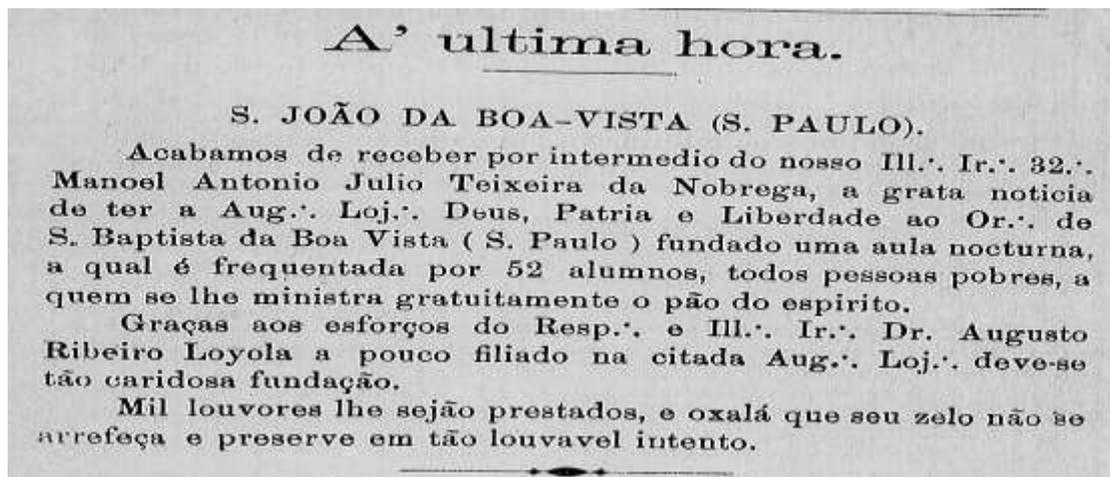
Em 1917 os maçons dessa Loja preocupados com o uso do nome *Águia Negra* associado aos brasões e escudos alemães durante a primeira guerra mundial propuseram a mudança de nome. Após longas discussões a Loja recebeu novo título distintivo, passando a se chamar Loja Capitular Templários da Justiça, em 16 de abril de 1918. O site não traz informações sobre a aula noturna existente no século XIX por sua ancestral, mas informa que no ano de 1927 foi instalado nas dependências da Loja um curso de alfabetização de adultos e crianças carentes. Adiante, em 1949, é criado uma oficina de artes gráficas e em 1969 foi fundado um grupo de escoteiros denominado Marechal Rondon nº. 194, que funciona até hoje. Além do projeto de escoteiros, o site da Loja informa que, dentre diversas atuações sociais, destaca-se o projeto *Fênix*, destinado ao tratamento de dependentes químicos da cidade.

Em relação a aula noturna da Loja Deus, Pátria e Liberdade no final do século XIX, o *boletim maçônico*¹⁸⁶ de 1878 (figura 138), traz a notícia da *Aula Nocturna* fundada em 1878 nas dependências da Loja para atender a população carente. Consta ainda na notícia que, a escola era frequentada por 52 alunos no ano de sua criação. Não foi possível apurar mais informações sobre o funcionamento da aula e sua duração.

¹⁸⁵ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 367.

¹⁸⁶ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 12, 7º ano, dezembro de 1878, p. 523.

Figura 138 – recorte do Boletim Maçônico de 1878



Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 12, 7º ano, dezembro de 1878, p. 523.

47) 1879 - Aula Noturna - Loja Maçônica Asilo da Beneficência – Guaratinguetá - SP

Há pouquíssimas informações sobre a Ordem dos pedreiros livres na cidade de Guaratinguetá/SP no final do século XIX. Egito (2011), destacou o empenho da Maçonaria paulista em distribuir o chamado *alimento espiritual* (forma como os maçons se referem a educação) a toda a população, especialmente aos mais pobres. O autor demonstrou ter conhecimento sobre a aula noturna criada pela Maçonaria na cidade de Guaratinguetá no final do século XIX (EGITO, 2011, p. 26).

Ribeiro (2011) traz o nome e as datas de fundação das Lojas de Guaratinguetá no final do século XIX. A autora informa que, no ano de 1878 foram fundadas na cidade as Lojas *Asilo de Beneficência* e *Deus e Humanidade 2ª*, posteriormente, em 1882 a Loja *São João* (RIBEIRO, 2011, p. 133-134). Na página 368 do *boletim maçônico*¹⁸⁷ de 1896 é possível encontrar as duas primeiras Lojas mencionadas e na página seguinte a terceira Loja, todas com suas respectivas datas de fundação (figura 139). A Loja ora trabalhada, Asilo da Beneficência, foi oficialmente fundada em 8 de janeiro de 1878 em Guaratinguetá/SP.

¹⁸⁷ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 368.

Figura 139 – fundação da Loja Asilo da Beneficência

389. «Asylo de Beneficencia», rit. . . esc. . .—Guaratinguetá, (S. Paulo)—8 de Janeiro 1878.
390. «União da Virtude», rit. . . esc. . .—Sabará, (Minas)—6 de Fevereiro de 1878.
- U 391. «Deus e Humanidade 2ª», rit. . . esc. . .—Guaratinguetá, (S. Paulo)—11 de Março de 1878.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 368.

Em relação a aula noturna da Loja Asilo de Beneficência, foi encontrada informações sobre sua existência no *boletim maçônico*¹⁸⁸ de fevereiro de 1879 (figura 140). Candiá (2013) corrobora essas informações em sua pesquisa quando menciona somente o nome da cidade e da Loja que havia criado uma escola noturna (CANDIÁ, 2013, p. 156).

Figura 140 – recorte do Boletim Maçônico de 1879

Aula nocturna

Hoje que nossa Aug.º. Loj.º. tem fundado na Capella d'Apparecida, uma aula nocturna para os meninos pobres, congratulemos com a intelligente e digna professora, a Exma. Sra. D. Maria Gabriella Dantas, que com aquella generosidade conhecida por todos, presta-se á leccionar sem por isso receber paga.

Avante cultora das lettras! A humanidade não vos olvidará!
Avante! . . .

JOÃO GODOY.

Secret.º. da Aug.º. Loj.º. Cap.º. Asylo de Beneficencia do Or.º. de Guaratinguetá.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 02, 8º ano, fevereiro de 1879, p. 41-43.

O texto do boletim que informa a existência da escola é redigido por João Godoy, secretário da Loja Asilo da Beneficência, endereçado ao Grande Oriente do Lavradio em 1879. O secretário inicia sua fala elogiando a iniciativa maçônica de levar o pão do espirito a infância desvalida. A mesma infância que mais tarde ocupará

¹⁸⁸ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 02, 8º ano, fevereiro de 1879, p. 41-43.

cargos proeminentes no país. João Godoy é enfático no texto ao dizer que a Maçonaria não pode ficar impassível iguais a estátuas de mármore.

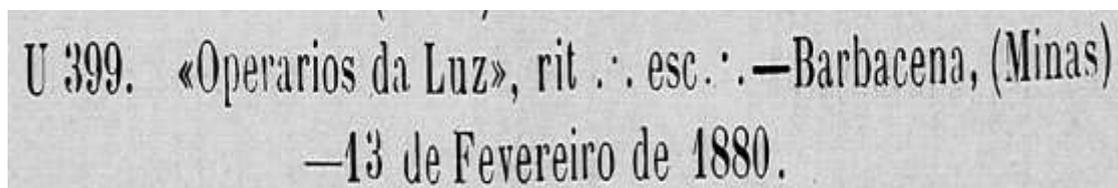
No final do século XIX, os EUA já chamavam atenção do mundo por seus inventos, a ponto de Godoy dizer que o Brasil só se tornará uma nação próspera se fizer como os Estados Unidos, que formam homens úteis através do estudo assíduo. Godoy implora para que a Maçonaria trabalhe fervorosamente ao dizer “que sem luta não há vitória; trabalhemos com fervor; que mais tarde a humanidade bem dirá nossos esforços”. Sobre a aula noturna Godoy encerra o texto agradecendo a participação da professora Maria Gabriela Dantas que leciona gratuitamente na aula erguida pela Loja.

48) 1880 - Escola Noturna - Loja Maçônica Operários da Luz – Barbacena - MG

A primeira Loja fundada em Barbacena/MG foi a União Fraternal em 1872 filiada ao Grande Oriente do Lavradio. Seis anos após a fundação dessa Loja foi criada, em 1882, a Loja Operários da Luz filiada ao Grande Oriente dos Beneditinos. Dos membros dessas Lojas saíram os maçons fundadores da Loja Regeneração Barbarense erguida em 1895, que se mantém em atividade até nossos dias.

As datas do surgimento dessas Lojas na cidade de Barbacena/MG estão disponíveis no *boletim maçônico*¹⁸⁹ de 1896 (figura 141). De todas, há somente informações de que a Loja Operários da Luz, fundada em 13 de fevereiro de 1880, manteve uma escola noturna no final do século XIX.

Figura 141 – fundação da Loja Operários da Luz



Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 368.

A primeira notícia sobre a escola noturna criada por essa Loja foi trazida pelo periódico *A Família Maçônica*¹⁹⁰, em 1880, informando que, na cidade de Barbacena, em Minas Gerais, instalou-se uma Loja com o título distintivo de Operários da Luz. A

¹⁸⁹ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 359; 368; 373.

¹⁹⁰ Jornal a Família Maçônica, ano VII, edição nº. 131, 05 de novembro de 1880, p. 03.

Loja organizou uma biblioteca com uns mil volumes e mantém uma escola noturna com mais de 70 alunos matriculados (figura 142). No decorrer do texto do noticiário nota-se que a escola se encontrava em funcionamento desde o início de 1880, todavia, não há uma data específica de inauguração do estabelecimento de ensino.

Figura 142 – recorte do jornal A Família Maçônica

Mais uma atalaia do progresso.—Na cidade de Barbacena, em Minas, installou-se uma loja com o titulo distinctivo de «Operarios da Luz», dando
A loja organisou uma bibliotheca que já possui uns mil volumes.
Mantem mais uma eschola nocturna, a qual tivemos occasião de visitar e notar no seu livro de matriculas para cima de 70 alumnos matriculados.

Jornal A Família Maçônica, ano VII, edição nº. 131, 05 de novembro de 1880, p. 03.

No ano seguinte, o periódico *A Família Maçônica*¹⁹¹ (figura 143) traz uma pequena nota informando que a escola da Loja Operários da Luz conta com 40 alunos matriculados. As duas primeiras Lojas fundadas em Barbacena encerraram suas atividades no início da década de 1890, quando surgiu a Loja Regeneração Barbarense (atualmente existente).

Figura 143 – recorte do jornal A Família Maçônica

Parabens.—Em Barbacena, a escola nocturna mantida pela augusta e respeitavel loja capitular *Operarios da Luz*, já conta, quarenta alumnos.

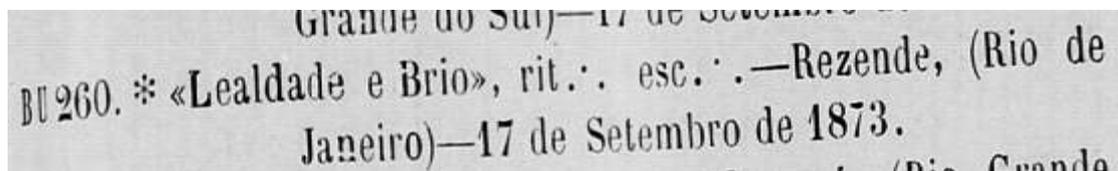
Jornal A Família Maçônica, ano VIII, edição nº. 142, 30 de outubro de 1881, p. 02.

49) 1883 - Escola Dezoito de Janeiro - Loja Maçônica Lealdade e Brio – Resende - RJ

¹⁹¹ Jornal a Família Maçônica, ano VIII, edição nº. 142, 30 de outubro de 1881, p. 02.

A Loja Lealdade e Brio, ainda existente, foi fundada em 11 de dezembro de 1870 (site *Maçonaria Online*¹⁹²). O *boletim maçônico*¹⁹³ de 1896 data oficialmente a fundação da Loja em 17 de setembro de 1873 (figura 144).

Figura 144 – fundação da Loja Lealdade e Brio



Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 361.

Magalhães (2013) explica que, era concedido as Lojas que maninham escolas ou aulas noturnas o título de Benemérita, uma comenda maçônica que passaria a compor o título distintivo da Loja. Após constituir e manter uma escola noturna gratuita para aproximadamente 47 alunos, a Loja Lealdade e Brio requereu ao poder central que fosse concedido os mesmos favores dispensados a Benemérita Loja Aurora de Belém (MAGALHÃES, 2013, p. 188-189).

Magalhães (2013), comete um equívoco quando menciona em sua pesquisa a existência de uma escola noturna mantida pela Loja Independência e Luz da cidade Resende/RJ, citando como documento comprobatório o *boletim maçônico*¹⁹⁴ números 8 e 9 de 1894, páginas 200 e 201. Esse boletim, contudo, traz a notícia da existência da escola mantida pela Loja Independência e Luz de Barra Mansa. Esse pequeno erro é perceptível ao ler as páginas seguintes de números 202 a 211 (MAGALHÃES, 2013, p. 154). É de bom alvitre lembrar que, a Loja Lealdade e Brio pertence a cidade de Resende, enquanto a Loja Independência e Luz pertence a cidade de Barra Mansa, ambas ainda exercem suas atividades atualmente nesses mesmos municípios.

¹⁹² Maçonaria online. Disponível em: <http://www.maconariaonline.com/loja/3732>. Acesso em: 21 de janeiro de 2018.

¹⁹³ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 361.

¹⁹⁴ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 08 e 09, 19º ano, outubro e novembro de 1894, p. 200-211.

Figura 145 – recorte do Boletim Maçônico de 1894

Resp. . M. . . minhas senhoras e meus irmãos, desculpa-me ter-vos roubado vosso precioso tempo obrigando-vos a ouvir esse mesquinho trabalho com que usei apresentar-me como orador da Loja Lealdade e Brio ao valle de Rezende e em nome dessa felicito a Loj. . . Cap. . . Independencia e Luz ao valle de Barra Mansa ; pelo seu feliz anniversario e pela gradiosa inauguração de uma bibliotheca e praza ao Gr. . . Arch. . . do Univ. . . que as nossas co-irmans sigam seu exemplo, digno de ser imitado.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 08 e 09, 19º ano, outubro e novembro de 1894, p. 208.

A imagem acima, contida na página 208 do mencionado boletim esclarece o conflito (figura 145). Há no decorrer do texto outras informações que tratam da inauguração de uma biblioteca anexa à escola da Loja Independência e Luz de Barra Mansa, quando em evento festivo em comemoração aos 20 anos de fundação da instituição na cidade.

O *Livro Maçônico do Centenário*¹⁹⁵, de 1922, traz na página 244 o nome da escola, a data de fundação e a quantidade de alunos matriculados (figura 146). A escola denominada Dezoito de Janeiro foi fundada em 20 de outubro de 1883 pela Loja Lealdade e Brio, tendo no ano de 1883 o total de 51 alunos matriculados (BASTOS; CARAJURÚ; DIAS, 1922, p. 244).

Figura 146 – recorte da página 244 do Livro Maçônico do Centenário

A escola «Dezoito de Janeiro», da Loja Lealdade e Brio, ao Oriente de Rezende, fundada em 20 de Outubro de 1883, com 51 alumnos ;

BASTOS, Octaviano; CARAJURÚ, Optafo; DIAS, Everardo. *Livro Maç. do Centenário*. Rio de Janeiro: s/d, 1922, p. 244.

Candiá (2013) em sua pesquisa ao falar sobre a Loja Lealdade e Brio de Resende no Estado do Rio de Janeiro, informa somente a existência de uma biblioteca popular criada pela Loja no ano de 1884 citando como documento comprobatório o *boletim maçônico*¹⁹⁶ do Grande Oriente do Brasil, edição nº 08 de 1884, p. 230

¹⁹⁵ BASTOS, Octaviano; CARAJURÚ, Optafo; DIAS, Everardo. *Livro Maç. do Centenário*. Rio de Janeiro: s/d, 1922, p. 244.

¹⁹⁶ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 08, 13º ano, agosto de 1884, p. 230.

(CANDIÁ, 2013, p. 157). No entanto, ao ter contato com o boletim é possível identificar a existência da escola gratuita e também da biblioteca popular (figura 147).

Figura 147 – recorte do Boletim Maçônico de 1884

7.º Da remessa feita pela Aug.º. Loj.º. Lealdade e Brio, ao Or.º. de Resende do relatório dos trabalhos de sua aula nocturna, bem como do movimento das conferencias publicas e da bibliotheca popular durante o semestre findo em 30 de Junho ultimo

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 08, 13º ano, agosto de 1884, p. 230.

Após a informação trazida pelo Livro Maçônico do Centenário sobre a data de fundação da escola foi possível localizar em boletim maçônico do final do ano de 1883 informações sobre a criação da escola gratuita pela Loja Lealdade e Brio de Resende.

O *boletim maçônico*¹⁹⁷ dos meses de outubro a dezembro de 1883, numa pequena nota, cita a instalação das aulas noturnas da Loja Lealdade e Brio de Resende (figura 148).

Figura 148 – recorte do Boletim Maçônico de 1883

4 do dito mez.—Concede acesso de dous ggr.º. a varios OOb.º. da Aug.º. Loj.º. Lealdade e Brio ao Or.º. de Resende, em vista da installação das aulas nocturnas da citada Aug.º. Loj.º.

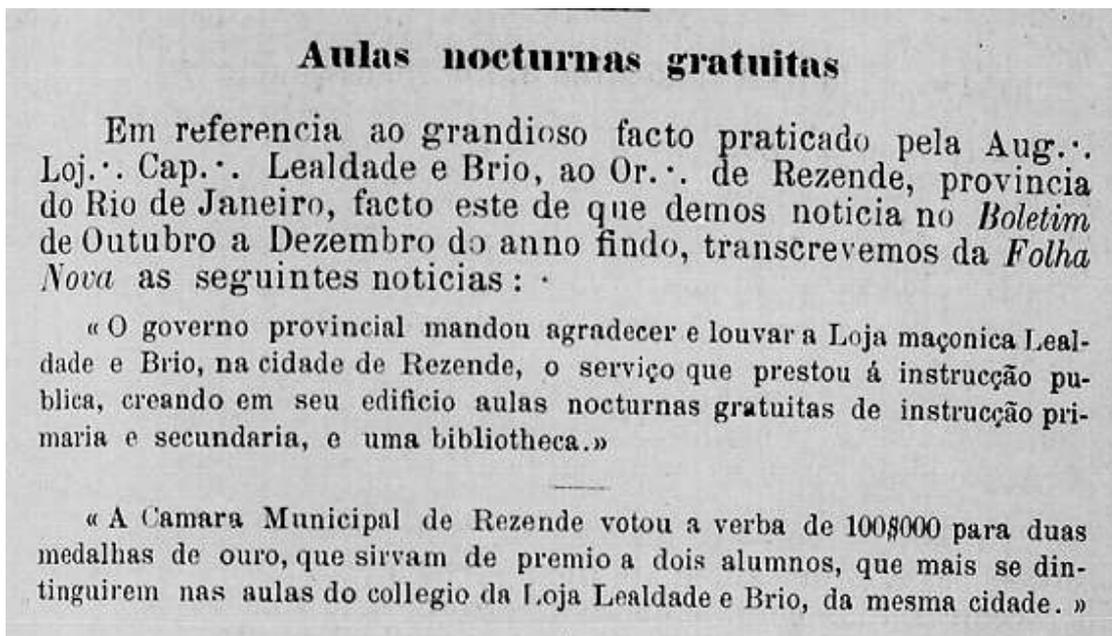
Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 10 a 12, 12º ano, outubro a dezembro de 1883, p. 141.

A partir daí, vasculhando pacientemente os boletins, também foi possível encontrar um agradecimento do governo provincial do Rio de Janeiro pelos serviços de instrução pública prestado pela Loja Lealdade e Brio. O documento (*boletim maçônico*¹⁹⁸ - figura 149), traz ainda notícia de uma verba da Câmara Municipal destinada a confecção de duas medalhas de ouro a serem concedidas aos dois alunos que mais se destacarem na escola da Loja.

¹⁹⁷ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 10 a 12, 12º ano, outubro a dezembro de 1883, p. 141.

¹⁹⁸ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 02, 13º ano, fevereiro de 1884, p. 53.

Figura 149 – recorte do Boletim Maçônico de 1884

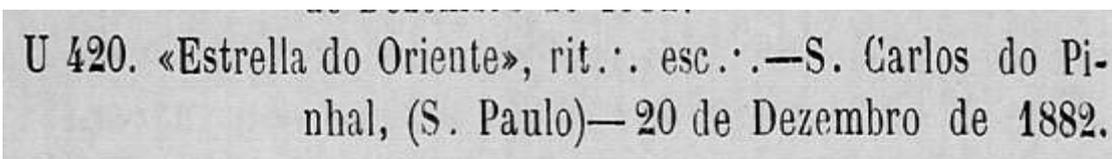


Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 02, 13º ano, fevereiro de 1884, p. 53.

50) 1884 - Aula Noturna - Loja Maçônica Estrela do Oriente - São Carlos - SP

A Loja Estrela do Oriente de São Carlos/SP, segundo Ribeiro (2011, p. 134), foi fundada no ano de 1882. Essa informação é corroborada pelo documento (*boletim maçônico*¹⁹⁹ de 1896 – figura 150), datando oficialmente a fundação da Loja Estrela do Oriente de São Carlos do Pinhal, atual São Carlos, como sendo em 20 de dezembro de 1882. Apesar das informações sobre a fundação da Loja não foi possível encontrar dados sobre o tempo de existência da Loja que, sabidamente não se encontra em atividade atualmente na cidade de São Carlos/SP.

Figura 150 – fundação da Loja Estrela do Oriente



Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 370.

¹⁹⁹ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 370.

Sobre a aula noturna, Candiá (2013), precisamente informa a existência da aula noturna e biblioteca, fundadas pela Loja Estrela do Oriente de São Carlos em 1884, após dados extraídos do *boletim maçônico*²⁰⁰ n° 05 (figura 151) de maio de 1884 (CANDIÁ, 2013, p. 156).

Figura 151 – recorte do Boletim Maçônico de 1884

S. Carlos do Pinhal. — A Aug. ∴ Loj. ∴ Symb. ∴ «Estrela do Oriente» celebrou no dia 15 do corrente uma sessão inaugurando solemnemente a — *Aula Nocturna Gratuita para Adultos*— por ella creada, e á qual resolveu annexar uma Bibliotheca Popular, que já conta uns 300 volumes.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 05, 13° ano, maio de 1884, p. 134.

O decorrer do texto do boletim descreve o pomposo evento de inauguração da aula noturna na cidade. Além dos alunos matriculados, havia no interior da Loja diversos convidados e autoridades civis e militares da cidade. Ao fim das formalidades solenes e dos diversos discursos proferidos, dentre eles o do promotor de justiça, houve soltura de fogos de artifício e muita música entoada pela banda de música da cidade. No fim do texto, o boletim informa as disciplinas ministradas pela aula noturna: português (leitura e gramática), italiano, caligrafia, contabilidade, matemática elementar, francês, geografia, história e escrituração mercantil.

51) 1884 - Escola Noturna - Loja Maçônica Firme União - Campos dos Goytacazes - RJ

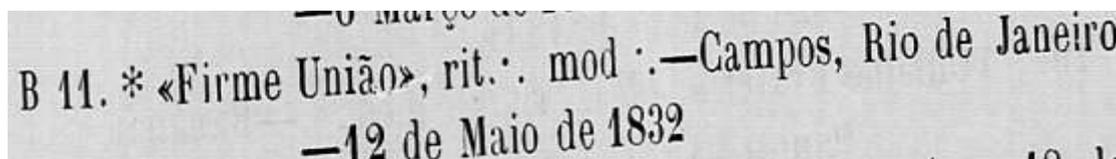
Em 16 de fevereiro de 2014 o *jornal Ururau*²⁰¹, de Campos dos Goytacazes, interior do Estado do Rio de Janeiro, publicava uma matéria em seu site homenageando os 184 anos da Loja Maçônica Fraternidade Campista. Essa Loja, segundo o jornal local, é a sucessora da Loja Firme União fundada em 16 de fevereiro

²⁰⁰ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 05, 13° ano, maio de 1884, p. 134.

²⁰¹ Ururau Jornal Online. Cidades e Região – Nossa História, 2014. Disponível em: <http://www.ururau.com.br/cidades41690_H%C3%A1-184-anos-era-fundada-a-Loja-Ma%C3%A7%C3%B4nica-Fraternidade-Campista>. Acesso em: 21 de janeiro de 2018.

de 1830. O *boletim maçônico*²⁰² de 1896 traz como data oficial de fundação o dia 12 de maio de 1832 (figura 152), entretanto, segundo informações obtidas através de telefone com a Loja Fraternidade Campista, a ancestral Loja Firme União foi de fato fundada em 16 de fevereiro de 1830.

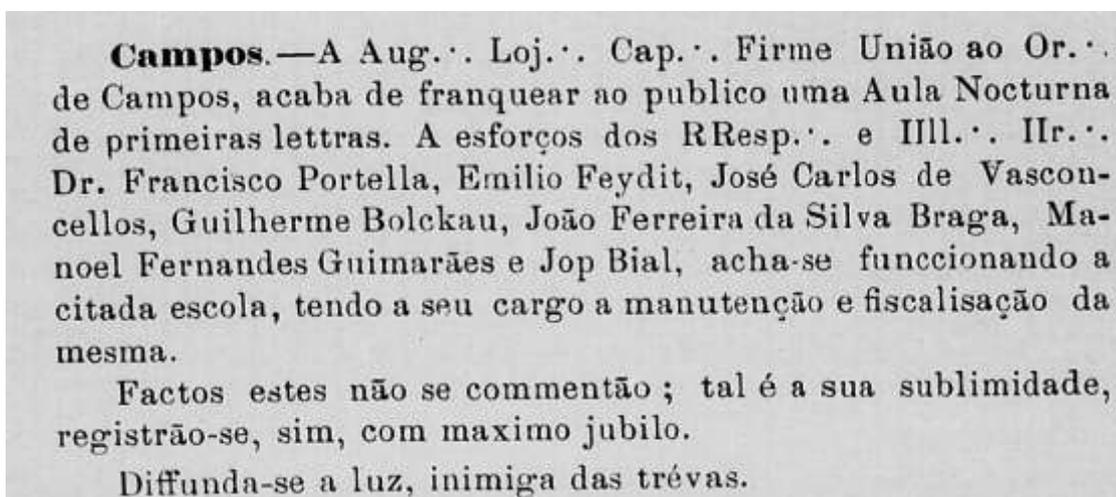
Figura 152 – fundação da Loja Estrela do Oriente



Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 347.

Prestes a completar 188 anos, a Loja Fraternidade Campista (Firme União no século XIX), é uma das mais antigas em atividade no país. Candiá (2013) também tinha conhecimento da existência da aula noturna fundada em Campos dos Goytacazes em 1884. A autora apontou precisamente o *boletim maçônico*²⁰³ de abril de 1884 (figura 153) que faz menção a criação da aula noturna de primeiras letras (CANDIÁ, 2013, 157).

Figura 153 – recorte do Boletim Maçônico de 1884



Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 04, 13º ano, abril de 1884, p. 105.

O site do jornal Ururau traz uma curiosa notícia sobre a Loja. Conta que um de seus membros era o Padre Manoel de Assunção Pereira. O jornal encerra a matéria falando das mudanças promovidas pelos maçons da cidade desde a elevação da

²⁰² Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 347.

²⁰³ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 04, 13º ano, abril de 1884, p. 105.

categoria de Vila para cidade em 28 de março de 1835, além de muitas realizações, que tornaram a cidade um forte polo industrial, agrícola e comercial no século XIX e início do século XX.

No período entre 1885 e 1888 não há, em tese, evidências bibliográficas e documentais sobre a criação de escolas ou aulas noturnas pela Maçonaria brasileira. Talvez as causas estejam relacionadas ao fim da cisão maçônica, com a consequente fusão do Grande Oriente dos Beneditinos com o Grande Oriente do Lavradio em 1882, formando o atual Grande Oriente do Brasil. Outros motivos podem estar ligados ao crescimento dos movimentos abolicionista e republicano. Nota-se até aqui que a maioria das escolas, bibliotecas e aulas noturnas criadas pela Maçonaria foram provenientes de Lojas filiadas ao Grande Oriente dos Beneditos (Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil), que tinha como Grão-Mestre e referência de liderança o republicano Saldanha Marinho. É possível sinalizar que, a escola era para o Grande Oriente dos Beneditinos, vulgarmente conhecido por Oriente dos republicanos, um mecanismo de divulgação de uma ideologia política, chamado por Alexandre Mansur Barata de “o melhor meio de realizar sua alta política” (BARATA, 1999, p. 139).

3.3.2 Aulas noturnas e escolas criadas pela Maçonaria no período Republicano (1889-1900)

Mesmo após o advento da República os índices de analfabetismo no país continuavam enormes. Barata (1999) destaca que, a Constituição de 1891 não atribuía ao Estado o dever de garantir a educação pública, porém, exigia saber ler e escrever como condição para o exercício da cidadania (BARATA, 1999, p. 140).

Segundo a historiografia tradicional, na Primeira República há uma espécie de processo de solidificação da organização social brasileira. Uma certa emergência de uma burguesia urbana, proporcionou uma série de debates relacionados as questões educacionais. Surgiu a preocupação em torno de uma educação profissional necessária para atender a industrialização do país, principalmente reforçada pela necessidade de uma educação laica, bem como da necessidade de inserir a mulher nesse cenário moderno (MAGALHÃES, 2013, p. 130).

No início da década de 1890 houve uma preocupação da Maçonaria paulistana em relação aos interesses humanitários, principalmente do trabalhador local. O próprio

Grão-Mestre da Maçonaria a época, o maçom Macedo Soares, manifestou-se a favor do direito de greve (MAGALHÃES, 2013, p. 153).

Magalhães (2013), resume em poucas linhas a continuidade das escolas maçônicas após 1889.

Assim, a escola é identificada como uma área estratégica para a implantação e desenvolvimento do espírito republicano. Deste modo, a maçonaria entre 1889 e 1930 se dedicará com afinco a estruturar uma rede de escolas públicas, mistas e laicas, oferecendo às camadas mais pobres da população a oportunidade da instrução, ocupando um espaço relegado pela Igreja, voltada desde o período colonial para a formação educacional das elites (MAGALHÃES, 2013, p. 153).

Portanto, a Maçonaria brasileira criou uma rede de escolas espalhadas por todo o país antes mesmo de atuação estatal mais organizada no campo educacional. A imagem a seguir traz um quadro retirado da página 237 do *Livro Maçônico do Centenário*²⁰⁴ de 1922 (figura 155), revelando o quantitativo de escolas maçônicas em atividade até 31 de julho de 1922, bem como o número de alunos atendidos pela iniciativa educacional da Ordem. Esse livro está localizado no setor de obras raras da Fundação Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

Figura 155 – recorte da página 237 do Livro Maçônico do Centenário

ESTADOS	NUMEROS	ALUMNOS
Acre (Territorio).....	15	275
Amazonas.....	3	131
Bahia.....	4	118
Ceará.....	3	107
Espirito Santo.....	1	—
Maranhão.....	2	98
Minas Geraes.....	10	244
Pará.....	8	205
Parahyba.....	2	59
Paraná.....	4	135
Pernambuco.....	4	270
Pod. Centr.....	2	160
Rio Grande do Norte.....	2	53
Rio Grande do Sul.....	3	53
Rio de Janeiro (Estado).....	8	438
Santa Catharina.....	2	58
São Paulo.....	59	4626
TOTAL.....	132	7030

BASTOS, Octaviano; CARAJURÚ, Optafo; DIAS, Everardo. *Livro Maç. do Centenário*. Rio de Janeiro: s/d, 1922, p. 237.

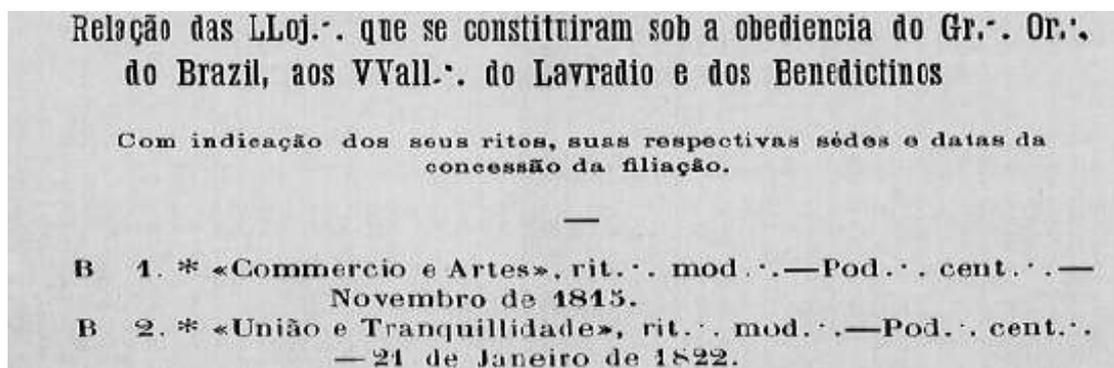
²⁰⁴ BASTOS, Octaviano; CARAJURÚ, Optafo; DIAS, Everardo. *Livro Maç. do Centenário*. Rio de Janeiro: s/d, 1922.

52) 1889 - Lyceu do Grande Oriente - Rio de Janeiro - RJ

O advento da República ocorreu em 15 de novembro de 1889. Embora se tenha notícias das atividades do Lyceu desde 1887, essa instituição de ensino criada pela Maçonaria brasileira só funcionou efetivamente após a mudança para o regime republicano, portanto, a escolha deste estabelecimento escolar teria sido proposital, pois refletia o início da atuação maçônica no campo educacional nos primeiros anos da República (MAGALHÃES, 2013, p. 143-146).

O Lyceu Maçônico ou Lyceu Brasileiro, posteriormente nominado de Lyceu do Grande Oriente foi idealizado pelo maçom Henrique Valadares uma década antes de ser colocado em prática. A ideia do estabelecimento de ensino foi absorvida por toda a Maçonaria da corte, futura capital da República. Todavia, suas raízes, segundo Magalhães (2013), estariam ligadas a Loja Maçônica União e Tranquilidade (MAGALHÃES, 2013, p. 144). Portanto, torna-se oportuno mencionar o *boletim maçônico*²⁰⁵ de 1896, que data a fundação dessa Loja em 21 de janeiro de 1822 (figura 156).

Figura 156 – fundação da Loja União e Tranquilidade



Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 346.

Como frisado anteriormente, o Lyceu do Grande Oriente se encontrava em funcionamento antes do advento da República. Essa informação pode ser vista no *boletim maçônico*²⁰⁶ de 1889 (figura 157).

²⁰⁵ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 346.

²⁰⁶ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 02, 14º ano, abril de 1889, p. 21.

Figura 157 – recorte do Boletim Maçônico de 1889

E resolveu mais o Sap. . Gr. . Or. . suspender temporariamente as aulas do Lyceu Brasileiro, para dar-lhe nova organização.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 02, 14º ano, abril de 1889, p. 21.

Magalhães (2013) ao analisar o boletim maçônico seguinte, o de nº 03, também entendeu que o projeto de Henrique Valadares “já havia desde algum tempo, se tornado realidade, ainda que de forma incipiente, existindo em caráter experimental provisoriamente dentro do próprio Palácio Maçônico do Lavradio” (MAGALHÃES, 2013, p. 144).

O impulso final para o implemento do Lyceu se deu, segundo Magalhães (2013), pela proximidade da ascensão de Deodoro ao Grão-Mestrado. Esse motivo fez com que em maio de 1889 fosse editado em *boletim maçônico*²⁰⁷ (figura 158) o regulamento do Lyceu do Grande Oriente (MAGALHÃES, 2013, p. 144).

Figura 158 – recorte do Boletim Maçônico de 1889

Lyceu do Grande Oriente

Tendo funcionado este Lyceu por aulas diurnas, em compartimento especial do Edificio Maçon. ., deliberou o Sap. . Gr. . Or. . installal-o fóra do Edificio e por aulas nocturnas, sob o seguinte :

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 03, 14º ano, maio de 1889, p. 36.

Nas primeiras linhas do texto, preâmbulo do regulamento, o documento revela que, o Lyceu funcionava por aulas diurnas no interior do edifício maçônico, posteriormente, após deliberação do Grão-Mestrado, foi instalado noutra imóvel e contando com aulas noturnas. A imagem acima traz somente o cabeçalho do regulamento do Lyceu. O texto do regulamento possui 12 artigos disciplinados entre a página 36 e 38 do boletim maçônico nº 03 de maio de 1889. O projeto inicial era destinado a oferecer o ensino primário e secundário gratuitamente aos filhos dos maçons, entretanto, o regulamento possibilitava oferecer esse mesmo ensino aos filhos de pessoas não pertencentes a Ordem, principalmente aos pobres. A direção do Lyceu

²⁰⁷ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 03, 14º ano, maio de 1889, p. 36.

seria confiada uma comissão composta por 7 membros, eleita para exercer a atividade no período de um ano letivo. Esses membros escolheriam dentre eles o presidente da instituição. O regulamento previa desde a contratação de professores e funcionários às penas e recompensas aos alunos.

Magalhães (2013) explica os motivos do funcionamento efetivo do Lyceu do Grande Oriente ter acontecido somente no ano seguinte a proclamação da República.

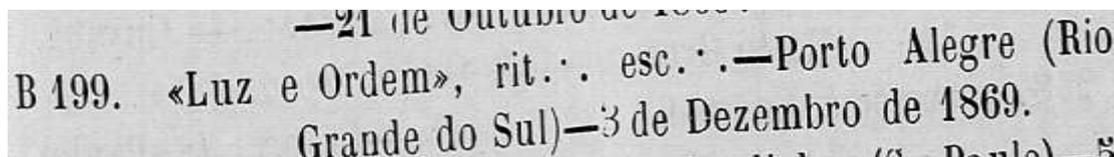
Apesar da otimista determinação que exala da publicação, ao longo daquele ano nenhuma outra providência parece ter sido tomada. Talvez, a razão fosse pelo adoecimento e falecimento do grão-mestre, Vieira da Silva, ao término daquele mesmo ano, e às vésperas do movimento que instaurou a república. Sem dúvida, fortes razões para emperrar a busca por uma sede para o projeto educacional maçônico. Novas medidas só seriam tomadas quando da instauração do novo regime, logo após a ascensão de Deodoro da Fonseca ao comando da república, e, logo em seguida, ao grão-mestrado da maçonaria brasileira (MAGALHÃES, 2013, p. 145).

Seis meses após edição do regulamento, segundo Magalhães (2013), o Lyceu ainda era uma das principais proposituras do mandato do novo Grão-Mestre após eleições para preenchimento do cargo vago pela morte de Luiz Antônio Vieira da Silva (MAGALHÃES, 2013, p. 146).

53) 1890 - Escola Noturna e Liceu - Loja Maçônica Luz e Ordem - Porto Alegre - RS

A Loja Luz e Ordem ainda atuante na capital gaúcha foi, segundo site *Maçonaria Online*²⁰⁸, fundada em 24 de setembro de 1869. Porém, o boletim maçônico²⁰⁹ de 1896 aponta como data oficial de fundação o dia 3 de dezembro de 1869 (figura 159).

Figura 159 – fundação da Loja Luz e Ordem



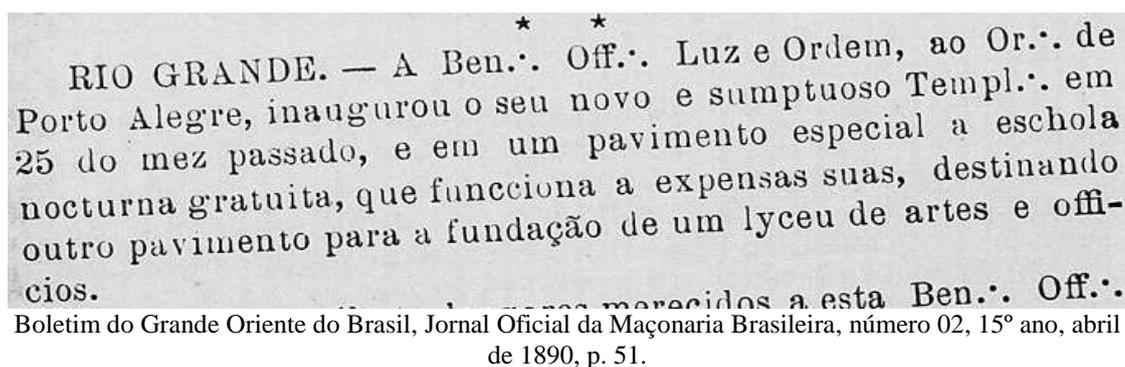
Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 357.

²⁰⁸ Maçonaria online. Disponível em: <<http://www.maconariaonline.com/loja/2042>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2018.

²⁰⁹ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 357.

Em relação a atuação no campo educacional a Loja Luz e Ordem inaugurou juntamente com seu novo Templo (imóvel da Loja), em 25 de março de 1890, uma *Eschola Nocturna Gratuita*. Essa informação consta no *boletim maçônico*²¹⁰ de 1890 (figura 160), que ainda traz a notícia de que há no prédio um pavimento destinado a criação de um liceu de artes e ofícios.

Figura 160 – recorte do Boletim Maçônico de 1890



A Loja Maçônica Luz e Ordem em 1919 fundou o Colégio Luz e Ordem que funcionou até 1920 (COLUSSI, 1998, p. 419).

54) 1890 - Escola Noturna - Loja Maçônica Independência e Luz - Barra Mansa - RJ

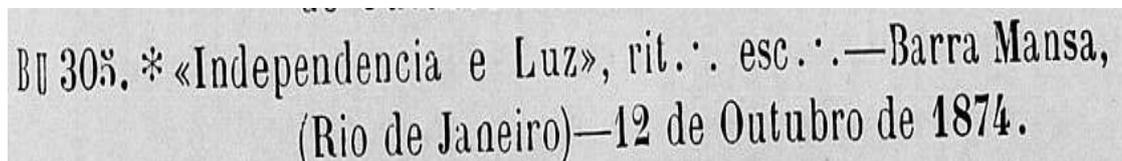
A Loja Independência e Luz, atuante desde o século XIX, é vista como um patrimônio histórico da cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro. Segundo o *site Rosa dos Vergéis*²¹¹ (site que conta a história da cidade de Barra Mansa), a Loja Independência e Luz foi fundada em 7 de setembro de 1874 por membros da Loja Sete de Setembro da cidade de São Paulo. O site fala ainda do incêndio no prédio da Loja ocorrido na noite do dia 4 para o dia 5 de abril de 1883 e da participação da instituição na abolição da escravatura, contudo, não traz informações sobre a existência da escola noturna, assim como a duração.

²¹⁰ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 02, 15º ano, abril de 1890, p. 51.

²¹¹ Rosa dos Vergéis. A História da Loja Maçônica “Independência e Luz”. Disponível em: <<http://rosadosvergeis.com.br/index.php/2017/11/28/loja-maconica-independencia-e-luz/>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2018.

A fundação da Loja é formalizada pelo *boletim maçônico*²¹² de 1896 (figura 161), datando sua instalação em 12 de outubro de 1874.

Figura 161 – fundação da Loja Independência e Luz



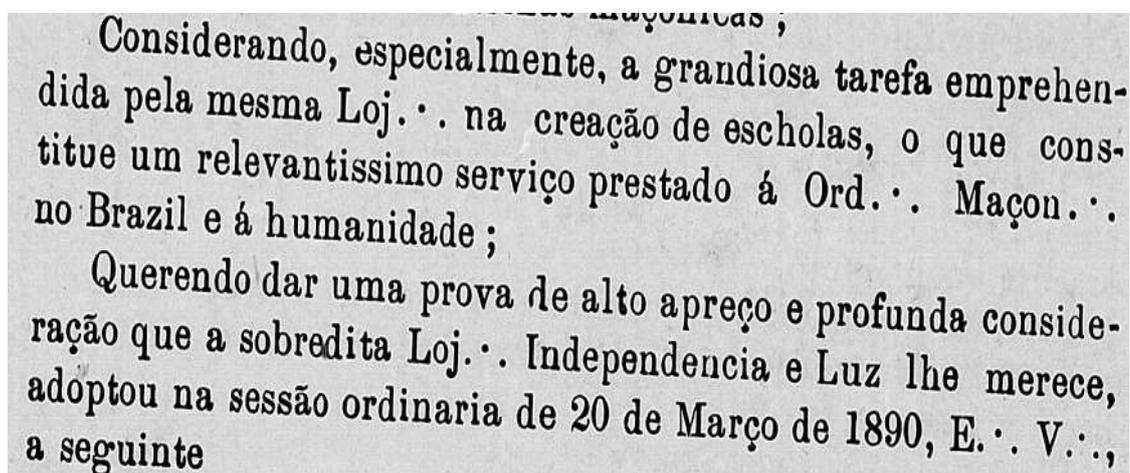
BV 305. * «Independencia e Luz», rit. . . esc. . . — Barra Mansa,
(Rio de Janeiro)—12 de Outubro de 1874.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 363.

Em relação a atuação na educação foi possível encontrar a condecoração da Loja com o título de Benemérita pelo decreto nº 74 de 25 de março de 1890. O decreto foi emitido pelo Grão-Mestre da Ordem e Chefe do Governo Provisório, o General Manuel Deodoro da Fonseca. Como já explicado no texto, o título de Benemérita foi concedido as Lojas que criaram escolas ou aulas noturnas.

O Decreto foi transcrito nas páginas 14 e 15 do *boletim maçônico*²¹³ de 1890 (figura 162). Magalhães (2013) também menciona esse decreto concedido a Loja Independência e Luz de Barra Mansa, interior do Estado do Rio de Janeiro (MAGALHÃES, 2013, p. 148).

Figura 162 – recorte do Boletim Maçônico de 1890



Considerando, especialmente, a grandiosa tarefa empreendida pela mesma Loj. . . na criação de escolas, o que constitui um relevantíssimo serviço prestado á Ord. . . Maçon. . . no Brazil e á humanidade ;
Querendo dar uma prova de alto apreço e profunda consideração que a sobredita Loj. . . Independencia e Luz lhe merece, adoptou na sessão ordinaria de 20 de Março de 1890, E. . . V. . . , a seguinte

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 15º ano, março de 1890, p. 14-15.

²¹² Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 363.

²¹³ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 15º ano, março de 1890, p. 14-15.

No ano de 1894 em solenidade de 20 anos da Loja foi inaugurada uma biblioteca anexa à escola. Esse *boletim maçônico*²¹⁴ ainda traz a informação da existência da escola noturna que “há anos mantém em seu edifício” (figura 163).

Figura 163 – recorte do Boletim Maçônico de 1894

A BENEM. . . LOJ. . . CAP. . . INDEPENDENCIA E LUZ
no dia 21 do corrente realizou imponente festa honrada com a presença do Pod. . . Ir. . . Coronel Dr. Henrique Valladares, Gr. . . Secr. . . Ger. . . da Ord. . . e Memb. . . Hon. . . da mesma Loj. . .

Nesse dia, além de comemorar o vintenario de sua Regularização, aquella Off. . . inaugurou uma bibliotheca, importante melhoramento que vai se alliar á escola nocturna que ha annos mantém em seu edificio. A's oito horas da noite, numero superior a quinhentas pessoas enchia seus vastos salões, um dos quaes é o maior que existe naquella cidade. A ses. . . commemorativa foi presidida pelo Pod. . . Ir. . . Valladares, Gr. . . Secr. . . Ger. . ., achando-se presente avultado numero de Iir. . . do quad. . .

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 08 e 09, 19º ano, outubro e novembro de 1894, p. 200.

55) 1891 - Curso Noturno - Loja Maçônica Cataguazense – Cataguazes - MG

A Loja Maçônica Cataguazense, assim como outras Lojas país afora teve uma ancestral com outro nome distintivo. A história dessa Loja é contada no próprio *site da instituição*²¹⁵ ao dizer que, no ano de 1883 foi fundada na cidade de Cataguazes a Loja Flor da Viúva, porém, após alguns anos de atividades parte do prédio desabou. Devido a dificuldades existentes para sua recuperação, a Loja Flor da Viúva fechou suas portas. No dia 19 de outubro de 1888, no mesmo local, a Loja foi reerguida com o nome distintivo de Cataguazense, funcionando até nossos dias. O *boletim maçônico*²¹⁶ de 1896 confirma a mudança de nome distintivo e informa a data da fundação da Loja

²¹⁴ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 08 e 09, 19º ano, outubro e novembro de 1894, p. 200.

²¹⁵ Centenária Loja Maçônica Cataguazense. Resumo Histórico da Loja Maçônica Cataguazense. Disponível em: <<http://www.cataguazense.com.br/historico/brevehist.htm>>. Acesso em: 23 de janeiro de 2018.

²¹⁶ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 368.

Cataguazense como sendo em 19 de outubro de 1888, e da Loja Flor da Viúva em 18 de dezembro de 1878 (figura 164).

Figura 164 – fundação da Loja Cataguazense

U 395. «Flor da Viuva» que passou á «Cataguazense» em 19 de Outubro de 1888, rit. . . esc. . . —Cataguazes, (Minas) —18 de Dezembro de 1878.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 368.

O site destaca alguns membros ilustres da Loja, como por exemplo: Quintino Bocaiuva e Osório Duque Estrada. A Loja foi considerada no século XIX um reduto de maçons que fugiam de perseguições políticas na capital federal, principalmente os defensores das ideias abolicionistas e republicanas. Segundo o site da Loja consta nas atas do ano de 1888, a visita de Saldanha Marinho, Saldanha da Gama e Quintino Bocaiuva. A Loja Cataguazense passou a servir de base regional para fundação de outras Lojas com o objetivo de difundir as ideias republicanas de Saldanha Marinho e Quintino Bocaiuva. No dia 02 de agosto de 1894, foi iniciado na Loja o advogado e jornalista, Joaquim Osório Duque Estrada, que no ano de 1904 escreveu a letra do Hino Nacional. O site informa que o hino foi chamado inicialmente de 7 de abril, tendo sido oficializado como Hino Nacional Brasileiro em 1922. A Loja frisa esse momento como motivo de orgulho para a Loja e para a cidade.

A Loja atuou em diversos seguimentos sociais, dentre eles a fundação do Hospital de Cataguazes e o Liceu Frederico de Barros. O *Livro Maçônico do Centenário*²¹⁷ de 1922 (figura 165) faz menção a existência de uma aula noturna mantida pela Loja desde 21 de junho de 1891.

Figura 165 – recorte da página 241 do Livro Maçônico do Centenário

A Loja Cataguazense, ao Oriente de Cataguazes, desde 21 de Junho de 1891, mantém uma aula para curso nocturno;

BASTOS, Octaviano; CARAJURÚ, Optafo; DIAS, Everardo. *Livro Maç. do Centenário*. Rio de Janeiro: s/d, 1922, p. 241.

²¹⁷ BASTOS, Octaviano; CARAJURÚ, Optafo; DIAS, Everardo. *Livro Maç. do Centenário*. Rio de Janeiro: s/d, 1922, p. 241.

O site da Loja não faz menção a existência dessa aula noturna funcionando em 1891, mas traz a notícia da criação do Liceu Frederico de Barros em 20 de abril de 1896. O Liceu recebeu o nome de seu idealizador, o maçom Frederico de Barros, que vendo a dificuldade educacional da mocidade da cidade propôs a Loja a criação de uma Liceu que funcionaria em sua sede. Fundado no dia 20 de abril de 1896, passou a atender jovens de ambos os sexos. No período diurno seriam atendidos alunos de ambos os sexos de 8 a 14 anos e no período noturno apenas jovens do sexo masculino com idade entre 20 e 25 anos.

As matrículas foram realizadas de 1º a 30 de junho de 1896 e as aulas iniciadas em 1º de julho do mesmo ano. Os maçons Frederico de Barros e o Tenente Fortunato Gomes da Silva, se prontificaram a dar aulas gratuitamente. A cidade não possuía eletricidade, fazendo com que as aulas noturnas fossem iluminadas por velas, lamparinas e lampiões, doados e mantidos pelos membros da Loja. Eram ministradas aulas de português, aritmética, geografia e francês. O site ainda fala sobre as perseguições religiosas sofridas pela Loja Maçônica; da defesa do protestantismo na cidade pelos maçons; entre outras atuações nos campos político, artístico, literário e religioso.

56) 1891 - Escola Gratuita - Loja Maçônica 21 de Março – Natal - RN

O *site Maçonaria Online*²¹⁸ traz a informação de que a Loja 21 de março ainda se encontra em atividade em Natal/RN, desde sua fundação em 21 de março de 1836. A Loja ainda filiada ao Grande Oriente do Brasil funciona na Rua Vigário Bartolomeu nº 635, edifício 21 de março, 1º andar, sala 101, Natal/RJ. O *boletim maçônico de 1896*²¹⁹ traz as seguintes datas: 3 de novembro de 1868, mudança do título distintivo de Sigilo Natalense para 21 de Março; e 1º de maio de 1864 como data de fundação da Loja 21 de Março (figura 166). O *site da GLERN*²²⁰ (Grande Loja Maçônica do Estado do Rio Grande do Norte) ao falar sobre a história da Maçonaria no Estado reitera que,

²¹⁸ Maçonaria Online. Disponível em: < <http://www.maconariaonline.com/loja/3076>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2018.

²¹⁹ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 355.

²²⁰ GLERN – Grande Loja Maçônica do Estado do Rio Grande do Norte. História da GLERN. Disponível em: <https://www.glern.org/copia-historia>. Acesso em: 21 de março de 2018.

segundo pesquisadores, a primeira Loja de Natal/RN, foi a Sigilo Natalense fundada em 1º de março de 1836.

Figura 166 – fundação da Loja 21 de Março

—30 de Março de 1864.
B 154. * «Sigillo Natalense» que passou a «21 de Março» em 3
de Novembro de 1868, rit.:. esc.:.—Natal,
(Rio Grande do Norte)—1 de Maio de 1864.
—3 de Maio

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 355.

Em relação a atuação dessa centenária Loja na área educacional no final do século XIX, foi possível encontrar em *boletim maçônico*²²¹ notícias da existência da escola gratuita e criada pela instituição em 1891 (figura 167). O primeiro documento já demonstrava a existência do estabelecimento de ensino em 1891 ao afirmar ter recebido expediente da Loja sobre os quadros de frequência dos alunos.

Figura 167 – recorte do Boletim Maçônico de 1891

EXPEDIENTE
Pr.:. da Aug.:. Loj.:. Cap.:. 21 de Março acompanhando
cópias dos quadros da frequencia dos alumnos da escola man-
tida pela Off.:.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 07, 16º ano, setembro de 1891, p. 211.

O boletim do ano de 1892 menciona que a escola gratuita mantida pela Loja 21 de Março tem como professor o maçom, Joaquim Peregrino da Rocha Fagundes, lecionando as seguintes matérias: português, aritmética, álgebra, geometria e trigonometria. O *boletim maçônico*²²² informa ainda que havia 86 alunos matriculados, sendo excluídos 21 alunos no decorrer do ano de 1892, restando ao final do ano letivo 65 alunos (figura 168).

²²¹ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 07, 16º ano, setembro de 1891, p. 211.

²²² Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 12, 16º ano, fevereiro de 1892, p. 416.

Figura 168 – recorte do Boletim Maçônico de 1892

**LOJA VINTE E UM DE MARÇO, ao oriente do Natal.—
Brilhante foi o resultado apresentado pela escola gratuita
mantida por esta Benemerita Officina.**

**Funcionaram as aulas seguintes em que foram matri-
culados 86 alumnos, tendo durante o anno sido excluidos
21, restando portanto 65 no fim do anno lectivo.**

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 12, 16º ano, fevereiro de 1892, p. 416.

57) 1893 - Escola Primária - Loja Maçônica Amor e Sinceridade – Macau
- RN

Há pouquíssimas informações sobre a Maçonaria no município de Macau no Rio Grande do Norte, principalmente no final do século XIX. As Lojas atualmente existentes na cidade remontam a segunda metade do século XX. Todavia, foi possível localizar em *boletim maçônico*²²³ a existência da Loja Amor e Sinceridade fundada em 28 de abril de 1891 (figura 169).

Figura 169 – fundação da Loja Amor e Sinceridade

**445. * «Amor e Sinceridade», rit. . . esc. . .—Macáo, (Rio
Grande do Norte)—28 de Abril de 1891.**

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 371.

Esse *boletim maçônico*²²⁴ de 1896, trazendo a data de fundação da Loja, deixa claro através do sinal de asterisco que a Loja ainda existia ao tempo da confecção do documento (figura 170).

Figura 170 – recorte do Boletim Maçônico de 1896

NOTAS

O signal * indica que a Loja ainda funciona.

U significa que a Loja teve Breve do Grande Oriente ao valle dos Benedictinos.

B significa que é Benemerita da Ordem.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 376.

²²³ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 371.

²²⁴ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 376.

A Loja Amor e Sinceridade no ano de 1893, segundo *boletim maçônico*²²⁵ do mesmo ano, havia inaugurado no dia 24 de junho um curso primário e secundário (figura 171). Nas aulas de primeiras letras eram ministradas as disciplinas: português, aritmética e geografia. Não foi possível identificar o tempo de existência do estabelecimento de ensino e também da Loja Amor e Sinceridade de Macau no Rio Grande do Norte.

Figura 171 – recorte do Boletim Maçônico de 1896

LOJ. . . AMOR E SINCERIDADE, ao Or. . . de Macáo, Estado do Rio Grande do Norte. — Esta Off. . . inaugurou no dia 24 de Junho um curso primario e secundario, ficando constituidas aulas de primeiras letras, portuguez, arithmetica e geographia.

Fazemos sinceros votos pela prosperidade e progresso da nova instituição.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 04 e 05, 18º ano, junho e julho de 1893, p. 201.

58) 1894 - Escola Gratuita - Loja Maçônica Azylo de Caridade – Petrópolis - RJ

A Loja Maçônica Azylo de Caridade da cidade Imperial, de acordo com *boletim maçônico*²²⁶ de 1896, foi fundada oficialmente em 14 de dezembro de 1889, filiada inicialmente ao Grande Oriente dos Beneditinos (figura 172). Essa Loja ainda atuante exerce suas atividades na Rua Silva Jardim, 310, Centro de Petrópolis/RJ.

Figura 172 – fundação da Loja Azylo de Caridade

B 438. * «Asylo de Caridade», rit. . . esc. . . —Petropolis, (Rio de Janeiro)—14 de Dezembro de 1889.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 371.

²²⁵ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 04 e 05, 18º ano, junho e julho de 1893, p. 201.

²²⁶ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 371.

O *site da Loja*²²⁷ não traz informações sobre a fundação da instituição, tampouco sobre qualquer atividade relacionada a educação, principalmente no final do século XIX. O *boletim maçônico*²²⁸ do Grande Oriente do Brasil, relata a existência de uma escola gratuita e de uma biblioteca fundada pela Loja em 24 de novembro de 1894 (figura 173). Para a direção da escola foi nomeado o orador da Loja, o maçom José Henrique T. Land. Essas informações são corroboradas por Magalhães (2013, p. 154), que também teve acesso a esses mesmos documentos.

Figura 173 – recorte do Boletim Maçônico de 1894

LOJ. . . ASYLO DE CARIDADE, ao Or. . . de Petropolis.
—Em 24 de Novembro celebrou esta Resp. . . Loj. . . uma
sessão magna solemne para a inauguração de uma escola
gratuita e para a fundação de uma bibliotheca, com grande
numero de visitantes e Senhoras, sendo a sessão presidida
pelo Ill. . . Ir. . . Ven. . . Manoel Alexandre de Oliveira.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 08 e 09, 19º ano, outubro e novembro de 1894, p. 222.

No ano seguinte, pelo trabalho em prol da instrução pública, a Loja Azylo de Caridade foi agraciada com o título de Benemérita da Ordem, através do Decreto nº 125 do Grande Oriente do Brasil, publicado no *boletim maçônico*²²⁹ em 1895 (figura 174).

Figura 174 – recorte do Boletim Maçônico de 1895

Considerando que a referida Off. . . tem trabalhado para o
desenvolvimento do progresso humano, com a criação e ma-
nutenção de uma escola e de uma bibliotheca que se acham
funcionando com toda a regularidade ;

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 20º ano, março de 1895, p. 07 e 08.

²²⁷ ARLS AZYLO DE CARIDADE 427. Nossa Loja. Disponível em: <https://azylodecaridade.mvu.com.br/site/nossa-loja/tmZXXKcspEV4-3/atr.aspx>. Acesso em: 23 de janeiro de 2018.

²²⁸ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 08 e 09, 19º ano, outubro e novembro de 1894, p. 222.

²²⁹ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 20º ano, março de 1895, p. 07 e 08.

59) 1895 - Escola Noturna - Loja Maçônica União e Caridade II – Casa Branca - SP

A Loja Maçônica União e Caridade de Casa Branca/SP é uma daquelas que há ínfimas informações sobre sua existência. A Loja Maçônica mais antiga em atividade na cidade de Casa Branca é a Loja Trabalho Honra Caridade. O *boletim maçônico*²³⁰ de 1896 (figura 175) data a fundação da Loja União e Caridade 2ª como sendo em 02 de junho de 1894.

Figura 175 – fundação da Loja União e Caridade II

472. * «União e Caridade 2ª», rit. . . esc. . . —Casa Branca,
(S. Paulo)—2 de Junho de 1894.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 373.

Sobre a escola fundada pela Loja foi possível encontrar a notícia de sua existência em *boletim maçônico*²³¹ de 1895, publicado no ano seguinte (figura 176). O boletim narra a viagem de uma comitiva do Grande Oriente do Brasil (poder central) em visita as Lojas paulistas. A comitiva ao passar por Casa Branca visitou as duas Lojas existentes no lugar, a Loja Trabalho e Honra (mais antiga) e posteriormente a Loja União e Caridade 2ª. No interior dessa Loja a comitiva se deparou com uma escola noturna existente no prédio da Loja frequentada por mais de 70 alunos. Não foi possível encontrar informações sobre o tempo de existência da Loja e da escola, entretanto, é possível inferir que essas duas Lojas se uniram no século XX, fundando a atual Loja Trabalho Honra Caridade da cidade de Casa Branca/SP.

²³⁰ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 373.

²³¹ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 11 e 12 (1895), 20º ano, janeiro e fevereiro de 1896, p. 461.

Figura 176 – recorte do Boletim Maçônico de 1896

Depois dirigimo-nos á outra Off. . . que, nova ainda, já tem valioso attestado dos seus serviços. Não possui ainda um predio de sua propriedade, o que lhe traz alguma dificuldade, mas, não obstante isso, a Loj. . . União e Caridade 2^a mantem uma escola nocturna bem frequentada, regulando a média da frequencia mais de 70, como verificamos, e tendo produzido os mais efficazes resultados pelo adiantamento dos seus alumnos, o que tambem verificamos.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 11 e 12 (1895), 20º ano, janeiro e fevereiro de 1896, p. 461.

60) 1895 - Lyceu Ganganelli - Loja Maçônica Ganganelli do Rio - Rio de Janeiro - RJ

A Loja Ganganelli do Rio, em atividade atualmente no bairro de Olaria na capital Carioca, foi fundada em 25 de junho de 1874, de acordo com o *boletim maçônico*²³² de 1896 (figura 177).

Figura 177 – fundação da Loja Ganganelli do Rio

U 293. * «Ganganelli do Rio», rit. . . mod. . .—Pod. Cent. . .
—25 de Junho de 1874.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 362.

Essa Loja, conforme notícia trazida pelo *boletim maçônico*²³³, fundou em 1895 o Lyceu Ganganelli. Nesse estabelecimento de ensino funcionava os ensinos: primário, secundário e profissionalizante (figura 178). O Lyceu e o nome da Loja são em homenagem ao maçom Saldanha Marinho, conhecido também pelo pseudônimo de Ganganelli. O auxílio inicial para fundação do Lyceu veio de uma doação do maçom, Dr. Fernando Luiz Osório, filho do General Osório. A página 389 desse boletim fala de um empréstimo feito pela Loja junto as Lojas coirmãs para aquisição de um prédio próprio para servir tanto ao estabelecimento de ensino quanto as atividades maçônicas.

²³² Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 362.

²³³ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 09 e 10, 20º ano, novembro e dezembro de 1895, p. 388-390.

Na época, segundo o boletim, a Loja Ganganelli do Rio contava com aproximadamente 500 membros. A Maçonaria carioca nesse período contava com expressivo número de membros e atuantes socialmente (MAGALHÃES, 2013, p. 155-156).

Figura 178 – recorte do Boletim Maçônico de 1895

LOJA GANGANELLI DO RIO, ao Oriente do Poder Central.—Mais um importante serviço vae esta officina prestar á nossa Ordem e á Sociedade em geral.
 Acaba ella de decretar a criação de um estabelecimento de ensino primario, secundario e profissional para o sexo masculino em externato, abrangendo: curso primario, curso secundario, curso commercial e artes e officios.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 09 e 10, 20º ano, novembro e dezembro de 1895, p. 388.

61) 1896 - Aula Noturna - Loja Maçônica Piracicaba – Piracicaba - SP

A cidade de Piracicaba/SP possui atualmente 15 Lojas Maçônicas, dentre elas a Loja Piracicaba, fundada, segundo *site do Grande Oriente de São Paulo*²³⁴, em 24 de novembro de 1875. Essa data de fundação também consta em *boletim maçônico*²³⁵ de 1896 (figura 179). Entre seus fundadores, destaca-se a figura de Prudente de Moraes, formado na Faculdade de Direito de São Paulo, o primeiro civil Presidente da República no Brasil.

Figura 179 – fundação da Loja Piracicaba

U 346. * «Piracicaba», rit.:. esc.:.—Constituição, hoje Piracicaba, (S. Paulo)—24 de Novembro de 1875.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 365.

A Loja Piracicaba aderindo ao movimento educacional lançado pela Maçonaria brasileira, fundou em 10 de julho de 1896 uma aula noturna gratuita (figura 180). O

²³⁴ Grande Oriente de São Paulo. Loja Piracicaba nº 340 completa 140 anos de história em Sessão Magna pública, 2015. Disponível em: <<http://www.gosp.org.br/noticia/loja-piracicaba-no-340-completa-140-anos-de-historia-em-sessao-magna-publica/>>. Acesso em 23 de janeiro de 2018.

²³⁵ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 365.

*boletim maçônico*²³⁶ de 1896, também é citado por Magalhães (2013) ao falar sobre o curso noturno fundado pela Loja. Havia previsão de atendimento a somente 30 alunos, contudo, logo no início apareceram para matrícula 60 alunos, posteriormente havia cerca de 80 alunos matriculados. As aulas eram ministradas gratuitamente pelo maçom João Theodoro Haffenbaeher. O acesso a aula noturna era destinado a alunos pobres, de idades variadas, sendo fornecido gratuitamente todo o material escolar.

Figura 180 – recorte do Boletim Maçônico de 1896

LOJA PIRACICABA, ao Or. . de Piracicaba.—Em 10 de Julho do corrente anno realisou esta Off. . a sua primeira festa depois do reerguimento de suas columnas, para solemnizar a abertura de uma aula nocturna gratuita no edificio de seu templo.
Marcava o numero de trinta alumnos o regimento interno approved para a mesma aula, mas logo no seu inicio elevou-se esse numero á sessenta e hoje a aula conta, matriculados, oitenta alumnos.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 07 e 08, 21º ano, setembro e outubro de 1896, p. 480.

62) 1896 - Escola Noturna - Loja Maçônica Fraternidade – Santos - SP

A Loja Fraternidade de Santos, ainda atuante, possui 164 anos de história. O *site da Loja*,²³⁷ assim como o *site do Grande Oriente do Brasil*,²³⁸ contam o mesmo enredo histórico desde 05 de janeiro de 1853, ano de sua fundação. O *boletim maçônico*²³⁹ de 1896 diverge quanto a data de fundação da Loja, apontando a data de 1º de agosto de 1859 (figura 181). Essa data certamente é de mera formalidade, também conhecida como regularização, pois o próprio Grande Oriente do Brasil, em seu site aponta como data de fundação os primeiros dias do ano de 1853, como visto acima.

²³⁶ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 07 e 08, 21º ano, setembro e outubro de 1896, p. 480.

²³⁷ Loja Maçônica Fraternidade de Santos nº 132. Nossa história. Disponível em: < <http://www.maconaria.com.br/pagina.php?id=2>>. Acesso em: 24 de janeiro de 2018.

²³⁸ Grande Oriente do Brasil. 164 Anos da Loja Maçônica Fraternidade de Santos. 16 de janeiro de 2017. Disponível em: < <https://www.gob.org.br/164-anos-da-loja-maconica-fraternidade-de-santos/>>. Acesso em: 24 de janeiro de 2018.

²³⁹ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 354.

Figura 181 – fundação da Loja Fraternidade

B 133. * «Fraternidade», rit.:. esc.:.—Santos, (S. Paulo)—
—1 de Agosto de 1859.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 354.

Os sites trazem a fala do maçom, Dr. Bernardo Avelino Gavião Peixoto, na noite do dia 05 de janeiro de 1853, quando conclamou a todos os presentes na sessão para juntos fundarem uma Loja Maçônica na cidade.

Meus senhores, o objeto que se deve ocupar esta reunião para a qual vós fostes convidados, é discutir o pedido que a Loja Piratininga me fez; nele, essa Augusta Loja solicita-me esforços em criar uma Loja Maçônica no Vale de Santos. Essa Loja deverá tomar aos ombros, a grande como difícil empresa de esmolar ao pobre. Como não posso por mim só decidir uma questão de muita gravidade e nem tão pouco, responder de improviso a semelhante convite, eu os convidei para que, comparecendo à esta reunião, decidam da conveniência ou não conveniência de semelhante objeto e me ajudassem a dar uma definitiva solução a uma questão de tão alta importância (Grande Oriente do Brasil, 16/01/2017; Loja Maçônica Fraternidade de Santos nº 132, 24/01/2018).

O Site da Loja ao traçar a história da instituição destaca que, a Loja nunca interrompeu os seus trabalhos, mesmo durante o estado de guerra decretado pelo presidente Getúlio Vargas, quando as reuniões maçônicas foram proibidas pelo governo em todo o Brasil. Os livros e documentos da Loja foram confiscados, seus prédios lacrados, mas as reuniões continuaram a ser realizadas, embora na clandestinidade, nas residências dos membros da Loja.

Em relação a atuação educacional, a Loja fundou no ano de 1896, uma escola noturna para menores e adultos de ambos os sexos. Essa informação conta no *boletim maçônico*²⁴⁰ de 1896 (figura 182).

²⁴⁰ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 09, 21º ano, novembro de 1896, p. 550-551.

Figura 182 – recorte do Boletim Maçônico de 1896

BENEMERITA LOJA FRATERNIDAE, ao Oriente de Santos, Estado de S. Paulo. — Esta Benemerita Officina conferiu o titulo de benemerito com a respectiva medalha de ouro ao seu obreiro João Domingues de Souza, por proposta do presli-moso irmão Dr. Sacramento Macuco.

Somos tambem informados de que dentro de pouco tempo esta Ben. . . Loj. . . inaugurará, no pavimento terreo do edificio de sua propriedade, uma escola nocturna para me-nores e adultos de ambos os sexos.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 09, 21º ano, novembro de 1896, p. 550.

Como observado aqui, as informações referentes a escola e outras atividades da instituição no final do século XIX e na primeira metade do século XX, foram perdidas por causa do impedimento as atividades maçônicas no período da ditadura de Getúlio Vargas. A Loja Fraternidade de Santos parece não ter abandonado o apreço a educação, pois consta em seu site que a instituição conduz atualmente o Educandário Anália Franco, que educa e forma aproximadamente 370 crianças. A Loja também mantém um empreendimento chamado *A Casa do Sol*, que atende até 160 moradores, possibilitando uma vida mais feliz, mais digna, àqueles que já viveram a maior parte de suas existências. “São duas entidades consideradas como modelos de boa administração e de atendimento humano aos menos afortunados na vida, desamparados pela sociedade e governos” (Loja Maçônica Fraternidade de Santos nº 132. Nossa história. Disponível em: < <http://www.maconaria.com.br/pagina.php?id=2>>. Acesso em: 24 de janeiro de 2018).

63) 1896 - Lyceu e Escola Noturna - Loja Maçônica Vigilância e Segredo
– Recife - PE

Apesar da Loja Vigilância e Segredo ainda se manter atuante desde sua fundação no final do século XIX, não foi possível encontrar informações sobre a história da Loja e de suas atuações sociais na cidade, especialmente na área educacional. Foram realizados contatos telefônicos com a Loja e com alguns membros, assim como pesquisas via internet e etc., a fim de levantar mais dados para a pesquisa,

todavia, as tentativas foram infrutíferas. A notícia da existência da Loja no século XIX, e de sua fundação foram extraídas do *boletim maçônico*²⁴¹ de 1896 (figura 183).

Figura 183 – fundação da Loja Vigilância e Segredo

457. * «Vigilancia e Segredo», rit. . . esc. . . —Recife, (Pernambuco) —1 de Julho de 1893.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 372.

A cidade de Recife, no Estado de Pernambuco, sempre foi uma referência maçônica no país, principalmente no século XIX. Havia na cidade de Recife aproximadamente 17 Lojas Maçônicas atuantes no final do século XIX e início do século XX. O *boletim maçônico*²⁴² de 1896, traz a notícia da fundação de um liceu e de uma escola noturna pela Loja Vigilância e Segredo no final do ano de 1896 (figura 184). Essa notícia foi dada na posse da diretoria administrativa da instituição para o ano de 1896 a 1897, quando a Loja exercia suas atividades no prédio da Loja Cavaleiros da Cruz. A Loja contava, no ano de 1896, com 200 membros em seu quadro.

Figura 184 – recorte do Boletim Maçônico de 1896

LOJA VIGILANCIA E SEGREDO. —No dia 12 de Abril do corrente anno foi empossada a administração annua desta distincta Loja, ao Oriente do Recife e que deve funcçionar no exercicio de 1896 —1897.

Continuamos a funcçionar neste Templo, que nos tem cedido a Ben. . . Loj. . . Cap. . . «Cavalleiros da Cruz» mediante razoavel retribuição, porque ainda não conseguimos edificio apropriado pelas dimensões, sendo tambem esse o motivo que nos tem inhibido de desenvolver, na pratica, algumas idéas vantajosas á nossa propaganda e aos nossos fins, como a criação de um lyceu, escola nocturna, etc., em proveito dos desfavorecidos de recursos.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 395-397.

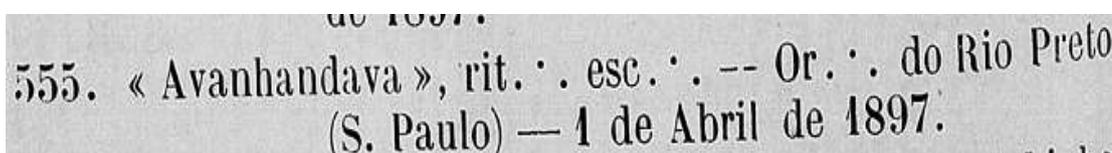
²⁴¹ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 372.

²⁴² Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 395-397.

64) 1897 - Atheneo Riopretense - Loja Maçônica Avanhandava - São José do Rio Preto - SP

A Loja Avanhandava foi instalada em São José do Rio Preto em 1º de abril do ano de 1897, segundo notícia trazida pelo site *Luz do Universo*.²⁴³ Essa Loja, segundo o site, foi fundada pelos maçons Ezequiel Guimarães Correa e Pedro Amaral Campos, ambos pertencentes a Loja Maçônica *Fé e Esperança* de Jaboticabal/SP. A fundação oficial da Loja consta no *boletim maçônico*²⁴⁴ de 1897, como sendo no dia 1º de abril de 1897, portanto, mesma data informada pelo site Luz do Universo (figura 185).

Figura 185 – fundação da Loja Avanhandava



Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 05 e 06, 22º ano, julho e agosto de 1897, p. 264.

Essa Loja, segundo informações no site, deixou de existir em 1907, após ter seu título distintivo alterado para *Firmeza a Valter* em 1899. Em seu pouco tempo de existência a Loja Avanhandava atendeu ao clamor maçônico de abrir escolas. Segundo Magalhães (2013), a Loja Avanhandava aprovou em 25 de setembro de 1897 o estatuto do *Atheneo Rio Pretense*, onde seriam ministradas as disciplinas: língua e literatura portuguesa, aritmética, geografia, história, matemáticas elementares, desenho linear e arquitetônico, elementos de geologia, física, zoologia e botânica, francês, italiano, e como exercício recreativo ginástica e esgrima (MAGALHÃES, 2013, p.160).

A instituição de ensino criada pela Loja Avanhandava foi noticiada no *boletim maçônico*²⁴⁵ de 1897 (figuras 186 e 187). O documento além de fazer menção ao estatuto da escola, traz um emblemático discurso do Venerável da Loja, o Tenente Coronel Pedro Amaral Campos que diz: “enquanto o povo não compreender os seus direitos e seus deveres cívicos, teremos uma República, mas não teremos republicanos. O remédio contra isto está exclusivamente na instrução popular”.

²⁴³ Luz do Universo. Maçonaria Rio Pretense. Disponível em: <http://www.luzdouniverso.org.br/historiamaconaria.htm>. Acesso em: 25 de janeiro de 2018.

²⁴⁴ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 05 e 06, 22º ano, julho e agosto de 1897, p. 264.

²⁴⁵ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 07 e 08, 22º ano, setembro e outubro de 1897, p. 362-364.

Figura 186 – recorte do Boletim Maçônico de 1897

AUG. . . E RESP. . . LOJ. . . « AVANHANDAVA », ao
Or. . . de S. José do Rio Preto, (Estado de S. Paulo).

(Sess. . . n. 8 do dia 25 de Setembro E. . . V. . .)

O Ven. . . da Loj. . . « *Avanhandava* », Tenente-Coronel Pedro de Amaral Campos, tendo participado aos Iir. . . , na sessão do dia 18 de Setembro, o projecto de crear uma escola secundaria auxiliada pela Loj. . . e tendo este projecto encontrado o applauso de todos os Iir. . . , fez, na sessão do dia 25, preceder á leitura do estatuto do seguinte exordio :

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 07 e 08, 22º ano, setembro e outubro de 1897, p. 362.

Figura 187 – recorte do Boletim Maçônico de 1897

Dada leitura do Estatuto, este foi objecto de uma longa e viva discussão que veio patentear o interesse dos Iir. . . pela projectada instituição, acabando por ser approvedo a unanimidade.

O ensino do Atheneo Rio Pretense (que tal é o nome dado á nova escola) será feito gratuitamente para Iir. . . da Loj. . . *Avanhandava* e comprehenderá as seguintes materias: Lingua e litteratura portugueza, Arithmetica, Geographia, Historia, Mathematicas elementares, desenho linear e architectonico, elementos de geologia, physica, zoologia e botanica, comprehensão de francez, italiano, e como exercicio recreativo gymnastica e esgrima.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 07 e 08, 22º ano, setembro e outubro de 1897, p. 364.

65) 1898 - Escola Gratuita e Biblioteca da Loja Maçônica União Itaperunense - Itaperuna - RJ

A Loja Maçônica União Itaperunense foi fundada em 29 de maio de 1896. Entre seus fundadores figuravam proprietários rurais, advogados, comerciantes, jornalistas, militares e outros. As atividades dessa Loja foram interrompidas

definitivamente em 1933, quando surgiu em seu lugar a Loja Fraternidade Norte Fluminense, que funciona até os dias atuais (PIROZI, 2013, p. 72).

Oficialmente, de acordo com o *boletim maçônico*²⁴⁶ de 1896, essa Loja teria sido fundada em 1º de julho de 1896 (figura 188).

Figura 188 – fundação da Loja União Itaperunense

526. * «União Itaperunense», rit. . . esc. . . — Itaperuna, (Rio de Janeiro) — 1 de Julho de 1896.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 376.

A atuação da Loja no campo educacional na cidade de Itaperuna, interior do Estado do Rio de Janeiro, pode ser observada na notícia trazida pelo *boletim maçônico*²⁴⁷ de 1898, que fala sobre a fundação de uma escola gratuita e uma biblioteca em 12 de março de 1897 (figura 189). Não foi possível encontrar mais informações sobre a atuação da Loja nos últimos anos do final do século XIX, especialmente por causa de sua dissolução ainda na primeira metade do século XX.

Figura 189 – recorte do Boletim Maçônico de 1898

Loj. . . «UNIÃO ITAPERUNENSE», ao Or. . . de Itaperuna. — Transcripto no jornal *O Templo*, órgão da Loj. . ., fundado e mantido pelo seu digno Ven. . . o Pod. . . Ir. . . Alfredo Joaquim de Oliveira, recebemos o relatório administrativo do anno Maçon. . . de 5897 apresentado e lido em sessão magna de posse, realizada em 12 de Março findo.

E' um trabalho minucioso, por onde se vê que aquella Resp. . . Off. . . trata da aquisição de um edificio social, de fundar uma escola gratuita, bibliotheca, conferencias publicas ; manter assistencias medica e judiciaria.

Felicitemos a Aug. . . Loj. . . União Itaperunense e fazemos sinceros votos pela sua prosperidade.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 02, 23º ano, abril de 1898, p. 164.

²⁴⁶ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 376.

²⁴⁷ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 02, 23º ano, abril de 1898, p. 164.

66) 1899 - Escola Noturna - Loja Maçônica Conciliação Amazonense - Manaus - AM

Atuante em nossos dias, a Loja Maçônica Conciliação Amazonense da cidade de Manaus/AM, foi fundada em 30 de novembro de 1894, segundo informações trazidas pelo site *Maçonaria Online*²⁴⁸. O *boletim maçônico*²⁴⁹ de 1896 (figura 190), data a fundação dessa Loja em 23 de janeiro de 1895.

Figura 190 – fundação da Loja Conciliação Amazonense

478. * «Conciliação Amazonense», rit. . . mod. . .—Manáos,
(Amazonas)—23 de Janeiro de 1895.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 373.

A Loja Conciliação Amazonense foi condecorada com o título de Benemerita através do Decreto nº 161 de 22 de dezembro de 1899 por manter uma escola funcionando com regularidade (MAGALHÃES, 2013, p. 160.) Magalhães (2013), aponta o boletim maçônico nº 10, 24º ano de publicação, de dezembro de 1899, páginas 610 e 611, como documento comprobatório de transcrição do Decreto, todavia, esse documento não faz menção ao decreto, tampouco a qualquer escola fundada pela Loja Conciliação Amazonense. No ano de 1899 há disponível na Fundação Biblioteca Nacional apenas 02 (dois) arquivos digitais contendo boletins maçônicos: o de número 10 e os de números 11 e 12, porém, após leitura em ambos não foi encontrado o Decreto mencionado por Magalhães (2013, p. 160).

Essa Loja, mesmo mantendo suas atividades atualmente, não possui informações sobre sua atuação na educação nos anos finais do século XIX. Entretanto, apesar das informações imprecisas de Magalhães (2013), foi possível encontrar a notícia da fundação de escolas noturnas elementares pela Loja Conciliação Amazonense no *boletim maçônico*²⁵⁰ de números 11 e 12 de 1899 (figura 191).

²⁴⁸ Maçonaria Online. Conciliação Amazonense 3. Disponível em: < <http://www.maconariaonline.com/loja/2762>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2018.

²⁴⁹ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 373.

²⁵⁰ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 11 e 12, 23º ano, janeiro e fevereiro de 1899, p. 714.

Figura 191 – recorte do Boletim Maçônico de 1899

A Loj.°. «Conciliação Amazonense» a principio celebrou as suas sessões no templo da sua benemerita co-irmã «Esperança e Porvir», que gentilmente o cedera, e depois em edificio que alugou e adaptou convenientemente. Ultimamente ficou resolvida a compra de um terreno para o seu Templo.

Esta Off.°. muito tem se esforçado pela causa da instrução popular e de coração desejamos que os seus esforços sejam sempre coroados do melhor exito.

A principio effectuou conferencias publicas que teve de interromper por motivo de ordem superior e ultimamente resolveu abrir escolas nocturnas elementares, tendo para o seu custeio creado uma receita especial, jamais applicavel a qualquer outro fim.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 11 e 12, 23º ano, janeiro e fevereiro de 1899, p. 714.

O boletim também destaca o esforço da Loja pela causa da instrução popular iniciado após conferências públicas, que mesmo após ter que interromper as conferências, resolver criar escolas noturnas gratuitas, pois todas as despesas seriam providas pela instituição.

67) 1899 - Escola Noturna José de Carvalho - Loja Maçônica Fraternidade Paranaense – Curitiba - PR

A Loja Fraternidade Paranaense da capital do Estado do Paraná, foi fundada em 1º de abril do ano de 1897. Essa informação está disponível no *site Maçonaria Online*²⁵¹. O *boletim maçônico*²⁵² de números 05 e 06 de 1897 (figura 192) informa que, a Loja Fraternidade Paranaense foi fundada em 1º de junho de 1897 na cidade de Curitiba no Estado do Paraná.

²⁵¹ Maçonaria Online. Fraternidade Paranaense 5. Disponível em: <<http://www.maconariaonline.com/loja/2151>>. Acesso em: 27 de janeiro de 2018.

²⁵² Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 05 e 06, 22º ano, julho e agosto de 1897, p. 265.

Figura 192 – fundação da Loja Fraternidade Paranaense

564. « Fraternidade Paranaense », rit. .°. esc. .°. — Or. .°.
de Curityba (Paraná) — 1 de Junho de 1897.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 05 e 06, 22º ano, julho e agosto de 1897, p. 265.

No *site do Museu Maçônico Paranaense*²⁵³ não há notícias sobre o funcionamento da Loja no final do século XIX, tampouco sobre a atuação da instituição na área educacional. O site inicia a história da Loja após sua migração do Grande Oriente do Brasil para a Grande Loja Maçônica do Estado do Paraná, em 13 de dezembro de 1946.

Em relação a escola noturna fundada pela Loja, a única notícia encontrada vem de um pequeno parágrafo do *Livro Maçônico do Centenário*²⁵⁴ de 1922. Nele há a notícia da fundação da escola noturna denominada José de Carvalho, criada em 07 de setembro de 1899, pela Loja Fraternidade Paranaense (figura 193). O pequeno trecho ainda informa que, no ano de 1922 a frequência nessa escola era de 40 alunos.

Figura 193 – recorte da página 242 do Livro Maçônico do Centenário

No Paraná existe:
A escola nocturna «José de Carvalho», da Loja Fraternidade Paranaense, ao Oriente de Curityba, fundada em 7 de Setembro de 1899, frequentada, actualmente, por 40 alumnos;

BASTOS, Octaviano; CARAJURÚ, Optafo; DIAS, Everardo. *Livro Maç. do Centenário*. Rio de Janeiro: s/d, 1922, p. 242.

Assim, se encerram as buscas pelas escolas fundadas pela Maçonaria brasileira no final do século XIX. Durante o curto espaço de tempo destinado a pesquisa foi possível compreender que, uma das principais instituições educacionais nas décadas de 1870 e 1880 foi a Sociedade Propagadora da Instrução Popular que deu origem, em

²⁵³ Museu Maçônico Paranaense. Loja Maçônica Fraternidade Paranaense nº 0.005, Curitiba-PR. Disponível em: http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/LojaPRate1973/0005_GLPR_Hist.htm. Acesso em: 27 de janeiro de 2018.

²⁵⁴ BASTOS, Octaviano; CARAJURÚ, Optafo; DIAS, Everardo. *Livro Maç. do Centenário*. Rio de Janeiro: s/d, 1922, p. 242.

1883, ao Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Ribeiro (2011), vai além, e liga a Maçonaria e o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo a *Burschenschaft* (Bucha), uma sociedade secreta dos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo (RIBEIRO, 2011, p. 59-63).

Ribeiro (2011) é enfática ao falar do envolvimento de maçons da Bucha no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, principalmente dos membros da Loja América. A autora destaca também que, “a fundação dessas escolas mantidas pela Maçonaria se dava em meio à discussão sobre a obrigatoriedade do ensino” (RIBEIRO, 2011, p. 63-65).

Colussi (1998), fala da existência de escolas fundadas pela Maçonaria no Rio Grande do Sul entre 1899 e 1901.

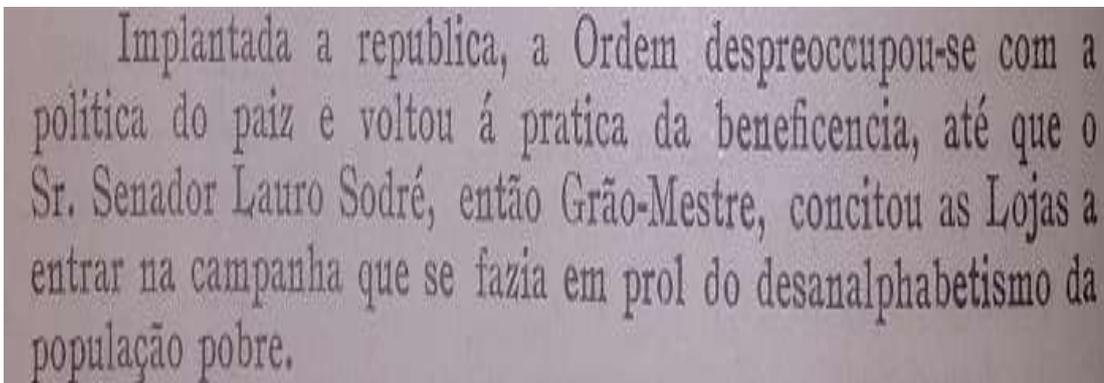
Foram localizadas as seguintes informações sobre a existência de escolas maçônicas: em Alegrete, a loja Luz e Verdade instalou uma escola pública noturna dirigida por Cassiano de Assis Pacheco (1900) e, (...); na cidade de D. Pedrito, a primeira notícia é de 22 de abril de 1900, quando foi criada uma Escola de Primeiras Letras e que se transformou em 1908 no Ateneu Maçônico Pedritense, um curso primário e secundário mantido pela loja Cruzeiro do Sul III; em Passo Fundo, a loja Concórdia do Sul criou uma escola noturna chamada Guilherme Dias, inaugurada em 1903; na cidade de Pelotas, em 1896, foi aprovada a instalação de um curso noturno gratuito, que funcionaria na loja Rio Branco; também em Pelotas, em 1902, foi criado o Ginásio Pelotense (...); em Porto Alegre, o Colégio Gangnelli, no final do século XIX; ainda em Porto Alegre, a aula noturna Instrução e Trabalho que, no ano de 1899, contava com 67 alunos matriculados (...); em Santiago, em 1901, iniciaram as aulas noturnas dirigida a filhos de maçons na loja Estrela Santiaguense (...) (COLUSSI, 1998, p. 419-423).

As informações trazidas por Colussi (1998), contidas em sua Tese de Doutorado pela Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sobre a Maçonaria no Rio Grande do Sul, relata que, boa parte dessas escolas fundadas no século XIX se tornaram maiores e mais abrangentes na área educacional em suas cidades.

A fundação de escolas maçônicas tinha como pressuposto básico da pedagogia maçônica a laicidade do ensino. Esse movimento iniciado em 1869 se tornou ainda maior no século XX, principalmente durante a gestão de Lauro Sodré como Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil no período compreendido entre 1904 e 1916, que foi um incentivador da criação de escolas (MAGALHÃES, 2013, p. 166).

O *Livro Maçônico do Centenário*²⁵⁵ enfatiza o apoio a educação dado pelo Grão-Mestre da Ordem, Senador Lauro Sodré, principalmente com a edição do Decreto nº 513 (figura 194).

Figura 194 – recorte da página 216 do Livro Maçônico do Centenário



BASTOS, Octaviano; CARAJURÚ, Optafo; DIAS, Everardo. *Livro Maç. do Centenário*. Rio de Janeiro: s/d, 1922, p. 216.

É possível que exista uma imprecisão na contagem de um total de 67 escolas e/ou aulas maçônicas criadas entre 1869 e 1900, pois motivadas por divergências ou por não acharem necessário, algumas Lojas não informavam suas atividades ao poder central. Ademais, há de se levar em consideração o trâmite de correspondências no país no final do século XIX. No entanto, o número de escolas, bibliotecas, orfanatos e educandários cresceram exponencialmente no século XX, principalmente no Estado de São Paulo. Essa informação pode ser lida no *Livro Maçônico do Centenário de 1922*²⁵⁶, onde destaca-se a Loja Sete de Setembro que mantinha em 1922 um total de 40 escolas frequentadas por 3.646 alunos (figura 195).

²⁵⁵ BASTOS, Octaviano; CARAJURÚ, Optafo; DIAS, Everardo. *Livro Maç. do Centenário*. Rio de Janeiro: s/d, 1922, p. 216.

²⁵⁶ BASTOS, Octaviano; CARAJURÚ, Optafo; DIAS, Everardo. *Livro Maç. do Centenário*. Rio de Janeiro: s/d, 1922, p. 246.

Figura 195 – recorte da página 246 do Livro Maçônico do Centenário

Em S. Paulo, existem:
 As 40 escolas da Loja Sete de Setembro, ao Oriente de S. Paulo, frequentadas, actualmente, por 3646 alumnos;
 As 3 escolas nocturnas da Loja Perseverança 3.^a, ao Oriente de Sorocaba, frequentadas por 121 alumnos;
 As 2 escolas da Loja Fraternidade, ao Oriente de Santos, fundadas em 15 de Novembro de 1917, e 14 de Janeiro de 1918, sendo que, em 2 de Maio de 1919, a Officina as reuniu sob a denominação de «Grupo Escolar Fraternidade»;
 As 3 escolas da Loja Lealdade e Firmeza, ao Oriente de S. Paulo, com a frequencia actual de 249 alumnos;

BASTOS, Octaviano; CARAJURÚ, Optafo; DIAS, Everardo. *Livro Maç. do Centenário*. Rio de Janeiro: s/d, 1922, p. 246.

Magalhães (2013), após acesso e leitura do boletim maçônico de janeiro de 1927, destaca o quantitativo de escolas maçônicas em 1926.

Até 31 de dezembro de 1926, existiam 148 escolas Maçônicas em operação, com o total de 7.603 alunos nelas matriculados, distribuídos na seguinte ordem: Acre, 16; Amazonas, 6; Bahia, 5; Ceará, 3; Espírito santo, 2; maranhão, 2; Minas Gerais, 12; Pará, 10; Paraíba, 2; Paraná, 5; Piauí, 1; Pernambuco, 6; Poder Central, 1; Rio Grande do Norte, 2; Rio Grande do Sul, 3; Rio de Janeiro (Estado), 11; Santa Catarina, 2; São Paulo, 59 (MAGALHÃES, 2013, p. 237).

Apesar do pouco crescimento (de 128 para 148 escolas), em relação ao contido na tabela trazida pelo Livro Maçônico do Centenário no ano de 1922, é possível notar que, a Maçonaria brasileira ainda demonstrava em 1926, certa preocupação com a educação, principalmente com a erradicação do analfabetismo, campanha maçônica das primeiras décadas do século XX, ponto esse que pode ser fruto de pesquisas futuras. A Maçonaria no Brasil pode se constituir um campo fértil a pesquisas futuras. Essas podem ser feitas em relação a atuação maçônica em determinada cidade ou região. Espera-se que esse trabalho sirva de inspiração a novos pesquisadores. Ao encerrar esse capítulo nada mais oportuno que destacar a imagem da sede do Grande

Oriente do Brasil, contido na página 390 do *Livro Maçônico do Centenário*²⁵⁷ de 1922 (figura 196).

Figura 196 – recorte da página 390 do Livro Maçônico do Centenário



BASTOS, Octaviano; CARAJURÚ, Optafo; DIAS, Everardo. *Livro Maç. do Centenário*. Rio de Janeiro: s/d, 1922, p. 390.

²⁵⁷ BASTOS, Octaviano; CARAJURÚ, Optafo; DIAS, Everardo. *Livro Maç. do Centenário*. Rio de Janeiro: s/d, 1922, p. 390.

4. A INFLUÊNCIA DA MAÇONARIA NAS GRANDES MUDANÇAS DO FINAL DO SÉCULO XIX NO BRASIL

4.1 A INFLUÊNCIA MAÇÔNICA NA ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA NO FINAL DO SÉCULO XIX

A professora doutora, Célia Maria Marinho de Azevedo, do departamento de História da UNICAMP, no prefácio do livro *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870-1910)*, de autoria de Alexandre Mansur Barata (1999), comentou sobre a importância de trazer à cena a atuação da Ordem maçônica nas últimas décadas do século XIX. Segundo a professora, Barata (1999), após cuidadosa pesquisa, comprovou que a instituição se engajou nos mais diversos debates intelectuais no final do século XIX, formando um grupo de pressão política em defesa da abolição da escravidão, de um Estado laico e da universalização do ensino, sobretudo das classes populares e da inclusão feminina (BARATA 1999, p. 16).

O termo *Ilustração Brasileira* ou movimento *Ilustrado* tem como cerne a crença absoluta no poder das ideias; confiança total na ciência ou espírito científico e a certeza de que a educação intelectual é o caminho legítimo para aperfeiçoar os homens, dando-lhes, inclusive, um destino moral. Herança iluminista “acrescida de uma visão histórica que seria fundamental para a nossa imagem do mundo” (BARROS, 1986, p. 23). Segundo Barros (1986), os defensores da ilustração brasileira tinham o propósito de *ilustrar* o país, iluminando-o pela ciência e pela cultura; fazer das escolas *focos de luz* com o objetivo de criar uma identidade nacional.

Era a crença de que a mentalidade do nosso povo só alcançaria o nível de países mais avançados com a renovação cultural e reforma no ensino público. Esse movimento, de acordo com Barros (1986), é “antes de tudo um esforço de universalização” tendo como marco os primeiros anos da década de 1870, e como base natural dessa transformação, a escola. O autor informa que a ilustração brasileira não foi um movimento popular e sim proveniente da elite da época. A ideia de ilustração trouxe consigo uma ameaça ao catolicismo, religião oficial do Brasil Imperial (BARROS, 1986, p. 25-27).

Barata (1999) destaca a compreensão de Barros (1986) em relação ao movimento ilustrado brasileiro que, trouxe a partir da década de 1870, uma gama de debates no seio da sociedade. As discussões buscavam traçar linhas a fim de nortear a

organização social do país através de um esforço de integração a cultura do velho continente. Esperava-se que, através do ensino, do aperfeiçoamento da instrução, surgisse uma mentalidade nova, integrada a modernidade europeia da época (BARATA, 1999, p. 19).

Conforme salienta Barata (1999), esse fenômeno denominado *Ilustração brasileira*, descrito por Roque Spencer Maciel de Barros (1986), estrutura-se em três matrizes de mentalidades que marcariam a intelectualidade do final do século XIX no Brasil: a católico-conservadora, a liberal e a cientificista. Os liberais defendiam a liberdade de consciência e a individualidade em face de uma visão social que demandava a preponderância da sociedade sobre o indivíduo; em se tratando de Brasil, resolver os problemas entre Estado e indivíduo (BARATA, 1999, p. 19-20).

Por sua vez, os cientificistas, baseavam-se na supervalorização da ciência para solucionar todos os males humanos. Compreendiam que, a evolução humana, estaria ligada a obediência às leis naturais. No Brasil, os cientificistas eram influenciados pelo positivismo de Auguste Comte que propunha uma evolução humana em conformidade com as leis dos estados teológicos, metafísicos e positivos. Já a mentalidade conservadora possuía sua representatividade na Igreja Católica. Essa corrente de pensamento acreditava que a única interpretação legítima seria a do clero; eram contrárias as visões liberais e cientificistas; negavam as liberdades de culto e de consciência em defesa da Monarquia que consideravam a melhor forma de governo; repudiavam a educação laica; e, concordavam com os privilégios católicos advindos do Estado (BARATA, 1999, p. 20-21).

Barata (1999), destaca os interlocutores do pensamento liberal e do pensamento conservador no país. A Maçonaria herdeira das luzes iluministas representava o movimento liberal e cientificista. A Igreja Católica fortalecida pelo processo de romanização era a defensora do pensamento conservador. Essa dicotomia entre progresso (pensamento liberal) e atraso (pensamento conservador) foi amplamente debatida após 1870. Barata (1999) fala que, o pensamento liberal visava criar uma nova identidade através da recusa ao atraso representados pela Monarquia, pelo Português, pela Colônia e pela Igreja. Os pedreiros livres brasileiros estiveram inteiramente ligados ao movimento da Ilustração Brasileira do final do século XIX,

principalmente pelos prismas das dimensões dos discursos e de sua organização (BARATA, 1999, p. 22).

*Os boletins maçônicos*²⁵⁸²⁵⁹ (figuras 197 e 198) deixam claro o embate entre a Maçonaria, no que chama de século de ilustração, com seu pensamento liberal e a Igreja Católica defensora do pensamento conservador.

Figura 197 – recorte do Boletim Maçônico de 1873

Depois das bullas pontificias de Clemente XII, Benedicto XIV, Pio VII e Leão XII e do assassinato de Jacques de Molay, a nossa instituição parecia livre da perseguição dos jesuitas, sendo para notar que a ultima enciclica de Pio IX organisasse de novo uma formidavel cruzada neste seculo de illustração, contra uma associação, tão conhecida por suas nobres tendencias e tão injustamente calumniada pela ignorancia crassa e pelo cego fanatismo.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 2º ano, janeiro de 1873, p. 17.

Figura 198 – recorte do Boletim Maçônico de 1873

O menino, aprende a oração dominical, a invocação e a saudação angelica, mas não as orações adrede forjadas para incutir-lhe no espirito o temor de Deus, que quer ser amado, mas não temido.

Torna-se homem, aprofunda seu saber e encara as cousas com os olhos limpidos pela sciencia e não obscurecidos pela ignorancia.

O Jesuitismo não é para o nosso seculo, porque elle quer dominar e hoje o povo é livre e não escravo, elle préga a ignorancia e o povo illustra-se, fugindo do convento para a escola.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 07, 7º na, julho de 1878, p. 297.

²⁵⁸ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 2º ano, janeiro de 1873, p. 17.

²⁵⁹ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 07, 7º na, julho de 1878, p. 297.

A compreensão do discurso maçônico da época visto através de uma visão interna, torna possível entender sua atuação no espaço social como a instituição que propagou as ideias liberais no Brasil, principalmente após a década de 1870. Entretanto, não é simples pesquisar uma instituição reservada, que utiliza um vocabulário específico composta de símbolos e rituais estranhos à maioria da população. Isso sem dúvida é uma barreira que dificulta pesquisas acadêmicas, mas que pode e deve ser transposta por pesquisadores, pois há um lastro gigantesco de documentos e livros que podem dimensionar estudos sobre a ordem e sua participação na história brasileira (BARATA, 1999, p. 22).

A Maçonaria tem como marco inicial formal a Inglaterra em 1717, todavia, foi na França que se solidificou e se organizou. As suas atividades na França remontam a 1725. A ordem dos pedreiros livres como instituição associativa primava pelo ingresso de membros voluntários e livres. Suas decisões internas pautavam pela democracia através do voto de seus membros; sua organização bem estruturada influenciaria seus adeptos pela transformação mental e cultural de uma ilustração basicamente liberal. Era uma espécie de poder que praticava direitos civis acobertado pelo véu do segredo dentro de um Estado absolutista (BARATA, 1999, p. 32-34).

Mundialmente falando, dois expoentes maçônicos despontaram na Europa: a Inglaterra e a França. No Brasil a Maçonaria francesa era bastante influente conforme salientado por Magalhães (2013), assim como no velho continente, onde sua influência no século XIX irradiava movimentos políticos e sociais, ambos de caráter liberal e anticlerical. Estudantes brasileiros, residindo nos grandes centros europeus foram iniciados em Lojas maçônicas; e ao retornarem ao país tornaram-se propagadores dos ideais do liberalismo e do anticolonialismo (MAGALHÃES, 2013, p. 26).

As bases do Iluminismo francês baseiam-se na convicção do progresso através do saber humano, do racionalismo, do controle da natureza, da revolução industrial e da confiança na ciência; esse movimento iria influenciar a cultura e pensamento da época. O trinômio iluminista de *Liberdade, Igualdade e Fraternidade* iria irradiar-se pelo mundo até chegar a América, trazendo consigo os movimentos revolucionários (MAGALHÃES, 2013, p. 37-38).

Ao longo do século XIX, as luzes iluministas foram penetrando na elite brasileira. Nomes como José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) e Alexandre

Vandelli (1784-1862), citados em capítulo anterior, foram, dentre outros, precursores do movimento iluminista no Brasil nos anos iniciais do século XIX (MARQUES, 2012, p. 30). Entretanto, foram nas décadas de 1870 e 1880 que o movimento intelectual ganhou destaque, principalmente por causa da desagregação da ordem político-imperial. A expressão *geração de setenta* ou *movimento intelectual da geração de 1870*, foi assim nomeada numa referência à juventude de seus membros. Uma espécie de analogia ao grupo de intelectuais lusitanos (Antero de Quental, Eça de Queirós, Teófilo Braga, entre outros) que aspiravam à introdução em Portugal das ideias modernas tais como o realismo, o positivismo, o republicanismo e o socialismo (VITAL, 2015, p. 74).

Morel e Souza (2008) ressaltam que, ciência e razão são vistos pela Maçonaria como os principais instrumentos que levam a humanidade a atingir um futuro de moral e virtudes vistos como certos e comuns a todos os povos, promovendo assim a igualdade. A liberdade de consciência também é uma das divisas da Ordem, pois as Lojas são consideradas espaços onde não há restrições a ideias e opiniões. Segundo os autores, essa liberdade permitiu e estimulou os debates políticos formando uma espécie de escola política. Esse tipo de sociabilidade aliada ao caráter secreto serviu de abrigo a muitos pensadores em momentos de perseguições (MOREL; SOUZA, 2008, p. 46-47).

A sociabilidade maçônica deu ao preceito da fraternidade um aspecto abrangente. Morel e Souza (2008) elencam as principais atividades englobadas a essa fraternidade, tais como: auxílio mútuo (mutualismo maçônico), filantropia, caridade e modo de convívio entre irmãos. A Ordem maçônica adotou das corporações de ofício da Idade Média o socorro mútuo; ajuda aos irmãos necessitados. Esse auxílio entre irmãos fez com que a instituição ganhasse historicamente uma coesão e cooptasse com maior facilidade novos membros. Essa fraternidade é revivificada e fortalecida no convívio entre irmãos, pautada na cordialidade, no pacifismo e no respeito (MOREL; SOUZA, 2008, p. 48-49).

A solidariedade entre *irmãos*²⁶⁰ vai do auxílio financeiro aos maçons mais necessitados aos seus familiares. Além do auxílio mútuo, a partir de 1870, os pedreiros livres brasileiros voltaram suas atenções a filantropia externa. Diversas

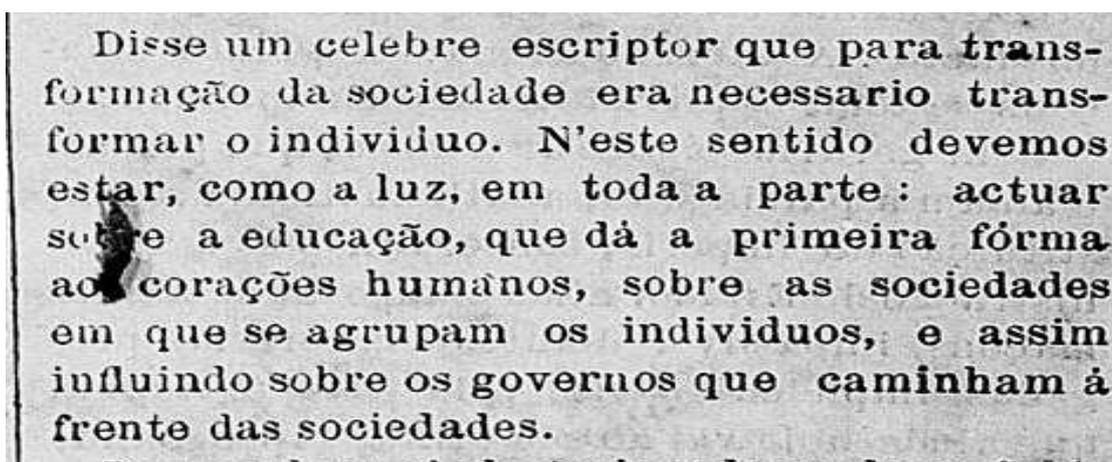
²⁶⁰ Maçonicamente, já no Poema Régius do ano de 1390, o mais antigo documento maçônico conhecido, recomenda-se o tratamento de “caro irmão” entre os maçons (CAMINO, 2004, p. 215).

atividades beneficentes destinadas ao custeio de asilos, orfanatos, hospitais e etc., foram adotadas pelas Lojas maçônicas (BARATA, 2017).

Dentre as palavras bases do Iluminismo, a igualdade sempre esteve presente no interior das Lojas mundo afora. No convívio maçônico não há diferenças de raças, credos, classes, nacionalidade e condições socioeconômicas; sentam, comem, votam, são votados e expressam opiniões igualmente (MOREL; SOUZA, 2008, p. 49).

A Maçonaria, como instituição estruturada no seio da sociedade, expôs seus ideais socialmente, entretanto, o meio mais concreto utilizado para a divulgação de suas ideias foi sem sombra de dúvida o investimento na educação através da criação e manutenção de escolas, aulas noturnas e bibliotecas. O jornal *Aurora Escosseza*²⁶¹ (figura 199), em 1881, publicou uma matéria sobre a atuação maçônica na educação afirmando que, ao ensinar os jovens estará influenciando sobre os governantes que caminham à frente da sociedade (BARATA, 2017).

Figura 199 – recorte do jornal Aurora Escosseza



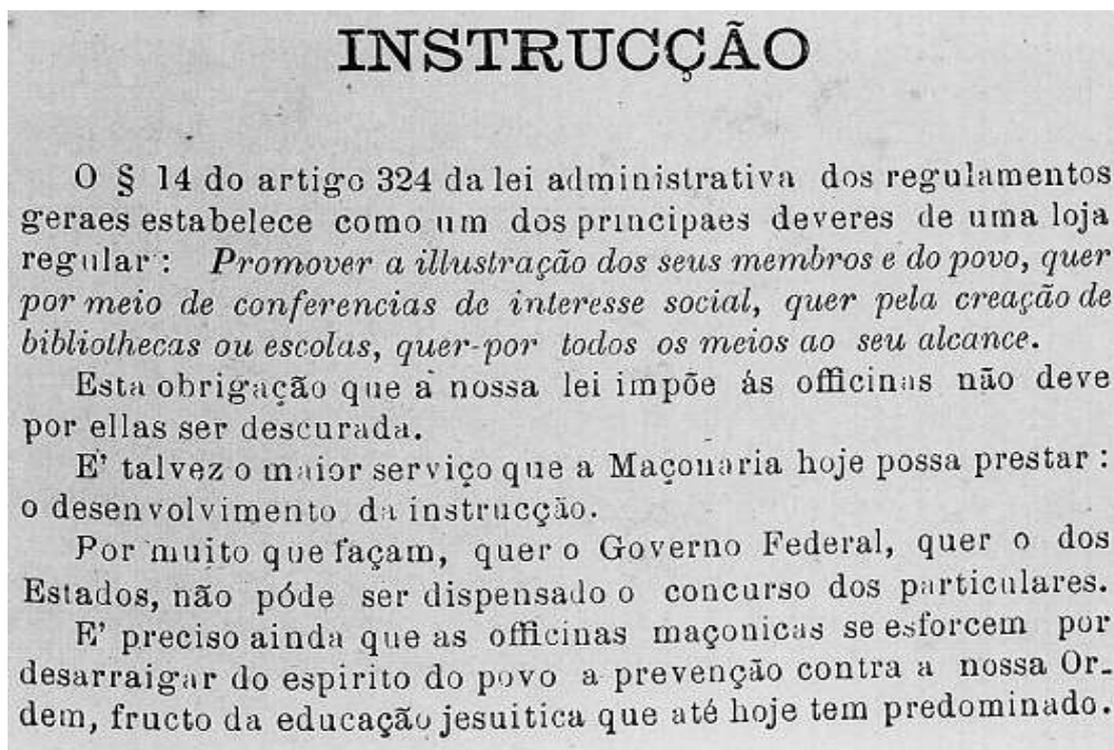
Jornal Aurora Escosseza, ano I, edição 01, p. capa, 01 de novembro de 1891.

Eram frequentes as publicações em *boletins maçônicos*²⁶² incentivando o engajamento em prol da instrução do povo (figura 200). Essa nova corrente de pensamento foi abraçada pela instituição que, adotou a educação como o melhor caminho para o aperfeiçoamento do ser humano, onde a crença na ilustração brasileira daria ao homem uma moral mais elevada, através da prática das virtudes, da caridade e da fraternidade (MAGALHÃES, 2013, p. 88).

²⁶¹ Jornal Aurora Escosseza, ano I, edição 01, p. capa, 01 de novembro de 1891

²⁶² Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 03, 17º ano, maio de 1891, p. 77.

Figura 200 – recorte do Boletim Maçônico de 1891

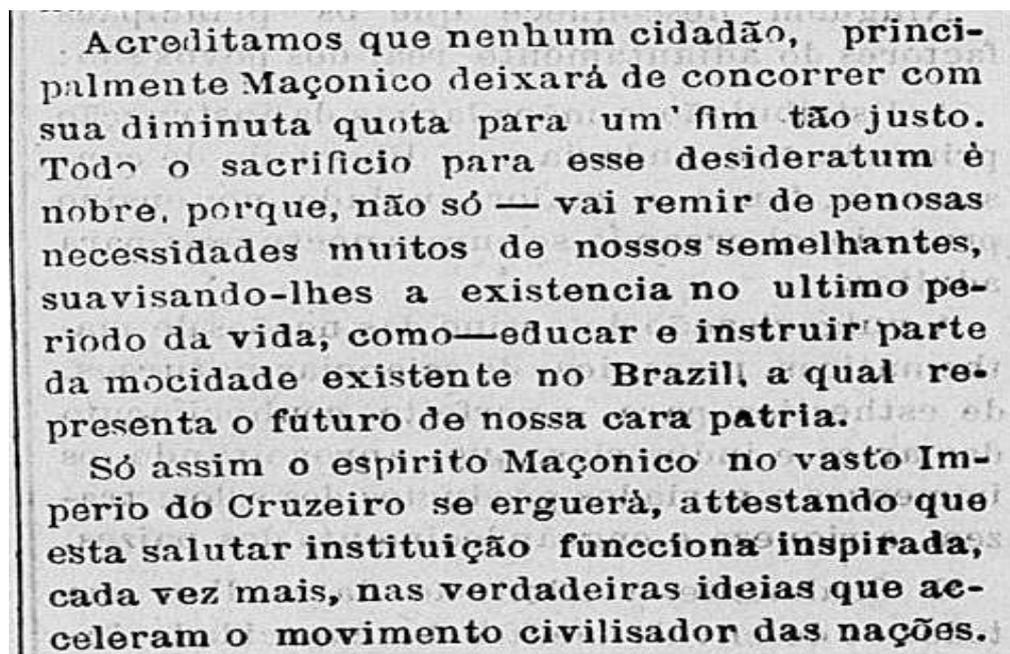


Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 03, 17º ano, maio de 1891, p. 77.

Foram adotadas, além da educação, outras frentes de atuação no final do século XIX, como por exemplo, a política parlamentar e o uso de cargos públicos no alto escalão do Império. Contudo, foi a imprensa que propiciou um importante canal para a divulgação de projetos formulados para o Brasil. Os panfletos e jornais tornaram-se mecanismos destinados a moldar a opinião pública. A partir de 1870 surgiram os primeiros órgãos oficiais da imprensa maçônica (Boletins Maçônicos) destinados a um público específico, os maçons (GONÇALVES, 2012, p. 66).

O periodismo da Ordem, paralelamente a educação, tornou-se um dos principais meios de ação da instituição em relação as estratégias de penetração e intervenção na esfera pública. Segundo os ideais maçônicos da época, para alcançar à modernidade, era necessário instruir a nação, tornando-a mais civilizada. Nos boletins, as visões de civilização e progresso foram vinculadas à racionalidade moderna e associadas diretamente ao Iluminismo (GONÇALVES, 2012, p. 67).

Figura 201 – recorte do Jornal Aurora Escossez



Jornal Aurora Escossez, ano II, edição 03, p. 02, 01 de março de 1892.

Jornais ligados a Maçonaria, como o jornal *Aurora Escossez*²⁶³ (figura 201), abordavam frequentemente a ideia de que, para superar a ignorância, a sociedade brasileira deveria ser guiada pela razão; que ao promover o acesso ao conhecimento o país chegaria mais rápido ao progresso.

Nos impressos maçônicos oficiais, o “antigo” aparecia relacionado à ideia de “atraso”, situação que fomentou inúmeras críticas ao tradicionalismo de muitas instituições, especialmente ao da Igreja Católica em sua versão ultramontana. Em contrapartida, o “novo” era representado pelo trinômio “ciência, civilização e progresso” (GONÇALVES, 2012, p. 68).

Vital (2015), ao falar da desagregação política no final do Império, faz menção ao surgimento do Partido Republicano e a criação de clubes republicanos entre 1870 e 1889 no eixo Rio-São Paulo. O órgão oficial desse partido na imprensa era o jornal *A República* que, “publicado a 3 de dezembro de 1870, trazia estampado em sua primeira página o Manifesto do Partido Republicano (...)” (VITAL, 2015, p. 66).

Não podemos igualmente deixar de ressaltar que este partido desponta no país num momento em que se instaura a Terceira República na França, país cuja tradição republicana serviria de referência ao movimento que despontava no Brasil no início daquele decênio. Nomes do movimento

²⁶³ Jornal Aurora Escossez, ano II, edição 03, p. 02, 01 de março de 1892.

político e intelectual de 1870 como Quintino Bocaiúva e Saldanha Marinho aderiram à sua causa e estavam entre suas principais lideranças, tendo inclusive seus nomes entre os signatários do manifesto do partido na imprensa (VITAL, 2015, p. 67).

Vital (2015) traz em seu texto uma lista de nomes de intelectuais atuantes no campo da política, do direito e da atividade jornalística da época, tais como: Assis Brasil, Júlio de Castilhos, Lauro Sodré, Lúcio de Mendonça, Joaquim Nabuco, Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, Saldanha Marinho, Silva Jardim, José do Patrocínio, Sílvio Romero, Tobias Barreto, Teixeira Mendes, André Rebouças (VITAL, 2015, p. 76). Boa parte desses nomes possuem em comum a vivência maçônica, embora não citadas pelo autor.

Vital (2015), no início de seu texto fez uma analogia para contextualizar a geração brasileira de 1870 com a do Iluminismo francês, apesar das diferenças espaciais e temporais. A singularidade se dá quando, “os homens de letras de ambos os movimentos políticos-intelectuais, na perspectiva de ascender verticalmente na escala social, encontravam um obstáculo típico do Antigo Regime: o privilégio.” Esse contexto explica o pensamento dos ilustrados brasileiros que, associavam a monarquia brasileira ao Antigo Regime (VITAL, 2015, p. 17).

O Império em nosso país, além de ser uma barreira a ascensão desses intelectuais, era retratado como o atraso ao progresso. “Assim como o Iluminismo havia contribuído para a irrupção revolucionária na França em 1789, a Geração de 1870 também auxiliaria em 1889, cem anos depois, na queda do regime imperial brasileiro” (VITAL, 2015, p. 77).

(...) essas ideias, tal como o liberalismo, constituíam-se em ferramentas teóricas, disponíveis no repertório espiritual do Oitocentos, que auxiliavam os membros do movimento contestatório na sua árdua empreitada: a de pensar o Brasil de tal maneira a definir uma identidade castiçamente nacional (...). Muitos dos representantes do movimento pugnavam contra as instituições da Monarquia e o seu fulcro econômico: a escravidão. Defendiam a abolição, o federalismo, a secularização e a expansão da instrução pública (...) (VITAL, 2015, p. 78).

Costa (2010), explica o liberalismo através de sua atuação teórica e prática para entender esse fenômeno no Brasil. “Os liberais brasileiros importaram princípios e fórmulas políticas, mas as ajustaram as suas próprias necessidades” (COSTA, 2010, p. 134). Os dogmas do liberalismo não poderiam se afirmar numa sociedade que desprezava o trabalho manual, que cultivava o ócio e a ostentação, que favorecia os

laços de família, que promovia o indivíduo em razão de seus laços de parentesco e amizade ao invés de seus méritos e talentos, que instituía o arbítrio, que fazia da exceção à regra e negava os direitos do homem e do cidadão a maioria da população (COSTA, 2010, p. 134).

A sociedade letrada brasileira acreditava que em países civilizados as práticas liberais estavam atreladas a teoria. Que o atraso brasileiro residia na falta de prática do liberalismo. A partir de 1870 criou-se a expectativa de que a promessa do liberalismo seria cumprida. Surgiram críticas às instituições numa espécie de “crença ingênua na capacidade redentora do progresso, da ciência e das reformas institucionais” (COSTA, 2010, p. 168). De fato, o liberalismo nesse período era uma espécie de utopia, principalmente para as elites. A grande maioria da população se encontrava entregue a um sistema de patronagem e clientelismo. O liberalismo era, portanto, uma retórica vazia (COSTA, 2010, p. 169).

Uma gama de historiadores brasileiros reconhecera e incluía a Maçonaria, ou mais designadamente os maçons, como integrantes dessa intelectualidade. A Ordem através de seus membros foi difusora das correntes de pensamento influenciadas pelo ideário francês e liberal. e posteriormente, do cientificismo. Portanto, o avanço dos ideais liberais e cientificistas no país no final do século XIX devem muito à Ordem maçônica que, sem dúvida foi “um agente integrante das transformações culturais ocorridas no século XIX.” (COLUSSI, 1998, p. 56).

Colussi (1998) ressalta os aspectos positivos da produção bibliográfica acadêmica em relação a atuação da Ordem no campo das ideias políticas. A Maçonaria foi no século XIX, uma das principais instituições que promoveram a transformação cultural no país. Mesmo em pesquisas isoladas relacionadas ao processo de independência do Brasil e a Questão Religiosa tornam possíveis uma apreciação mais abrangente de sua atuação na história do Brasil, principalmente ao longo de todo o século XIX. No meio acadêmico, a Questão Religiosa tem sido vista “como momento especial de confronto e construção do pensamento político brasileiro” (COLUSSI, 1998, p. 56).

Na maioria das vezes o ente (instituição) age através da atuação de seus membros ou de parte deles. No final do século XIX, nesse cenário de ideias, emerge a figura de Benjamin Constant, aluno e posteriormente professor da Escola Militar.

Magalhães (2013), destaca o estadista Benjamin Constant como um dos fundadores da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro em 1878. Os positivistas, principalmente os militares, baseavam-se na construção de uma sociedade fundamentada em preceitos morais concretos, objetivando o desenvolvimento científico da nação, um Estado laico que promovesse a conquista de direitos sociais, conduzindo o país ao progresso (MAGALHÃES, 2013, p. 81).

Magalhães (2013), destaca o entendimento de Benjamin Constant ao alinhar a noção de progresso ao desenvolvimento científico.

À noção de progresso, conforme entendido por Benjamin Constant, ligava-se estreitamente a ênfase no desenvolvimento das ciências, em busca das conquistas tecnológicas da civilização moderna. Assim como preconizam os ensinamentos iniciáticos maçônicos expressos em seus rituais, o pensamento pedagógico de Constant pauta-se na ênfase no ensino das ciências, consideradas fundamentais, como a Geometria, a Matemática, a Astronomia, a Física, a Química, a Biologia e a Sociologia; assim como atividades físicas, como a Ginástica, através da qual o estudante era levado ao contato com o mundo e a sociedade, conforme uma interpretação predominantemente positivista, bastante próxima ao que a Maçonaria professa na educação de seus neófitos (MAGALHÃES, 2013, p. 81).

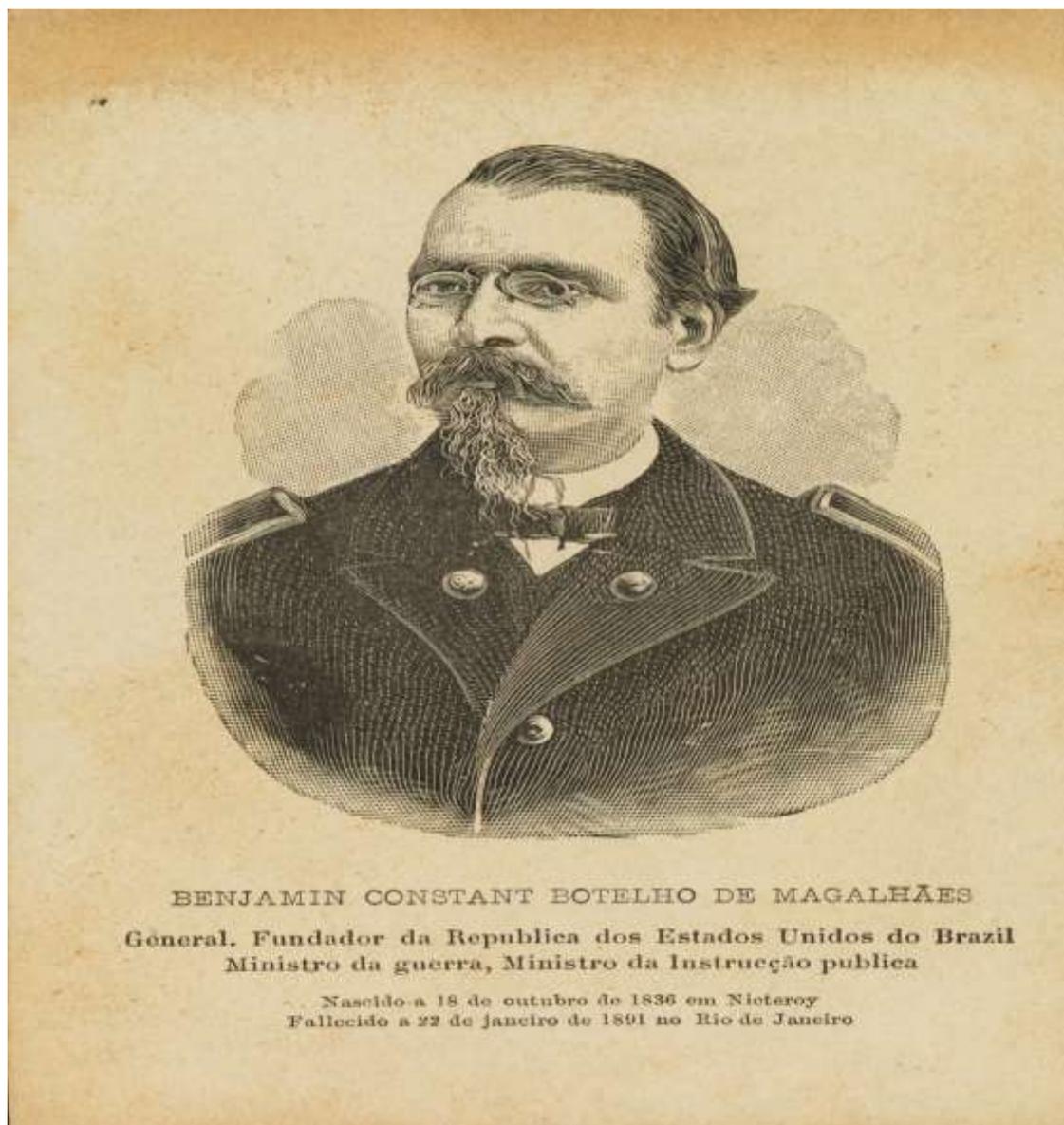
Essas ideias políticas desencadearam o movimento de instauração da República no país. Elementos comuns como: civismo, progresso científico-tecnológico, patriotismo e moralidade com a finalidade de aperfeiçoamento do homem através do conhecimento, eram sistematicamente transmitidos na Escola Militar. Após a Proclamação da República, Benjamin Constant foi nomeado Ministro da Instrução, cargo que ocupou por menos de dois anos, quando veio a falecer (MAGALHÃES, 2013, p. 83).

Neste curto período na pasta promoveu profundas mudanças no ensino brasileiro, dentre elas, a criação de escolas normais estaduais e escolas públicas secundárias federais por todo o país. As mudanças ainda promoveram a não obrigatoriedade do ensino de religioso; o implemento de uma formação científica, pautada no ideário maçônico e positivista. De todas as mudanças, não poderia ficar de fora a marca do positivismo defendido por Benjamin Constant, a ênfase dada ao ensino de matemática como sendo a mais importante das ciências, passando a ter papel central nos estudos dos alunos de primeiro e segundo grau (MAGALHÃES, 2013, p. 83-84).

As ideias propostas por Benjamin Constant (figura 202) para a educação eram inspiradas no iluminismo pombalino e com fortes inspirações maçônicas. As reformas

pombalinas, intimamente ligadas ao Iluminismo, implementadas em Portugal e nas Colônias expulsaram os jesuítas do comando da educação. O Iluminismo europeu da época enfatizava a razão, a laicidade, o ideário liberal secular e democrático. (MAGALHÃES, 2013, p. 84).

Figura 202 – imagem de Benjamin Constant



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional²⁶⁴.

²⁶⁴ BENJAMIN Constant Botelho de Magalhães: General, Fundador da República dos Estados Unidos do Brasil, Ministro da guerra, Ministro da Instrução publica. Rio de Janeiro, RJ: Livraria de J. G. de Azevedo, [18--]. 1 cartão, zincogravura, p&b, 13,4 x 9cm. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon95726_1396400/icon1387672.jpg>. Acesso em: 2 nov. 2017. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon95726_1396400/icon1387672.html>. Acesso em: 2 nov. 2017.

Enquanto Ministro da Instrução, Correios e Telégrafos, Constant, inspirado nesse corolário de ideias reorganizou por completo a educação nacional, principalmente estabelecendo como base a laicidade do ensino público, a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário. Essas reformas diminuíram significativamente a influência da Igreja Católica no ensino em todo o país (MAGALHÃES, 2013, p. 85).

A fusão de ideias do Iluminismo, Liberalismo e Positivismo foram recepcionadas pela Maçonaria da época, que de certa forma moldaram a crença na ilustração brasileira, onde, “a educação é o caminho mais legítimo para o aperfeiçoamento do ser humano, dando-lhe uma destinação baseada na moral mais elevada, embasada na prática das virtudes, da fraternidade e da caridade” (MAGALHÃES, 2013, p. 89).

Magalhães (2013) destaca da importância de estudar essas doutrinas para sabermos quem somos atualmente.

Enfim, estudar as transformações das doutrinas europeias neste período de mudanças e novidades e questionarmo-nos sobre as influências que tais confluências exerceram no seio da sociedade brasileira desde então, é um caminho para o melhor entendimento de quem somos na atualidade. Na biografia de Benjamin Constant percebemos uma relação entre as suas práticas e forma de atuação, assinalando pistas para o melhor entendimento da tessitura política e social do Brasil republicano.

Nesse emaranhado de linhas filosóficas, a Ordem dos pedreiros livres aparece como ponto de encontro. Uma instituição eclética, ligada a ciência, ao liberalismo e ao positivismo, mesmo que moldada de acordo com as necessidades brasileiras da época. Portanto, a instituição maçônica no final do século XIX, mesclando diversas concepções filosóficas, atuou no sentido de influenciar o pensamento nacional (ALMEIDA FILHO, 2005, p. 106).

“A presença da Maçonaria brasileira nos debates que visavam construir uma nova noção de identidade nacional foi uma constante” (BARATA, 1994, p. 91). Segundo o autor, foi a principal e mais bem estruturada organização, dentre as quais se engajaram na criação de uma sociedade mais secularizada. Portanto, diante da fragilidade dos mecanismos estatais existentes no período imperial e no início da república, a organização maçônica assumiu uma função pedagógica de formação ideológica de seus membros para com isso influir nas bases formadoras da sociedade

brasileira, barrando assim o conservadorismo da Igreja Católica (BARATA, 1994, p. 92).

Ao contrário da historiografia tradicional no país que aponta como inexpressiva a atuação maçônica no final do século XIX, Barata (1999), entre outros do meio acadêmico, vem demonstrando que a Ordem no Brasil foi uma das principais instituições na luta pela estruturação de uma nova identidade nacional. A identificação de seus membros com a chamada *Ilustração Brasileira* foi de grande valia ao influenciar a opinião pública pela busca da modificação da face brasileira. A Maçonaria brasileira na defesa de um Estado laico, de princípios liberais e positivistas, do casamento civil e da educação pública e obrigatória, deixou um legado que, apesar de esquecido por muitos historiadores, vem se descortinando no século XXI (BARATA, 1999, p. 148-149).

4.2 A MAÇONARIA E A CAMPANHA ABOLICIONISTA

No decorrer do texto da pesquisa pôde ser observado que o embate envolvendo a Maçonaria e a Igreja Católica inspirou a instituição maçônica a engendrar meios de promover uma educação laica, pública e gratuita por meio da criação e manutenção de escolas. A Ordem dos pedreiros livres em nosso país viu na educação uma ferramenta de transmissão de ideias no espaço social. A implantação de uma rede de escolas numa sociedade onde o analfabetismo era predominante serviria para afirmação do pensamento liberal, e conseqüentemente, de base para a promoção dos movimentos abolicionista e republicano. A Maçonaria, ao promover a educação das camadas populares, preparou terreno para construir uma nova identidade nacional. Sua atuação nesses eventos históricos a levou a ganhar espaço e a exercer forte influência na vida política e cultural brasileira (MAGALHÃES, 2013, p. 257).

As ideias iluministas defendiam a liberdade, a igualdade e a fraternidade. Era inconcebível defender esses ideais numa sociedade onde havia um elemento servil. A escravidão era injusta e uma agressão a liberdade do homem. Para tal, lembremos a filosofia *Hegelianista*²⁶⁵, que repousa na premissa da falta de consciência no homem de

²⁶⁵ O hegelianismo é uma corrente filosófica desenvolvida por Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770 - 1831), filósofo alemão e um dos primeiros pensadores a se preocupar com a “modernidade” como base dos estudos sociológicos.

sua liberdade. Essas ideias foram absorvidas pelos abolicionistas (COSTA, 2001, p. 140).

Nesse sentido a razão iluminista e a história como discurso não exclui o mito como representação: eles se entrelaçam. A certeza do papel da Maçonaria na luta pela eliminação do elemento servil, como construção histórica, se alimenta tanto da razão, quanto na utopia defendida nas Lojas, nas lendas maçônicas de conteúdo ético e na premissa de que todo Maçom é um “homem livre e de bons costumes”. Isto deve ser observado quando da participação da Maçonaria nos movimentos abolicionistas (COSTA, 1996, p. 43).

Colussi (2012) afirma que antes do movimento abolicionista não havia por parte da Maçonaria brasileira um posicionamento oficial a respeito da escravidão no país. A autora salienta que, a maior parte dos integrantes da ordem pertenciam a elite dependente da mão de obra escrava (COLUSSI, 2012, p. 35). Isoladamente, os maçons foram aderindo à ideia da abolição da escravidão no Brasil, e aos poucos, foram angariando adeptos e ganhando expressão. No entanto, entendiam que a abolição deveria ser lenta e gradual (COLUSSI, 2012, p. 36).

Esse pensamento maçônico nacional de uma abolição gradual decorre das ideias do enciclopedista e iluminista *Condorcet*²⁶⁶ que via harmonia entre o progresso científico e moral. Conforme expõe Costa (1993), em 1781, Condorcet publica o ensaio *Reflexões sobre a Escravidão dos Negros* no qual defende uma abolição gradual dos negros passando pela proibição do tráfico escravo, pela emancipação dos nascituros e de forma gradual, dos escravos restantes (COSTA, 1993, p. 75). Esse ensaio serviu de paradigma para as propostas graduais de emancipação dos escravos no país e não de uma abolição imediata (COSTA, 1996, p. 82).

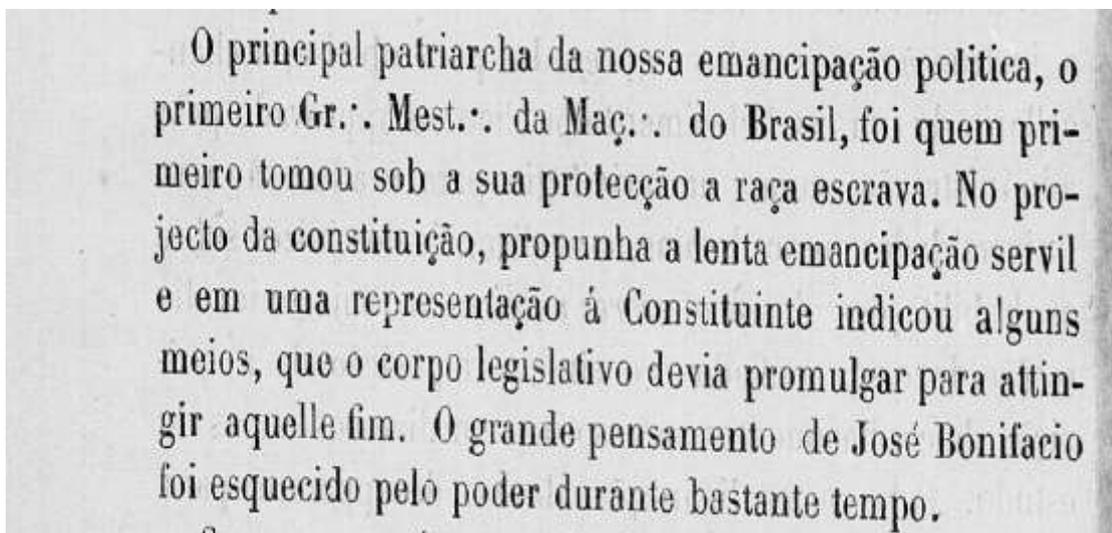
Há sincronia nos pensamentos de Costa (1993, 1996, 2001), Morel e Souza (2008) e Colussi (2012) ao afirmarem que, a Maçonaria defendia uma extinção lenta e gradual da escravidão por meios legais, como por exemplo, a indenização aos proprietários e a compra de liberdade dos escravos. Portanto, os maçons da época primavam pelo implemento de medidas gradativas que levasse ao fim a escravidão, ainda que esses meios proporcionassem sobrevida ao elemento servil em nosso território (MOREL; SOUZA, 2008, p. 172).

²⁶⁶ Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat, marquês de Condorcet (1743 - 1794), normalmente referido como Nicolas de Condorcet, foi um filósofo e matemático francês.

Barata (1999), em sintonia com os autores anteriormente mencionados, assinala que o movimento tinha característica emancipacionista e não abolicionista, pois essas graduais concessões tinham como estratégia garantir a máxima sobrevivência do regime de trabalho escravo e evitar riscos de uma revolta social (BARATA, 1999, p. 119). Mas, conforme dito pelo autor, essas medidas, dentre elas a Lei do ventre Livre, provocaram um fortalecimento do movimento abolicionista, culminando com uma intensa participação popular durante a década de 1880, movidos pelo surgimento de várias associações defensoras da libertação dos escravos (BARATA, 1999, p. 120).

Segundo Costa (1993), José Bonifácio havia redigido um projeto de Lei em 1823 propondo a Assembleia Geral Constituinte medidas que promovessem uma abolição gradual da escravidão. Na primeira edição do *Boletim do Grande Oriente do Brasil*²⁶⁷ (figura 203), o então secretário, Alexandrino Freire do Amaral, exaltou a iniciativa do primeiro Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, José Bonifácio, tomando sob sua proteção os escravos. Essa ideia de emancipação gradual apareceu no manifesto dos revolucionários de Pernambuco em 1817, onde parte dos revoltosos eram proprietários de escravos (COSTA, 1993, p. 77).

Figura 203 – recorte do Boletim Maçônico de 1871



Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 1º ano, dezembro de 1871, p. 08.

De certa forma, de acordo com o que diz Barata (1999), o marco inicial do processo de extinção da escravidão no país teve início em 04 de setembro de 1850 com

²⁶⁷Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 1º ano, dezembro de 1871, p. 08.

o advento da Lei Eusébio de Queiroz que vedava o tráfico de escravos, entretanto, embora vigente, a lei não produziu efeitos visíveis no Brasil, tampouco fomentou o movimento de extinção do trabalho servil. As ideias abolicionistas só ganhariam força no país no final da década de 1860, quando houve maior receptividade em certos setores da população (BARATA, 1999, p. 118).

A década de 1860 foi de acalorados debates entre os escravocratas e os abolicionistas em diversos seguimentos sociais e políticos. Após 1865 com o fim da guerra civil norte-americana, o Brasil tornou-se o único país independente na América a manter a escravidão (BARATA, 1999, p. 118; COSTA, 1993, p. 77). Os anos finais da década de 1860 e o início da década de 1870 foram de grandes pressões internacionais para que o governo efetivasse medidas que extinguisse definitivamente o trabalho escravo. Os militares, após o fim da guerra do Paraguai, também aderiram ao movimento abolicionista (COSTA, 1993, p. 78).

Ubaldo do Amaral, maçom, abolicionista e republicano, apresentou uma proposta a Loja Maçônica Perseverança III da cidade de Sorocaba, em São Paulo, na sessão do dia 07 de agosto de 1869, organizada sobre o lema libertação e educação, propondo a aprovação de um caixa, denominado Emancipação, para destinar os valores arrecadados a libertação de crianças do sexo feminino de 2 a 5 anos de idade e a criação de escolas noturnas, mantidas pela Loja, para o ensino gratuito das primeiras letras a adultos e menores (SILVA, 2007, p. 105).

A proposta redigida pelo Venerável Leite Penteado e por Ubaldo foi aprovada por unanimidade. A proposta sugere a libertação de filhos de escravos e a construção de escolas destinadas aos filhos de escravos e escravos. Para tanto, seriam proibidos os banquetes e foi sugerida a construção da caixa emancipatório destinada a libertação de filhos de escravos (SILVA, 2007, p.105).

Colussi (2012), e posteriormente Magalhães (2013), falam que as ideias e o *modus operandi* da atuação maçônica da época apresenta-se de forma clara no projeto de Lei Maçônico de autoria de Rui Barbosa apresentado a Loja América na cidade de São Paulo no dia 04 de abril de 1870. O projeto refletia o pensamento da juventude maçônica da época, além de servir como ideia inicial para ações futuras. O texto contendo 12 artigos esboçava a preocupação com a Educação dos menos favorecidos

(educação popular) e a emancipação do elemento servil (COLUSSI, 2012, p. 36; MAGALHÃES, 2013, p. 92).

Art. 1º - Sendo verdade inconcussa que a emancipação do elemento servil e a educação popular são hoje as duas grandes ideias que agitam o espírito público e de que depende essencialmente o futuro da nação, a Maçonaria brasileira declarasse solenemente a manter e propagar esses dois princípios, não só pelos recursos intelectuais da imprensa, da tribuna e do ensino, como também por todos os meios materiais atinentes a apressar a realização dessas ideias entre nós (CASTELLANI, CARVALHO, 2009, p. 123-124).

O projeto de Rui Barbosa previa punição as Lojas que não se juntassem ao movimento encabeçado pela instituição. A proposta de Lei primava pela construção de uma consciência onde a liberdade viesse a partir da obrigatoriedade. O artigo terceiro previa a capitação de recursos pelas Lojas para o alforriamento de crianças escravas e construção de escolas populares e escolas noturnas. As escolas populares seriam destinadas as crianças e as noturnas aos adultos. Acredita-se que Rui Barbosa inspirou-se no projeto emancipatório e educacional da Loja Perseverança III de Sorocaba (SILVA, 2007, p. 106).

Ubaldo do Amaral em 1869, propôs aos membros da Loja Perseverança III a libertação de crianças escravas através de recursos da instituição. Em 29 de agosto de 1869 foi aprovado o regulamento da escola noturna da Loja Perseverança III e no dia 4 de setembro de 1869 a confirmação da inauguração da escola (SILVA, 2007, p. 106).

Silva (2007) traz a informação dos primeiros funcionários da escola.

Foram nomeados Antônio Joaquim Lisboa e Perciliano Marçal de Souza para cuidar da organização das salas e inauguração da escola noturna. A ata da Loja Perseverança III afirma que houve grande número de matriculados. Foram contratados dois professores Leonel Jandovy de Abreu Sandoval e João Lycio. Leonel Jandovy foi professor até 27 de novembro do mesmo ano (SILVA, 2007, p. 106).

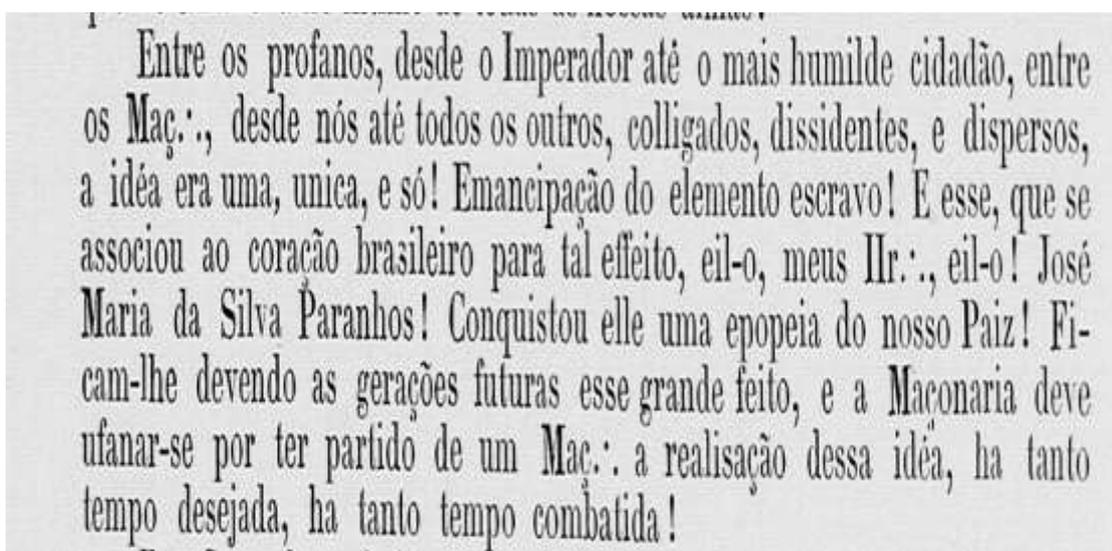
A Escola Noturna inaugurada em 07 de setembro de 1869 passou a sofrer intensos ataques de pessoas que afirmavam que o objetivo do estabelecimento de ensino era propagar a ideologia protestante atrelando-o ao surgimento da primeira Igreja Presbiteriana de Sorocaba, na casa de um membro da Loja. De fato, a Ordem local apoiou a inserção desse então, novo segmento religioso na cidade. A primeira escola noturna fundada pela Loja Perseverança III não durou muito tempo. As pressões

da propaganda antiprotestante fizeram com que ela fechasse as portas em 21 de julho de 1870 (SILVA, 2007, p. 106).

As iniciativas institucionais de abolir a escravidão tinham como objetivo pressionar os maçons em todo território nacional a aderirem à causas humanitárias, especialmente a educação e abolição do trabalho escravo (COLUSSI, 2012, p. 36). As pressões externas e internas nessa fase inicial do movimento abolicionista colheram seus primeiros frutos; em 28 de setembro de 1871 foi publicada a Lei nº 2.040, conhecida por Lei do Ventre Livre, pois tornava livres os filhos de escravos nascidos a partir dessa data (COSTA, 1993, p. 78).

A lei, de autoria de José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, então Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, foi aclamada pela Maçonaria no discurso de Luiz da Silva Nazareth, no *Boletim do Grande Oriente do Brasil em abril de 1872*²⁶⁸ (figura 204).

Figura 204 – recorte do Boletim Maçônico de 1872



Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 05, 1º ano, abril de 1872, p. 148.

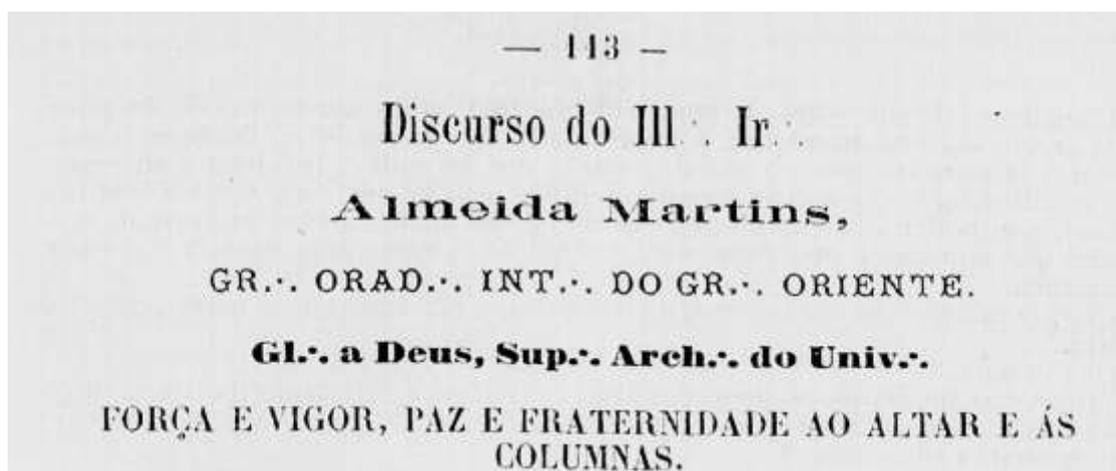
Esse mecanismo tornou evidente que a eliminação do trabalho escravo no país seria feita de forma gradual no lugar da súbita abolição. A Lei do Ventre Livre deixava explicito os ideais de Condorcet que havia ensinado que, após a proibição do tráfico de escravos, o passo seguinte, antes da abolição completa, seria a emancipação dos nascituros (COSTA, 1993, p. 80). Segundo Barata (1999), a Lei do Ventre Livre

²⁶⁸ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 05, 1º ano, abril de 1872, p. 148.

trazia implícito uma condenação moral a escravidão ao eliminar a possibilidade de reprodução da mão de obra escrava. Entretanto, a curto prazo, não apresentou resultados significativos, pois essas crianças embora livres, permaneciam de fato nas condições de escravos, pois além de permanecerem com os pais, ainda escravos, poderiam ser usados pelos senhores no trabalho até 21 anos (BARATA, 1999, p. 120).

No dia 02 de março de 1872, conforme publicação em *Boletim Maçônico*²⁶⁹, o Grande Oriente do Brasil estava em festa comemorando a Lei do Ventre livre. Entre diversos oradores da ocasião destacou-se o Padre Almeida Martins, então orador interino da Maçonaria brasileira que, proferiu inúmeros elogios a instituição e ao Grão-Mestre da Ordem, Visconde do Rio Branco (figura 205). Esse episódio foi considerado o marco inicial da Questão Religiosa (COSTA, 1996, p. 92).

Figura 205 – recorte do Boletim Maçônico de 1872



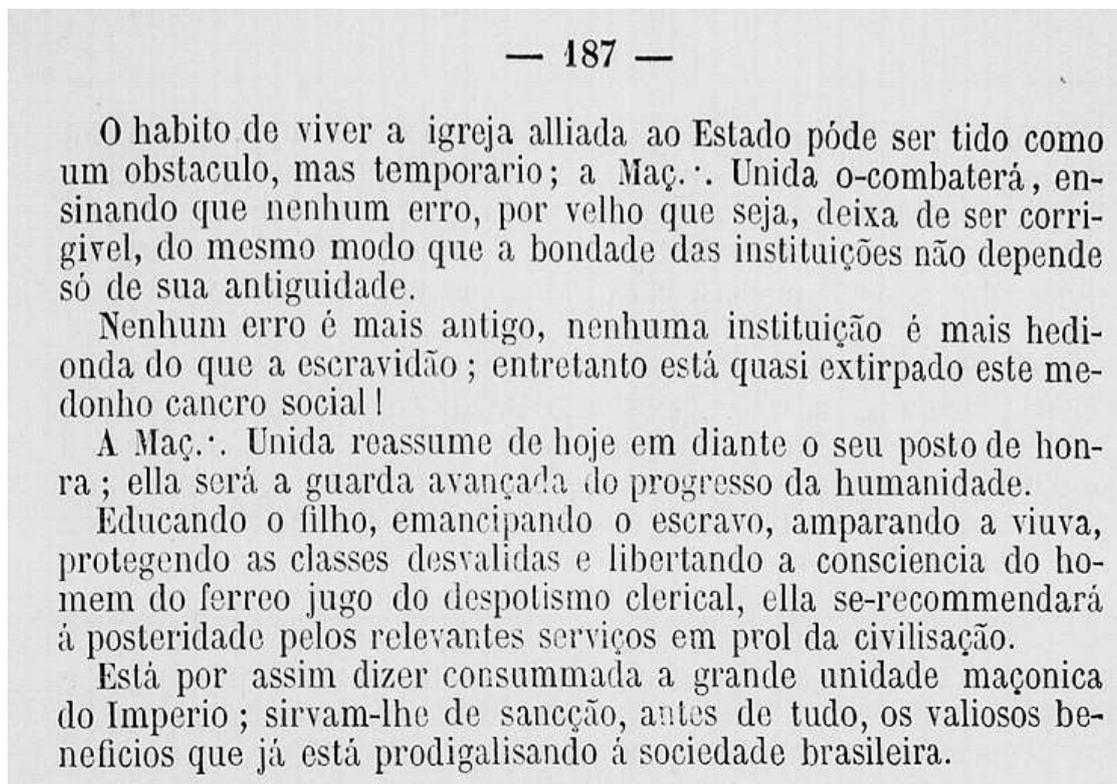
Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 04, 1º ano, março de 1872, p. 113.

A Ordem dos pedreiros livres no país, a partir da década de 1870, especialmente após a Lei do Ventre Livre de 1871, abraçou a bandeira da emancipação do elemento servil em todo território nacional. Nesse cenário destacaram-se os maçons Rui Barbosa, Luís Gama, Barão de Ramalho, Américo de Campos, Américo Brasiliense, Gavião Peixoto, Silva Jardim, Antônio Bento, Francisco Glicério, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, Quintino Bocaiuva, Visconde do Rio Branco, entre outros (CASTELLANI, 1981, p. 56).

²⁶⁹ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 04, 1º ano, março de 1872, p. 113.

Em maio de 1872, em *Boletim Maçônico*²⁷⁰, vê-se claramente as fronteiras de batalha a serem travadas nos anos que se seguissem: a luta por um Estado laico, o combate a escravidão, a educação do povo, a filantropia, a liberdade de consciência e o anticlericalismo (figura 206).

Figura 206 – recorte do Boletim Maçônico de 1872



Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 1º ano, maio de 1872, p. 187.

Entre 1871 e 1874, diversas Lojas Maçônicas iniciaram o processo de alforria de escravos, florescendo cada vez mais a ideia de abolição por completo da escravidão no país. Um número expressivo de escravos, de crianças a adultos foram colocados em liberdade por Maçons e Lojas Maçônicas em todo território nacional (COSTA, 1993, p. 90-91).

Em 1875, um episódio curioso: a Maçonaria brasileira libertou um escravo branco. Costa (2001) fala da descoberta do pesquisador maçônico, Marcos de Almeida Santiago, de uma carta do Chefe de Polícia, senhor Caetano José de Andrada Pinto, datada de 15 de junho de 1875, e endereçada ao Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, relatando sobre a chegada na cidade do Rio de Janeiro de um escravo branco de

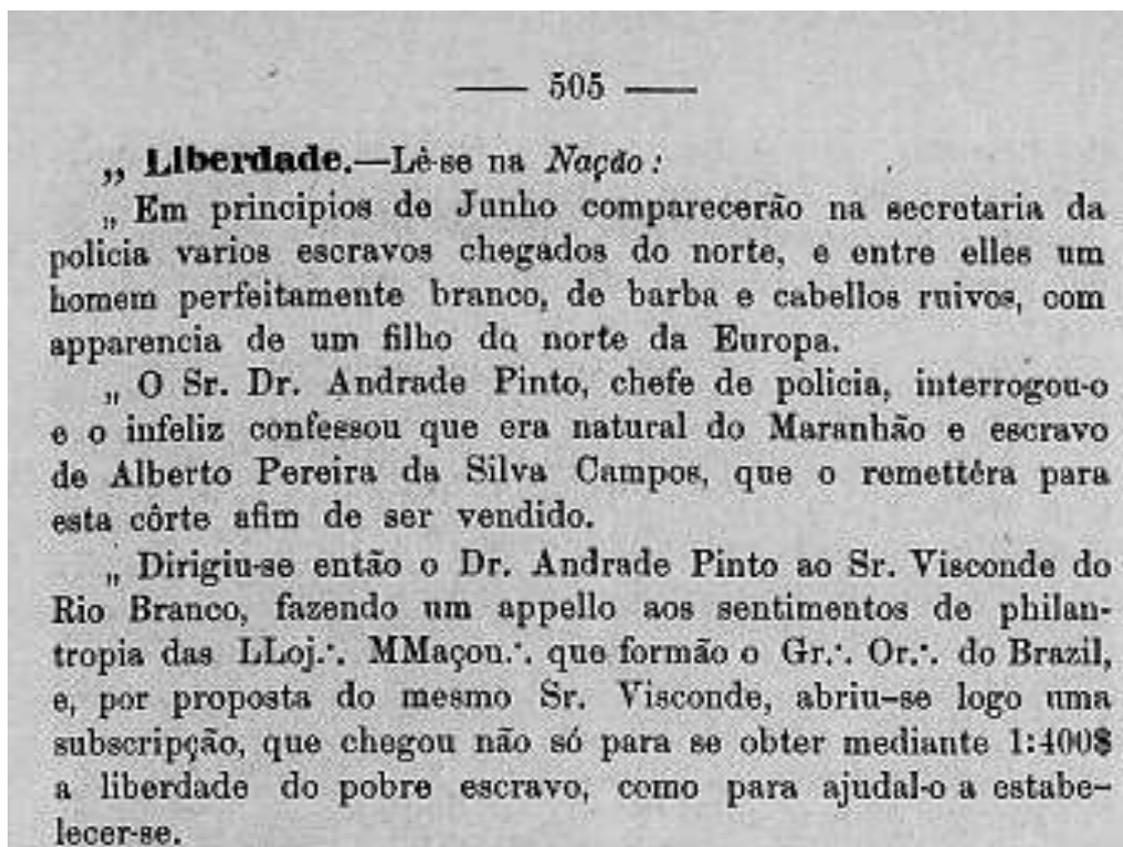
²⁷⁰ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 1º ano, maio de 1872, p. 187.

28 anos, vindo do Maranhão, de propriedade do senhor Alberto Ferreira da Silva. Nessa carta o chefe de polícia pede providências no sentido de conceder liberdade a esse indivíduo (COSTA, 2001, p. 95-98).

O Grande Oriente do Brasil, por meio de seu secretário, Luiz Antônio de Silva Nazareth, despachou o documento pedindo para que o tesoureiro geral prestasse o devido auxílio alforriando o escravo branco chamado Apolinário. Costa (2001) assegura que a Maçonaria atendeu tal solicitação sem levar em consideração a condição da cor da pele do indivíduo e sim sua condição de escravo, pois fazia parte da filantropia maçônica na década de 1870 a alforria de escravos (COSTA, 2001, p. 95-98).

Pesquisando os *boletins do Grande Oriente do Brasil*²⁷¹ (figura 207) foi possível encontrar esse acontecimento relatado por Costa (2001).

Figura 207 – recorte do Boletim Maçônico de 1875

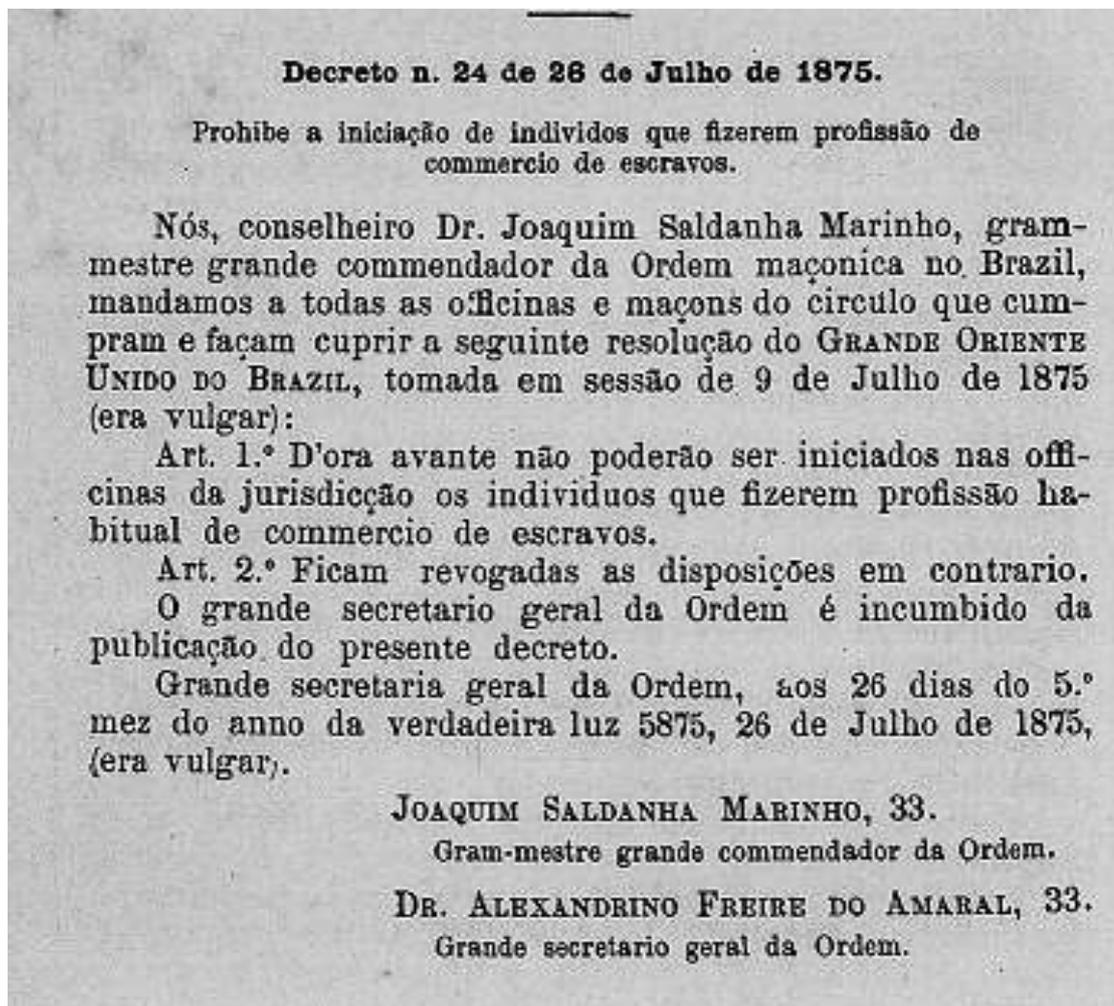


Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 07, 4º ano, julho de 1875, p. 505.

²⁷¹ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 07, 4º ano, julho de 1875, p. 505.

A partir de 1875 a Ordem maçônica passou a proibir o ingresso de indivíduos envolvidos com o comércio de escravos. Pesquisando os *boletins maçônicos*²⁷² foi possível encontrar o decreto proibitivo datado de datado de 26 de julho de 1875 (figura 208).

Figura 208 – recorte do Boletim Maçônico de 1875



Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 04-08, 4º ano, abril a agosto de 1875, p. 310.

Em 1876, consta em *Boletim Maçônico*²⁷³ (figura 209) o reconhecimento internacional a Maçonaria nacional pela forma de tratamento dado à escravidão, principalmente por causa do posicionamento favorável a extinção do elemento servil.

²⁷² Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 04-08, 4º ano, abril a agosto de 1875, p. 310.

²⁷³ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 01 a 04, 5º ano, janeiro a abril de 1876, p. 165.

Figura 209 – recorte do Boletim Maçônico de 1876

Em folhetim apparece no n. 2 do *Hajnal* um artigo do irmão Ladisláu Vidéky, sob o titulo *Os maçons e os escravos no Brazil*. Não estando este trabalho concluido, aguardamos o numero que trará a sua terminação, para traduzil-o nestas paginas, afim de que os leitores possam avaliar a justiça que se faz aos brasileiros em relação ao tratamento que dispensam aos escravos, e conheçam que nos paizes estrangeiros sabe-se aquilatar a parte que a maçonaria tem tido na extincção do elemento servil no Brazil.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 01 a 04, 5º ano, janeiro a abril de 1876, p. 165.

A Ordem dos pedreiros livres brasileira, em 25 de agosto de 1876, edita em seu *Boletim*²⁷⁴ uma resolução admitindo a iniciação em seus quadros de escravos libertos, desde que preenchidos os demais requisitos necessários para fazer parte da instituição (figura 210).

Figura 210 – recorte do Boletim Maçônico de 1876

RESOLUÇÃO :

Os libertos, pelo facto de terem nascido escravos, não estão excluidos da iniciação nas officinas do circulo, desde que possuirem todos os mais requisitos, exigidos pelo Art. 10 da constituição vigente.

O grande secretario geral da Ordem fica encarregado da notificação e publicação do presente decreto.

Dado e traçado no Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil, aos 25 dias do 6.º mez do anno da verdadeira luz 5876, 25 de Agosto de 1876 (era vulgar)

JOAQUIM SALDANHA MARINHO, 33.
Gram-mestre grande commendador da Ordem.

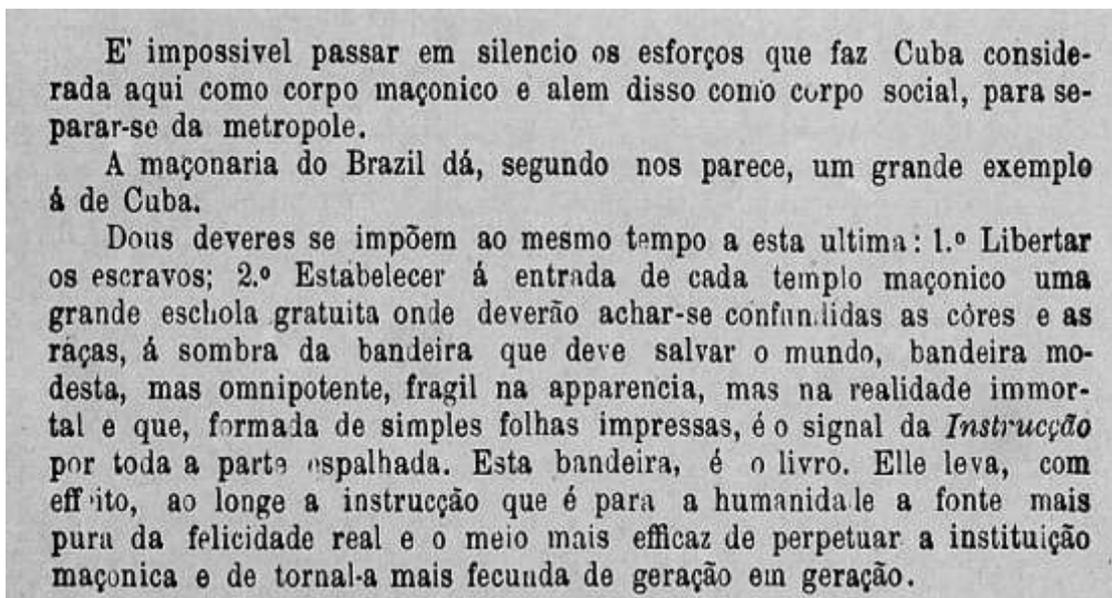
DR. ALEXANDRINO FREIRE DO AMARAL, 33.
Grande secretario geral da Ordem.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 05 a 08, 5º ano, maio a agosto de 1876, p. 420.

²⁷⁴ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 05 a 08, 5º ano, maio a agosto de 1876, p. 420.

A Ordem maçônica brasileira passou então a servir de inspiração na América pelo apoio a favor da extinção do trabalho escravo e a educação dos jovens. Consta em publicação no *Boletim Maçônico*²⁷⁵ de 1877, uma carta recebida da Maçonaria da Ilha de Cuba exortando a atuação da coirmã no Brasil (figura 211).

Figura 211 – recorte do Boletim Maçônico de 1877



Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 6º ano, janeiro a dezembro de 1877, p. 378.

A partir do decênio de 1880, conforme demonstrado por Colussi (2012), o movimento abolicionista tomou força, contando com a participação de políticos e intelectuais.

A década de 1880 assistiu à consolidação da campanha abolicionista como uma causa nacional. O movimento contou com a participação de importantes políticos e intelectuais de quase todo o país. O ponto de partida foi a criação de agremiações abolicionistas, como, por exemplo, a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, criada por Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, no Rio de Janeiro. Também jornais e revistas serviram como meio de divulgação e propaganda antiescravistas. Os abolicionistas iniciaram campanhas de arrecadação de fundos para a compra de cartas de alforria. Em 1884, o Ceará antecipou-se e decretou o fim da escravidão em seu território (COLUSSI, 2012, p. 35).

Paralelo a criação e participação em sociedades destinadas a abolir a escravidão, maçons, por intermédio das Lojas, continuavam promovendo a compra de cartas de alforria de escravos. Um fato marcante, conforme descrito em *Boletim*

²⁷⁵ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 6º ano, janeiro a dezembro de 1877, p. 378.

*Maçônico*²⁷⁶ (figura 212) ocorreu na província do Rio Grande do Sul, em 28 de setembro de 1884, onde, por meio da Loja Rocha Negra, escravos de uma cidade inteira, São Gabriel, foram libertos num ato maçônico de emancipação.

Figura 212 – recorte do Boletim Maçônico de 1884

S. Gabriel (Rio Grande do Sul). — Damos em seguida o discurso proferido pelo Ven. . da Off. . Rocha Negra, em sessão de festividade solemne pela redempção dos captivos de S. Gabriel e seu municipio, que teve lugar no templo da mesma Off. . a 28 de Setembro de 1884.

SALVE « ROCHA NEGRA ! »

Meus Irmãos. — Hoje S. Gabriel occupa uma d'estas paginas de gloria que por si muito honram a Nação brasileira ! Hoje o civilizado povo rio-grandense tem o direito de justificar o seu patriotismo e adiantamento perante as demais provincias d'esta fertilissima Cabralia, dizendo-lhos : imitai-nos !

Assim, pois, meus Irmãos, em nome de tantos infelizes a quem a mysteriosa estrella de Hiram conduzio ao desejado campo da liberdade para honra da nossa Patria e gloria da Maçonaria ; peço-vos que n'esta pagina dourada em que hoje se registra este acto solemne e grandioso da Off. . Rocha Negra, seja consignado um inolvidavel voto de gratidão aos nossos bons e esforçados Irmãos, que, com tanto zelo e interesse animados da santa causa da Liberdade, pugnaram pela completa redempção dos captivos em S. Gabriel e seu municipio.

Honra e gloria á Off. . Rocha Negra.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 09 e 10, 13º ano, setembro e outubro de 1884, p. 287-290.

A Confederação Abolicionista, criada, em 1883, por iniciativa do maçom José do Patrocínio, filiado à Loja União e Tranquilidade nº 02 do Rio de Janeiro, unificou as demais sociedades abolicionistas existentes com o objetivo de promover conferências, quermesses e concertos em prol da libertação de escravos (BARATA, 1999, p. 124).

O notório abolicionista, Joaquim Nabuco, fazia campanhas a fim de conscientizar a população da necessidade da construção de uma nova sociedade, não mais sustentada no elemento servil. Nabuco difundia no interior das Lojas Maçônicas

²⁷⁶ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 09 e 10, 13º ano, setembro e outubro de 1884, p. 287-290.

um projeto emancipacionista que posteriormente, em 1883, foi publicado na forma de livro com o título *O Abolicionismo* (SILVA, 2007, p. 102).

José do Patrocínio e Luís Gama, também conhecidos pela participação histórica no movimento abolicionista tinham em comum o pertencimento a Ordem dos pedreiros livres e o fato de terem sido filhos de escravos e nascidos em cativeiro. José do Patrocínio dizia contundentemente que, toda a escravidão era um roubo e todo proprietário de escravos um ladrão (MOREL; SOUZA, 2008, p. 172). Morel e Souza (2008) deixam claro que, além da atuação no alforriamento de escravos e de proibirem a iniciação de novos membros ligados a escravidão, algumas Lojas proibiam em seus quadros maçons possuidores de escravos.

Morel e Souza (2008) destacam a liderança abolicionista de João Cordeiro, que no início da década de 1880, reuniu-se com 27 pessoas e no local, arrancou um punhal de suas vestes e, cravando-o na mesa exigiu de todos, após seu discurso, um juramento solene em prol da abolição dos escravos, ainda que através dessa luta sobreviesse a morte dos seus defensores (MOREL; SOUZA, 2008, p. 171).

O gesto do maçom João Cordeiro, filiado a Loja Perseverança e Porvir, deu partida a um movimento que, contando com a participação de outros setores da sociedade, lograram êxito na abolição da escravidão no Ceará, em 25 de março de 1884. Certamente um passo gigantesco foi dado em direção a abolição da escravidão no país. Esse episódio ganhou repercussão nacional e internacional. O Ceará passou a ser conhecido como *Terra da Luz*, tendo como propagador dessa imagem o maçom José do Patrocínio (MOREL; SOUZA, 2008, p. 172).

O jornal *Libertador*²⁷⁷ (figura 213) organizado pela Sociedade Cearense Libertadora, rende, no cabeçalho da primeira página, homenagens à província do Ceará pela libertação de todos os escravos. No decorrer do Jornal há inúmeros discursos e congratulações pelo feito na província.

²⁷⁷ Libertador: Órgão da Sociedade Cearense Libertadora, ano IV, n. 63, p. capa, 25 de março de 1884.

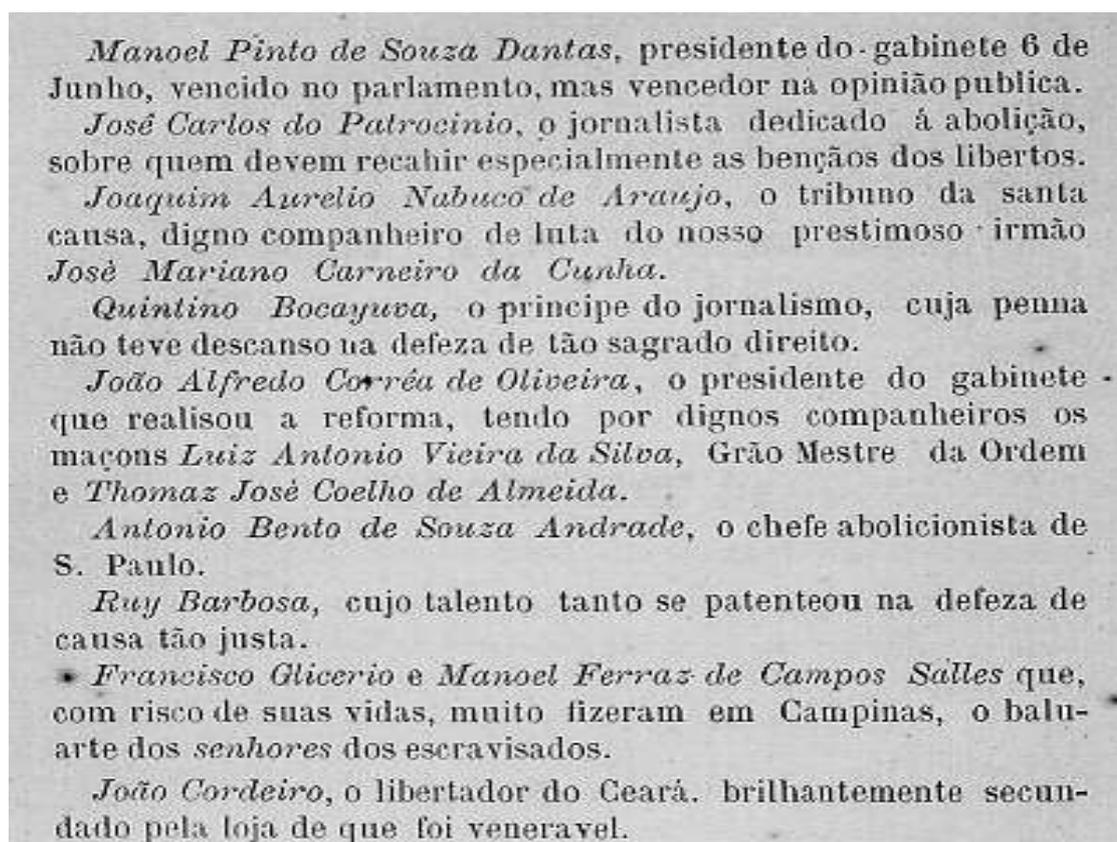
Figura 213 – recorte do periódico Libertador



Libertador: Órgão da Sociedade Cearense Libertadora, ano IV, n. 63, p. capa, 25 de março de 1884.

No *boletim maçônico*²⁷⁸ de maio de 1891, em comemoração à Lei Áurea, consta, entre outros, o nome do maçom João Cordeiro como sendo o libertador do Ceará (figura 214).

Figura 214 – recorte do Boletim Maçônico de 1891



Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 03, 16º ano, maio de 1891, p. 76.

²⁷⁸ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 03, 16º ano, maio de 1891, p. 76.

Costa (2010) afirma que era óbvio que a abolição era iminente após o movimento abolicionista dos anos de 1880. O parlamento já sinalizava no sentido da abolição gradual. Em 1871 com a Lei do Ventre Livre, e em 28 de setembro de 1885 com a *Lei dos Sexagenários*²⁷⁹, libertando assim os escravos com mais de 60 anos de idade. A população, então, tornou-se simpática a causa abolicionista. Grande número de escravos começou a fugir das fazendas. A escravidão tornou-se uma organização desmoralizada. Apesar de alguns fazendeiros reivindicarem indenização pela perda de escravos, quase ninguém se opunha a ideia da abolição (COSTA, 2010, p. 364).

Morel e Souza (2008) falam da participação de maçons em episódios históricos atrelados à política da época, principalmente aos detentores do cargo de Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil que era, em regra, ocupado pelo Presidente do Conselho de Ministros do Império. Em 1871 na edição da Lei do Ventre Livre era ocupado pelo Visconde do Rio Branco e no advento da Lei Áurea por seu substituto, João Alfredo Correa de Oliveira (MOREL; SOUZA, 2008, p. 173).

Dia 13 de maio de 1888, o Brasil, finalmente tornava livre os escravos, abolindo definitivamente a escravidão. José Murilo de Carvalho e Leslie Bethel (2009) falam da importância de Joaquim Nabuco na articulação da Lei Áurea no parlamento nacional.

Nabuco voltou rapidamente da Europa e chegou ao Rio em 18 de abril, a tempo de liderar a batalha final, a aprovação da lei no Congresso, e colher com os outros abolicionistas as glórias da vitória. O processo de votação foi quase sumário e a lei foi quase o reconhecimento legal de um fato já consumado. Em 8 de maio, o projeto de abolição sem indenização foi apresentado na Câmara. Nabuco pediu que se formasse logo uma comissão para dar parecer. A comissão cumpriu rapidamente sua tarefa. O parecer foi aprovado, foi dispensada a impressão e aprovada urgência para discussão no dia seguinte. No dia 9, o projeto foi aprovado em segunda discussão por 83 votos a nove. Nabuco solicitou dispensa de impressão e de prazo, a fim de que projeto entrasse em terceira discussão no dia seguinte. No dia 10, foi aprovado o projeto em terceira discussão e também sua redação, que foi encaminhada ao Senado. No dia 11, foi apresentado no Senado. A pedido de Dantas, foi nomeada comissão que logo deu parecer favorável, dispensando-se a impressão. No dia 12, aprovou-se o projeto em segunda discussão. No dia 13, em terceira discussão. Nesse dia, às 15 horas, a regente Isabel assinou no Paço da Cidade a Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil. Composta de dois artigos, foi a mais curta da história do país (BETHEL; CARVALHO, 2009, p. 221).

²⁷⁹ A Lei n.º 3.270, também conhecida como Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotegipe, foi promulgada a 28 de setembro de 1885, garantindo liberdade aos escravos com 60 anos de idade ou mais, cabendo aos proprietários de escravos indenização.

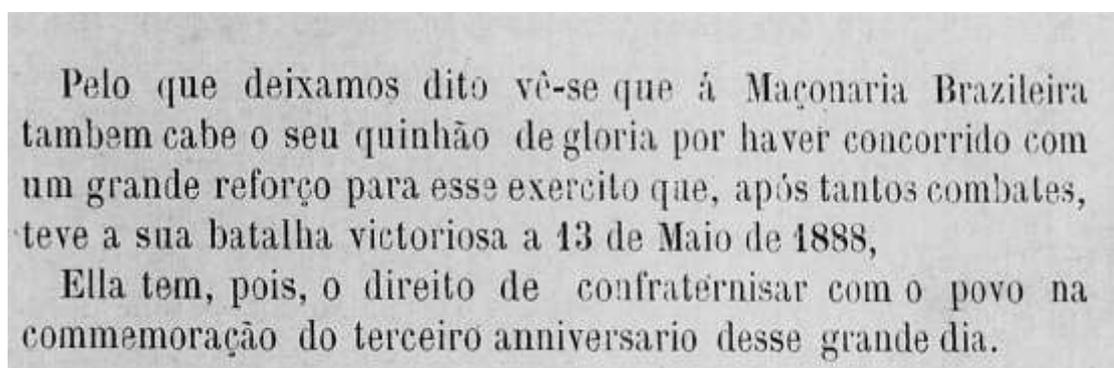
Sem dúvida alguma, o mais importante intelectual abolicionista foi o maçom Joaquim Nabuco, principalmente após a publicação e divulgação do seu livro *O Abolicionismo* em 1883 (BETHEL; CARVALHO, 2009, p. 208).

Existia, na Maçonaria brasileira do final do século XIX, um pensamento humanístico aliado ao humanitarismo servindo de paradigma na luta contra a exploração do negro. Os maçons eram ensinados no interior das Lojas que deveriam respeitar a liberdade religiosa e a liberdade do homem. Os ideais iluministas eram fonte de inspiração na instituição, portanto, contrários a qualquer forma de escravidão. Os lemas: liberdade, igualdade e fraternidade, deveriam ser postos em prática (COSTA, 2001, p. 142-144).

Pontes (2010), nos traz um rol de nomes de maçons enredados na causa abolicionista: Saldanha Marinho, Francisco Gê Acaiaba Montezuma, Barão de Ramalho, Américo Brasiliense, Américo de Campos, Gavião Peixoto, Silva Jardim, Francisco Glicério, André Rebouças, Carlos Gomes, Irineu Evangelista de Souza (Barão de Mauá), Ubaldino do Amaral, José Leite Penteadado, Rui Barbosa, José do Patrocínio, Quintino Bocaiúva, Castro Alves, o “poeta dos escravos”, Antônio Alves Pereira Coruja, padre Almeida Martins. Pimenta Bueno, José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco), Prudente de Moraes, Bernardino de Campos, Antônio Bento, Luís Gama, Joaquim Nabuco e outros (PONTES, 2010, p. 91-98).

O *Boletim Maçônico*²⁸⁰ de maio de 1891 (figura 215) traz a informação de que, a Ordem maçônica no país, por intermédio de Lojas ou de seus membros, teve papel relevante na abolição dos escravos no país.

Figura 215 – recorte do Boletim Maçônico de 1891



Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 03, 16º ano, maio de 1891, p. 77.

²⁸⁰ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 03, 16º ano, maio de 1891, p. 77.

Castellani (1981), faz uma crítica aos historiadores que tentam minimizar a participação da Maçonaria brasileira na história do Brasil.

Embora historiadores desavisados, ou parciais, tenham insistido em minimizar a participação maçônica na História do Brasil, após a independência, é certo que as duas únicas instituições, que saíram a campo na defesa dos escravos foram: a Maçonaria e o Exército; este, que constava como maçons do mais alto gabarito, como Deodoro da Fonseca e Benjamim Constant, quando os fazendeiros procuraram obter, do governo, a colaboração militar na caça aos escravos fugidos, solicitava, através do Clube Militar, em 1887, em mensagem enviada à princesa regente, D. Isabel, ser dispensado de tal missão vergonhosa de capitão do mato (CASTELLANI, 1981, p. 57).

A crítica de Castellani (1981), acentua-se quando lembra que se houve uma instituição que foi omissa nessa luta, essa foi a Igreja Católica que, como religião oficial do Estado e de forte influência na sociedade da época, deixou de cumprir sua missão social em relação a escravidão do gênero humano. A Igreja havia se posicionado ferozmente na *Questão Religiosa*, várias encíclicas e bulas foram editadas condenando a Maçonaria, entretanto, em relação a escravidão do negro, não houve sequer um documento condenando a escravidão no Brasil (CASTELLANI, 1981, p. 57-58).

4.3 A MAÇONARIA E O MOVIMENTO REPUBLICANO

A ilustração brasileira fomentada pela Ordem maçônica através da educação das camadas populares e da expansão de uma rede de escolas para transmissão de ideias no espaço social, serviu de base não só para o movimento abolicionista, mas também ao republicano. Morel e Souza (2008) afirmam que, assim como no tocante ao início do movimento emancipacionista da escravidão, a posição da Maçonaria em relação ao movimento republicano guardou certa similaridade, pois a instituição ainda se encontrava enraizada na tradição imperial. No entanto, assim como ocorreu no movimento abolicionista, o movimento republicano foi angariando adeptos e ganhando terreno no seio da Ordem influenciados por notórios republicanos como: Quintino Bocaiúva, Saldanha Marinho, Rui Barbosa e Deodoro da Fonseca (MOREL; SOUZA, 2008, p. 176).

Colussi (2012) afirma que o movimento republicano cresceu e organizou-se a partir de 1870, com a fundação do Partido Republicano. E que a partir daí as ideias republicanas se espalharam país afora.

As ideias republicanas estiveram presentes em vários movimentos históricos, como a Inconfidência Mineira, a Conjuração Baiana e a Revolução Pernambucana, mas só ganharam força a partir de 1870, quando foi lançado no Rio de Janeiro o Manifesto Republicano. O Partido Republicano Paulista, apoiado por fazendeiros de café de São Paulo e com seguidores no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, foi fundado depois de três anos (COLUSSI, 2012, p. 38).

Colussi (2012) engrossa a fala de Morel e Souza (2008) ao afirmar que não havia inicialmente consenso na organização maçônica a respeito de uma orientação política única. Em seu interior haviam monarquistas e republicanos. No entanto, seria leviano sinalizar que a instituição Maçonaria não contribuiu para a instauração da República no país, pois notadamente se vê que vários de seus membros encabeçavam o movimento, principalmente na década de 1870 no Rio de Janeiro, como por exemplo, Saldanha Marinho, um dos principais líderes maçônicos da época (COLUSSI, 2012, p. 38).

Morel e Souza (2008) ratificam Costa (2001) quanto à menção de uma ideia de conspiração em 1888, logo após a aprovação da Lei Áurea, a favor da instauração do regime republicano no país. Duas Lojas da cidade de Campinas, Independência e Regeneração III, dia 20 de junho de 1888, enviaram uma *prancha*²⁸¹ a todas as Lojas filiadas ao Grande Oriente do Brasil propondo uma conspiração maçônica contra um possível terceiro reinado (MOREL; SOUZA, 2008, p. 174).

Costa (2001) transcreve em sua obra a prancha destacando as principais justificativas contrárias à sucessão ao trono; dentre elas, a afirmação de que, a futura regente, Princesa Isabel, era notoriamente conhecida por ser uma Católica fanática, de espírito fraco, e que certamente seria dirigida pelos padres (COSTA, 2001, p. 169-171).

As respostas a essa iniciativa maçônica contrária a um possível terceiro reinado, foram variadas. A Loja Acácia Riograndense protestou arduamente contra a conspiração alegando que a instituição não foi criada para fins políticos e, sim, para

²⁸¹ Pela sua configuração de superfície, o vocábulo é usado na linguagem maçônica para designar a correspondência recebida ou enviada ao Poder Central ou às coirmãs (CAMINO, 2004, p. 313).

laços fraternos de caridade em prol da humanidade. A Loja Caridade e Segredo da Bahia alegou apoio a princesa Isabel por ter abolido a escravidão, e agindo assim, estariam seguindo orientações do poder central de não se envolver em assuntos políticos. O Grande Oriente do Brasil do Lavradio lamentou a iniciativa conspiratória afirmando, com base no manifesto maçônico de 1832, que a Ordem dos pedreiros livres deve abster-se de assuntos políticos. Esse posicionamento era o esperado naquele momento, ao “reafirmar os princípios da Maçonaria mundial, ainda que se admita que havia política por trás deste discurso apolítico” (COSTA, 2001, p. 172-173).

Costa (2013) traz a informação de que, em 21 de fevereiro de 1887, a Loja Vigilância e Fé de São Borja, na Província do Rio Grande do Sul, aprovou a proposta de Aparício Mariense, vereador eleito pelo Partido Republicano, de evitar a sucessão do trono e posteriormente a enviou a todas as Lojas do país (COSTA, 2013, p. 192).

Devido a isto sustentavam que era um dever resistir a um terceiro reinado, era fundamental trabalhar para instalação de um governo democrático, e que por todos estes motivos a comissão era favorável a Moção contrária a um terceiro reinado e que a mesma deveria ser divulgada as outras lojas e oficinas, bem como ao Grande Oriente do Brasil e Brasileiro (COSTA, 2013, p. 194).

Barata (1999) ressalta que as Lojas Maçônicas se transformaram em autênticos centros de efervescência republicana. O autor destaca que o Manifesto Republicano publicado no jornal *A República*²⁸² de 03 de dezembro de 1870 (figura 216), elaborado por Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo, Salvador de Mendonça e outros, é considerado por vários historiadores, dentre eles Sérgio Buarque de Holanda, como contemporizador, pois defendiam mudanças institucionais sem atritos, isto é, de forma pacífica, uma revolução de ideias (BARATA, 1999, p. 126-129).

²⁸² Jornal A República, ano 1, edição n. 01, p. capa, 03 de dezembro de 1870.

Figura 216 – recorte do Jornal A República de 1870



Jornal A República, ano 1, edição n. 01, p. capa, 03 de dezembro de 1870.

O manifesto republicano, segundo Costa (1981), foi redigido na casa de Saldanha Marinho, no Rio de Janeiro. Colussi (2012) acena que houve uma tendência das principais lideranças maçônicas aderirem ao republicanismo já na década de 1870, pois um dos principais dirigentes da instituição, Saldanha Marinho, liderava ao mesmo tempo o movimento republicano e a Maçonaria do Vale dos Beneditinos. Entretanto, somente após 1883, com a unificação das duas potências maçônicas, as lutas pela separação do Estado e Igreja se intensificaram. Isso obviamente implicava a mudança do regime monárquico para o republicano (COLUSSI, 2012, p. 38).

O manifesto criticava severamente a Monarquia e anunciava a ideia de federalismo. Tinha como ideal uma república federativa através da soberania do povo e administrada por um governo representativo. O Partido Republicano fundado na cidade do Rio de Janeiro, estimulou o surgimento de clubes e partidos defensores da causa republicana. Além da capital, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul destacaram-se como propagandistas do republicanismo. O Partido Republicano, embora atuante, só foi oficialmente fundado em 1888, após a adesão de monarquistas insatisfeitos com a abolição da escravidão (BARATA, 1999, p. 127).

Embora o movimento republicano tenha sido iniciado na capital federal, Rio de Janeiro, só ganhou respaldo político após a adesão dos fazendeiros paulistas. No entender dos paulistas, o governo imperial privilegiava indivíduos que pertenciam a áreas econômicas inexpressivas, o que gerava desconfiança. Após 1868, diversos clubes foram criados na província paulista. Após o manifesto republicano de 1870 esses clubes assumiram o viés republicano (BARATA, 1999, p. 128).

Em 18 de abril de 1873, na cidade de Itu, após uma convenção, surgia o Partido Republicano Paulista. Segundo Almeida Filho (2005), constam, nos documentos de fundação do Clube Republicano, nomes de maçons e *bucheiros*²⁸³, destacando-se: João Tibiriçá Piratininga, Américo Brasiliense de Almeida Mello, Américo de Campos, Quirino dos Santos, Bernardino de Campos, Prudente de Moraes Barros, Ubaldino do Amaral, Campos Salles, entre outros. A convenção de Itu, tornou-se um marco da história nacional. Após a fundação do Partido Republicano em São Paulo, foram criados o jornal A República e o Clube Republicano Acadêmico da Faculdade de Direito de São Paulo, irradiando assim, os ideais republicanos por bucheiros e maçons (ALMEIDA FILHO, 2005, p. 75-76).

Costa (2001) ressalta que, não houve no movimento republicano um posicionamento oficial da Maçonaria brasileira, principalmente através do Grande Oriente do Brasil, entretanto, havia uma efervescência no interior das Lojas e nos clubes republicanos de inspirações maçônicas favoráveis a ideia de implantação de uma república. Costa (2001) destaca os nomes de: Quintino Bocaiuva, Campos Salles, Prudente de Moraes, Silva Jardim, Rangel Pestana, Francisco Glicério, Américo de Campos, Pedro de Toledo, Américo Brasiliense, Ubaldino do Amaral, Aristides Lobo, Bernardino de Campo e outros (COSTA, 2001, p. 169).

Barata (1999) fala que os republicanos da capital eram desorganizados em relação aos paulistas. No Rio de Janeiro não havia a solidificação de um partido republicano, ao passo que os paulistas constituíram um grupo político coeso e estruturado. Enquanto os paulistas buscavam maior autonomia através de uma federação, os cariocas defendiam um governo representativo e a garantia de direitos individuais. O grupo de São Paulo era composto majoritariamente por proprietários rurais, e o carioca era, em maior parte, constituído de profissionais liberais e negociantes (BARATA, 1999, p. 128).

O movimento republicano florescia e, com isso, penetrou no meio militar ao passo que surgiram clubes e partidos republicanos. Os militares sofreram forte influência das ideias positivistas que, identificavam no movimento republicano, maior independência política e administrativa. Os militares, após a Guerra do Paraguai,

²⁸³ Burschenschaft Paulista (informalmente Bucha) foi uma sociedade secreta, liberal e filantrópica que defendia ideias liberais e republicanas da Faculdade de Direito de São Paulo (ALMEIDA FILHO, 2005, p. 2).

ganharam uma espécie de espírito de corpo, uma instituição mais fortalecida, passando a condenar a Monarquia e se posicionarem politicamente favoráveis à abolição da escravidão, à imigração e ao fortalecimento industrial (BARATA. 1999, p. 129).

Embora o Grande Oriente do Brasil do Lavradio, liderados pelo Visconde do Rio Branco, se mantivesse neutro, o Grande Oriente ao Vale dos Beneditinos, esse liderado por Saldanha Marinho, tornou-se um centro de divulgação de teses republicanas. Barata (1999), notou em sua pesquisa que houve um crescimento do número de Lojas ligadas ao Grande Oriente do Vale dos Beneditinos entre 1870 e 1880, principalmente nos locais onde havia maior incidência de movimentos republicanos, sendo: 29 em Minas Gerais, 27 no Rio Grande do Sul, 26 no Rio de Janeiro e 24 em São Paulo (BARATA, 1999, 129).

Morel e Souza (2008) concordam com Barata (1999) quando afirmam que, Saldanha Marinho, foi quem melhor sintetizou as expectativas do movimento republicano. As obras literárias de Saldanha Marinho contra a Monarquia em defesa da República são expressões intelectuais do movimento republicano ligados aos ideais maçônicos de evolução, aperfeiçoamento social e pessoal e progresso nacional. “É inegável que os maçons e uma parte da Maçonaria estivessem envolvidos na queda da monarquia brasileira” (MOREL; SOUZA, 2008, p. 175).

Enquanto na questão política a ausência de um herdeiro varão, o estado de saúde delicado do Imperador e a proximidade da Princesa Isabel (eventual sucessora) com a Igreja Católica, trazia insegurança as lideranças políticas e econômicas; outra questão, essa por sua vez a mais significativa, contribuiu decisivamente para o fim do Império, a *Questão Militar*²⁸⁴ (CASTRO, 1995, p. 85-100).

Costa (2010) faz uma análise da interpretação do historiador Francisco José de Oliveira Viana sobre a Questão Militar ter sido desencadeada num momento propício ao levante militar em 1889, culminando com a implantação do regime republicano que foi aceito sem nenhuma resistência. Em suma, a Questão Militar teria sido o fator desencadeante da República, mas que a mudança radical das instituições políticas aconteceu de última hora (COSTA, 2010, p. 415).

²⁸⁴ A Questão Militar foi uma sucessão de conflitos na década de 1880, suscitados pelos embates entre oficiais do Exército Brasileiro e a Monarquia, conduzindo a uma grave crise política que culminou com o golpe de 1889 (CASTRO, 1995, p. 85).

Costa (2010) menciona que há divergências entre historiadores em relação à República. Enquanto parte de historiadores aceitam a versão cronológica e política dos acontecimentos das últimas décadas do século XIX, outros afirmam que a República é uma consequência natural dos vícios do absolutismo. Que o regime monárquico no Brasil era destoante no continente americano. Que o país só não adotou o regime republicano tão logo tornou-se independente por circunstâncias fortuitas. Os movimentos revolucionários ocorridos no território nacional antes e depois da independência estavam relacionados a uma ideia republicana. (COSTA, 2010, p. 450).

Costa (2010) é enfática ao analisar a participação do exército quando diz que, a proclamação da República não foi obra do acaso ou um ato fortuito, nem mesmo fruto desencadeado repentinamente durante uma parada militar. A autora de forma contundente fala que os militares não foram usados pelos civis tampouco houve um ato de indisciplina militar ocorrido na manhã do dia 15 de novembro de 1889 como muitos historiadores afirmam. “Alguns deles tinham sólidas convicções republicanas e já vinham conspirando a algum tempo, sob a liderança de Benjamin Constant, Serzedelo Correia, Sólon e outros” (COSTA, 2010, p. 461).

A concepção de que a salvação da pátria era responsabilidade dos militares ganhou força após a Guerra do Paraguai. Enquanto a Monarquia era apoiada pelos oficiais do escalão superior a ideia republicana contava com a adesão expressiva de oficiais de patentes inferiores e alunos da Escola Militar influenciados pelas ideias positivistas (COSTA, 2010, p. 462).

Em países onde grande parte da população é alheia a movimentos revolucionários é comum o uso da solução militarista. Esse mecanismo intervencionista foi idealizado em 1887, em São Paulo, por Campos Salles que entendia que os republicanos deviam aproveitar a Questão Militar. Cabia ao Partido Republicano, segundo as ideias de Rangel Pestana, o entendimento com os militares para a realização da revolução. Foi então que uma comissão do partido procurou os militares Sena Madureira, Serzedelo Correia e o Visconde de Pelotas. A Questão Militar passou a ser explorada exaustivamente pelos republicanos para acirramento dos ânimos dos militares contra o governo. Esse movimento conspiratório orquestrado pelos republicanos era propagado no periódico *O Paiz* (COSTA, 2010, p. 485).

Emília Viotti da Costa (2010) resume assim os incidentes militares descritos como A Questão Militar.

A primeira Questão Militar parece datar do fim da Guerra do Paraguai, agravando-se à medida que o Exército se institucionaliza. As crises mais conhecidas – o episódio ocorrido durante o Ministério Zacarias, a propósito da indicação de Caxias para a chefia do Exército brasileiro, e os conflitos que envolveram Sena Madureira e Cunha Matos – foram desencadeados por choques entre o poder militar e o poder civil (COSTA, 2010, p. 486).

Os jovens oficiais, influenciados por Benjamin Constant na Escola Militar, sentiam-se pressionados a exercer a missão salvadora de corrigir os vícios políticos e sociais do país. “A mística da salvação nacional não era, aliás, privativa desse pequeno grupo de jovens. Muitos oficiais mais graduados compartilhavam das mesmas ideias (COSTA, 2010, p. 486).

O Exército, à época, era uma instituição que oportunizava ascensão social das classes médias e, portanto, representava os anseios políticos dessa camada. A medida que os pronunciamentos dos militares contra o governo cresciam, multiplicavam-se os conflitos. O Exército que antes dera apoio à causa abolicionista quando recusou perseguir escravos fugitivos também aderiu ao movimento republicano. “O clube militar foi, a partir de então, o principal núcleo da conspiração. A República nasceu assim sob o signo do Exército” (COSTA, 2010, p. 487).

Nos últimos meses do Império, em meio a agitações, o mineiro Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde do Rio Preto, assumiu em 07 de junho de 1889, o cargo de Presidente do Gabinete Imperial. Surgiram então boatos de que Visconde do Rio Preto estaria tramando a dissolução do exército e o fortalecimento da Marinha e da Guarda Nacional. A hostilidade aos planos de Ouro Preto trouxe descrédito à Monarquia, principalmente por ser neto de Joaquim Silvério dos Reis, delator e traidor dos inconfidentes mineiros (GOMES, 2016).

Ouro Preto, ao assumir o ministério, tinha ciência dos riscos que enfrentaria. O novo ministro então alertou o Imperador sobre a agitação em diversas províncias de uma propaganda que objetivava mudar a forma de governo. Ouro Preto disse que o Imperador não poderia desprezar esse movimento; que o governo deveria adotar uma postura pacífica e realizar reformas inadiáveis e profundas para demonstrar alinhamento com princípios mais modernos, entretanto, as medidas tomadas por Ouro

Preto desagradaram aos militares, fazendo com que fossem explorados pelos partidos republicanos paulista e carioca (COSTA, 2010, p. 488-491).

O jornal *O Paiz*²⁸⁵ publicou as supostas medidas governamentais advindas do Ministro Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde do Rio Preto (figura 217).

Figura 217 – recorte do Jornal O Paiz de 1889



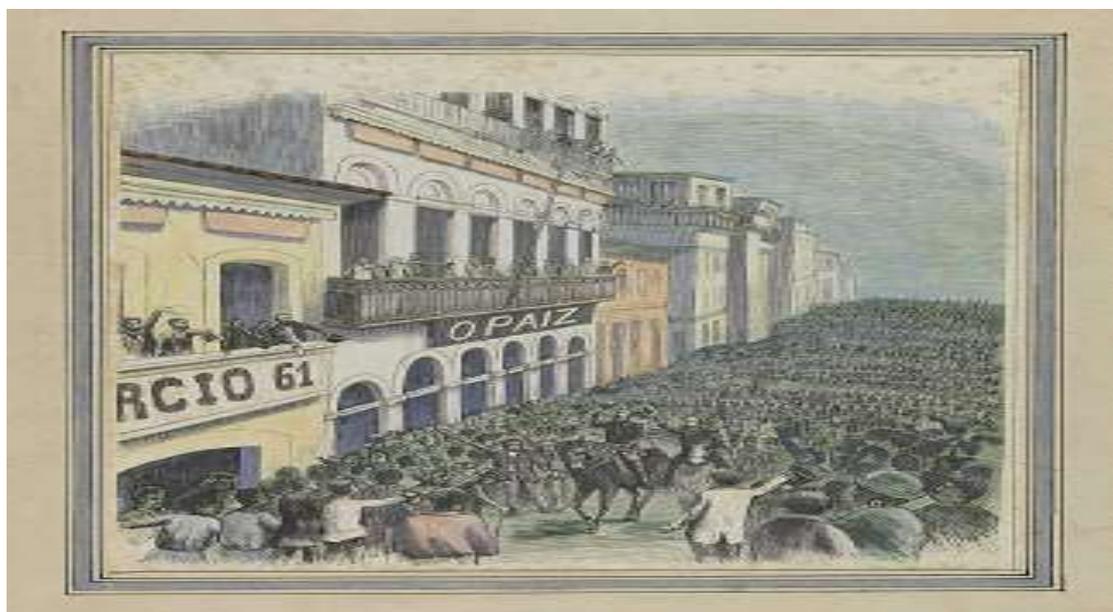
Jornal O Paiz, ano VI, edição 1860, p. capa, 10 de novembro de 1889.

²⁸⁵ Jornal O Paiz, ano VI, edição 1860, p. capa, 10 de novembro de 1889.

Deodoro era muito querido e respeitado no Exército, mas também era simpatizante à monarquia e amigo de D. Pedro II. Deodoro, todavia, só aderiu ao movimento por causa da insistência de Benjamim Constant, professor da Escola Militar e líder dos cadetes. Depois do levante, Benjamim Constant, ficou reconhecido como mentor da revolução republicana. Constant, que também era um dos líderes do Clube Militar, idealizava uma revolta armada. Dos 43 membros do movimento que proclamou a república, 29 eram maçons (GOMES, 2016).

O jornal *O Paíz*, dirigido por Quintino Bocaiuva, o mentor entre os civis, passou a publicar, a partir do dia 10 de novembro, notícias falsas de medidas contra os militares, o que aumentou a crise, antecipando o levante (figura 218). Até o dia dos fatos, Deodoro relutava em dar prosseguimento ao movimento. Dia 11 de novembro, Deodoro reuniu-se com lideranças civis e militares em sua residência aceitando liderar o levante desde que não houvesse violência. Na reunião estavam presentes Benjamim Constant, Aristides Lobo e Rui Barbosa. O governo imperial tomou conhecimento da possibilidade de ocorrer um levante militar, entretanto, manteve-se inerte (GOMES, 2016; COSTA, 2010, p. 491).

Figura 218 – gravura A Proclamação da República

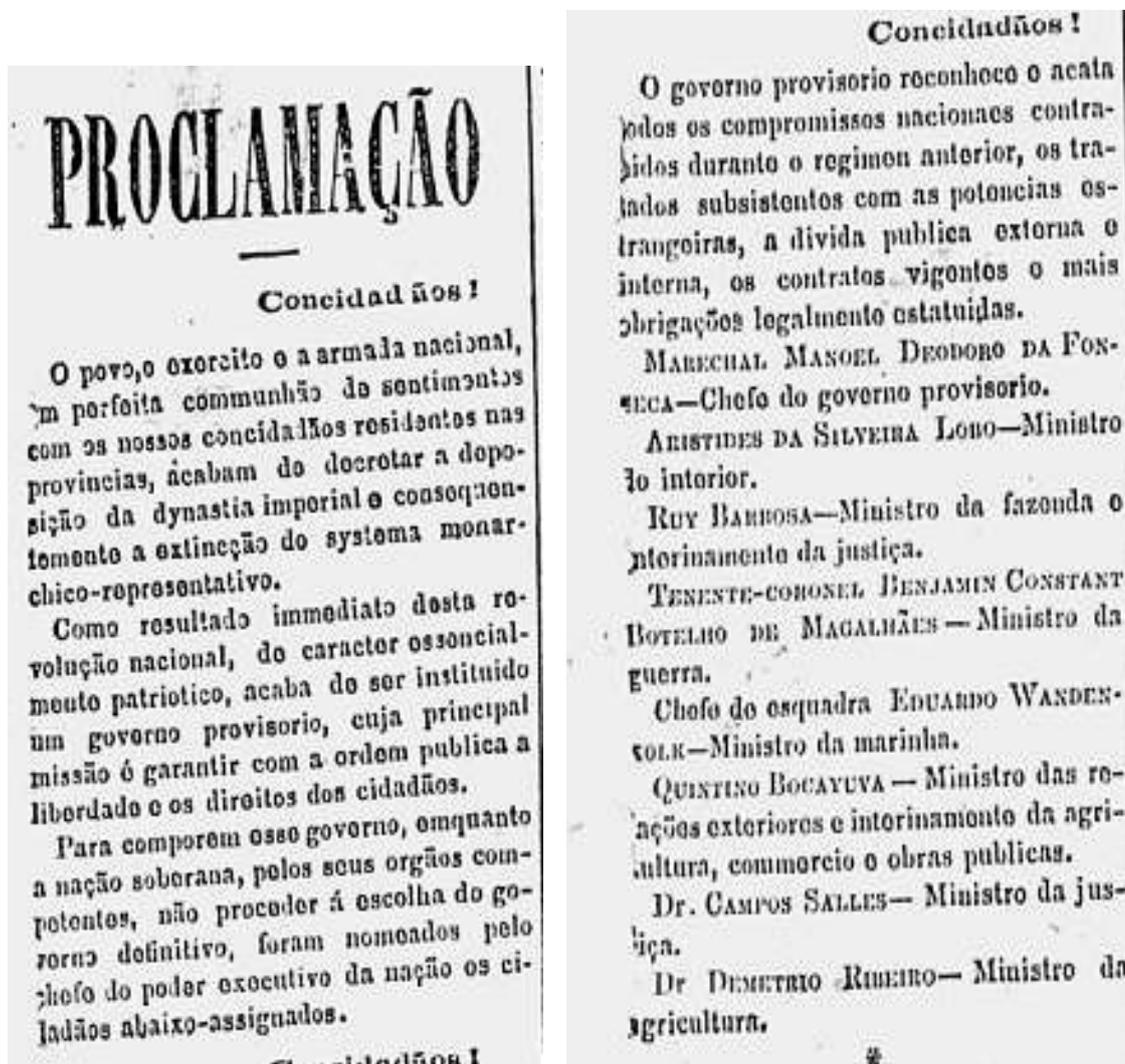


Gravura A Proclamação da República: Ovação Popular ao General Deodoro da Fonseca e Bucayuva, na Rua do Ouvidor, Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1889].²⁸⁶

²⁸⁶ PROCLAMAÇÃO da República: Ovação Popular ao General Deodoro da Fonseca e Bucayuva, na Rua do Ouvidor. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1889]. 1 grav. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon255685/icon255685.jpg>. Acesso em: 11 out. 2017.

O Decreto nº 01 que instaurou o novo regime foi redigido por Rui Barbosa, assinado pelo Marechal Deodoro da Fonseca e publicado no jornal *O Paíz*²⁸⁷ no dia 16 de novembro de 1889 (figura 219).

Figura 219 – recorte do Jornal O Paíz de 1889



Jornal O Paiz, ano VI, edição 1866, p. capa, 16 de novembro de 1889.

A família real foi exilada dia 17 de novembro, chegando em Lisboa no dia 7 de dezembro. Dom Pedro II faleceu em Paris no dia 5 de dezembro de 1891, e até hoje é exaltado por diversos historiadores como o maior de todos os brasileiros, pela sua intelectualidade e por ser apreciador das ciências e das artes. D. Pedro II também possuía enorme prestígio internacional, causando num primeiro momento certa estranheza na Europa, entretanto, nas semanas seguintes uma grande parte das nações

²⁸⁷ Jornal O Paiz, ano VI, edição 1866, p. capa, 16 de novembro de 1889.

internacionais reconheceram o novo governo. Os restos mortais do imperador e os de sua esposa, Imperatriz Teresa Cristina, foram trazidos para o Brasil em 1921, para as comemorações do centenário da independência do Brasil em 1922, onde repousam na catedral da cidade imperial, Petrópolis (GOMES, 2016).

O novo governo não conseguiu mudar muita coisa, afinal, continuavam sujeitos às influências dos grandes proprietários rurais e comerciantes ligados ao setor exportador, sobretudo do café. A única certeza foi a não participação popular que, assistiu a tudo alheia ao movimento conforme evidenciam os fatos históricos. O então, à época, Ministro do Interior do Governo Provisório, senhor Aristides Lobo, pronunciou uma celebre frase a respeito do episódio, dizendo que, “o povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam, sinceramente, estar vendo uma parada”. Essa fala explica a ausência da população até hoje nas comemorações pelo dia da Proclamação da República no país (GOMES, 2016).

A Constituição da República de 1891, concebeu o epíteto de “Fundador da República Brasileira” a Benjamim Constant Botelho de Magalhães. O Governo Provisório, decretou, o dia 21 de abril, aniversário da morte de Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes (1746-1792), feriado nacional em comemoração ao dia do Herói Nacional e patrono cívico da nação brasileira (GOMES, 2016).

Se a Maçonaria brasileira, institucionalmente, não participou do processo de implantação da república no país, isso não pode ser estendido aos seus membros. O ente instituição só existe por causa de seus membros, portanto, os trabalhos nos processos de independência, abolição da escravatura e proclamação da república, foram feitos por maçons ligados a clubes, partidos e etc. Nomes que, foram protagonistas em momentos históricos decisivos da nossa história e que, estranhamente não tiveram suas biografias ligadas a Maçonaria. Barata (1999), Morel e Souza (2008) e Colussi (2012) dizem que é inegável a participação de maçons e de significativa parcela da Maçonaria no envolvimento a favor da queda da monarquia brasileira (MOREL; SOUZA, 2008, p. 175).

Esse pensamento é reverenciado por Barata (1999), quando diz:

Para os maçons, a forma de governo republicana oferecia uma oportunidade de romper com o centralismo monárquico e, acima de tudo, equacionar os problemas relativos às liberdades individuais. Neste sentido, creio que

Saldanha Marinho possa ser considerado aquele que melhor traduziu as expectativas desse segmento (BARATA, 1999, p. 130).

Costa (2001) chama atenção para a escrita da história tradicional que desconsidera questões essenciais e personagens da história do país imaginando que, apenas fatos políticos explicam todo o processo histórico de forma episódica, cronológica e linear, ao passo que ocorreram uma multiplicidade de acontecimentos (COSTA, 2001, p. 132).

Grande parte da historiografia tradicional, segundo Costa (2001), afirma que, o declínio do modelo Imperial no país se deu por três fatos políticos: “A *abolição da escravatura*”, a chamada “*Questão Religiosa*” e a “*Questão Militar*”²⁸⁸. De fato, conforme leciona Costa (2001), a abolição da escravatura marcou definitivamente os passos a caminho da república, assim como o apoio dos militares, no entanto, alguns fatores foram superestimados ao passo que, outros relegados a um plano inferior, como a participação da Maçonaria, ou de grande parcela, no movimento a favor da república no país (COSTA, 2001, 163).

A autora Emília Viotti da Costa, em seu livro do ano de 2010, intitulado *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, corrobora com o posicionamento de Costa (2001) ao fazer uma crítica aos historiadores que dedicam suas pesquisas ao movimento de implantação da república no país.

É preciso ainda conhecer os ideais dos vários grupos que se associaram ao proclamar a República, as contradições que os dividem. Essas e muitas outras questões aguardam novas pesquisas que permitam estudar em bases mais sólidas as origens da República (COSTA, 2010, p. 446).

Costa (2010) afirma que, novas teorias precisam ser testadas ao revisar a história brasileira.

O conhecimento da história da historiografia é essencial como etapa preparatória, para que o pesquisador possa ter consciência tanto da imprecisão dos limites que separam a lenda da história, quanto das vinculações que existem entre o historiador e sua época, para que possa dar, enfim, às investigações caráter mais científico, integrando e superando as imagens que os intérpretes da história republicana construíram sucessivamente ao longo do tempo (COSTA, 2010, p. 447).

²⁸⁸ Após o fim da Guerra do Paraguai, em 1870, os militares passaram a ter uma maior visibilidade no cenário político nacional.

Portanto, segundo a autora, faltam pesquisas que possam estudar a composição social de diversos grupos existentes no período, a participação da classe média nos movimentos políticos, o comportamento das camadas rurais de diversos pontos do território nacional e dos trabalhadores rurais e urbanos (COSTA, 2010, p. 446-447).

Emília Viotti, na obra *Brasil: Histórias, textos e contextos*, do ano de 2015, ao falar sobre a influência da Maçonaria no movimento republicano e da possível divulgação de ideias republicanas pela instituição, deixa alguns questionamentos sem repostas, “Quem seriam eles? Haverá, como no movimento da Independência, alguma relação entre a ação republicana e a Maçonaria? São questões a serem esclarecidas” (COSTA, 2015, p. 159).

Costa (2015), ao falar sobre os antecedentes da Convenção Republicana em Itu, na província de São Paulo, sugere que os maçons adotaram um método de propaganda ideológica no início da década de 1870, as escolas noturnas.

Na mesma reunião de 10 de setembro foi fundada uma escola noturna em Itu. Esse método de propaganda era frequentemente de iniciativa dos maçons. Assim é que em 1873, na Gazeta de Campinas, encontramos referências a escolas mantidas por estes, por exemplo, a criada pela Loja Fidelidade em janeiro de 1873 em Campinas, onde, além do ensino primário gratuito, fornecia-se aos alunos pobres compêndios, papel, penas etc. (COSTA, 2015, p. 159).

Costa (2015), encontrou no jornal *A Gazeta de Campinas*²⁸⁹ (figura 220), e no livro de Atas do Clube Republicano de Itu, a ata da reunião de 10 de setembro de 1871, onde consta que uma escola era mantida por republicanos. No documento foi possível verificar que a escola constava com 25 alunos, e que os professores eram membros do partido republicano. Segundo a autora, a escola seria um ambiente de proselitismo a favor do movimento republicano com o objetivo de propagar sua ideologia (COSTA, 2015, p. 159).

²⁸⁹ Jornal A Gazeta de Campinas, ano IV, edição n. 0320 p. 03, 10 de janeiro de 1873.

Figura 220 – recorte do Jornal A Gazeta de Campinas

Loja Maçonica Fidelidade
ENSINO PRIMARIO GRATUITO

A aula de ensino primario gratuito, para os pobres, sob os auspicios da Loja Maçonica Fidelidade, abrir-se-ha, nesta cidade, em lugar que será com antecedencia designado, no dia 9 de Janeiro de 1873.

As pessoas que a quizerem frequentar dirigir-se-hão, para a competente matricula, ao Veneravel da mesma Loja, dr. Balthazar da Silva Carneiro, ou ao thesoureiro João Proost Rodovalho.

Aos discipulos pobres, fornece a mesma Loja, papel, pennas, tinta e compendios gratuitamente,

O secretario adjunto,
2—6 Antonio Rodrigues dos Santos.

Jornal A Gazeta de Campinas, ano IV, edição n. 0320 p. 03, 10 de janeiro de 1873.

Saldanha Marinho faleceu em 27 de maio de 1895. O *Boletim do Grande Oriente do Brasil*²⁹⁰, com o título O Grande Morto, rendeu homenagens ao que considerou o grande orientador e patriarca ilustre da república (figura 221).

Figura 221 – recorte do Boletim Maçônico de 1895

O GRANDE MORTO

A Republica perdeu hontem o seu grande orientador, o seu patriarcha illustre, o senador Saldanha Marinho. Elle era ainda hoje o chefe da democracia brasileira. Embora retirado da direcção effectiva do partido republicano, porque a velhice alquebrara-o, o seu espirito continuava a dominar sobre a actual geração de lutadores politicos e o seu nome soava ainda nas fileiras como um vibrante clarim de guerra.

Relator do importante manifesto republicano de 3 de Dezembro de 1870, foi então sagrado chefe do partido que se formava, e de cuja direcção só o afastaram mais tarde os seus graves incommodos de saude.

Proclamada a Republica em 15 de Novembro de 1889, teve Saldanha Marinho a grande alegria de vér realizados os seus desejos e por essa occasião ainda lhe foi dada uma prova de confiança, qual a de organisador do projecto da Constituição que tinha de ser submettido á Assembléa Constituinte da Republica.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 03, 20º ano, maio de 1895, p. 105.

²⁹⁰ Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 03, 20º ano, maio de 1895, p. 105.

A primeira Constituição republicana, promulgada em 1891, consagrou os princípios liberais clássicos, como por exemplo, o direito de associação, de liberdades de expressão e de pensamento e a garantia de um governo eleito pelo voto majoritário (BARATA, 1999, p. 133). Seguramente essas ideias republicanas foram, através da ação organizacional maçônica, difundidas nas escolas criadas e mantidas pela Maçonaria brasileira (BARATA, 1999, p. 133-140).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, ao apresentar a comunidade acadêmica a participação da Maçonaria na História da Educação brasileira no final do século XIX, trouxe implicitamente como objetivo o estímulo a novas pesquisas envolvendo a Ordem dos pedreiros livres no Brasil. O trabalho aqui exposto trouxe uma pequena amostra desse universo chamado Maçonaria. Percebeu-se também que, o tema pode e deve ser estudado por pessoas não pertencentes a Ordem, pois apesar de não parecer, o desafio de pesquisar algo num local onde se está imerso é muito maior do que se imagina.

A proposta do trabalho também não foi a de trazer explicações sobre o funcionamento interno da Maçonaria, expondo seus mistérios, seus rituais, seus gestos, e etc., mas a de analisar a participação da Ordem em torno de questões educacionais, especialmente sob a ótica de uma rede de sociabilidade capaz de ações conjuntas em determinadas áreas, no caso específico, na Educação. No entanto, antes de falar sobre as escolas e aulas maçônicas existentes no final do século XIX, foi necessário falar um pouco sobre a história da Ordem dos *pedreiros livres* desde a sua fundação oficial na Inglaterra, em 1717, até a sua chegada no Brasil. A partir desse contexto explicar como se deu a união maçônica brasileira estimulada pelo embate contra a Igreja Católica no episódio chamado de *Questão Religiosa*. Essa fase da história é vista por historiadores maçônicos como emblemática, um verdadeiro divisor de águas da Maçonaria no país, um evento que uniu maçons sob uma única bandeira: o combate ao ultramontanismo.

Chegar a conclusões sólidas, mesmo conhecendo um pouco da história da instituição, ainda é muito complexo, principalmente por causa de poucos estudos acadêmicos no país relacionados a Maçonaria. Há uma amplitude de possibilidades de pesquisas sobre a atuação da Ordem no Brasil, sendo assim, foi escolhido como objeto de estudo as escolas e aulas noturnas criadas e mantidas por Lojas maçônicas no período compreendido entre 1869 e 1900.

A primeira parte do trabalho, portanto, se estruturou sob uma ótica mais ampla da Ordem, apoiado num levantamento bibliográfico a fim de se conceber uma cronologia histórica da Maçonaria no país. Foi possível também trazer um certo ineditismo a pesquisa ao acrescentar no texto documentos encontrados no Arquivo Nacional relacionados a duas sociedades secretas existentes no século XIX no Brasil, a *Sociedade de Patriarcas Invisíveis* e a *Sociedade Cruzada da Liberdade*. Essas

sociedades secretas sequer são mencionadas em livros e/ou pesquisas acadêmicas, entretanto, após a descoberta desses documentos, entre eles o Estatuto dos Patriarcas Invisíveis, é possível conceber pesquisas futuras mais específicas sobre a existência delas e suas atuações no cenário histórico e político brasileiro.

Num panorama maçônico de cisões e dissidências não podemos falar seguramente de uma única Maçonaria brasileira. A maioria dessas divisões foram por motivos pessoais, e as restantes por divergências políticas e ideológicas entre seus membros. Todavia, em meio a tudo isso havia um pensamento predominante na Ordem, os princípios liberais e cientificistas do século XIX fundada no Iluminismo francês. Esses princípios contribuíram para fomentar o embate contra o ultramontanismo no país. Essa visão liberal e científica engroçou a fala separatista entre Igreja e Estado, assim como propiciou o surgimento de um modelo educacional baseado no ensino laico. O apoio dado a Educação no século XIX fazia parte de um entendimento eleito pelos maçons para combater os privilégios católicos no Brasil, especialmente na Educação dos jovens.

Esse trabalho, assim como outros poucos envolvendo o tema Maçonaria, contrariou a tradição historiográfica que considerava inexpressiva a atuação da Ordem no final do século XIX. A Maçonaria manteve-se ligada a vida política nacional no final do século XIX e início do século XX, atuando como uma espécie de grupo de pressão, identificada com o movimento denominado *Ilustração brasileira*, buscando influenciar o país na luta por uma nova identidade nacional, abandonando assim, as marcas coloniais.

A atuação maçônica nos campos da educação e beneficência serviram para aproximar a Ordem da população e, conseqüentemente, combater o fortalecimento da Igreja Católica. Esse modelo de atuação tinha como objetivo ampliar seu espaço visando influenciar a organização social do país. Esse mecanismo de tornar a Ordem mais popular, aliada a uma estrutura organizacional solidificada nacionalmente serviu de base para sua influência política, deixando para trás a Igreja e o Exército.

A atuação maçônica na Educação era vista como fundamental, principalmente ao se contrapor influência jesuítica na formação das mentes das crianças e dos jovens. A Maçonaria adotou para a época um modelo educacional moderno, progressista, científico e laico, se contrapondo assim a visão de mundo concebida pela Igreja. As

aulas nesses estabelecimentos de ensino baseavam-se, portanto, em ideias liberais, republicanas e científicas. Assim, enquanto as escolas jesuíticas eram voltadas para o atendimento da elite, a Maçonaria buscou atender a população menos abastada, composta de ex-escravos, escravos e trabalhadores.

Paralelo a atuação na instrução, a Maçonaria foi um dos centros ativos na luta a favor da emancipação dos escravos e na propaganda republicana. Maçons como Luiz Gama, José do Patrocínio e André Rebouças foram expoentes na luta contra a escravidão; nomes como Quintino Bocaiuva, Rui Barbosa, Saldanha Marinho e Joaquim Nabuco foram notórios republicanos. Curiosamente, Deodoro da Fonseca e todo o seu ministério, assim como todos os presidentes da República Velha foram maçons.

A Maçonaria também atuou no sentido de promover uma diversidade religiosa no país, principalmente incentivando a imigração de protestantes. A Ordem, apesar de composta exclusivamente por homens, também atuou contribuindo para inserção da mulher no mercado de trabalho e na escola. A maioria das escolas e aulas criadas pela Maçonaria, por exemplo, eram destinadas a ambos os sexos.

A Maçonaria enquanto local de sociabilidade e transmissão de ideias no cenário social buscou disseminar através da Educação sua ideologia atrelada ao iluminismo, liberalismo e positivismo. Essa forma de atuação está intimamente ligada a expansão de escolas maçônicas pelo país no final do século XIX e início do século XX. Não poderia ter sido de outra forma, afinal usar a via do ensino público para divulgação do ideário republicano era, portanto, uma modalidade de rede social do século XIX. O campo educacional, sem dúvida foi o ponto nevrálgico entre todas as demais lutas, pois aí residia a capacidade de influenciar a organização da sociedade.

A Maçonaria era influente no parlamento e detinha o controle da maioria dos jornais da época, todavia, o acesso era limitado, pois a maioria da população era analfabeta. O renomado historiador José Murilo de Carvalho deixou claro em sua obra *A Formação da Almas – o imaginário da República no Brasil* que, para implantação de qualquer modalidade de regime político é de antemão necessário sua elaboração no imaginário social. Após atingir a cabeça pela via do imaginário, o homem emocionalmente se envolve, e a partir daí deposita suas aspirações, seus medos e suas esperanças, criando assim um tipo de identidade social, onde passa a moldar através

dessa visão toda a sua vida. Portanto, o modelo republicano foi construído inicialmente através das ideias, do simbolismo, para só então ser concretizado.

As escolas maçônicas adotaram modelos concebidos por intelectuais, tais como Benjamin Constant, Rui Barbosa, Henrique Valadares, Lauro Sodré, José de Souza Marques, entre outros. Esses mestres tiveram apagados de suas biografias seu pertencimento a Maçonaria, entretanto, certamente tiveram sua importância na época, especialmente ao adotar o ensino como meio de consolidação de ideais laicos, liberais e republicanos.

Esse entendimento concebido ao final desse trabalho se dá por meio das fontes bibliográficas e documentais aqui expostas. A Maçonaria foi, dentre outras instituições, aquela que além de promover uma educação laica a classe menos favorecida, introduziu através da Educação sua ideologia, preparando o terreno no campo das ideias para apoio em suas lutas contra a escravidão, a monarquia e a influência da Igreja Católica na educação. Muitas dessas escolas e bibliotecas foram incorporadas a rede pública de ensino país afora, deixando assim suas marcas na história da Educação nacional, ainda que relegada pela historiografia.

Esse estudo não se encerra por aqui, pois certamente abrirá caminho para outras pesquisas envolvendo as relações da Maçonaria com outras ciências e/ou novas e diferentes vertentes de investigação, principalmente suscitando novas reflexões sobre uma temática que desperta fascínio e curiosidade. Esse trabalho, ao deixar aqui sua contribuição no campo da História da Educação, apresentando ao meio acadêmico a participação da Maçonaria na educação brasileira no final do século XIX, projeta pesquisas futuras envolvendo a temática, principalmente no sentido de estudar e compreender a pedagogia maçônica, usada no interior das lojas maçônicas, que utiliza símbolos, mitos, imagens, lendas, alegorias e ritualística para transmissão de conhecimento aos seus membros.

REFERÊNCIAS

1 FONTES PRIMÁRIAS

1.1 Periódicos, fotos, livros raros, jornais, revistas e documentos de arquivos

A Batalha de Santa Luzia. In: Segredos e Revelações da História do Brasil. Rio de Janeiro: Revista O Cruzeiro, s/d.

A Sentinela do Serro. In. Segredos e Revelações da História do Brasil. Rio de Janeiro: Revista O Cruzeiro, 1955.

Almanak Laemmert - Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro-RJ, edição 031, de 1874, p. 63.

Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891-1940, edição para o ano de 1910, 67ª ano, p. 82.

Almanak, Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ) do Império do Brasil para o ano de 1876, 33ª ano, p. 24.

Almanak, Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ) do Império do Brasil para o ano de 1879, 36ª ano, p. 220.

Almanak, Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ) do Império do Brasil para o ano de 1885, 42ª ano, p. 1012.

Estatuto do Conselho da Sociedade de Patriarcas Invisíveis, Capa - Diversos Códices SDH, NP, Codes, cód. 807 - Vol. 2.

Foto da Cartilha com regulamento da Escola “União e Progresso” aprovada pela Loja Maçônica União e Progresso em 09 de abril de 1926. Fonte: doação do acervo da Loja Maçônica União e Progresso nº 0236 de Vitória/ES.

Foto da Escola “Amenófis de Assis” – Foto de 1950 na cidade de Vitória/ES. Fonte: doação do acervo da Loja Maçônica União e Progresso nº 0236 de Vitória/ES.

Foto da Escola “União e Progresso” – Fundada em 1870. Fonte: doação do acervo da Loja Maçônica União e Progresso nº 0236 de Vitória/ES.

Foto da LOJ. Cap. Cotinguiba. Aracaju, SE: Casa Amador, 1931. 1 foto, gelatina, p&b, 23,5 x 17,2 cm.

Jornal A Família Maçônica, ano III, edição n. 09, 16 de setembro de 1874, p. 04.

Jornal A Família Maçônica, ano IV, edição nº 47, de 03 de outubro de 1875, p. 1.

Jornal A Família Maçônica, ano VII, edição n. 0129, 22 de setembro de 1880, p. 03.

Jornal A Família Maçônica, ano VII, edição nº. 131, 05 de novembro de 1880, p. 03.

Jornal A Família Maçônica, ano VII, edição nº. 132, 31 de dezembro de 1880, p. 02.

- Jornal A Família Maçônica, ano VIII, edição n.º 142, 30 de outubro de 1881, p. 02.
- Jornal A Família, ano I, n. 15, 12 de dezembro de 1872, p. 1.
- Jornal A Gazeta de Campinas, ano 1, edição n.º 014, 16 de dezembro de 1869, p. 2.
- Jornal A Gazeta de Campinas, ano IV, edição n. 0319, 26 de dezembro de 1872, p. 03.
- Jornal A Gazeta de Campinas, ano IV, edição n. 0320 p. 03, 10 de janeiro de 1873.
- Jornal A Gazeta de Campinas, n.º 22, Ano I, 13 de janeiro de 1870, p. 01.
- Jornal A Luz, ano II, edição 09, Penedo em 22 de janeiro de 1903, p. 4.
- Jornal A República, ano 1, edição n. 01, 03 de dezembro de 1870, p. Capa.
- Jornal Aurora Escosseza, ano I, edição 01, 1º de novembro de 1891, p. Capa.
- Jornal Aurora Escosseza, ano II, edição 03, 1º de março de 1892, p. 2.
- Jornal Aurora Escosseza, ano II, edição n.º 10, 1º de outubro de 1892, p. 2.
- Jornal Correio Nacional, ano II, edição n.º 91, de 18 de setembro de 1870, p. 1.
- Jornal Correio Nacional-RJ, ano I, edição n.º 09 de 30 de novembro de 1869, p. 3.
- Jornal Correio Paulistano, Ano XVII, edição n.º 4114, 17 de março de 1870, p. 2.
- Jornal Correio Paulistano, ano XVII, edição n.º 4127, 03 de abril de 1870, p. 1.
- Jornal Correio Paulistano, Ano XVII, edição n.º 4250, 11 de setembro de 1870, p. 1.
- Jornal Correio Paulistano, Ano XVIII, edição n.º 4375, 28 de fevereiro de 1871, p. 1.
- Jornal Correio Paulistano, Ano XVIII, edição n.º 4442, 28 de maio de 1871, p. 2.
- Jornal Correio Paulistano, Ano XX, edição n.º 4933, 29 de janeiro de 1873, p. 3.
- Jornal Correio Paulistano, Ano XX, edição n.º 4977, 23 de março de 1873, p. 2.
- Jornal Correio Paulistano, ano XXI, edição n.º 5281, 20 de fevereiro de 1874, p. 1.
- Jornal Diário de Notícias, ano III, edição n.º 508, de 19 de junho de 1872, p. 1.
- Jornal Libertador: Órgão da Sociedade Cearense Libertadora, ano IV, n. 63, p. capa, 25 de março de 1884.
- Jornal O Apostolo, ano IX, edição 108, 1º de outubro de 1874, p. 4.
- Jornal O Paiz, ano VI, edição 1860, p. capa, 10 de novembro de 1889.
- Jornal O Paiz, ano VI, edição 1866, p. capa, 16 de novembro de 1889.
- Livro Maç. do Centenário. Rio de Janeiro: s/d, 1922, p. 242.
- Livro Maç. do Centenário. Rio de Janeiro: s/d, 1922, p. 246.

Livro Maç. do Centenário. Rio de Janeiro: s/d, 1922, p. 405.

O Clube do Padre Geraldo. In. Segredos e Revelações da História do Brasil. Rio de Janeiro: Revista O Cruzeiro, 1958.

O Patriarca Invisível de Maranguape. In. Segredos e Revelações da História do Brasil. Rio de Janeiro: Revista O Cruzeiro, 1955.

PROCLAMAÇÃO da República: Ovação Popular ao General Deodoro da Fonseca e Bocaiuva, na Rua do Ouvidor. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1889]. 1 grav. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon255685/icon255685.jpg>. Acesso em: 11 out. 2017.

Recorte de Jornal. Clubes Secretos. Hemeroteca Gustavo Barroso-25 - 1937 1º Semestre a 1939 1º Semestre.

Sociedade Carmelitana de Baependi. In. Segredos e Revelações da História do Brasil. Rio de Janeiro: Revista O Cruzeiro, 1958.

Sociedade Cruzada da Liberdade - Diversos Códices SDH, NP, Codes, cód. 807 - Vol. 2, livro 2, p. 146 a 150.

1.2 Boletins do Grande oriente do Brasil

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 1º ano, dezembro de 1871, p. 08.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira. Número 1, 1º ano, dezembro de 1871, p. 08.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 05, 1º ano, abril de 1872, p. 148.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 04, 1º ano, março de 1872, p. 113.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 1º ano, maio de 1872, p. 187.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 08, 1º ano, julho de 1872, p. 321.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 08, 1º ano, julho de 1872, p. 322.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 2º ano, janeiro de 1873, p. 17.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 02 e 03, 2º ano, fevereiro e março de 1873, p. 205.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 07 a 09, 2º ano, julho a setembro de 1873, p. 685.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 10 a 12, 2º ano, outubro a dezembro de 1873, p. 828.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 12, 2º ano, dezembro de 1873, p. 892.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 01 a 03, 3º ano, janeiro a março de 1874, p. 133.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 04 a 07, 3º ano, abril a junho de 1874, pág. 411.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 4 a 7, 3º ano, abril a julho de 1874, p. 515-516.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 08 a 12, 3º ano, agosto a dezembro de 1874, p. 770.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 08 a 12, 3º ano, agosto a dezembro de 1874, p. 771.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 12, 3º ano, dezembro de 1874, p. 321.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 04 a 08, 4º ano, abril a agosto de 1875, p. 310.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 4º ano, junho de 1875, p. 492.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 07, 4º ano, julho de 1875, p. 505.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 09, 4º ano, setembro de 1875, p. 691.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 09 a 12, 4º ano, setembro a dezembro de 1875, p. 1009.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 09 a 12, 4º ano, setembro a dezembro de 1875, p. 999.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 12, 4º ano, dezembro de 1875, p. 798.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 01 a 04, 5º ano, janeiro a abril de 1876, p. 165.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 01 a 4, 5º ano, janeiro a abril de 1876, p. 376.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 03, 5º ano, março de 1876, p. 81.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 04, 5º ano, abril de 1876, p. 143.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 05 a 08, 5º ano, maio a agosto de 1876, p. 420.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 05 a 08, 5º ano, maio a agosto de 1876, p. 778.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 5º ano, junho de 1876, p. 234.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 09 a 12, 5º ano, setembro a dezembro de 1876, p. 1074.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 09 a 12, 5º ano, setembro a dezembro de 1876, p. 1074.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 11, 5º ano, novembro de 1876, p. 454.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 6º ano, janeiro de 1877, p. 37.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 6º ano, janeiro de 1877, p. 474-475.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 6º ano, janeiro a dezembro de 1877, p. 378.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 6º ano, janeiro a dezembro de 1877, p. 474.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 6º ano, janeiro a dezembro de 1877, p. 485-486.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 6º ano, janeiro a dezembro de 1877, p. 475-476.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01 a 12, 6º ano, janeiro a dezembro de 1877, p. 488.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 6º ano, janeiro a dezembro de 1877, p. 473.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01 a 12, 6º ano, janeiro a dezembro de 1877, p. 503.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 6º ano, junho de 1877, p. 247; 260.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 07, 6º ano, julho de 1877, p. 304.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 07, 7º ano, de julho de 1878, p. 297.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 12, 7º ano, dezembro de 1878, p. 523.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 02, 8º ano, fevereiro de 1879, p. 41-43.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 10 a 12, 12º ano, outubro a dezembro de 1883, p. 141.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 02, 13º ano, fevereiro de 1884, p. 53.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira. Número 04, 13º ano, abril de 1884, p. 105.

Boletim do Grande Oriente do Brasil. Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 05, 13º ano, maio de 1884, p. 134.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 08, 13º ano, agosto de 1884, p. 230.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 09 e 10, 13º ano, setembro e outubro de 1884, p. 287-290.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 02, 14º ano, abril de 1889, p. 21.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 03, 14º ano, maio de 1889, p. 36.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 15º ano, março de 1890, p. 14-15.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 02, 15º ano, abril de 1890, p. 51.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 03, 16º ano, maio de 1891, p. 77.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 03, 16º ano, maio de 1891, p. 76.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número nº 03, 17º ano, maio de 1891, p. 77.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 07, 16º ano, setembro de 1891, p. 211.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 12, 16º ano, fevereiro de 1892, p. 416.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 04 e 05, 18º ano, junho e julho de 1893, p. 201.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 01 a 04, 19º ano, março a junho de 1894, p. 16.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 08 a 09, 19º ano, outubro e novembro de 1894, p. 222.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 08 e 09, 19º ano, outubro e novembro de 1894, p. 200.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 08 e 09, 19º ano, outubro e novembro de 1894, p. 200-211.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 08 e 09, 19º ano, outubro e novembro de 1894, p. 200.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 11 e 12, 20º ano, janeiro e fevereiro de 1895, p. 459.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 20º ano, março de 1895, p. 07 e 08.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 20º ano, março de 1895, p. 8-9.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 03, 20º ano, maio de 1895, p. 105.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 09 e 10, 20º ano, novembro e dezembro de 1895, p. 388-390.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 11 e 12 (1895), 20º ano, janeiro e fevereiro de 1896, p. 461.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 2 e 3. 21º ano, abril e maio, 1896, p. 177.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 346.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 347.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 349.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 352.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 353.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 354.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 355.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 356.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 357.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 358.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 359.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 361.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 362.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 363.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 364.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 365.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 366.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 367.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 368.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 370.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 371.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 372.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 373.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 359; 368; 373.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 376.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 06, 21º ano, agosto de 1896, p. 395-397.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 07 e 08, 21º ano, setembro e outubro de 1896, p. 480.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 09, 21º ano, novembro de 1896, p. 550-551.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 05 e 06, 22º ano, julho e agosto de 1897, p. 265.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 05 e 06, 22º ano, julho e agosto de 1897, p. 264.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, números 07 e 08, 22º ano, setembro e outubro de 1897, p. 362-364.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 02, 23º ano, abril de 1898, p. 164.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 11 e 12, 23º ano, janeiro e fevereiro de 1899, p. 714.

2. FONTES SECUNDÁRIAS

ACHIAMÉ, Fernando. **Esquadro e Compasso em Vitória: álbum da Loja Maçônica União e Progresso**. Vitória: IHGES, 2010.

A LUZ: propriedade e órgão do Partido Liberal do 5º distrito de Alagoas. Penedo [AL]: Typ. Luso Brasileira, 1882. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/luz/811556>>. <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=811556>>. Acesso em: 12 out. 2017.

A REPUBLICA: propriedade do Clube Republicano. Rio de Janeiro, RJ: Typ. de Aranha e Guimaraes, 1870-. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/republica/138916>>. <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=138916>>. Acesso em: 11 set. 2017.

ALMANAK administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: Typ. Universal de Laemmert, 1844-. Disponível em:

<<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/almanak-administrativo-mercantil-industrial-rio-janeiro/313394>>.

<<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=313394>>. Acesso em: 11 out. 2017.

ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **O ensino jurídico, a elite dos bacharéis e a Maçonaria do séc. XIX**. 2005. 167 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2005.

ALVES, Claudia Maria Costa. Participação do Exército na proclamação da República: revendo a questão militar. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22, 2003, João Pessoa. **Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa**. João Pessoa: ANPUH, 2003. CD-ROM.

ANDRADE, Alex Moreira. **Maçonaria no Brasil (1863-1901): Poder, Cultura e Ideias**. Rio de Janeiro: Ed. Annablume, 2016.

APOSTOLO: periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses. Rio de Janeiro, RJ: Typ. Nicolau Lobo Vianna e Filhos, 1866- [1893]. 32x24cm. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/o-apostolo/809349>>. <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=809349>>. Acesso em: 11 set. 2017.

ARLS AZYLO DE CARIDADE 427. **Nossa Loja**. Disponível em: <https://azylodecaridade.mvu.com.br/site/nossa-loja/tmZXXKcspEV4-3/atr.aspx>. Acesso em: 23 jan. 2018.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Maçonaria: história e historiografia. **Revista USP**, São Paulo, n. 32, p. 178-189, dez.1996-fev.1997.

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

BANDECCHI, Pedro Brasil. O espírito de 32. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 77, p. 383-392, jan. 1982.

BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência (Brasil, 1790-1822)**. 2002. 374 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2002.

_____. **Luzes e Sombras: a Ação da Maçonaria Brasileira (1870-1910)**. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

_____. A Maçonaria e a ilustração brasileira. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jul.- out. 1994.

_____. *Maçonaria no Brasil (século XIX): história e sociabilidade*. O Ponto Dentro do Círculo, 2016. Disponível em: <https://opontodentrodocirculo.wordpress.com/2016/11/08/a-proclamacao-da-republica-e-a-maconaria-parte-ii/>. Acesso em: 29 out. 2017.

BARROS, Roque S. M. de. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade**. São Paulo: Convívio/Eduspe, 1986.

BARROSO, Gustavo. O Clube do Padre Geraldo. In: **Segredos e Revelações da História do Brasil**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

_____. Sociedade Carmelitana de Baependi. In: **Segredos e Revelações da História do Brasil**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

_____. A Sentinela do Serro. In: **Segredos e Revelações da História do Brasil**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1955.

_____. O Patriarca Invisível de Maranguape. In: **Segredos e Revelações da História do Brasil**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1955.

_____. O iluminismo Bávaro no Brasil. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1948. v. 9, p. 6.

_____. **História secreta do Brasil: do descobrimento a abdicação de D. Pedro I**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

_____. A Batalha de Santa Luzia. In: **Segredos e Revelações da História do Brasil**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, s/d.

BASTOS, Octaviano; CARAJURÚ, Optafo; DIAS, Everardo. **Livro Maç. do Centenário**. Rio de Janeiro: s/d, 1922.

BENIMELI, Pe. José A. F. **Arquivos Secretos do Vaticano e a Franco-Maçonaria**. São Paulo: Madras, 2007.

BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de. Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos: correspondência, 1880-1905. **Estudos Avançados**, v. 23, n. 65, p. 207-229, 2009.

BITTENCOURT, Raul. A educação brasileira no Império e na República. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, MES/INEP, v.19, n.49, p. 41-76, 1953.

BOLETIM do Grande Oriente do Brasil: jornal oficial da maçonaria brasileira. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1871-1899. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/boletim-grande-oriente-brasil/709441>>. <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=709441>>. Acesso em: 10 set. 2017.

BOLETIM do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil: jornal oficial da maçonaria brasileira. Rio de Janeiro, RJ: Typ. do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, 1873-1877. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=074594>>.
<<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/boletim-grande-oriente/074594>>. Acesso em: 10 set. 2017.

BOLETIM FILATÉLICO. Publicação do Clube Filatélico Brusquense. Ano 2, nº 10, janeiro-fevereiro de 2017. Disponível em:
http://www.msnewyork.net/uploads/9/4/5/1/945132/10_-_edi%C3%87%C3%83o_jan_-_fev_2017.pdf. Acesso em: 15 jan. 2018.

BOTELHO, Janaína. **A história da maçonaria em Nova Friburgo**, 2015. Disponível em: <<http://avozdaserra.com.br/colunas/historia-e-memoria/historia-da-maconaria-em-nova-friburgo>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRAGA, Frederico Armando Teixeira. **Uma Estrela de Amor, União e Caridade. A História da Maçonaria em Andradas (1874-2014)**. Andradas: Impressão Livre, 2015.

BUENO, Jesus Flávio Panucci. **“Patriarcas Invisíveis”**. *Bragança-Jornal Diário*. Disponível em:
<http://bjd.com.br/site/colunistas.noticia.php?id_noticia=1702&id_blog=15>, acesso em: 09 dez. 2017.

CAMBI, Francisco. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

CAMINO, Rizzardo da. **Introdução à Maçonaria, Doutrina, História e Filosofia**. São Paulo: Madras, 2005.

_____. **Dicionário Maçônico**. São Paulo: Madras, 2004.

CANDIÁ, Milena Aparecida Almeida. **PROJETOS E REALIZAÇÕES PEDAGÓGICAS MAÇÔNICAS: O ASSOCIATIVISMO COMO TERCEIRA VIA PARA SE (RE)PENSAR A EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL IMPÉRIO (1870-1889)**. 2010. 456 f. Tese (Doutorado em História da Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

_____. **MAÇONARIA E EDUCAÇÃO: o debate sobre a instrução popular na Tribuna da Glória - RJ (1873-1880)**. *Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery*, v. 9, p. 3-19, 2010.

CARDOSO, José Roberto. **A Real Sociedade Inglesa e a Maçonaria. Livres Pensadores**. Disponível em: <<http://joseroberto735.blogspot.com.br/2013/04/a-real-sociedade-royal-society.html>>. Acesso em: 23 dez. 2017.

CARULA, Karoline. **As Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880)**. 2007. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2007.

CASTELLANI, J; CARVALHO, William Almeida de. **História do Grande Oriente do Brasil: a Maçonaria na história do Brasil**. São Paulo: Madras, 2009.

_____. **A ação secreta da Maçonaria na política mundial**. São Paulo: Landmark, 2007.

_____; RODRIGUES, Raimundo. **Análise da Constituição de Anderson**. Londrina: Editora maçônica A Trolha, 1995.

_____. **A Maçonaria e sua política secreta**. Santos: Traço Editora, 1981.

CASTRO, Celso. **Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

CAVALCANTI, H. B. O projeto missionário protestante no Brasil do século 19: comparando a experiência presbiteriana e batista. **Revista de Estudos da Religião**, v. 4, p. 61-93, 2001.

CENTENÁRIA LOJA MAÇÔNICA CATAGUAZENSE. **Resumo Histórico da Loja Maçônica Cataguazense**. Disponível em: <<http://www.cataguazense.com.br/historico/brevehist.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

COLUSSI, Eliane Lucia. **A Maçonaria Brasileira no Século XIX**. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. A Maçonaria brasileira e a defesa do ensino laico (século XIX). **Hist. Ensino**, Londrina, v. 6, p. 47-56, out. 2000a.

_____. **A Maçonaria gaúcha no século XIX**. Passo Fundo: EDIUPF, 2000b.

_____. **Plantando Ramas de Acácia: a Maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX**. 1998. 489 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

CORREIO Nacional. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1869-1870. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/correio-nacional/812838>>. Acesso em: 15 set. 2017. <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=812838>>. Acesso em: 15 set. 2017.

CORREIO Paulistano. São Paulo, SP: [s.n.]. il., retr; 47x32,5. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/correio-paulistano/090972>>. Acesso em: 18 set. 2017. <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docmulti.aspx?BIB=090972>>. Acesso em: 18 set. 2017.

COSTA, Emília Viotti da. **Brasil: história, textos e contextos**. São Paulo: Unesp, 2015.

_____. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Unesp, 2010.

COSTA, Frederigo Guilherme. **“A TROLHA” na Universidade**. Londrina: Editora maçônica A Trolha, 2001.

_____. **A Maçonaria na Universidade 2**. Londrina: Editora maçônica A Trolha, 1996.

_____. **Breves Ensaio sobre a História da Maçonaria Brasileira.** Londrina: Editora maçônica A Trolha, 1993.

_____. **Maçonaria: um estudo da sua história.** Londrina: Editora maçônica A Trolha, 1991.

COSTA, Luiz Mário Ferreira. **Maçonaria e AntiMaçonaria: Uma análise da “História secreta do Brasil” de Gustavo Barroso.** 2009. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

COSTA, Marcos Vinicius da. **NAÇÃO, CONTRABANDO E ALIANÇAS POLÍTICAS NA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX: RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS ENTRE AS COMUNIDADES DE SÃO FRANCISCO DE BORJA E SANTO TOMÉ.** 2013. 285 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

D'ANGELO, Márcia. **CAMINHOS PARA O ADVENTO DA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DE SÃO PAULO (1910-1930): Um Projeto das Elites para uma Sociedade Assalariada.** 2000. 350 f. Dissertação (Mestrado em história Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

DIÁRIO de Notícias. Rio de Janeiro, RJ: Typ. de J.A. dos Santos Cardoso e Irmão, 1870-1872. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/diario-noticias/369357>>. Acesso em: 21 set. 2017.

DIENSTBACH, Carlos. **A maçonaria gaúcha - história da maçonaria e das lojas do Rio Grande do Sul.** Londrina: A Trolha, 1993.

DOMINGOS, Marília De Franceschi Neto. Ensino Religioso e Estado Laico: uma lição de tolerância. **Revista de Estudos da Religião**, v. 9, n. 3, p. 45-70, 2009.

DOPKE, Tiago Wolfgang. **NOSCE TE IPSUM: SOCIABILIDADE MAÇÔNICA NA REVISTA CONSCIÊNCIA.** 2011. 100 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

EGITO, Philipe Henrique Teixeira do. **Olhares da Maçonaria Sobre a Educação no Brasil.** 2011. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano: A essência das religiões.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 1995.

FOGAÇA, Jennifer Rocha Vargas. "Robert Boyle, o químico alquimista"; **Brasil Escola.** Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/quimica/robert-boyle-quimico-alquimista.htm>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

GALDINO, Antônio Carlos. **Campinas, uma cidade republicana: política e eleições no oeste paulista (1870-1889)**. 2006. 336 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Campinas, Campinas, 2006.

GARCIA, Fátima. **Academia Francesa do Ceará**, 2012. Disponível em: <http://www.fortalezaemfotos.com.br/2012/12/academia-francesa-do-ceara.html>. Acesso em: 10 jan. 2018.

GAZETA de Campinas. Campinas, SP: Typ. da Gazeta de Campinas, 1869. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-de-campinas/823457>>. <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=823457>>. Acesso em: 12 out. 2017.

GLERN – Grande Loja Maçônica do Estado do Rio Grande do Norte. **História da GLERN**. Disponível em: <https://www.glern.org/copia-historia>. Acesso em: 21 mar. 2018.

GOMES, M. A **Maçonaria na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1975.

GOMES, Márcio dos Santos. A Proclamação da República e a Maçonaria. **O Ponto Dentro do Círculo**, 2016. Disponível em: <<https://opontodentrodocirculo.wordpress.com/2016/11/08/a-proclamacao-da-republica-e-a-maconaria-parte-ii/>>. Acesso em: 09 out. 2017.

GRANDE ORIENTE DE SÃO PAULO. **ARLS “Trabalho” de Amparo festeja seus 143 anos de fundação com sessão magna, 2015**. Disponível em: <<http://www.gosp.org.br/noticia/arls-trabalho-de-amparo-festeja-seus-143-anos-de-fundacao-com-sessao-magna/>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

_____. **Loja Piracicaba nº 340 completa 140 anos de história em Sessão Magna pública, 2015**. Disponível em: <<http://www.gosp.org.br/noticia/loja-piracicaba-no-340-completa-140-anos-de-historia-em-sessao-magna-publica/>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

GRANDE ORIENTE DO BRASIL. **164 Anos da Loja Maçônica Fraternidade de Santos**. 16 de janeiro de 2017. Disponível em: <<https://www.gob.org.br/164-anos-da-loja-maconica-fraternidade-de-santos/>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

GONÇALVES, Thiago Werneck. **Periodismo Maçônico e Cultura Política na Corte Imperial Brasileira (1871-1874)**. 2012. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Schwarcz, 2001.

KNIGHT, Christopher; LOMAS, Robert. **A Chave de Hiram: Faraós, Franco-Maçons e a Descoberta dos Manuscritos Secretos de Jesus**. Tradução e notas José Rodrigues Trindade. São Paulo: Landmark, 2002.

LEMOS, Miguel. **Pequenos Ensaios Positivistas**. Rio de Janeiro: Brown & Evaristo, Editores, 1877.

LIBERTADOR: órgão da Sociedade Cearense Libertadora. Fortaleza, CE: Typ. do Libertador, 1881-1892. 53x37 cm. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/libertador/229865>>. <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=229865>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

LOJA MAÇÔNICA APÓSTOLO DA CARIDADE nº 344. **Nossa História**. Disponível em: <<http://www.apostolodacaridade.com.br/10-geral/16-nossa-historia.html>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

LOJA MAÇÔNICA DEUS E HUMANIDADE nº 312. **História da Loja**. Disponível em: <<http://deusehumanidade.org.br/site/historia-da-loja/mcEDxLGADfk-3/atr.aspx>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

LOJA MAÇÔNICA ESTRELA DO RIO CLARO. **História da Loja – Estrela do Rio Claro**. Disponível em <<http://www.estreladorioclaro.com.br/index.php?pagina=historia>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

LOJA MAÇÔNICA FRATERNIDADE DE SANTOS nº 132. **Nossa história**. Disponível em: <<http://www.maconaria.com.br/pagina.php?id=2>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

LOJA MAÇÔNICA HARMONIA nº 08. **Histórico da Loja Maçônica Harmonia nº 08**. Disponível em: <<https://harmonia8.mvu.com.br/site/nossa-loja/KySnrmECIpA-3/atr.aspx>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

LOJA MAÇÔNICA INDEPENDÊNCIA. **A Independência na Educação**. Disponível em: <http://www.lojaindependencia.org.br/independencia/historia_educacao.php>. Acesso em: 07 jan. 2018.

LOJA MAÇÔNICA INDÚSTRIA E CARIDADE. **AUG. RESPEITÁVEL LOJA MAÇÔNICA INDÚSTRIA E CARIDADE Nº 49**. Disponível em: <<http://www.industriaecaridade49.com.br/index.php/historia>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

LOJA MAÇÔNICA REGENERAÇÃO CATARINENSE nº 138. **Pequena história da Regeneração Catarinense**. Disponível em: <http://www.regeneracaocatarinense.com.br/site/index.php?modulo=conteudo&int_seq_secao=17&int_seq_subsecao=7&int_seq_conteudo=7>. Acesso em: 05 jan. 2018.

LUZ DO UNIVERSO. **Maçonaria Rio Pretense**. Disponível em: <<http://www.luzdouniverso.org.br/historiamaconaria.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

MAÇONARIA ONLINE. **Conciliação Amazonense 3**. Disponível em: <<http://www.maconariaonline.com/loja/2762>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

MAÇONARIA ONLINE. Disponível em:

<<http://www.maconariaonline.com/loja/3076>>.

<<http://www.maconariaonline.com/loja/3732>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

MAÇONARIA ONLINE. Fraternidade Paranaense 5. Disponível em: <

<http://www.maconariaonline.com/loja/2151>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

MAGALHÃES, Aline Montenegro; BOJUNGA, Claudia Barroso Roquette-Pinto. Segredos da história do Brasil revelados por Gustavo Barroso na revista “O Cruzeiro” (1948-1960). **Estudos Históricos**, v. 27, n. 54, p. 345-345, 2014.

MAGALHÃES, F. da Silva. **Maçonaria e Educação: Contribuições para o Ideário Republicano (1889-1930)**. 2013. 307 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MARCONDES, D. **Iniciação à História da Filosofia. Dos Pré-Socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

MARQUES, Adílio Jorge. **O Iluminismo no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Sapere, 2012.

MARRACH, Sonia. **Outras histórias da educação: do Iluminismo à Indústria Cultural (1823-2005)**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. “A maçonaria republicana e a educação: um projeto para a conformação da cidadania”, in: SOUSA, Cynthia Pereira de (org). **História da educação: processos, práticas e saberes**. 3ª Ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2003

_____. **O ideário republicano e a educação: uma contribuição à história das instituições**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **O poder da Maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____. Sociabilidades entre Luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das Maçonarias da primeira metade do século XIX. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 28, p. 3-22, 2001.

MUSEU MAÇÔNICO PARANAENSE. Academia Paranaense de Letras Maçônicas. **Resumo Histórico da Cadeira nº 7 – Bernardino José de Campos Júnior**.

Disponível em:

<http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/AcademiaPML/Patro-07.htm>.

Acesso em: 06 jan. 2018.

_____. Relação das Lojas no Paraná. **Resumo Histórico da Loja Maçônica Estrela de Antonina nº 0.90**. Disponível em:

<http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/LojaPRate1973/0190_Hist_Loja.htm>. Acesso em: 06 jan. 2018.

_____. **Loja Maçônica Fraternidade Paranaense nº 0.005, Curitiba-PR.**

Disponível em: <

http://www.museumaiconicoparanaense.com/MMPRaiz/LojaPRate1973/0005_GLPR_Hist.htm>. Acesso em: 27 jan. 2018.

NASCIMENTO, José Anderson Nascimento. **A contribuição da Maçonaria para a prática educativa em Aracajú (1970-1980).** 2010. 85 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

O PAIZ: folha política e imparcial. Rio de Janeiro, RJ: Typ. Imparcial, 1873. 36x17. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=738921>>.

<<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/paiz/738921>>. Acesso em: 20 out. 2017.

OLIVEIRA, A. de Almeida. **O Ensino Público.** 2.ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. 376p. (Edições do Senado Federal, v.4).

PALOU, Jean. **A Franco-Maçonaria Simbólica e Iniciática.** São Paulo: Editora Pensamento, 2012.

PIROZI, Anízio. **A QUARTA COLUNA: sociabilidades, e espaços de pertencimento na maçonaria.** 2013. 167 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro), Campos dos Goytacazes, 2013.

PONTES, Márcio Antônio Silva de. **O contributo da Maçonaria para a abolição da escravidão.** 2010. 117 f. Monografia – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PROCLAMAÇÃO da República: Ovação Popular ao General Deodoro da Fonseca e Bucayuva, na Rua do Ouvidor. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1889]. 1 grav., xilograv., color., 22,8 x 19,7cm em passe-partout 36,9 x 31,5 cm. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon255685/icon255685.jpg>. Acesso em: 11 out. 2017.

REZZUTTI, Paulo. **Sociedades Secretas no Brasil: A BUCHA – De estudantes a donos do poder.** **História Hoje.com.** Disponível em: <<http://historiahoje.com/sociedades-secretas-no-brasil-a-bucha-de-estudantes-a-donos-do-poder/>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

RIBEIRO, Luaê Carregari Carneiro. **Uma América em São Paulo: a Maçonaria e o Partido Republicano Paulista (1868-1889).** 2011. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RIOS, Renato de Mesquita. **João Brígido e sua escrita de uma história para o Ceará: narrativa, identidade e estilo (1859-1919).** 2013. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

_____. **Ideais Maçônicos na formação de João Brígido enquanto intelectual e produtor de textos (1974-1921).** In: Sérgio Ricardo da Mata, Helena Miranda Mollo & Flávia Florentino Varella (org.). **Caderno de resumos & Anais do 2º. Seminário**

Nacional de História da Historiografia. A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas. Ouro Preto: EdUFOP, 2008.

RIZZINI, Carlos. Dos clubes secretos às lojas maçônicas. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. p. 29-44, v. 190, 1946.

ROAHNY, Lucas. **A Liga Progressista e a Construção do Estado Imperial, 1860-1868.** 2013. 109 f. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

ROMANELLI, Otaíza. **História da educação brasileira.** 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

ROSA DOS VERGÉIS. **A História da Loja Maçônica “Independência e Luz.** Disponível em: < <http://rosadosvergeis.com.br/index.php/2017/11/28/loja-maconica-independencia-e-luz/>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

ROVARON, Carlos Eduardo. **Ocupação da região da caldeira vulcânica de Poços de Caldas-MG (Séc. XVIII-XX).** 2009. 253 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SALOMÃO, Lutffala. **Igreja Católica e Maçonaria: As causas do conflito.** Londrina: Editora maçônica A Trolha, 1998.

SILVA, Ivanilson Bezerra da. **MAÇONARIA E EDUCAÇÃO NA CIDADE DE SOROCABA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS RELAÇÕES DE PODER.** *Revista Ciência & Maçonaria*, Brasília, Vol. 1, n.1, p. 65-79, Jan/Jun, 2013.

_____. **A Cidade, a Igreja e a Escola: relações de poder entre maçons e presbiterianos em Sorocaba na segunda metade do século XIX.** 2010. 264 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. Apontamentos sobre Maçonaria, abolição e a educação dos filhos de escravos na cidade de Sorocaba no final do Século XIX. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 27, p. 95-111, 2007.

SILVA, Vanderlei da. **A PARTICIPAÇÃO DA LOJA MAÇONICA PERSEVERANÇA III NA EDUCAÇÃO ESCOLAR EM SOROCABA: Do Final do Segundo Reinado ao Final da Primeira República.** Sorocaba: Create Editora, 2013.

SOUSA, Rainer Gonçalves. "O golpe da maioria". *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/historiab/o-golpe-maioridade.htm>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. *Cadernos-Cedes*, Campinas, v. 20, n.51, nov. 2000.

STEVENSON, David. **As Origens da Maçonaria: O Século da Escócia (1590-1710).** São Paulo: Madras, 2009.

VITAL, Dievani Lopes. **ILUMINISMO E REVOLUÇÃO NAS IDEIAS E NAS PRÁTICAS POLÍTICAS DA “ILUSTRAÇÃO” BRASILEIRA**. 2015. 219 f. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

ZICHIA, Andrea de Carvalho. **O direito à educação no período imperial: um estudo de suas origens no Brasil**. 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.